

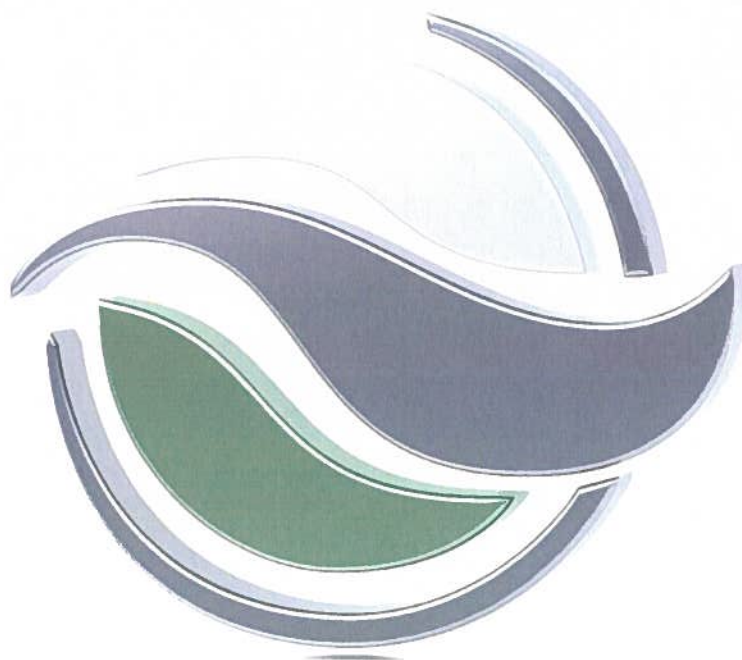
Águas do Tejo Atlântico
Grupo Águas de Portugal

Relatório e Contas
2025



Águas do Tejo Atlântico
Grupo Águas de Portugal

Relatório e Contas
2025



Conteúdo

MENEGEM DO PRESIDENTE	10
2025 EM DESTAQUE	13
Principais conquistas de 2025 – Factos relevantes do exercício	13
Síntese de Indicadores	18
QUEM SOMOS	20
Missão, Visão e Compromissos	20
Descrição, Atividade e Presença	21
Cadeia de Valor.....	22
AS NOSSAS PESSOAS	24
OS NOSSOS STAKEHOLDERS	33
MODELO DE GOVERNO	34
SUSTENTABILIDADE	38
AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	38
A NOSSA ESTRATÉGIA – INSPIRADOS PELO FUTURO	40
O Negócio.....	51
Contexto Macroeconómico ⁰	51
Global.....	51
Zona do Euro.....	51
Portugal.....	52
O Setor	53
A Energia no Grupo AdP.....	60
Contexto Regulatório.....	63
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	67
Introdução.....	72
Saneamento em Alta.....	72
Outros Negócios.....	73
Atividade Operacional.....	74
Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes.....	74
Controlo Analítico.....	86
Conceção e Construção de Infraestruturas.....	91
Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas.....	96
Gestão de Ativos.....	98
Segurança e Sustentabilidade Empresarial.....	104
Comunicação e Educação Ambiental	107
Investigação & Desenvolvimento e Inovação.....	128

Digitalização	130
RISCO E CONTROLO.....	133
DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO.....	140
Análise dos Resultados.....	141
Análise Patrimonial.....	146
EVENTOS POSTERIORES AO FECHO.....	152
PERSPETIVAS FUTURAS.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
ANEXO I - RELATO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	158
ANEXO II AO RELATÓRIO – LISTA DE ACIONISTAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.....	194
ANEXO III AO RELATÓRIO – EMPREITADAS EM DESTAQUE NO ANO DE 2025.....	195
ANEXO IV AO RELATÓRIO – DESPACHOS APROVAÇÃO PAO 2025.....	200
.....	206
Demonstração da posição financeira.....	207
Demonstração dos resultados por naturezas.....	208
Demonstração do rendimento integral.....	209
Demonstração das variações do capital próprio.....	209
Demonstração dos fluxos de caixa.....	210
Notas às demonstrações financeiras.....	211
1. Informação geral.....	211
1.1. Identificação da Empresa.....	211
1.2. Atividade económica.....	211
1.2.1 Atividade regulada.....	212
1.3. O exercício de 2025 da Águas do Tejo Atlântico.....	213
1.4 Aprovação das demonstrações financeiras.....	215
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas.....	215
2.1 Bases de apresentação.....	215
2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI").....	216
2.3 Estimativas e julgamentos.....	219
2.4 Eventos subsequentes.....	219
3. Novas normas e alteração de políticas.....	219
4. Políticas de gestão do risco.....	222
5. Ativos intangíveis.....	227
6. Ativos fixos tangíveis.....	235
7. Locações.....	237
8. Outros ativos financeiros.....	242
9. Desvio de Recuperação de Gastos (Défice/Superavit tarifário).....	243
10. Clientes.....	245

I 1. Outros Ativos Correntes.....	253
I 2. Inventários.....	254
I 3. Caixa e seus equivalentes.....	255
I 4. Capital próprio.....	256
I 5. Provisões ativos e passivos contingentes.....	259
I 6. Acréscimo de gastos de investimento contratual.....	265
I 7. Subsídios ao investimento.....	266
I 8. Empréstimos.....	267
I 9. Fornecedores e outros passivos.....	270
20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	273
21. Rédito de contratos com clientes.....	273
22. Gasto das vendas.....	276
23. Fornecimentos e serviços externos.....	276
24. Gastos com pessoal.....	282
25. Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	284
26. Provisões e reversões do exercício.....	285
27. Outros gastos e perdas operacionais.....	285
28. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	286
29. Gastos financeiros.....	286
30. Rendimentos financeiros.....	287
31. Imposto sobre o rendimento.....	287
32. Saldos e transações com entidades relacionadas.....	291
33. Remuneração acionista.....	293
34. Investimento contratual.....	295
35. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	295
36. Informações exigidas por diplomas legais.....	295
37. Informação sobre matérias ambientais.....	295
38. Eventos subsequentes.....	296
Certificação Legal de Contas.....	298
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	300

Índice de Quadros

Quadro 1- Indicadores Financeiros	18
Quadro 2 - Indicadores de atividade	18
Quadro 3 - Indicadores de Infraestruturas.....	18
Quadro 4 – Headcount.....	26
Quadro 5 - Distribuição de Headcount por Direção/Departamento/Área.....	27
Quadro 6- Evolução do número de efetivos.....	27
Quadro 7- Movimentos de pessoal.....	28
Quadro 8- Distribuição por género.....	28
Quadro 9– Antiguidade	28
Quadro 10– Estrutura Etária.....	29
Quadro 11- Nível Profissional	29
Quadro 12– Habilitações	29
Quadro 13- Formação profissional	30
Quadro 14– Absentismo.....	30
Quadro 15- Acidentes de trabalho	31
Quadro 16- Indicadores de segurança.....	31
Quadro 17- Medicina no trabalho	32
Quadro 18– Vacinação.....	32
Quadro 19– Consultas	32
Quadro 20- Acionistas.....	35
Quadro 21- Dados RASAR2024	57
Quadro 22 - Sistema Tejo Atlântico.....	74
Quadro 23 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico	74
Quadro 24 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico.....	75
Quadro 25 - Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico	76
Quadro 26 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico	76
Quadro 28 – Indicadores financeiros.....	140

Quadro 29 – Resultado Líquido.....	141
Quadro 30 – Rendimentos.....	142
Quadro 31 – Gastos.....	142
Quadro 32 – Gastos das Vendas.....	143
Quadro 33 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	144
Quadro 34 – Gastos com Pessoal.....	144
Quadro 35 – EBITDA.....	145
Quadro 36 – Resultado Financeiro.....	146
Quadro 37 – Posição Financeira.....	146
Quadro 38 – Posição Financeira – Ativo.....	146
Quadro 39 – Tarifas.....	148
Quadro 40 – Dívida de Clientes.....	149
Quadro 41 – Posição Financeira – Passivo.....	150
Quadro 42 – Endividamento.....	151

Índice de Figuras

Figura 1 - Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação.....	21
Figura 2 - Cadeia de Valor.....	23
Figura 3 – Stakeholders.....	33
Figura 4 - Estrutura organizacional.....	36
Figura 5 – Compromisso de sustentabilidade.....	39
Figura 6 – Visão integrada.....	42
Figura 7 – Visão – Pilares da Estratégia.....	43
Figura 8 – Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level.....	46
Figura 9 –Balanço do Plano de Ação da Estratégia "Inspirados pelo Futuro".....	47
Figura 10 – Indicadores da Estratégia Inspirados pelo Futuro.....	49
Figura 11 - Atividade em grandes números.....	72
Figura 12– Evolução anual do volume de água residual tratada (m3).....	78

Figura 13 - Evolução mensal do volume de água residual tratada (m ³).....	78
Figura 14 - Evolução do volume de água residual não tratada (m ³).....	79
Figura 15 - Evolução mensal da energia consumida (kWh).....	80
Figura 16 - Evolução mensal do volume da energia produzida através de Biogás por FA (kWh).....	80
Figura 17 - Evolução mensal do volume da energia fotovoltaica por FA (kWh).....	80
Figura 18 - Consumo específico de energia (kWh/m ³).....	81
Figura 19 - Evolução mensal do consumo de reagentes (ton).....	81
Figura 20- Consumo Específico de Reagentes (kg/m ³).....	82
Figura 21 - Evolução mensal do consumo de água potável (m ³).....	82
Figura 22- Evolução mensal da valorização de lamas (ton).....	83
Figura 23- Consumo Específico de Lamas (kg/m ³).....	83
Figura 24- Evolução mensal da produção de areias, gradados e gorduras (ton).....	84
Figura 25 - Evolução mensal da utilização de água+ (m ³).....	85
Figura 26- Distribuição de utilização de ApR produzida).....	85
Figura 27 - N.º de Ensaios Internos Realizados.....	87
Figura 28 - N.º Total de Amostras.....	87
Figura 30- Estado de Acreditação dos ensaios.....	88
Figura 31 - N.º de ensaios contratados, por categoria, nas unidades Laboratoriais de Beirolas e Frielas.....	88
Figura 32 - N.º Ensaios contratados, por categoria, na Unidade Laboratorial de Santa Cruz.....	89
Figura 33- Monitorização dos meios recetores.....	90
Figura 34- Volume de procedimentos de contratação de empreitadas e serviços conexos.....	94
Figura 35- Volume de procedimentos de contratação de empreitadas e serviços conexos).....	95
Figura 36- televisão interna.....	107
Figura 37- Encontro Anual de Quadros - Inspirados pelo Futuro.....	108
Figura 38 - 8º aniversário da Tejo Atlântico.....	108
Figura 39 - Dia das Fábricas.....	109
Figura 40 - Empreitada de reabilitação da Fábrica de Água de Arruda dos Vinhos.....	109
Figura 41 - Desafio "A Água no meu mundo e no meu futuro".....	110
Figura 42- Incentivo aos trabalhadores para a poupança de papel.....	110

Figura 43 - Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho.....	111
Figura 44 - Dia Mundial da Mulher	111
Figura 45 - Ação “O que dizem as nossas crianças”.....	112
Figura 46 - Novo site da Tejo Atlântico.....	113
Figura 47 - Rio Tejo e Rio Alenquer.....	113
Figura 48 - Dia Mundial da Energia.....	113
Figura 49 - Atribuição de selos AgIR Indústrias em evolução	114
Figura 50 - Apresentação pública da empreitada de reabilitação da Fábrica de Água de Torres Vedras.....	114
Figura 51 - Visita do Executivo Municipal de Arruda dos Vinhos às obras de beneficiação da FA de Arruda dos Vinhos.....	115
Figura 52 - Caminho da Inovação 2025.....	115
Figura 53 - Campanha Mega Hits - Dia Mundial do Saneamento.....	116
Figura 54 - Capas das revistas Tejo Atlântico publicadas em 2025	116
Figura 55 - MURO - festival de Arte Urbana - Peça de João Murta na Fábrica de Água de Alcântara.....	117
Figura 56 - Visita Jessica Roswall, Comissária Europeia do Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular á Tejo Atlântico	117
Figura 57 - Visitas às Fábricas de água.....	118
Figura 58 - Visitas ao Laboratório e ao CEA da Tejo Atlântico	119
Figura 59 - Ações de Formação de Professores.....	120
Figura 60 - Comemoração de Dias Temáticos com os Municípios.....	121
Figura 61 - Projetos de Educação Ambiental em Parceria.....	121
Figura 62 - Educação Ambiental e Projetos Educativos	122
Figura 63 - Ações de Sensibilização no Verão.....	123
Figura 64 - Água-Mãe Living Lab.....	123
Figura 65 - Cerveja Vira	124
Figura 66 - Lavagem de ruas em Cascais com água+	124
Figura 67 - Assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Óbidos para utilização de água+	124
Figura 68 - Fábrica de Água da Zambujeira.....	125
Figura 69 - Cerimónia de entrega de selos AgIR Indústrias em Evolução.....	126
Figura 70 - Participação em congressos	126

Figura 71 – Modelo de Gestão do Risco.....	137
Figura 72 – Avaliação do Risco.....	137
Figura 73 – Resultado Líquido.....	141
Figura 74 – Estrutura de Gastos.....	143
Figura 75 –Cash-cost	145
Figura 76 – Investimento Anual.....	147
Figura 77 – Desvio de Recuperação de Gastos.....	148
Figura 78 – Dívida de Clientes.....	149
Figura 79 – Endividamento Líquido.....	151

MENSEGEM DO PRESIDENTE

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

Os ciclos, além de implícita circularidade e consequente renovação dos recursos, apresentam como mérito a possibilidade de recomeçar, desejavelmente de forma mais adaptada, com os ensinamentos dos ciclos anteriores, e consequentemente com a expectativa de fazer cada vez melhor. Na gestão empresarial de uma organização como a Tejo Atlântico, este princípio da renovação, com início de novos ciclos sucedem-se a cada 3 três anos, coincidentes com o mandato de gestão de cada equipa eleita para o efeito, e em 2025, após um ciclo de três anos em que nos pautámos pela estratégia inspirados pelo futuro, chegámos ao final desse ciclo e consequentemente ao início de outro.

Terminado o ciclo Inspirados Pelo Futuro, com a conclusão do mandato 2023/2025, é o momento de prestar contas, em primeiro lugar aos trabalhadores da Tejo Atlântico que reuniram esforços em torno de uma visão que construímos em conjunto para este período, mas também aos acionistas que nos definiram os objetivos de gestão para este mandato, aos nossos *stakeholders* que diariamente depositam na Águas do Tejo Atlântico uma enorme confiança, e à sociedade em geral que nos vê como um garante da qualidade ambiental na região que servimos, um agente na saúde pública, um promotor do desenvolvimento económico e um guardião dos ecossistemas.

No contexto externo, o ano de 2025 marcou-nos pela consciência de um mundo em aceleração brutal e repleto de eventos disruptivos, como sejam as guerras explícitas na fronteira da Europa, as ameaças mais ou menos explícitas de novas guerras no território europeu, algumas delas potencialmente movidas por parceiros de longa data. Por outro lado, a existência de uma guerra económica em curso, e consequente disrupção das cadeias logísticas e do equilíbrio ao qual nos vínhamos habituando ao longo de décadas obrigam a repensar todas as garantias que dávamos por adquiridas. Toda esta aceleração acontece em simultâneo com a explosão da aplicação da Inteligência Artificial, nesta fase bastante desregulada, com enorme potencial, em todos os sentidos, e como tal acompanhada da inevitável questão sobre o rumo a seguir e até onde queremos ir enquanto sociedade.

Internamente convivemos com a progressão inflacionista no mercado da construção, com a situação política na Europa a demonstrar fragilidade na coesão da União, com a escassez de recursos humanos capacitados, agravada pela perda de capacidade de retenção de competências técnicas em diversos setores produtivos nacionais, mas também com a emergência ambiental global, cada vez mais evidente para todos. Neste ano tomamos ainda consciência da fragilidade da nossa sociedade a eventos imprevisíveis como o apagão que nos marcou em abril de 2025, e que conjugados com o contexto geopolítico recorda-nos a importância de investimento em setores críticos para garantir a nossa autonomia.

Não obstante o momento de enorme complexidade e instabilidade a nível global, com mudanças cada vez mais aceleradas e com as quais as organizações têm dificuldades em conviver e adaptar-se atempadamente, a Tejo Atlântico manteve o seu foco no cumprimento da missão que lhe está atribuída pelo contrato de concessão, a qual estamos vinculados a cumprir, mas com a ambição que nos caracteriza, de queremos fazer mais e melhor e acrescentar valor a cada ação que desenvolvemos. Para tal foi crítico a existência de um referencial de alinhamento em torno de objetivos comuns. O trabalho desenvolvido pela Tejo Atlântico em 2023 de definição da estratégia Inspirados pelo Futuro para o mandato de 3 anos e, consequentemente, um plano de ação para a sua implementação, com ambição,

rigor, mas também, e inevitavelmente, com a flexibilidade necessária ao contexto à data e aos anos vindouros, permitiu-nos individualmente e coletivamente durante o ano de 2025 focar, desenvolver o trabalho e atingir os resultados que orgulhosamente apresentamos neste relatório.

O ano de 2025 encerrou o ciclo com um conjunto de indicadores verdadeiramente notáveis na nossa empresa, começando pelo volume de atividade 233,28 Mm³ de água residual, o maior volume de atividade desde a sua criação (+7,1% face a 2024 e +17,9% face a 2023), exigindo de todos nós e dos nossos ativos um esforço adicional.

Salienta-se no ano 2025, o notável esforço na eficiência das nossas operações, tendo sido igualmente o ano desde o início da criação a empresa em que consumimos uma menor quantidade de energia e de reagentes por metro cubico de atividade, em resultado do esforço continuado no pilar da eficiência e coincidente com a nossa ambição de sermos a empresa gestora de saneamento em Portugal com a mais baixa pegada carbónica por volume de atividade.

Igualmente, de forma singular na nossa história, procedemos à elaboração de projetos e lançamento de empreitadas e serviços conexos para preservar os nossos ativos, trazer-lhes maior eficiência ou resiliência no valor superior a 90 M€, enquanto o investimento ascendeu a 24,2 M€, uma vez mais, um valor único na história da empresa.

A celeridade, consequência e assertividade dos processos das organizações são temas de esforço continuado e, em 2025 a Tejo Atlântico viu recompensados os esforços iniciados em 2023 e 2024 com a reengenharia de vários processos, destacando o indicador da agilidade da contratação que atingiu neste ano um valor de 192 dias de tramitação de concursos públicos de empreitada, desde a data da decisão de contratar até à assinatura do contrato, muito inferior ao dos anos anteriores.

No plano da sustentabilidade, assinala-se um valor de neutralidade energética de 23,5%, ligeiramente inferior ao do ano anterior em resultado da pluviosidade do ano e, no fornecimento de água reutilizada para consumos externos à empresa, assinala-se um crescimento de 26,5% face ao ano anterior, não obstante o ano de 2025 ter sido o ano mais chuvoso desde o início de laboração da empresa. Nesta dimensão, assinala-se o lançamento do procedimento de contratação da empreitada de hidrólise de lamas de Frielas, a primeira instalação em Portugal desta natureza, com um preço base de 24 M€.

Ao nível da digitalização das nossas operações, assinala-se a entrada em funcionamento da Telegestão, com 181 instalações já integradas, com a consequente reorganização de equipas operacionais, reduzindo turnos noturnos em algumas instalações em prol da eficiência da empresa, da saúde e da qualidade de vida dos nossos trabalhadores. Nesta dimensão, assinala-se ainda um notável trabalho de estruturação de dados, que nos permite, de forma estruturada obter informação de suporte à decisão de qualidade e robusta, tirando proveito de um conjunto de desenvolvimentos em curso nesta área e que se afigura crítico no desenvolvimento expectável para os próximos anos.

O ano de 2025 ficou ainda marcado por uma crescente pressão sobre o nosso desempenho ambiental com aflúências de origem industrial consideradas indevidas, o que nos limitou o desempenho das nossas instalações, tendo sido promovidas diversas diligências, em primeiro lugar com as próprias indústrias e municípios, que drenam essas águas residuais para as nossas instalações, e em segunda e terceira linha com os reguladores ambiental e económico bem como com autoridades inspetivas. Nesta dimensão, continuamos o trabalho no âmbito do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025 (AgIR).

Porque todos os resultados são fruto da capacidade e empenho dos nossos trabalhadores, prosseguimos também com trabalho reforço das nossas equipas, em consonância com os instrumentos de que dispomos e, por outro lado, com a melhoria das condições de segurança dos nossos trabalhadores, que passaram por diversas ações, quer do ponto de vista de segurança coletiva, do ponto de vista de segurança individual e, não menos relevante, na cultura de segurança que deve ser o elemento agregador de todo este trabalho, salientando a mensagem de que a Tejo Atlântico tem "400 responsáveis de segurança" nos seus quadros. No ano de 2025 tivemos resultados de melhoria quer no número de acidentes quer no índice de gravidade dos mesmos.

A renovação geracional na Tejo Atlântico foi um dos objetivos da presente equipa de gestão, tendo presente os desafios que temos pela frente e a necessidade de assegurar a retenção de conhecimento na organização, pelo que em 2025 continuámos o programa NextGen no qual se insere a iniciativa dos Embaixadores da Juventude da Tejo Atlântico.

Continuámos o nosso investimento em parcerias sustentáveis e consequentes com os nossos acionistas, e parceiros por excelência através de projetos diversos na área da educação ambiental, inovação, desenvolvimento de produto, descarbonização, economia circular para além, obviamente, da atividade principal da Empresa, mas também com *utilities* de referência a nível global, com a academia e instituições de ensino, setor industrial e setor agrícola.

Apesar dos progressos alcançados, deixamos um conjunto de desafios para o novo ciclo estratégico, que deverá incorporar ajustes que permitam acelerar a execução e aumentar a capacidade de resposta às crescentes exigências internas e externas. Entre as prioridades, destaca-se a necessidade de vermos o contrato de concessão revisto, nos termos do próprio contrato, o reforço da governança operacional, através de mecanismos de monitorização mais ágeis e simplificação de processos críticos. Será também fundamental intensificar o investimento em competências analíticas e de gestão de projeto, acelerando a adoção de ferramentas digitais que permitam ganhos de eficiência e decisões mais informadas no processo de gestão e transformação organizacional. Por fim, vislumbramos essencial o aprofundamento de modelos colaborativos com *stakeholders* internos e externos, promovendo maior alinhamento estratégico, antecipação de riscos e identificação de oportunidades emergentes. Este conjunto de ajustes permitirá reforçar a velocidade, eficácia e impacto da implementação, dotando a organização de uma maior capacidade de adaptação num contexto em constante evolução.

Em termos globais, Tejo Atlântico apresenta hoje um conjunto de bases muito sólidas que permitem encarar a próxima fase com confiança. Os resultados atingidos indicam que a organização está hoje mais preparada, mais alinhada e mais consciente dos passos necessários para continuar a transformar-se. Contudo, a próxima etapa exigirá decisões claras, um reforço da capacidade de execução e a manutenção de um foco disciplinado nas prioridades estratégicas definidas.

A execução desta estratégia foi um gratificante processo, guiado pelos resultados que ambicionámos em equipa, mas muito mais rico do que é possível percecionar pelos indicadores de monitorização da estratégia. Percorremos, em equipa, um caminho enriquecedor que nos permitiu fortalecer as competências de organização, a sua resiliência e eficácia e que serão essenciais para desbloquear pontos críticos e assegurar uma governação estratégica que garanta coerência, disciplina e ambição no caminho que nos encontramos a percorrer nesta organização essencial à região e ao País que serve.

A todos que contribuíram para a Tejo Atlântico que temos hoje, um muito obrigado.

Nuno Brôco

2025 EM DESTAQUE

Principais conquistas de 2025 – Factos relevantes do exercício

O ano de 2025 foi definido por um lado, pela consolidação da resiliência económica nacional num contexto europeu fragilizado, e por outro, pela necessidade de adaptação às alterações climáticas e pela gestão rigorosa dos custos operacionais num mercado global ainda volátil.

O exercício de 2025 marca a conclusão do ciclo estratégico definido para o triénio 2023-2025 "Inspirados pelo Futuro". Ao longo deste ano, foi mantido o foco na execução rigorosa das diretrizes definidas nos 9 pilares estratégicos da estratégia que contemplam, a valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia e eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável de recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde) e neutralidade carbónica, com a monitorização do plano de ações e dos Indicadores, permitindo-nos agora apresentar um balanço consolidado que reflete a trajetória de crescimento e os objetivos alcançados no período.

A forte pluviosidade registada em 2025 teve impacto direto na atividade da Tejo Atlântico, nomeadamente no volume de águas residuais recolhidas e tratadas, que em 2025, tratou 233,28 Mm³ de água residual, o maior volume de atividade desde a sua criação (+7,1% face a 2024 e +17,9% face a 2023). Este acréscimo substancial colocou à prova a resiliência das infraestruturas e exigiu um esforço significativo dos ativos físicos e dos recursos humanos, tendo impacto também nos gastos operacionais na Empresa.

Não obstante, resultado do esforço continuado das equipas na melhoria da qualidade de serviço e na otimização da eficiência das instalações e processos, verifica-se um decréscimo no consumo absoluto de reagentes e de produção de lamas e um ligeiro acréscimo no consumo de energia, mas com um consumo específico por m³ de volume tratado, inferior ao período homólogo.

Em 2025, regista-se uma tendência de estabilidade da situação económico-financeira da sociedade, tendo-se alcançado: (i) o resultado líquido de 6,6 milhões de euros, correspondente à remuneração acionista garantida dos acionistas, e; (ii) um EBITDA ajustado de 38 milhões de euros. A situação superavitária que havia sido alcançada com a recuperação do défice tarifário acumulado proveniente da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., teve evolução favorável, registando no final do exercício um acumulado de 17,6 milhões de euros.

Na sequência da revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF) iniciada em 2022, e com interações diversas com o Regulador – da proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, e constituiu a Águas do Tejo Atlântico, S.A., bem como do contrato de concessão e respetivo EVEF, foi apresentada ao Regulador e Concedente, no final de 2025, a atualização do EVEF, em resposta ao parecer emitido pela entidade reguladora.

Investimentos

O investimento no ano de 2025 ascendeu a 24,2 milhões de euros, sendo a parte relativa a empreitadas de 18,3 milhões de euros, das quais se destacam as empreitadas de Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poluição (empreitada promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa que inclui a construção da bacia anti-poluição de Monsanto, através de protocolo com a Tejo Atlântico), de Beneficiações Gerais de Construção Civil 2024/2025 e 2025/2026, de Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos, de Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – Iª Fase, de Conceção/Construção da ETAR da Encarnação e interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções, que na sua globalidade perfazem um investimento aproximado de 13,6 milhões de euros executados durante o ano de 2025.

Para fazer face a uma sub-execução do planeamento realizado nos últimos anos, deu-se continuidade à reformulação do processo de investimentos, com um acompanhamento mais próximo do plano de execução das empreitadas e com o reforço de recursos, tendo-se lançado um volume de concurso de empreitadas de 87,26M€.

Grande parte do investimento advém da necessidade de recuperação do estado dos ativos da empresa, revestindo sobretudo carácter de investimento de substituição/renovação, atendendo a que parte significativa das infraestruturas operacionais da Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e, conseqüentemente, apresentam um significativo grau de deterioração e obsolescência tecnológica, afetando o desempenho da atividade.

Simultaneamente e para melhor aferição dos processos de investimento de substituição, na sequência da consolidação, em 2024, do plano e da metodologia associada à avaliação de aptidão funcional das principais tipologias de ativos da Tejo Atlântico (Fábricas de Água, Estações Elevatórias, Conduções, Coletores e Emissários), metodologia essa que permite aferir o estado de condição das infraestruturas da concessão, essencial a uma gestão de ativos suportada no trinómio custo/desempenho/risco, procedeu-se, no decurso de 2025, à realização sistemática de Avaliação Funcional por uma equipa multidisciplinar a 7 Fábricas de Água (FA), bem como a 31 Estações Elevatórias (EE).

Operação e Manutenção do Sistema

Ao nível da atividade, 2025 assumiu valores recorde, o que exigiu um maior esforço das pessoas e das infraestruturas que asseguram o serviço. Nesse contexto, foi alcançada uma taxa de cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos de 92,75%, tendo-se registado incumprimentos dos requisitos legais em 16 instalações, o que representa um acréscimo de duas instalações face ao ano anterior. Os incumprimentos registados foram originados pelas seguintes causas principais: contribuições industriais indevidas (88%), obsolescência das infraestruturas (3%), dificuldades operacionais que incluem as Afluências Pluviais Indevidas (1%) e, por último, incumprimentos decorrentes das instalações que se encontram em obra (8%).

Conforme evidenciado, conclui-se que o valor taxa de cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, em 2025, resulta essencialmente de condicionantes de natureza exógena, associadas a afluências de águas residuais de origem não urbana, em especial as

industriais, que se encontram fora do controlo direto da Tejo Atlântico e que impactaram de forma particularmente significativa a instalação de São João da Talha.

Não obstante as condicionantes identificadas, a Tejo Atlântico tem vindo a adotar, de forma contínua, um conjunto de medidas, com vista à mitigação dos impactos verificados e à salvaguarda do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, designadamente, dando continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), um instrumento essencial para analisar causas de incumprimento, definir ações corretivas e planear intervenções estruturais, ao Plano de Ação AgIR, bem como aos estudos comparativos entre a desativação e a reabilitação de instalações.

No que respeita ao Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (AgIR) para o período 2022-2025 – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, com início em 2022 – encontra-se em pleno desenvolvimento, tendo-se dado continuidade à integração dos municípios da Fase 3 (Alcobaça, Azambuja, Lourinhã, Nazaré e Peniche) e aos diversos trabalhos no terreno. Prosseguiram as reuniões técnicas com os municípios e as visitas técnicas às indústrias, que permitiu eleger as indústrias prioritárias (as que apresentam impacto mais significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes). Destaca-se a celebração de 4 Protocolos (Quadripartidos) entre a Tejo Atlântico, Indústria, Município e APA, estando mais 4 finalizados e prontos para assinatura e 1 em preparação, tendo estes protocolos por objeto a definição das condições de descarga e as soluções a implementar pela(s) Indústria(s) no processo de tratamento do efluente gerado, de modo a assegurar que o mesmo não tenha impacto negativo nas infraestruturas operadas e geridas pela Tejo Atlântico.

A gestão da Operação tem registado várias adaptações da estrutura organizacional interna, fruto de um trabalho continuado de reavaliação de turnos e de rotas, tendo em vista ganhos de eficiência e a preparação da integração da Telegestão que vai permitir entrar numa nova era da Gestão Operacional do Sistema.

Desafio Economia Circular

A valorização dos recursos endógenos e naturais são prioridades da Tejo Atlântico em linha com os princípios sustentáveis da economia circular, em prol do ambiente, do desenvolvimento de modelos de negócio sustentáveis e da valorização do território em que atuamos, dos quais se destacam água+, Plano de Energia+ e Plano de Lamas.

No que respeita à água+, a Tejo Atlântico conta com 11 FA com licenças de produção: Beirolas, Casalinho, Frielas, Guia, Mafra, Alcântara, Chelas, Alverca, Vila Franca de Xira, Porto da Luz e Torres Vedras.

Em 2025, foram produzidos 3,1 Mm³ de água+. Assinala-se a performance da empresa relativamente à produção de água+ para efeitos de utilização por terceiros que continua a sua trajetória crescente, verificando o acréscimo de 26,2%, face ao ano anterior. Por sua vez, o volume de água+ para consumo interno continua a diminuir resultante de medidas de eficiência adotadas.

A procura de água para reutilização (ApR) pelos municípios parceiros da Empresa continuou a marcar 2025, em que continuaram a ser delineados o Plano Estratégico para a Reutilização de Água no Município de Lisboa, assim como os relativos a Mafra, Loures, Óbidos, Lourinhã e Alenquer. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de ApR pelo setor agrícola e pelo setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Tejo Atlântico. As Circulares da Água consubstanciam um projeto de visão a longo prazo para a criação de parcerias com municípios e outros setores de atividade na utilização de água+ e na promoção da circularidade.

Destaca-se a assinatura do protocolo com o município de Cascais para a utilização de água+ produzida na FA da Guia, para lavagem de ruas através de camião – cisterna e, com o município de Óbidos, para a utilização de água+ produzida nas FA do Casalinho, Charneca e Gaeiras, para fins de rega hidroagrícola e outros usos urbanos.

O Plano de **Energia+** traduz-se no compromisso com a neutralidade energética até 2030, na eficiência e na articulação com os programas de neutralidade energética da Águas de Portugal e na promoção internamente de uma cultura de gestão de energia.

A autonomia energética da Águas do Tejo Atlântico decresceu em 2025 de 25,1% para 23,5% face ao ano anterior, reflexo do maior volume de caudal tratado e elevado, bem como da redução da produção de biogás, a nossa maior fonte de produção de energia. Este decréscimo deve-se essencialmente à menor produção de biogás a partir dos digestores anaeróbios, afetados níveis elevados de precipitação, e consequentemente menor afluência de carga orgânica para digerir, sobretudo nos meses de março e novembro.

Não obstante o acréscimo do consumo total de energia, o consumo específico manteve um desempenho favorável, tendo-se fixado em 0,39 kWh/m³, um valor inferior ao de referência para *utilities* com a dimensão da Águas do Tejo Atlântico e àquele que tínhamos definido como objetivo estratégico interno (0,40 kWh/m³), tendo sido igualmente o ano de mais baixo consumo específico desde o início de laboração da empresa.

Procedeu-se em 2025, ao lançamento da empreitada de Empreitada de Conceção-Construção da Instalação de Hidrólise Térmica da Fábrica de Água de Frielas, um investimento estratégico para empresa no valor de 24 milhões de euros, focado na modernização da gestão de lamas e na economia circular, permitindo um maior rendimento na Digestão Anaeróbia, a redução significativa do volume de lamas e a eficiente produção e valorização de biosólidos, com impactos significativos na redução dos gastos operacionais.

Sustentabilidade

A segurança no trabalho é um valor fundamental no desenvolvimento sustentável de qualquer empresa, com a relevância de ser igualmente um fator distintivo e de atratividade da organização. Alinhada com a Declaração da OIT (Organização Internacional do Trabalho) relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho e respetivo acompanhamento – Aprovada na 86.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (1998) e alterada na 110.ª sessão (2022), a AdTA definiu como pilar estratégico do triénio o reforço da sua cultura de segurança, com o objetivo último de garantir o princípio fundamental de todos os trabalhadores terem um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Encetou-se assim várias iniciativas de melhoria contínua, planeadas de forma coordenada no Plano Estratégico de Segurança, e das quais se destacam:

- O Projeto Segurança 365 - Segurança Comportamental;
- A certificação SG - SST ISO 45001;
- A reorganização da área de segurança, passando a centralizar os aspetos relativos a segurança, articulados com o Sistema de Responsabilidade Empresarial implementado e o ODS 8;
- A revisão do Plano Estratégico de Segurança no Trabalho, para o ano de 2025, com novas ações implementadas, nomeadamente a formação "Passaporte de Segurança" para Diretores e Coordenadores, a sistematização da realização mensal de safety moments para todos os trabalhadores e a alteração do procedimento de avaliação de riscos e digitalização em plataforma dedicada.

Em cumprimento do compromisso de melhoria contínua, assumido como pilar da Política de Sustentabilidade Empresarial, a Tejo Atlântico manteve, durante o ano de 2025, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de:

- Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001);
- Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001);
- Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001);
- Gestão da Energia (NP ISO 0001);
- Gestão de Ativos (ISO 55001);
- Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457).

Em 2025 foi dada continuação ao projeto para Reengenharia dos Processos da Tejo Atlântico, na perspetiva da melhoria contínua, e com o importante objetivo de mapear os principais processos da cadeia de valor com o intuito de permitir identificar as potenciais oportunidades de melhoria conducentes a um aumento da eficiência da empresa.

O Relatório de Sustentabilidade 2025 sistematiza a atividade levada a cabo e principais impactos da nossa organização nesta matéria ([Relatórios de Sustentabilidade | Águas do Tejo Atlântico](#)).

Síntese de Indicadores

Quadro 1 - Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros	unidade	2023	2024	2025
Volume de negócios	MEur	90,8	98,6	100,3
Resultado operacional	MEur	13,0	21,4	19,4
EBITDA Ajustado ¹	MEur	32,0	37,6	38,0
Resultado líquido	MEur	7,0	6,9	6,6
Resultado líquido sem DRG	MEur	9,1	7,4	8,8
OPEX (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	57,9	60,0	61,5
PRC (OPEX / Volume de negócios)	%	64%	61%	61%
PRC (OPEX / Volume de negócios) sem gastos excecionais	%	48%	60%	60%
Endividamento bruto ²	MEur	173,4	158,2	142,1
Endividamento líquido ²	MEur	111,0	103,3	105,0
Dívida bruta de clientes	MEur	16,3	11,1	12,3
Dívida líquida de clientes	MEur	16,3	11,1	12,3
Infraestruturas operacionais brutas (Ativo Intangível Bruto)	MEur	947,0	966,5	989,9
Infraestruturas operacionais líquidas (Ativo Intangível Líquido)	MEur	419,1	414,3	415,4
Investimento do ano ³	MEur	17,7	20,7	25,1
Ativo total	MEur	562,7	546,4	522,3
Passivo total	MEur	443,2	426,7	402,5
Capital próprio	MEur	119,5	119,7	119,8

¹ Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio Recuperação de Gastos

² Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

³ Inclui Ativos sob direito de uso. Não inclui abates

Quadro 2 - Indicadores de atividade

Indicadores de atividade	unidade	2023	2024	2025
Efluente faturado	Mm ³	183,5	184,9	185,4
Efluente tratado ¹	Mm ³	197,9	217,8	233,3
Efluente recolhido ⁽²⁾	Mm ³	200,4	220,5	236,0
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de trabalhadores no final do ano	nº	398	414	441

¹ Efluente tratado e transportado

² Reexpresso o valor de 2024

Quadro 3 - Indicadores de Infraestruturas

Infraestruturas	unidade	2023	2024	2025
Número de ETAR	nº	100	100	100
Número de Estações Elevatórias	nº	284	292	292
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores	Km	1 132	1 141	1 141

A EMPRESA

QUEM SOMOS

Missão, Visão e Compromissos

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., (adiante também designada por Tejo Atlântico, Empresa ou sociedade), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão gerir de forma eficiente e sustentável o Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a otimização dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente, e da sustentabilidade económica e financeira, contribuindo para o desenvolvimento regional e ordenamento do território em alinhamento com os objetivos sectoriais nacionais, comunitários e de desenvolvimento sustentável.

A Tejo Atlântico pretende ser reconhecida como Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade do serviço de excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

No âmbito da nossa missão e prossecução da nossa visão, assente em cinco valores chave: Compromisso, Integridade, Transparência, Respeito e Excelência, e comprometidos com a disponibilidade de informação e recursos necessários, trabalhamos diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos e promovendo a prevenção da poluição, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, na aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;
- Ser um agente de mudança, pela ação e pela inspiração, contribuindo para um planeta descarbonizado;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável para a prevenção de lesões e afeções da saúde, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da eliminação dos perigos e da redução dos riscos;
- Garantir a igualdade de tratamento e oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira e a conciliação e participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida pessoal, familiar e profissional;
- Garantir uma organização transparente, com acesso à informação necessária a uma elevada performance;

- Garantir uma cultura de segurança da informação e cibersegurança, assumindo a informação como um ativo crítico, e garantir a proteção do seu tratamento, de forma adequada, fundamentado nos princípios da sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e rastreabilidade, em cumprimento com o estabelecido na Política de Segurança da Informação da Tejo Atlântico;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais e respetivo tratamento de acordo com as finalidades previstas em cumprimento com o estabelecido na Política de Proteção de Dados Pessoais;
- Incentivar uma cultura de investigação, desenvolvimento e inovação dinamizando e estimulando a criatividade e a criação de valor, potenciando novos conhecimentos e competências, nomeadamente através de criação de parcerias externas e demonstração de soluções tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Empresa, da região e das diferentes partes interessadas;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

Valores éticos do Grupo AdP e princípios de atuação

O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

Figura 1 - Valores éticos do grupo AdP e princípios de atuação

Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido Sistema multimunicipal, gerido e explorado pela Tejo Atlântico, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que a seguir se identificam:

- Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e a gestão do Sistema por conta da Tejo Atlântico até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

- | | |
|----------------------|------------------------------|
| • Alcobaça; | • Mafra; |
| • Alenquer; | • Nazaré; |
| • Amadora; | • Óbidos; |
| • Arruda dos Vinhos; | • Odivelas; |
| • Azambuja; | • Oeiras; |
| • Bombarral; | • Peniche; |
| • Cadaval; | • Rio Maior; |
| • Caldas da Rainha; | • Sintra; |
| • Cascais; | • Sobral de Monte
Agraço; |
| • Lisboa; | • Torres Vedras; |
| • Loures; | • Vila Franca de Xira. |
| • Lourinhã; | |



Cadeia de Valor

A Empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Operação - Saneamento

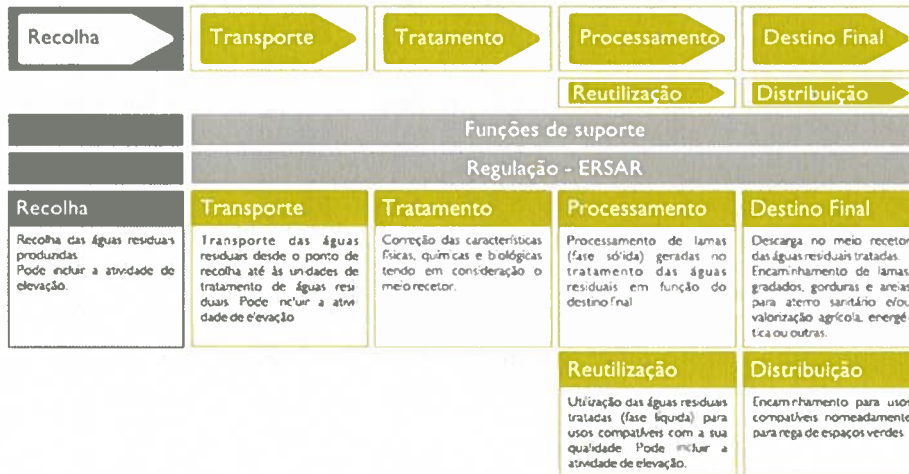


Figura 2 - Cadeia de Valor

AS NOSSAS PESSOAS

Em 2025 foram mobilizados todos os esforços, para o fecho da implementação da estratégia "Inspirados pelo Futuro".

Mantivemos o foco de e para as nossas pessoas, promovendo iniciativas participativas e colaborativas que fortaleceram a cultura da Tejo Atlântico. Paralelamente., investimos no desenvolvimento das competências necessárias para um futuro sustentável, criando e consolidando instrumentos que facilitam a partilha e a capacitação contínua.

Estas ações reforçam a capacitação da Tejo Atlântico para responder, de forma cada vez mais eficaz, aos desafios futuros da Tejo Atlântico e da região que servimos.

Um dos principais desafios, prende-se com a atração de novos Trabalhadores para a Missão da Tejo Atlântico, assim como atualização e valorização contínua dos atuais Trabalhadores, mantendo os níveis motivacionais, abraçando as novas tendências, tecnologias e parcerias estratégicas.

Através de Parcerias estabelecidas com Instituições de Ensino Superior, procurou-se incorporar na Empresa as tendências de mercado, próprias e presentes nas gerações mais recentes, materializadas em Teses de Mestrado e Doutoramento que têm permitido aproximar a operativa em uso das melhores práticas e potenciar o desenvolvimento de novos negócios e produtos.

Neste enquadramento, as áreas de Automação, Instrumentalização e Telegestão, assumiram um papel de relevo, ao procurarem transformar práticas tradicionalmente empíricas e manuais em processos tecnicamente suportados e mais eficientes empíricas e manuais em processos tecnicamente suportados e mais eficientes. Esta evolução permite capitalizar a experiência consolidada dos Trabalhadores (dos quais cerca de 35% apresentam mais de 20 anos de serviço), convertendo esse conhecimento em ferramentas e utilitários que facilitam e modernizam o trabalho diário.

A preservação do conhecimento das infraestruturas e da operação técnica, num contexto de elevada rotatividade de Equipas, a par da continuidade de negócio, constitui o principal desafio na gestão interna de Pessoas. Por este motivo, têm sido desenvolvidas ações com vista à mitigação desse risco, reforçando a sistematização, a transferência e a retenção do conhecimento organizacional.

A estrutura Etária e o tempo de Carreira dos Quadros da Tejo Atlântico convergem para um cenário futuro, o qual é já ponderado no presente, quanto à transmissão do Saber e do Conhecimento entre Gerações e novos profissionais. Este continuará a ser um eixo prioritário na preparação da Empresa para os desafios dos próximos anos.

A salvaguarda e preservação do conhecimento, tanto ao nível das Lideranças como dos Processos, num contexto persistente de rotatividade de Equipas, surge de igual forma como um desafio na gestão interna de Pessoas, sendo mitigado através da identificação do Potencial interno, dentro e entre Unidades Orgânicas, em horizontes de curto, médio e longo prazo, suportado pela criação do Plano de Sucessão.

Através de programas como o NextGen e Embaixadores da Juventude, procurou-se estabelecer pontos de ligação e interesses em comum, tendentes à aproximação inter-faixa-etária. Tal iniciativa torna-se especialmente relevante na medida em que o peso dos "jovens" (até 25 Anos, representam 1%) é marcadamente díspar dos "séniores" (superior a 55 Anos, representam 23%).

Parte do percurso de atração de novos profissionais consiste na divulgação da Missão e Propósito da marca Tejo Atlântico, apostando na partilha dos Valores associados à Sustentabilidade e à Economia Circular, fomentando a empatia pela Empresa.

Esta aproximação tem sido concretizada em diversos fóruns, com especial destaque para as Feiras de Emprego, onde se reforça a proximidade com jovens talentos com potencial de integração futura na Empresa sendo criada essa oportunidade em diversos fóruns, com especial destaque para as Feiras de Emprego.

Nesses eventos, a proximidade aos jovens talentos, com potencial de conversão em novos profissionais, pauta a dinâmica implementada, indagando esforços de compatibilizar o que são as expectativas de ambas as Partes: por um lado, as necessidades de recrutamento da Empresa e, por outro lado, o perfil, motivação e aptidão de cada Candidato.

Não obstante, a vivência da gestão interna de Pessoas, conduz à tendência e – até mesmo, salvaguarda da livre concorrência, de processos de Recrutamento, em formato "misto", em que os demais Colegas do Grupo Águas de Portugal, são incorporados no leque de opções de Candidatos a considerar, assim como interessados provenientes diretamente do Mercado de Trabalho.

No cenário de escassez de Recursos Humanos, torna-se essencial assegurar uma gestão interna eficiente dos recursos existentes, de elevada eficiência, através de ferramentas de avaliação, valorização e de monitorização contínua.

Esta mesma gestão eficiente do Capital Humano procura fomentar a retenção interna, promovendo uma cultura de equidade organizacional e assegurando condições que valorizem o mérito, a Produtividade e o impacto do Trabalho desenvolvido, constituindo também um fator diferenciador na integração dos novos Profissionais.

A Política de Benefícios, alinhada com os princípios anteriormente descritos, são fatores essenciais que procuram consolidar o "sentimento de pertença" e a valorização extra-monetária, extensível à esfera pessoal e do agregado familiar, por serem regalias diferenciadoras de que podem todos usufruir.

Também nas opções tomadas, ao nível das peças de Fardamento e condições de tratamento/higienização das mesmas, assim como da disponibilização de infraestruturas de salvaguarda da higiene pessoal, procura a Tejo Atlântico aportar por condições de conforto e dignificação da esfera Laboral, extensíveis ao universo pessoal e do respetivo agregado familiar.

Pela vertente operacional do sector de atividade, onde a Empresa se insere, os fatores protetores relacionados com os cuidados de Saúde e de Segurança, com cada Trabalhador, toldam a atuação e priorizam os critérios de opção da Empresa, inseridos num contexto nacional - e internacional, cada vez mais exigente.

Assim, a Tejo Atlântico fomenta e contribui, para uma cultura de local justo e seguro para trabalhar, respeitando princípios e direitos fundamentais do Trabalho, através de pequenas ações tendentes a uma segurança responsável, ambiente saudável e ao bem-estar Organizacional.

Neste sentido, no Ano 2026, os próximos passos estão definidos, no que diz respeito aos resultados primários obtidos na avaliação dos riscos psicossociais, através da implementação de um Plano Mitigador, que comporta um leque de ações formativas e de sensibilização de atuações comportamentais, para os diferentes níveis de Liderança.

Deste modo, a aposta no desenvolvimento e envolvimento das nossas Pessoas, irá manter-se, toldada pela melhoria contínua e aperfeiçoamento interno, visando proteger a "cultura" da Tejo Atlântico, assim como posicionar-se como Marca empregadora de referência.

Quadro 4 – Headcount

Headcount	2023	2024	2025	Varição 2025/2024
N.º Total Trabalhadores ⁽¹⁾	398	414	441	27

⁽¹⁾ Não inclui os Órgãos Sociais à data de 31.12.2025

Em 2025, o quadro de pessoal da Tejo Atlântico continuou a refletir a prioridade dada ao reforço das equipas, registando-se um total de 441 trabalhadores, o que representa um aumento de 27 trabalhadores face a 2024, ano em que o efetivo era de 414 trabalhadores. A contratação de trabalhadores manteve-se sujeita ao regime aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente ao Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025), que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025 e que condiciona os reforços de *headcount* à respetiva autorização em Plano de Atividades e Orçamento (PAO), bem como ao cumprimento dos limites remuneratórios previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis.

No que respeita à substituição de trabalhadores, foram observadas as regras específicas previstas no DLEO 2025 para a celebração de contratos que não impliquem aumento da dotação global de pessoal, em particular quanto à exigência de que a remuneração corresponda, em regra, à base da carreira e categoria profissional ou a um custo anualizado igual ou inferior ao do trabalhador substituído. Apesar das restrições legais e da escassez de perfis qualificados no mercado, a Empresa conseguiu concretizar integralmente as 11 admissões autorizadas no PAO 2024, ficando assim totalmente preenchidas as vagas aprovadas.

Adicionalmente, em 2025 foram obtidas três novas autorizações para admissões ao abrigo do PAO, tendo todos estes processos de recrutamento sido concluídos no próprio ano, contribuindo para o reforço das equipas em áreas consideradas críticas para a prossecução dos objetivos estratégicos da Tejo Atlântico.

Quadro 5 - Distribuição de Headcount por Direção/Departamento/Área

Direção/ Departamento/ Área	2023	%	2024	%	2025	%
Dir. de Operação	227	56,90%	241	57,04%	251	56,92%
Dir. de Manutenção	47	11,82%	47	11,81%	47	10,66%
Dir. de Comunicação e Desenvolvemento	6	1,48%	6	1,51%	6	1,36%
Dir. de Engenharia	19	4,68%	17	4,77%	17	3,85%
Dir. de Gestão de Ativos	22	5,42%	22	5,53%	28	6,35%
Dir. Administrativa e Financeira	21	4,93%	23	5,28%	26	5,90%
Dep. Jurídico	3	0,99%	4	0,75%	5	1,13%
Dir. Laboratório	21	5,17%	22	5,28%	23	5,22%
Dep. Recursos Humanos	6	1,72%	6	1,51%	7	1,59%
Dep. Planeamento e Controlo de Gest	5	1,23%	5	1,26%	5	1,13%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e	3	0,74%	3	0,75%	4	0,91%
Dir. Sistemas e Soluções Digitais	6	1,48%	6	1,51%	7	1,59%
Dep. Segurança e Sustentabilidade Empr	9	2,22%	8	2,26%	11	2,49%
Assessores	2	0,49%	2	0,50%	3	0,68%
Secretariado	1	0,74%	2	0,25%	1	0,23%
Total	398	100%	414	100%	441	100%

Quadro 6- Evolução do número de efetivos

Efetivos	2023	%	2024	%	2025	%
Quadro	397	99,51%	413	99,75%	441	99,32%
Cedências	1	0,49%	1	0,25%	3	0,68%
Total	398	100%	414	100%	444	100%

Conforme evidenciado no quadro 7, no ano de 2025, verificaram-se 45 entradas e 18 saídas.

As entradas ocorridas têm o seguinte enquadramento:

- 5 ao abrigo da aprovação do PAO 2023 - Processos concluídos e aprovados ainda em 2024, mas cuja entrada, pelo cumprimento dos avisos prévios, apenas se concretizou em 2025;
- 7 ao abrigo da aprovação do PAO de 2024 - foi autorizada, a 30 de julho de 2024, a contratação de 11 trabalhadores, dos quais 4 foram contratados ainda em 2024. Em 2025, foram efetivadas as 7 contratações em falta;
- 3 ao abrigo da aprovação do PAO de 2025 - foi autorizada e efetivada a contratação de 3 trabalhadores em 2025;
- 30 para suprir saídas ocorridas em 2024 e 2025, que resultaram da cessação da relação laboral não determinada pela Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador.

No que respeita às saídas/suspensões de vínculos, esteve em causa no total de 18 trabalhadores:

- 1 suspensão de vínculo por cedência ocasional a uma empresa do Grupo AdP;

- 1 cessão de posição contratual a uma empresa do Grupo AdP;
- 6 por Reforma Velhice/Invalidez;
- 3 no decurso do período experimental;
- 7 por iniciativa do trabalhador.

Tendo presente que os momentos de entrada e saída da empresa marcam a relação laboral da Tejo Atlântico com o mercado de trabalho, no qual queremos ser uma referência, foi adotada a prática de realização de entrevista de saída para todos os trabalhadores que rescindem os seus contratos de trabalho por opção própria, tendo sido realizadas em 2025 quatro entrevistas.

Quadro 7- Movimentos de pessoal

Movimentos de pessoal	2023			2024			2025		
	Cedências / Requisição	Outros	Total	Cedências / Requisição	Outros	Total	Cedências / Requisição	Outros	Total
Entradas	0	41	41	0	46	46	0	45	45
Saídas	1	19	20	0	30	30	1	17	18
Total	-1	22	21	0	16	16	-1	28	27

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por género, não existindo alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

Quadro 8- Distribuição por género

	2023	%	2024	%	2025	%
Mulheres	119	30,30%	119	29,90%	128	29,02%
Homens	279	69,70%	295	70,10%	313	70,98%
Total	398		414		441	

Não obstante a distribuição de género ainda ter uma elevada preponderância do género masculino fortemente influenciada pelas áreas operacionais de Operação e Manutenção nas quais as tarefas físicas dominam o perfil de atividade, salienta-se que ao nível de chefias da Tejo Atlântico, existe a seguinte distribuição de género: 28 mulheres (46%) e 33 homens (54%).

No seguinte quadro apresenta-se a antiguidade média dos trabalhadores.

Quadro 9- Antiguidade

Antiguidade	2023	%	2024	%	2025	%
antiguidade < 2 anos	43	14,53%	54	10,80%	77	17,46%
antiguidade 2 a 5 anos	49	7,39%	57	12,31%	67	15,19%
antiguidade 6 a 10 anos	17	4,43%	26	4,27%	28	6,35%
antiguidade 11 a 20 anos	146	40,89%	116	36,68%	113	25,62%
antiguidade > 20 anos	143	32,76%	161	35,93%	156	35,37%
Total	398		414		441	

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2025 é de 47 anos.

Quadro 10- Estrutura Etária

Estrutura Etária	2023	%	2024	%	2025	%
idade <25	1	0,25%	4	0,97%	5	1,13%
idade 25-34	46	11,56%	52	12,56%	61	13,83%
idade 35-44	117	29,40%	98	23,67%	85	19,27%
idade 45-54	150	37,69%	160	38,65%	186	42,18%
idade >55	84	21,11%	100	24,15%	104	23,58%
Total	398		414		441	

Quanto ao nível profissional, não há a registar alterações significativas em relação ao ano anterior.

Quadro 11- Nível Profissional

Nível Profissional	2023	%	2024	%	2025	%
Dirigentes	33	8%	29	7%	32	7%
Quadros Superiores	106	27%	104	24%	101	23%
Quadros intermédios (inclui contra-mestres e chefes de equipa)	25	6%	29	7%	30	7%
Profissionais altamente qualificados	36	9%	47	11%	55	12%
Profissionais qualificados	178	45%	185	42%	215	49%
Profissionais semiquilificados	17	4%	17	4%	7	2%
Profissionais não qualificados	3	1%	3	1%	1	0%
Total	398		414		441	

No quadro 12, apresenta-se as habilitações literárias dos trabalhadores, não existindo alterações significativas a registar em 2025 relativamente aos anos anteriores, embora se mantenha a tendência de aumento das qualificações gerais na empresa pela redução de trabalhadores apenas com o Ensino Básico e aumento dos trabalhadores com o Ensino Secundário como nível máximo de habilitação.

Quadro 12- Habilitações

Habilitações	2023	%	2024	%	2025	%
Ensino Básico	140	35%	128	31%	134	30%
Ensino Secundário	115	29%	124	30%	144	33%
Ensino Superior	143	36%	162	39%	163	37%
Total	398		414		441	

Em 2025, a valorização dos Recursos Humanos manteve-se no centro da estratégia da Tejo Atlântico, com a formação a desempenhar um papel determinante na qualificação, motivação e melhoria do desempenho dos trabalhadores. Nesse ano, realizaram-se 142 ações de formação, totalizando 15.390 horas, evidenciando um reforço significativo face a 2024.

A diversificação e expansão das temáticas formativas prosseguiu, integrando novas áreas de conhecimento e consolidando competências técnicas e comportamentais alinhadas com as necessidades estratégicas da empresa. O número de formandos aumentou para 437 trabalhadores, traduzindo um maior acesso à formação e um investimento mais robusto no desenvolvimento das equipas, em especial nas vertentes operacionais, de manutenção e de suporte.

Ao mesmo tempo, continuou a adoção de um modelo de formação mais flexível, combinando formatos presenciais, em contexto de trabalho e à distância, o que facilitou a participação de trabalhadores com maiores constrangimentos de disponibilidade.

Comparativamente a 2024, registou-se um aumento significativo quer no total de horas de formação, quer no número de ações e de participantes, invertendo a tendência de redução observada anteriormente. Se em 2024 a formação foi condicionada por uma abordagem mais contida no Plano de Reforço de Segurança e por constrangimentos de disponibilidade, em 2025 observou-se uma consolidação das competências já adquiridas e uma reorientação do esforço formativo para outras áreas estratégicas. Esta evolução mostra um amadurecimento do modelo de formação, focado não apenas na resposta a exigências regulamentares, mas também na promoção de competências que suportam a inovação, a eficiência operacional e a sustentabilidade da organização.

Em síntese, o ano de 2025, ficou marcado por um reforço claro da atividade formativa, contribuindo para um quadro de trabalhadores mais qualificado, motivado e alinhado com os objetivos estratégicos da Tejo Atlântico.

Quadro 13- Formação profissional

Formação profissional	2023	2024	2025
N.º Horas de formação	14 710	12 417	15 390
N.º Ações de formação	76	132	142
N.º Formandos	453	408	437
Total de Trabalhadores	398	414	441

Em 2025, registou-se um aumento na taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, mantendo a trajetória ascendente iniciada no ano anterior.

Quadro 14- Absentismo

Absentismo	2023	2024	2025
Horas Absentismo	44 223	45 582	47 359
Taxa de Absentismo	1,58%	3,72%	5,90%

Em 2025, aproximadamente 15% das horas de ausência foram atribuídas a acidentes de trabalho, totalizando 29 ocorrências, com uma média de 28 dias de incapacidade temporária absoluta por acidente. Observou-se uma redução no número total de acidentes de

trabalho em comparação com o ano anterior, acompanhado por uma menor gravidade — o total de dias perdidos por baixa diminuiu em relação aos anos anteriores, sendo o mais baixo desde a criação da Tejo Atlântico.

Às horas de ausências motivadas por acidentes de trabalho, acrescem mais de 28 000 horas que deixaram de ser trabalhadas devido a ausências por doença, refletindo uma estrutura etária em que mais de 65% dos trabalhadores têm acima de 45 anos, sendo que 23% já ultrapassaram os 55 anos.

De assinalar que em 2025, se registou uma redução do número total de acidentes de trabalho, face a 2024, passando de 45 para 29 sinistros, bem como uma diminuição dos dias de baixa de 1 240 para 869. A média de dias de baixa por sinistro manteve-se em 28 dias, o que demonstra que, apesar de menos frequentes, os acidentes continuam a ter um impacto relevante na disponibilidade dos trabalhadores.

Quadro 15- Acidentes de trabalho

Acidentes de trabalho	2023			2024			2025		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º méd.dias baixa
Sinistros encerrados	31	973	31	45	1 240	28	26	721	28
Sinistros encerrados sem baixa	9	0	0	0	0	0	2	0	0
Sinistros em curso (com recaída)	0	0	0	0	0	0	1	148	0
Total	40	973	31	45	1 240	28	29	869	28

Dos 28 acidentes de trabalho que ocorreram em 2025, 26 encerraram com baixa e 2 sem baixa, mantendo-se ainda 1 sinistro em curso com recaída, associado a 148 dias de ausência. A taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho fixou-se em 38,42, ligeiramente abaixo dos 38,75, de 2024. Por sua vez, a taxa de frequência dos acidentes com baixa diminuiu de 35,31 para 34,44, refletindo uma evolução positiva no controlo da sinistralidade.

Estes resultados sugerem que as medidas de prevenção e segurança implementadas têm contribuído para reduzir a frequência e controlar a gravidade dos acidentes, ainda que se mantenham desafios na eliminação das ocorrências. O decréscimo simultâneo do número de sinistros e das taxas de frequência indica um caminho de melhoria contínua, mas reforça a necessidade de manter o foco na cultura de segurança.

Quadro 16- Indicadores de segurança

Indicadores de segurança	2023	2024	2025
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	33,11	38,75	38,42
TF: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	25,66	35,31	34,44

Relativamente à Medicina do Trabalho, evidenciam-se abaixo os exames efetuados em 2025.

Quadro 17- Medicina no trabalho

Medicina do Trabalho	N.º Exames 2023	%	N.º Exames 2024	%	N.º Exames 2025	%
Exames Admissão	37	10,45%	45	10,45%	43	9,98%
Exames Periódicos	249	70,34%	312	70,34%	321	74,48%
Exames Ocasionais	68	19,21%	75	19,21%	67	15,55%
Total de Exames	354		432		431	

Em 2025, deu-se continuidade à campanha voluntária de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 87 vacinas que representam 19,73% do total de trabalhadores da Empresa.

Quadro 18- Vacinação

Prevenção Gripe Sazonal	2023	%	2024	%	2025	%
Vacinas inoculadas	91	22,86%	81	19,57%	87	19,73%
Total de trabalhadores	398		414		441	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela Empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, a prescrição de receitas e o aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram um acréscimo face aos anos anteriores, tendo-se registado um acréscimo de recurso a este.

Quadro 19- Consultas

Medicina Curativa	N.º Consultas 2023	%	N.º Consultas 2024	%	N.º Consultas 2025	%
Consultas	94	23,62%	101	24,40%	132	29,93%
Total de Trabalhadores	398		414		441	

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A Tejo Atlântico está consciente das suas responsabilidades enquanto Empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho de uma Empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da Tejo Atlântico (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da Empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A Tejo Atlântico (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Figura 3 – Stakeholders

Através dos diversos serviços, a sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *Stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os *Stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Tejo Atlântico neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público e essencial, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Deveres especiais de prestação da informação

A Tejo Atlântico cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *Stakeholders*.

MODELO DE GOVERNO

Estrutura acionista

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 113 527 680 euros, integralmente realizado.

Em 2017, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à Tejo Atlântico pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6 458 431 para 2 521 433 ações.

No final do exercício, o Capital Social da Tejo Atlântico estava repartido da seguinte forma:

Quadro 20- Acionistas

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		Nº Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal SGPS, S. A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244 €	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
TOTAL	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680 €	100,00%

Estrutura organizacional

O desenvolvimento da atividade em 2025 efetuou-se com base no organograma implementado a 15 de setembro de 2023, conforme se apresenta de seguida:

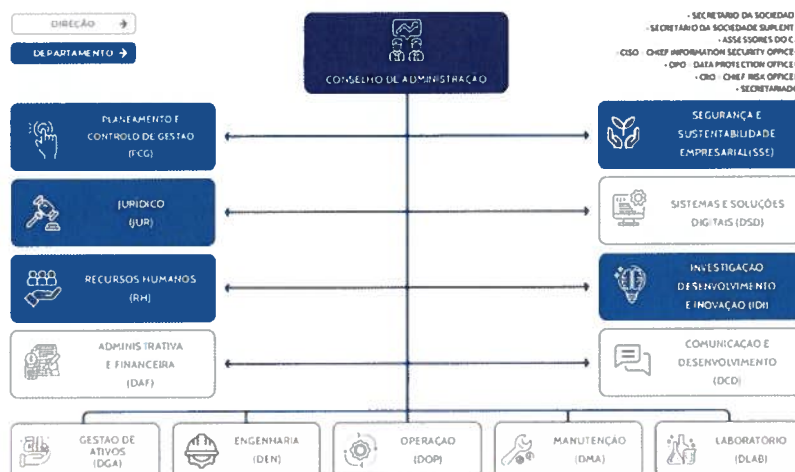


Figura 4 - Estrutura organizacional

Órgãos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca ⁽¹⁾

Vice-presidente | Águas de Portugal SGPS, S.A. ⁽²⁾

Secretária | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

⁽¹⁾O cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral encontra-se atualmente vago, em virtude da decorrência das recentes eleições autárquicas e do consequente termo do mandato anterior do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, que cessou funções e deixou automaticamente de exercer o cargo por inerência.

⁽²⁾Na decorrência da renúncia do Sr. Vice-Presidente na Assembleia Geral de 15.03.2024 foi eleito para o referido cargo e pelo restante período do mandato em curso, a Águas de Portugal SGPS, S.A., que se fará representar, no exercício do referido cargo, por pessoa a indicar à sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Eng.º Nuno Rafael da Conceição Brôco

Vice-Presidente Executivo | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira ⁽³⁾

Vogal Executivo | Dr.ª Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel

Vogal Não Executivo | Eng.ª Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto

Vogal Não Executivo | Dr. Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques

Vogal Não Executivo | Dr.ª Ana Margarida Afonso de Matos

Vogal Não Executivo | Arqt. Ricardo Alexandre Silva Bastos

⁽³⁾ O Vice-Presidente apresentou renúncia ao cargo a 29 de novembro tendo, em conformidade com o regime jurídico aplicável, cessado funções no dia 31 de dezembro de 2025.

CONSELHO FISCAL

Presidente | Dr. Armando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Eng.^a Laura Maria Jesus Rodrigues ⁽⁴⁾

Vogal Suplente | Dra. Vanda Maria Marques Valadares ⁽⁵⁾

⁽⁴⁾ Renúncia com efeito a 22/12/2025

⁽⁵⁾ Início de funções como Vogal Efetivo a 23/12/2025 na sequência da renúncia da Eng.^a Laura Rodrigues

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | Deloitte & Associados, SROC, S.A.

ROC Efetivo | Dra. Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

ROC Suplente | Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dr.^a Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal Efetivo | Dr. Rui Mendes Costa

Vogal Efetivo | Dr. João Paulo da Cruz António

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2025, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

SUSTENTABILIDADE

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A Tejo Atlântico subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na [Política de Integridade](#) e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta ([Código Ética e Conduta.pdf](#)); Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas ([Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas](#)); Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades ([Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades](#)); Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A Tejo Atlântico dispõe ainda de uma **Linha de Integridade**, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.



As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.

Figura 5 – Compromisso de sustentabilidade

As nossas Ambições

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na Tejo Atlântico, estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.

6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

Em 2025

No ano de 2025 deu-se continuidade à publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2024 ([Relatório de Sustentabilidade 2024](#)). No referido relatório transmitiu-se os principais compromissos assumidos pela Tejo Atlântico no âmbito da nossa atividade, destacando os nossos progressos e desafios de uma forma transparente, alicerçada numa governança responsável e demonstrando o compromisso com a preservação do ambiente e o comprometimento com as nossas pessoas e as comunidades onde nos inserimos.

A NOSSA ESTRATÉGIA – INSPIRADOS PELO FUTURO

Em 2023, a equipa de gestão da Tejo Atlântico recém-eleita, iniciou o processo de estruturação das orientações gerais, das orientações específicas, dos objetivos do mandato, do diagnóstico e identificação de pontos de melhoria necessários à organização, enquadrados com os desafios externos e as ambições internas, e em total alinhamento com o EVEF, num único referencial estratégico.

Este processo, concluído em setembro de 2023, envolveu a auscultação de todos os trabalhadores da Empresa, o envolvimento direto das primeiras linhas, e resultou na definição da estratégia 23/25 - Inspirados pelo Futuro - que pautou a atuação das equipas no período 2023-2025.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolidava a consciência global de que nos encontrávamos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontrava nessa data, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A perceção global do momento contextualizou a elaboração desta estratégia acentuou-se durante 2024 e 2025 com a instabilidade geopolítica global, surgimento de vários polos de conflitos armados, todos eles relacionados com um ambiente de escalada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas esteve, e está, no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para perceção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se totalmente desfasada do ambiente "Volatility (Volatilidade), Uncertainty (Incerteza), Complexity (Complexidade) e Ambiguity (Ambiguidade)" – VUCA - em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham o ritmo, que vão

encerrando portas por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica que vivemos ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas incalculáveis até há alguns anos, o que evidencia a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes previsíveis e imprevisíveis. Durante o este período, fomos ainda surpreendidos por uma instabilidade geopolítica sem precedentes, com o surgimento de vários focos de guerra em contextos pouco prováveis até há alguns anos

Acresce à complexidade global, a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão aplicados ao Setor Empresarial do Estado num país em que o equilíbrio das finanças públicas é um imperativo de sustentabilidade nacional.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO COM O QUADRO EM QUE NOS INSERIMOS

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular, o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um horizonte temporal até 2030 e, obviamente, as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, bem como todos os que estamos comprometidos, designadamente os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente, mas também com uma duração passível de ser revista num período de 3 (três) anos.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com a implementação de métodos de trabalho disruptivos, designadamente a utilização de tecnologias e recursos até à data indisponíveis, a motivação e mobilização sinérgica das equipas, bem como um plano de ação, faseado, alinhado com a estratégia, enformado de maior agilidade e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.



Figura 6 – Visão integrada

O EDIFÍCIO ESTRATÉGICO

O roteiro que definimos para a nossa estratégia Inspirados pelo Futuro incluía nove marcos essenciais, ligados pela visão que partilhávamos em 2023 para a Tejo Atlântico de sermos **a empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queríamos chegar, estávamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia eram essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 fundações estratégicas (eficácia, eficiência e propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Mas a empresa ambicionava crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que nessa data elegemos 5 pilares essenciais de crescimento: a Resiliência, a digitalização, as parcerias sustentáveis, a Economia Circular e a Descarbonização das nossas atividades.

Queríamos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

Nós AdTA - Sermos uma Empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

Eficiência - Sermos a Empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável

Eficácia - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

Propósito - Cada trabalhador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma Empresa maior;

Resiliência - Sermos a Empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

Digitalização - Sermos a Empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

Parcerias Sustentáveis - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

Economia circular - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

Neutralidade Carbónica - A Tejo Atlântico será a Empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 7 – Visão – Pilares da Estratégia

OS PILARES DA ESTRATÉGIA

Nós AdTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Tejo Atlântico investe na capacitação dos seus trabalhadores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da Empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce que a Tejo Atlântico resultou da fusão de três empresas, duas delas pioneiras do setor do saneamento em Portugal, uma delas criada em 1995 e outra em 2002. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa Empresa é de 47 anos, resultando na incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Eficácia

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da Empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Eficiência

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GO/VN), energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto, face às limitações enfrentadas.

Contudo, tal não nos conforma e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização continua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, quer pela regulação económica e conseqüente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição.

Propósito e Cultura Empresarial

A história da Empresa Tejo Atlântico permite facilmente perceber a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma Empresa que resulta da agregação recente de várias empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação em conformidade com os valores, é contínuo e necessita de atenção constante.

Resiliência Empresarial

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afluências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos anos.

Digitalização do Negócio e Inovação Tecnológica

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Tejo Atlântico enfrenta um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem que tenha sido acompanhado por uma evolução compatível das infraestruturas digitais e dos recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma contínua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT (*Internet of Things*) análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da UE para o setor da água vertidas em Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level e as obrigações relativas a cibersegurança vertidas na diretiva (UE) 2022/2555.

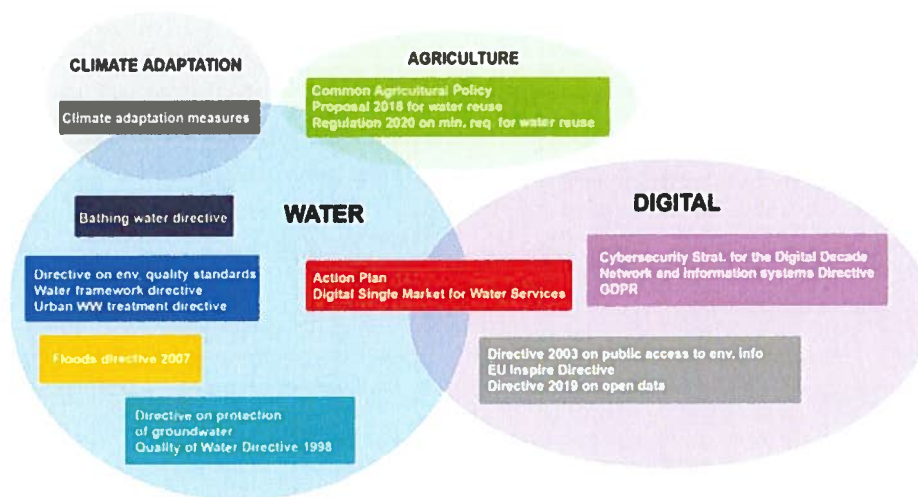


Figura 8 – Digitalization in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level

Parcerias Sustentáveis

A Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto Sistema Multimunicipal, com forte presença no território e pela missão que lhe está confiada no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou avaliação da extensão do negócio da Empresa à atividade na rede em baixa.

Economia Circular

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem com da produção de resíduo. A reutilização de água tratada, como fonte hídrica alternativa, a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na Europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

Neutralidade Carbónica

A Tejo Atlântico ambiciona ser a Empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado por Portugal em 2016, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e europeia será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono.

MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DA ESTRATÉGIA

Terminado o mandato 2023/2025, importou realizar o balanço do nível de implementação do plano de ação bem como o impacto desta estratégia no desempenho da organização com base nos indicadores estratégicos definidos bem como num conjunto de indicadores adicionais que contextualizam o trabalho da equipa Tejo Atlântico no espaço temporal 2023/2025.

O Plano de Ação da Estratégia Inspirados pelo Futuro, é constituído por 9 Pilares, 49 subpilares e 186 ações.

A taxa global de implementação da Estratégia foi de 69%, calculada considerando o grau de implementação de cada um dos pilares, dos respetivos subpilares e de cada uma das ações.

Inspirados Pelo Futuro Pilares	Taxa de Implementação
Nós Tejo Atlântico	97%
Eficiência	73%
Eficácia	56%
Propósito	87%
Resiliência	59%
Digitalização	73%
Parcerias Sustentáveis	75%
Economia Circular	59%
Neutralidade Carbónica	53%

Figura 9 –Balanço do Plano de Ação da Estratégia "Inspirados pelo Futuro"

A execução da estratégia **Inspirados pelo Futuro** revela um percurso de transformação sólido, sustentado por avanços materiais nas áreas críticas definidas aquando do momento da sua definição em 2023. O grau de implementação global demonstra que a organização consolidou as bases estruturantes para o futuro ambicionado, combinando progressos operacionais com movimentos que se traduziram

em impacto real, conforme os indicadores de monitorização. Apesar disso, subsistem desafios significativos que exigem foco, priorização e decisões de gestão para garantir a continuidade do ritmo transformador.

Ao nível das ambições estratégicas, observa-se um avanço consistente, com resultados concretos que validam a direção escolhida. Foi possível materializar progressos relevantes na modernização e reforço de capacidades e na continuação da construção da Tejo Atlântico enquanto local seguro para trabalhar. Salienta-se ainda o assinalável percurso ao nível do processo de investimentos, na aceleração da transformação digital em curso, na melhoria da eficiência de vários processos, no aumento da autonomia energética, entre outros. Em algumas ambições definidas aquando do desenho desta estratégia, a implementação de ações decorre de forma progressiva, mas ainda aquém do ritmo desejável, sobretudo onde dependências externas, constrangimentos internos ou variáveis contextuais limitaram a cadência de execução. Ainda assim, o balanço demonstra um alinhamento positivo entre objetivos definidos e avanços realizados.

Na dimensão interna, existem ações cuja implementação ficou condicionada por fatores estruturais, nomeadamente a necessidade de reforço de recursos especializados, clarificação de responsabilidades ou decisões críticas que permanecem pendentes. Estes movimentos necessitarão de indutores de aceleração e de um acompanhamento próximo durante o próximo ciclo estratégico aumentando a apetência da organização para uma mudança sustentável, mesmo com riscos, mas inevitável num contexto em que organizações que não evoluem acabam por definhar.

Aspetos ligados ao talento, cultura e desenvolvimento organizacional mostram ritmos menos homogéneos, indicando a necessidade de investimento continuado, reforço da liderança intermediária e maior clareza sobre prioridades e expectativas. O sucesso futuro da estratégia dependerá, em grande parte, da capacidade de consolidar estas dimensões humanas e organizacionais, em parte dependentes do contexto legal e regulatório em que a empresa se enquadra.

Do ponto de vista prospetivo, identificam-se riscos e oportunidades que poderão influenciar a velocidade de execução da futura estratégia. Entre os riscos, destacam-se pressões contextuais que podem impactar a disponibilidade de recursos e a estabilidade operacional. Já no campo das oportunidades, emergem sinais encorajadores relacionados com novas possibilidades de posicionamento da Tejo Atlântico novas áreas de atuação e a maturidade das equipas e processos internos para dinamizar a mudança.

Em termos globais, Tejo Atlântico apresenta hoje um conjunto de bases muito sólidas que permitem encarar a próxima fase com confiança. O balanço indica que a organização está hoje mais preparada, mais alinhada e mais consciente dos passos necessários para continuar a transformar-se. Contudo, a próxima etapa exigirá decisões claras, um reforço da capacidade de execução e a manutenção de um foco disciplinado nas prioridades estratégicas definidas.

Os indicadores de monitorização que podem ser consultados em: [Indicadores da Estratégia | 2025](#)

De entre eles destaca-se:

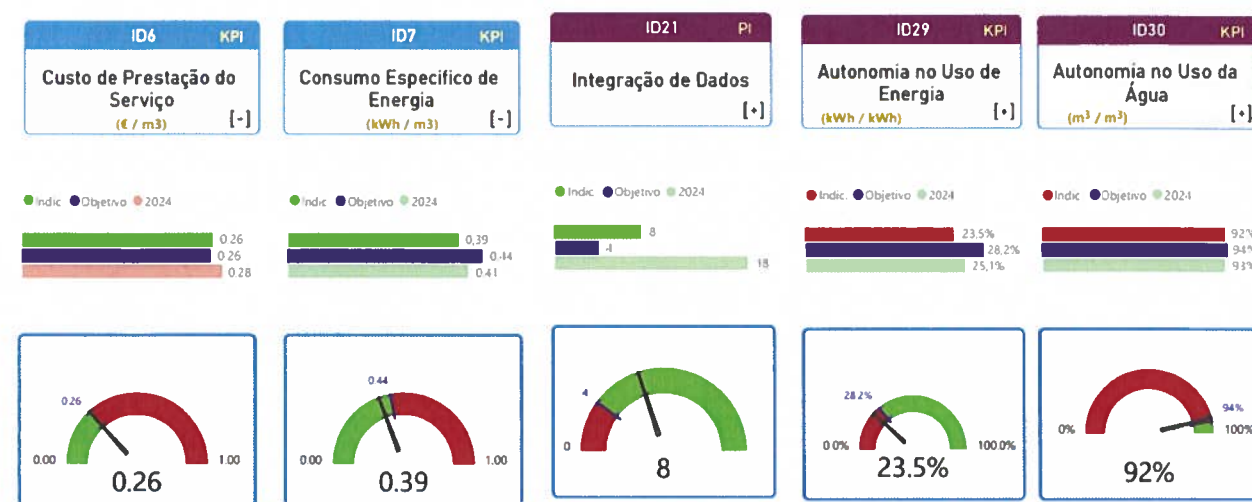


Figura 10 – Indicadores da Estratégia Inspirados pelo Futuro

O balanço abrangente da estratégia Inspirados pelo Futuro e do plano de ação que a suportou encontra-se detalhada no documento "Balanço Estratégia Inspirados pelo Futuro 2023/2025" ([Balanço da Estratégia](#)).

Relatório de Gestão

O Negócio

A ENVOLVENTE

Contexto Macroeconómico ⁽¹⁾

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook, European Commission Economic Outlook, Boletim Económico do Banco Portugal, Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu, Eurostat e INE.

para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está "num bom momento".

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

A atividade económica em Portugal, de acordo com as projeções oficiais disponíveis, deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, em parte devido à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

O Setor ²

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.³
- 3,4 bilhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico.⁴

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG)

³ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

⁴ <https://news.un.org/pt/story/2025/11/11851571>

a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água"⁵, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, mangais e glaciares, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o stress hídrico agrava-se com o crescimento da procura.⁶

Crise Geopolítica e Energética

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia e recursos, mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

⁵ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090_por

⁶ <https://news.un.org/pt/story/2025/12/11851827>

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU⁷ que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º I 36/2022).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)⁸, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do Sistema Elétrico Nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

⁷https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

⁸ Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do Sistema Elétrico Nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.⁹

O abastecimento de água e o saneamento em Portugal¹⁰

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos Sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos Sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Quadro 21 - Dados RASAR2025

Dados RASARP 2025 ¹¹ - Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 9,5 milhões de habitantes servidos ▪ 97% de alojamentos servidos ▪ 197 litros: consumo médio diário de água por habitante ▪ Tarifa média ponderada: 0,5634EUR/m³ ▪ Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69% 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem ▪ 87% de alojamentos servidos ▪ 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento ▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento ▪ 2,02 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente ▪ Tarifa média ponderada: 0,6028EUR/m³

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das

⁹ <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

¹⁰ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

¹¹ RASARP-2025Volume I e RASARP-2025 Volume II (RASARP 2025)

infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos Sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030¹² estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água "Água que Une"¹³, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da Estratégia Nacional "Água que Une" (AqU), observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve. (nota: cada empresa dar exemplos próprios);
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planejar, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

¹² Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

¹³ <https://portaldaagua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

O Grupo AdP em 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos Sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do Sistema de Abastecimento de Água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do Sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecocoregentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

A Energia no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água e/ou de Saneamento de Águas Residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada

pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia;
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados;
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Contexto Regulatório

Enquadramento Regulatório

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [EPAL; Sistemas Multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos Sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2025, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos Sistemas Multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025 a ERSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPEX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPEX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por OPEX/m³ de água faturada no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e OPEX/m³ de água tratada para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a ERSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2025, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA) respondendo ao conjunto de questões colocadas pela ERSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da ERSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

Tejo Atlântico – Atividade em “alta”

A Tejo Atlântico é um Sistema Multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Tejo Atlântico as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2025, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação pela Tejo Atlântico, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2025, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,08%.

O diploma constituinte da Tejo Atlântico, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Tejo Atlântico, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2025 estavam registados nas contas (mais propriamente na demonstração de resultados por naturezas), cerca de 2,3 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades da Tejo Atlântico.

Regulação da qualidade do serviço

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do Sistema de Avaliação da Qualidade do Serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do Sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Tejo Atlântico, disponível em [Avaliação da qualidade do serviço](#), onde se remete para o sítio da informação institucional da [ERSAR](#).

Regulação da interface com o utilizador

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a Tejo Atlântico dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2025 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a uma manutenção face ao verificado nos últimos anos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos da Tejo Atlântico são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime Jurídico.

Conforme também resulta do referido Regime Jurídico, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas, designadamente da Tejo Atlântico, no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público, devendo pautar-se por:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;

- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão da Comissão Executiva, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e à satisfação dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - o Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - o Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - o Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - o Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
 - o Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - o Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - o Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os Sistemas Municipais;
 - o Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - o Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
 - Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - Quanto à atração, à retenção, ao desenvolvimento e à sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através de:
 - Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão da informação e monitorização;
 - Atualização dos processos de planeamento de investimentos;

- Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP Internacional.

As Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão dos administradores executivos do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2023/2025, aprovados em Assembleia Geral de 15/03/2024, foram submetidos à aprovação da UTAM em 27/11/2023, aguardando-se a respetiva aprovação.

A ATIVIDADE

Introdução

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., tem por objeto social a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, criado, em 2017, por cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, cuja concessão havia sido atribuída à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

O Sistema Multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos Sistemas Multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no Sistema Multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo Sistema em 2024 foi de 2,3 milhões de habitantes.

Saneamento em Alta

A exploração e a gestão do Sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2025.



Figura 11 - Atividade em grandes números

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A concessão, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,3 milhões de habitantes. Uma nova atividade concessionada foi atribuída aos Sistemas Multimunicipais de Saneamento de Águas Residuais urbanas pela alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro.

O Sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do Sistema.

Outros Negócios

Nos termos do Contrato de Concessão da Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir Sistemas Municipais de Abastecimento de Água e de Saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei, e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

Atividade Operacional

Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes

Em termos operacionais, a Tejo Atlântico, está organizada por Centros Operacionais (CO), divididos em duas áreas regionais de acordo com o Sistema Multimunicipal, a zona Sul e a zona Norte. Em cada uma das áreas regionais existe uma Área de Rede, dedicada à operação das infraestruturas lineares.

Quadro 22 - Sistema Tejo Atlântico

Região	Centro operacional	Região	Centro operacional
SUL	ALC Alcântara	NORTE	AAR Alenquer, Azambuja e Rio Maior
SUL	BST Beirolas e São João da Talha	NORTE	ANZ Nazaré e Alcobaça
SUL	CDE Costa do Estoril	NORTE	BCO Bombarral, Cadaval e Óbidos
SUL	FRI Frielas	NORTE	LPE Lourinhã e Peniche
SUL	MFR Mafra	NORTE	TVD Torres Vedras
SUL	VFX Vila Franca de Xira		

No final de 2025, no conjunto de infraestruturas exploradas pela Tejo Atlântico, mantêm-se 100 Fábricas de Água (FA) em funcionamento, 292 estações elevatórias (EE), 896 km de emissários e interceptores e, 244 km de condutas elevatórias, não se tendo verificado a entrada em exploração ou extensão de rede durante este período.

Quadro 23 - Descrição do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (m3)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	2	15	22	7	233 953	986 000
SUL	BST	2	9	21	3	70 500	343 500
SUL	CDE	1	9	152	20	172 800	720 000
SUL	FRI	2	8	118	8	87 236	708 688
SUL	MFR	14	40	61	21	23 127	143 077
SUL	VFX	11	27	60	22	66 053	243 621
NORTE	AAR	31	26	79	23	17 752	101 286
NORTE	ANZ	6	13	34	16	28 270	145 660
NORTE	BCO	10	31	79	30	9 145	54 668
NORTE	LPE	10	34	98	25	15 163	83 385
NORTE	TVD	11	80	172	68	26 352	188 209
	Total	100	292	896	244	750 351	3 718 094

Quadro 24 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado milhões m ³ /ano	Energia Consumida GWh/ano	Energia Produzida GWh/ano	Lamas milhares Ton/ano	Água + milhões m ³ /ano
SUL	ALC	76,9	27,1	2,05	60,9	1,09
SUL	BST	25,0	9,2	3,69	19,0	0,54
SUL	CDE	65,8	15,3	11,94	27,3	0,26
SUL	FRI	21,9	10,5	2,92	14,0	0,58
SUL	MFR	6,3	4,3	0	8,0	0,12
SUL	VFX	11,5	5,9	0,49	10,6	0,12
NORTE	AAR	5,9	3,9	0	3,4	0,10
NORTE	ANZ	4,7	2,8	0	6,2	0,05
NORTE	BCO	3,4	2,8	0	2,6	0,07
NORTE	LPE	3,8	2,2	0	3,2	0,02
NORTE	TVD	8,0	6,0	0	6,6	0,15
	Total	233,3	89,9	21,1	161,8	3,1

O volume tratado de águas residuais foi de 233,3 milhões de metros cúbicos, atingindo os 85,2% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 92,74% (percentagem de população servida com tratamento satisfatório).

No processo de tratamento das Fábricas de Água foram geradas 161,8 mil toneladas de lamas que, devidamente acondicionadas, foram aplicadas, como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de água+ produzida (uso interno e externo) foi 3,1 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,33% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte «em alta» e para o tratamento de águas residuais foi de 89,9 GWh.

A energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 20,5 GWh, correspondendo a uma taxa de cobertura de 54,9% do consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água que têm produção de energia.

A produção de energia renovável total foi de 21,1 GWh (incluindo fotovoltaica), que corresponde a 23,5% do total de consumo de energia elétrica na empresa e no ano de 2025.

Nos quadros 25 e 26 apresenta-se a comparação, nos anos 2023, 2024 e 2025, dos principais dados e indicadores operacionais.

Quadro 25 - Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2023	2024	2025	% 24/23	% 25/24
Água residual tratada	milhões de m ³	197,9	217,8	233,3	10%	7%
Água residual não tratada	milhões de m ³	0,8	3,2	2,2	285%	-30%
Consumo de energia total	GWh	87,8	88,9	89,9	1%	1%
Consumo de energia FA	GWh	73,0	72,6	72,1	-1%	-1%
Consumo de energia EE	GWh	14,7	16,3	17,8	11%	9%
Consumo de reagentes	milhares de Ton	10,0	11,4	10,9	14%	-4%
Consumo de Água Potável	milhões de m ³	0,14	0,13	0,13	-9%	0%
Valorização de Lamas	milhares de Ton	160,0	170,8	161,8	7%	-5%
Produção areias, gradados e gorduras	milhares de Ton	8,5	6,5	8,1	-23%	24%
Consumo de água +	milhões de m ³	2,7	2,3	2,3	-12%	-2%
Produção de água +	milhões de m ³	3,2	3,0	3,1	-6%	4%
Produção de Energia	GWh	20,8	22,3	21,1	7%	-5%
Qualidade das águas residuais	%	98,4%	97,5%	92,7%	-0,92 p.p.	-4,86 p.p.

Quadro 26 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2023	2024	2025	% 24/23	% 25/24
Energia total/Volume tratado	kWh/m ³	0,443	0,408	0,385	-8%	-6%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m ³	0,369	0,333	0,309	-10%	-7%
Reagentes/Volume tratado	g/m ³	50,318	52,210	46,726	4%	-11%
Água Potável/Volume tratado	l/m ³	0,001	0,001	0,001	-17%	-6%
água +/Volume tratado	m ³ /m ³	0,016	0,014	0,013	-15%	-3%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,808	0,784	0,694	-3%	-12%
Areia, gradados e gorduras/Volume tratado	kg/m ³	0,043	0,030	0,035	-30%	16%

Os rácios apresentam todos uma variação positiva, com exceção do aumento da produção específica de areias e gradados, fruto, essencialmente, da maior precipitação ocorrida no ano.

Em 2025 continuou a reorganizar-se a estrutura operacional dos sistemas, sendo de destacar o início do atendimento dos mesmos a partir da Telegestão centralizada, no início do segundo semestre do ano. Este arranque, ainda com o sistema parcialmente implementado e apenas com parte da equipa prevista, permitiu a implementação de sistemas de prevenção com consequente capacidade de intervenção "fora de horas" em muitos locais onde isso nunca tinha acontecido. Para além da consequente melhoria da qualidade de serviço, o atendimento pela Telegestão permitiu iniciar a reformulação de rotas e do programa de visitas às instalações, com incremento da eficiência operacional. De referir que durante o ano eliminou-se o turno 0h-8h na Fábrica de Água de Beirolas passando o CO de Beirolas e São João da Talha (BST) a ser acompanhado nesse período a partir do CO de Frielas (FRI) com apoio de sistema de prevenção de Beirolas e São João da Talha (BST) situação que além de contribuir para a eficiência da empresa, contribui para o bem-estar dos trabalhadores eliminando um turno noturno.

No ano de 2025, o cumprimento das licenças de descarga continuou a ser fortemente condicionado pelas descargas de efluentes industriais que não cumprem o regulamento de descarga nas redes em baixa, sendo o caso de São João da Talha mais relevante, pela sua dimensão, e com ainda mais influência na taxa global de cumprimento da Tejo Atlântico atendendo a que o incumprimento daquela Fábrica de Água aconteceu em todos os parâmetros, o que não tinha acontecido em 2024. A este propósito, a Tejo Atlântico reforçou a sua atuação junto do Município, mas também junto do regulador ambiental e económico e adicionalmente com a autoridade inspetiva deste tipo de incumprimentos ambientais.

Adicionalmente existem ainda algumas fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas, que se encontram em fase de resolução ou em fase de contratação, com sejam o caso das FA de Arruda dos Vinhos, FA da Encarnação, FA da Ericeira, FA de Torres Vedras, entre outras que careciam de intervenção de conservação.

Durante o ano de 2025, manteve-se, com bons resultados, o relacionamento estreito com o regulador ambiental, de modo a garantir que a definição dos requisitos procure respeitar não só o interesse ambiental, mas também outros critérios igualmente importantes, tais como os custos de investimento e de exploração, especialmente num contexto em que, devido à revisão da DARU (Diretiva das Águas Residuais Urbanas), se perspetivam novos e avultados investimentos.

Continuou a ser desenvolvido o Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das Fábricas de Água e na necessidade da adaptação às novas licenças, que obrigariam a um investimento de mais de 45 milhões de euros, não previstos no Contrato de Concessão da Tejo Atlântico, para adaptação aos novos valores e parâmetros impostos nas TURH. Este trabalho tem-se revelado fundamental na sistematização das dificuldades no cumprimento dos Títulos, bem como para definição de ações concretas (operacionais, de investimento ou outras) necessárias para o integral cumprimento dos Títulos,

O reforço da mensagem de estrita necessidade de observância dos princípios e instruções de segurança tem sido um dos focos de importante atuação das equipas de operação, devidamente articuladas com os Técnicos Responsáveis de Segurança, melhorando o desempenho das equipas e reduzindo os níveis de risco a que uma atividade desta natureza se encontra exposta.

Água residual

Em 2025, o volume tratado de águas residuais foi de 233,3 milhões de m³, o que corresponde a uma média de 639,13 milhares de m³/dia e representa um incremento de 7,1% face ao valor de 2024.

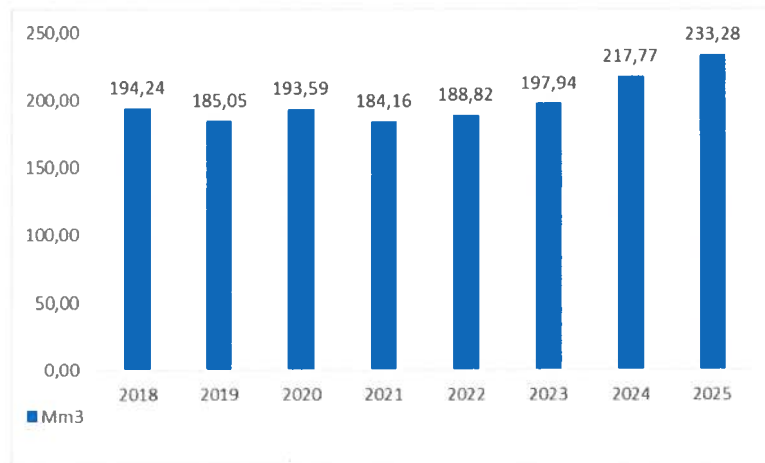


Figura 12 - Evolução anual do volume de água residual tratada (m³)

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2025.

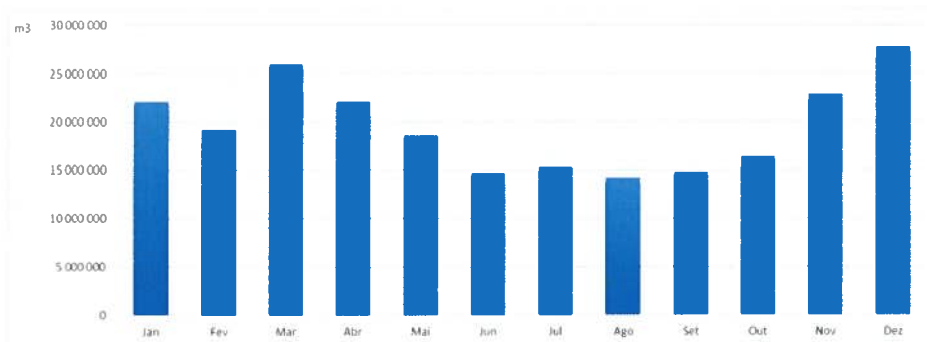


Figura 13 - Evolução mensal do volume de água residual tratada (m³)

Em 2025, o volume de água residual não tratada foi de 2,2 milhões de m³, que corresponde a 0,95% do volume de água residual tratada na Tejo Atlântico, representando uma redução de 30% face ao valor de 2024. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2025.

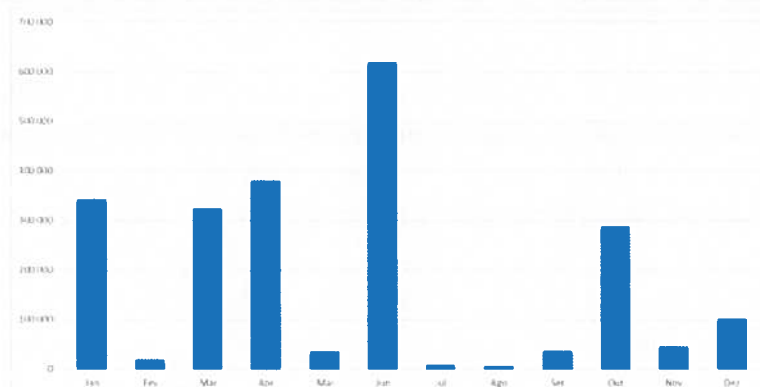


Figura 14 - Evolução do volume de água residual não tratada (m3)

Principais dados operacionais

Energia

Em 2025, a energia total consumida foi 89,9 GWh que corresponde a uma média diária de cerca de 0,25 GWh, e representa um acréscimo de 1,12% face a 2024, resultado de um aumento de atividade de 7,1%, o que significa um aumento de eficiência da utilização deste recurso. De salientar ainda que, para efeitos comparativos, foram colocados em serviço um conjunto de instalações, nomeadamente desodorizações e respetivas ventilações, que estiveram desativadas durante alguns anos e que são importantes consumidores de energia. Esse incremento do nível de serviço teve reduzido impacto nos volumes anuais de energia consumida fruto do trabalho de otimização realizado ao longo de todo o processo produtivo da empresa.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 72,1 GWh (80%) e a energia para o transporte e elevação foi de 17,8 GWh (20%).

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2025.

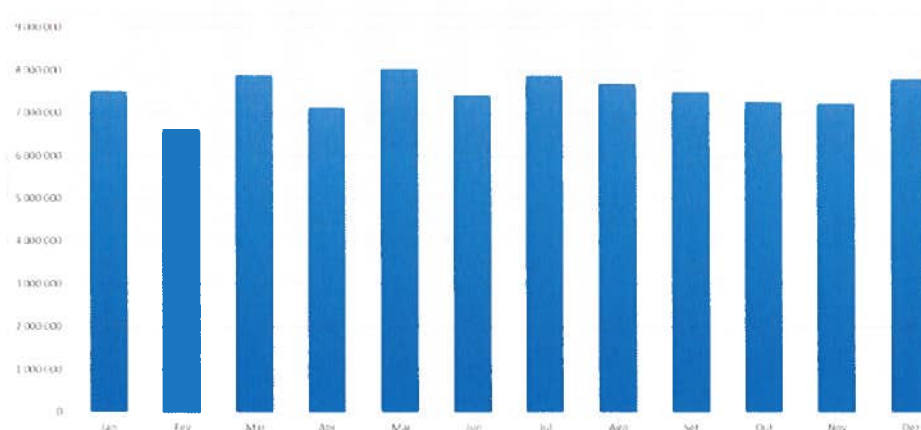


Figura 15 - Evolução mensal da energia consumida (kWh)

Em 2025 a energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 20,5 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 56,0 MWh/dia e representa um decréscimo de 5,3% face ao valor do ano anterior.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da energia produzida através de Biogás durante o ano de 2025, distribuída por Fábrica de Água.

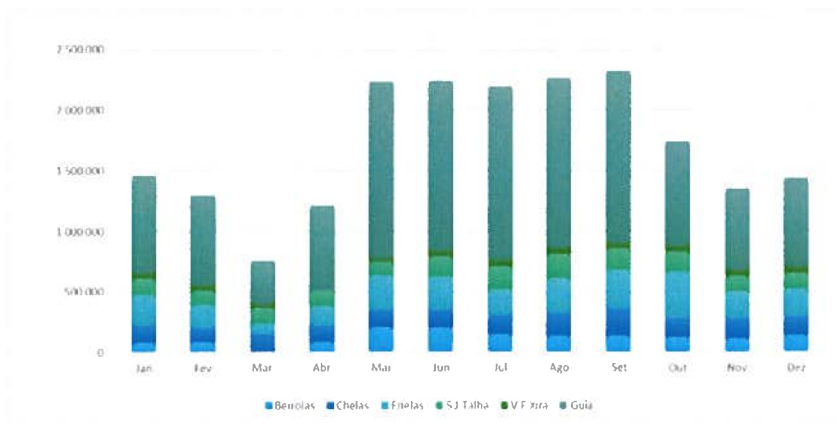


Figura 16 - Evolução mensal do volume da energia produzida através de Biogás por FA (kWh)

Em 2025 a energia produzida a partir de painéis fotovoltaicos foi de 0,59 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 1,60 MWh/dia e representa um decréscimo de 10% face ao valor do ano anterior.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da energia produzida por painéis fotovoltaicos durante o ano de 2024, distribuída por Fábrica de Água.

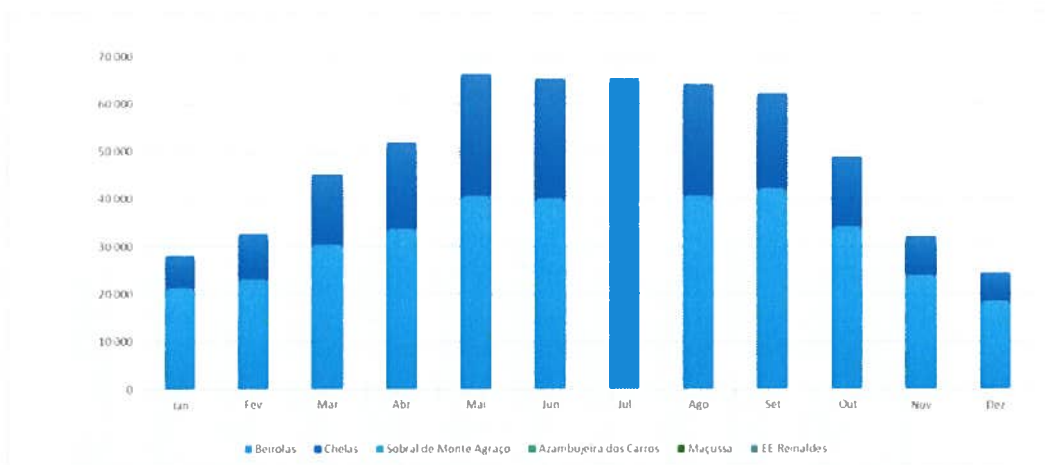


Figura 17 - Evolução mensal do volume da energia fotovoltaica por FA (kWh)

O ano de 2025 foi igualmente o culminar de um processo de eficiência energética na operação da Empresa, com um consumo operacional inferior a 0,4 kWh/m³, referência de excelência de eficiência energética a nível nacional e internacional.

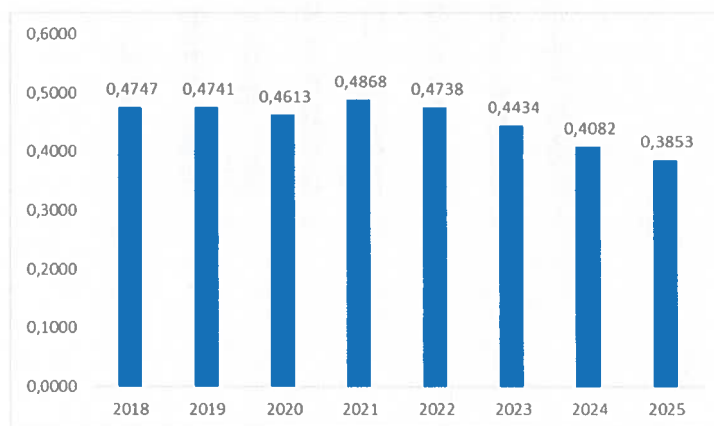


Figura 18 – Consumo específico de energia (kWh/m³)

Reagentes

Em 2025, o consumo de reagentes foi de 10 900 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 29,9 Ton/dia, e representa uma redução de 4,4% face ao valor de 2024.

Na seguinte Figura é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2025, salientando-se o acréscimo durante a época balnear na FA da Guia, decorrente de imposições da licença de descarga em época balnear.

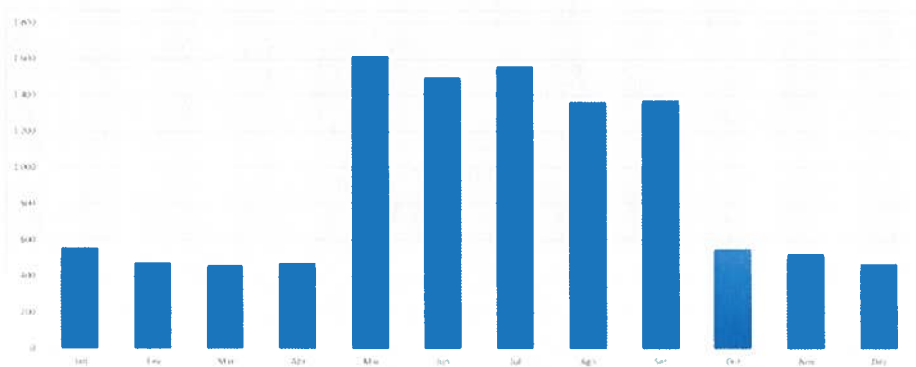


Figura 19 – Evolução mensal do consumo de reagentes (ton)

Neste campo, destaca-se o esforço continuado da empresa na redução do consumo de reagentes, inclusive suportado por sistemas de suporte à decisão baseados em *machine learning* que permitiram que em 2025 se tenha atingido o valor de eficiência histórico desde o início de laboração da empresa.

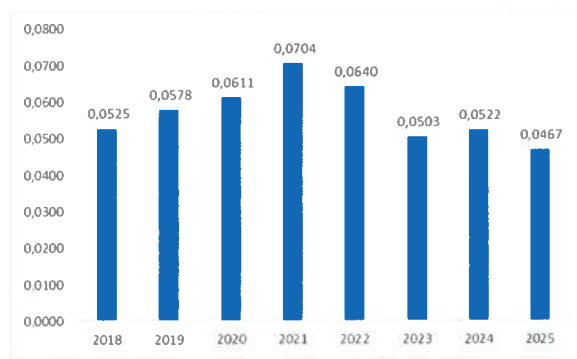


Figura 20- Consumo Específico de Reagentes (kg/m³)

Água

Em 2025, o consumo de água potável foi de 131 milhares de m³, que corresponde a um consumo médio diário de 358,9 m³/dia, valor equivalente ao registado em 2024.

A Tejo Atlântico está a potenciar a eficiência operacional relativamente à água potável adotando uma estratégia de otimização do seu uso e de substituição por ApR sempre que possível.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2025.

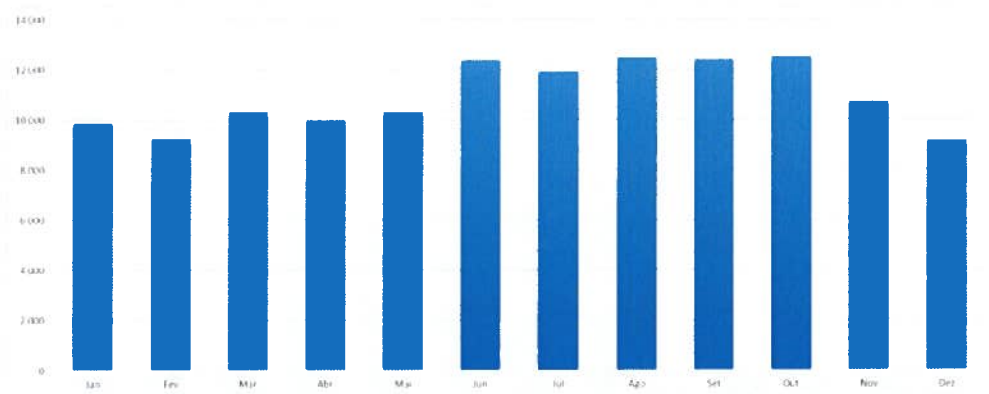


Figura 21 – Evolução mensal do consumo de água potável (m³)

Salienta-se que em 2025, apenas cerca de 8% do total de água consumida foi água potável, sendo atualmente a autonomia no uso de água superior a 92%, com recurso a ApR.

Lamas

Em 2025, a valorização de lamas foi de 161 808 Ton, que corresponde a uma média diária de 443 Ton/dia, valores 5,2% inferiores a 2024, não obstante o aumento de atividade da empresa, que não se traduziu no aumento de produção de lamas.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2025.

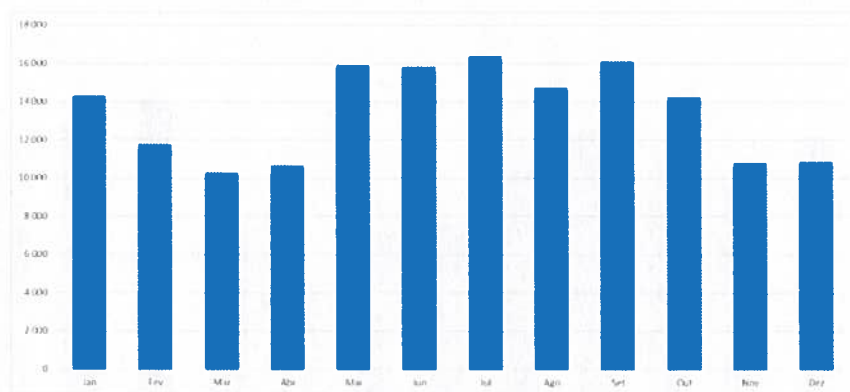


Figura 22- Evolução mensal da valorização de lamas (ton)

Na Figura seguinte é apresentada a evolução do consumo específico das lamas desde 2018, salientando-se uma vez mais o valor de eficiência atingido num contexto em que o preço do serviço de valorização deste produto por parte de operadores de gestão de resíduos continua uma escalada muito significativa.

Os resultados são particularmente importantes não só pela eficiência e sustentabilidade tarifaria, mas também pelo contributo que constitui para a nossa ambição de minimização a pegada carbónica da empresa.

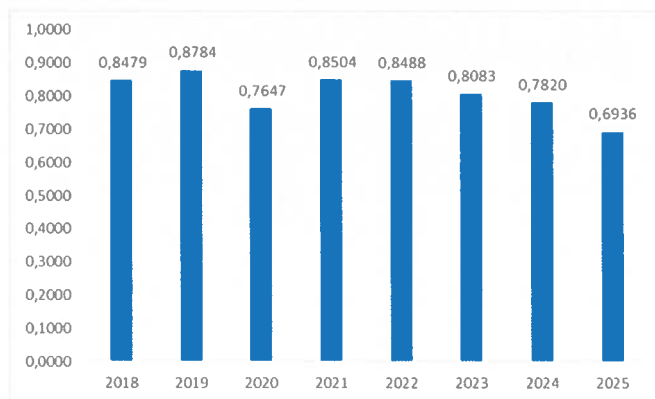


Figura 23- Consumo Específico de Lamas (kg/m3)

Areias, gradados e gorduras

Em 2025, a produção de areias, gradados e gorduras foi de 8 054 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 22,06 Ton/dia, e representa um acréscimo de 24% face ao valor de 2024, sobretudo em resultado do arraste de areias e outros subprodutos por efeito da pluviosidade intensa verificada no ano em análise.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2025.

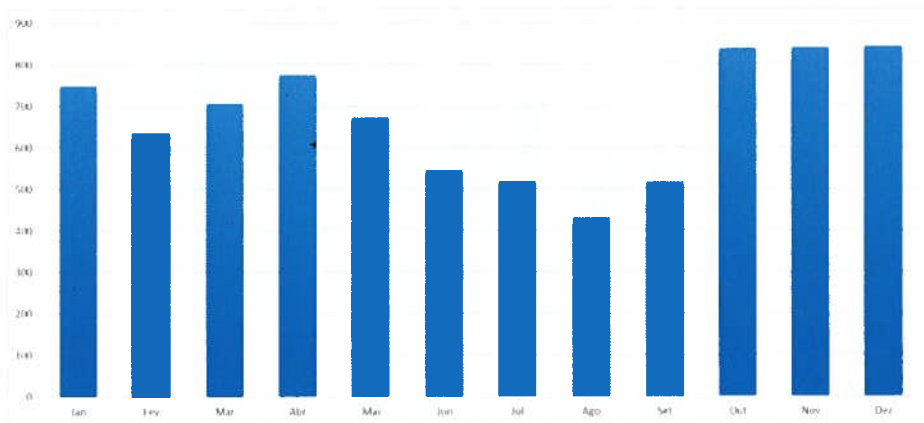


Figura 24– Evolução mensal da produção de areias, gradados e gorduras (ton)

água+

Em 2025, a produção de água+ foi de 3,1 milhões de m³, que corresponde a uma produção média de 8,5 milhares de m³/dia, e representa um aumento de 3,8% face ao valor de 2024.

O volume de água+ utilizado para consumo interno foi de 2,3 milhões de m³, tendo sido produzido para fornecimento e consumo externo 822 milhares de m³, o que representa um acréscimo de 27% face ao ano anterior.

Na Figura seguinte é apresentada a evolução mensal da produção de água+ durante o ano de 2025.

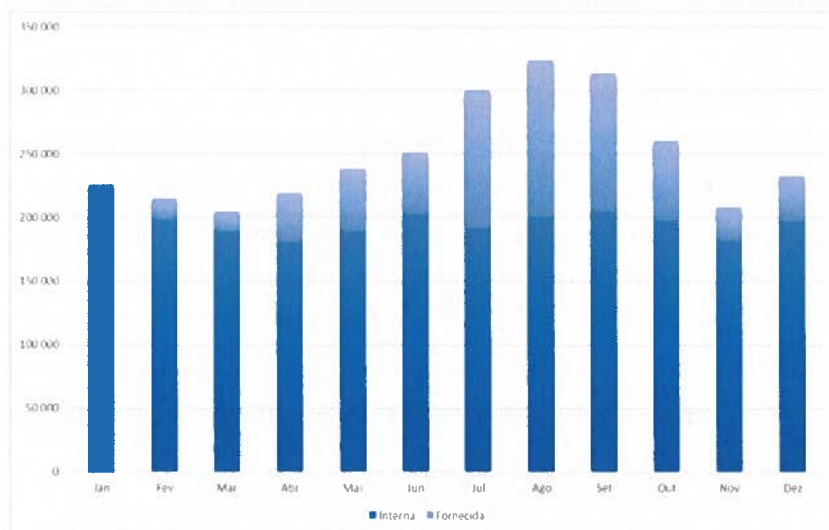


Figura 25 – Evolução mensal da utilização de água+ (m³)

Não obstante os valores totais de produção de ApR se manterem próximo dos 3 Mm3, verifica-se um crescimento sustentável da ApR exportada e faturada e uma diminuição sustentável do uso interno desta origem de água, em prol da eficiência.

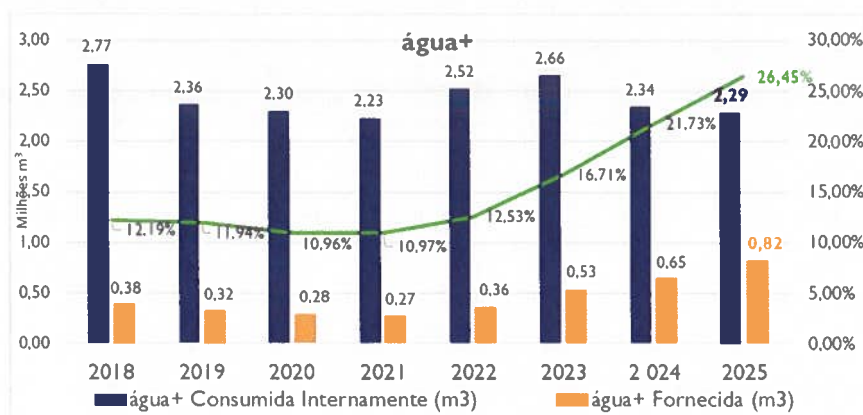


Figura 26- Distribuição de utilização de ApR produzida)

Controlo Analítico

A Tejo Atlântico é responsável por assegurar o controlo analítico das suas 100 FA, incluindo análises a águas residuais e a lamas.

O controlo legal e operacional do Sistema de Saneamento de Lisboa Sul (Guia, Alcântara, Chelas, Beirolas, Frielas, São João da Talha, Bucelas, Vila Franca de Xira, Alverca e Mafra) foi efetuado quase na totalidade nas unidades laboratoriais acreditadas de Beirolas e de Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto de não dispormos de meios humanos e materiais, designadamente em termos de infraestruturas, para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para os programas PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas), que se afiguram mais específicas e de menor frequência, o que remete para uma análise de custo/benefício distinta dos parâmetros já analisados.

O controlo operacional da zona Norte — abrangendo Rio Maior, Azambuja, Alenquer, Torres Vedras, Lourinhã, Peniche, Óbidos, Cadaval, Bombarral, Alcobaça e Nazaré — é assegurado maioritariamente pela unidade laboratorial de Santa Cruz (laboratório operacional, não acreditado), sendo o controlo legal efetuado por um laboratório externo.

No entanto, com o objetivo de otimizar o sistema robotizado disponível no Laboratório de Beirolas para a análise de CBO₅, algumas amostras provenientes do Centro Operacional de Alenquer, Azambuja e Rio Maior (CO AAR) estão a ser transferidas da unidade laboratorial de Santa Cruz para a unidade laboratorial de Beirolas.

Para além destas amostras, e com o propósito de reduzir o volume de trabalho no laboratório de Santa Cruz, estão igualmente a ser encaminhadas para as unidades laboratoriais de Beirolas e de Frielas diversas amostras da fase sólida provenientes do CO AAR e do Centro Operacional de Lourinhã e Peniche (CO LPE), tirando partido do serviço de transporte contratado.

Decorrente do “Estudo do modelo estratégico de desenvolvimento para a Direção de Laboratório” foi tomada a decisão de fundir os vários espaços de laboratório numa única unidade o Laboratório Central da Tejo Atlântico, que possibilitará a médio-longo prazo (4-5 anos) a capacitação da Tejo Atlântico para responder à maior parte das exigências da DARU, não só ao nível de novas valências técnicas (poluentes emergentes, microplásticos, pesquisa microrganismos patogénicos por PCR) mas também ao aumento considerável do volume de trabalho, tirando partido das sinergias que a utilização do mesmo espaço físico irá permitir ao nível da gestão/ocupação de equipamentos e dos próprios Técnicos de Laboratório, bem como no investimento em técnicas de ensaio robotizadas, estando o respetivo Estudo Prévio na fase final de elaboração. Este é um esforço de aumentar a capacidade analítica interna por otimização de métodos e recursos humanos sem aumentar os recursos humanos previstos no EVEF da Empresa.

Em 2025 manteve-se a acreditação das unidades laboratoriais de Beirolas e de Frielas de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 17025:2018, dando-se continuidade à extensão do âmbito de acreditação em mais dois métodos de ensaio, considerando metodologias expeditas, fiáveis e ambientalmente mais sustentáveis.

Foi dada continuidade ao reforço da digitalização dos processos, com a evolução do portal H2Online, assegurando o suporte à avaliação da conformidade, a integração de dados analíticos anteriores a 2022 e a constituição de um repositório único do Ativo Analítico, interoperável com outros sistemas de informação.

Foi ainda desenvolvida a App H2Online, em fase de testes, permitindo o acesso aos resultados analíticos, boletins, relatórios de autocontrolo e análises evolutivas, de acordo com o perfil do utilizador.

No âmbito do Plano AgIR, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, e financiando pelo Fundo Ambiental, foi mantida a coordenação técnica e financeira da Ação n.º 3 “Caraterização das águas residuais afluentes às Fábricas de Água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa”, em fase de aprovação do relatório final.

Atividade analítica interna

Em 2025, apesar das maiores exigências impostas pelas licenças de descarga e pelas necessidades de reporte, registou-se uma diminuição de 1,1% no número de amostras e de 3,4% no número de ensaios face a 2024. Esta redução resulta de uma gestão mais eficaz e racionalizada dos planos analíticos, assegurando maior pertinência técnica e evitando redundâncias.

A revisão dos planos analíticos, concluída no final do 1.º semestre de 2024, permitiu eliminar ensaios não essenciais e otimizar a frequência dos controlos operacionais. Em 2025, estas medidas estiveram plenamente em vigor ao longo de todo o ano, contribuindo para uma redução controlada, eficiente e qualificada do volume de trabalho, garantindo simultaneamente o cumprimento integral das obrigações legais, de reporte e de monitorização.

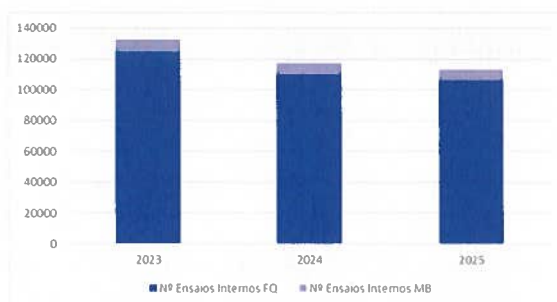


Figura 27 - N.º de Ensaios Internos Realizados

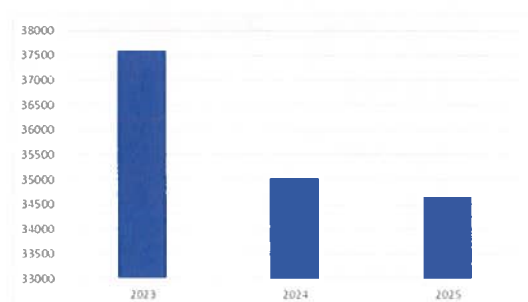


Figura 28 - N.º Total de Amostras

Salienta-se a realização de ensaios/procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno e validação/verificação de métodos, os quais não estão contabilizados nos valores apresentados, mas que representam, em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, cerca de 25% sobre os efetivamente contabilizados.

Para além da monitorização associada ao controlo operacional e legal, durante o ano de 2025, o esforço de controlo analítico integrou os projetos de desinfeção com o ácido paracético e o ácido perbórico na FA da Maceira e no controlo analítico de Floculantes e Coagulantes.

O estado de acreditação dos ensaios realizados em 2025 encontra-se representada na Figura abaixo, sendo que, dos 53% dos ensaios realizados fora do âmbito da acreditação, a unidade laboratorial de Santa Cruz contribuiu com 90% e as unidades de Beirolas e Frielas com apenas 10%.

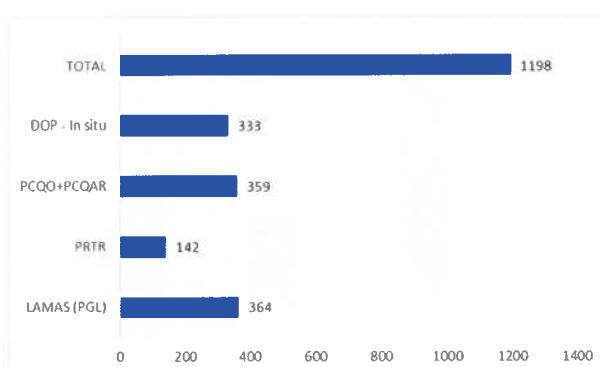


Figura 29– Estado de Acreditação dos ensaios

Atividade analítica com recurso a contratação externa

No que concerne ao controlo analítico, dos 128 728 ensaios, integrando análises internas e externas, 15 414 ensaios (12%) foram assegurados por recurso a contratação externa, dos quais 92% foram realizados na área Norte do Sistema Multimunicipal.

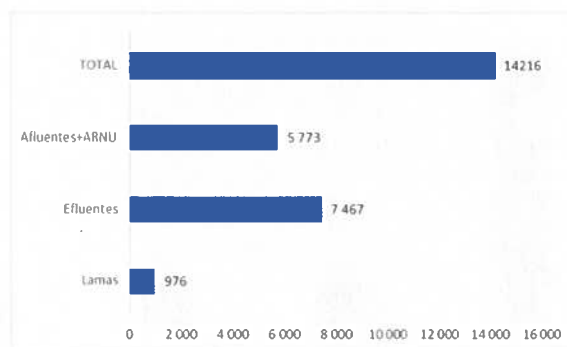
No âmbito das duas unidades acreditadas, o recurso a contratação externa representou 2,0% do total de trabalho analítico gerido por estas duas unidades. Na Figura seguinte representa-se, por Plano Analítico, o número de ensaios realizados externamente.



Legenda: PCQO - Plano de controlo da qualidade operacional; PCQAR - Plano de Controlo da Qualidade Águas Residuais; PRTR - Pollutant release transfer register; PGL- Plano controle legal de lamas

Figura 30 - Nº de ensaios contratados, por categoria, nas unidades Laboratoriais de Beirolas e Frielas

No que se refere ao trabalho gerido pela unidade laboratorial de Santa Cruz, em 2025, foram contratados externamente 14 216 ensaios, representando 21% do controlo analítico gerido por esta unidade e 11% do total de ensaios (internos e externos) assegurados pela Tejo Atlântico. O número de ensaios contratados externamente, por plano de controlo analítico gerido pelo Laboratório de Santa Cruz, está apresentado na Figura seguinte.



Legenda: ARNU- águas residuais não urbanas

Figura 31 - Nº Ensaios contratados, por categoria, na Unidade Laboratorial de Santa Cruz

O recurso a contratação externa de ensaios, incide essencialmente nos planos analíticos de lamas (PGL) e de PRTR, ensaios para os quais a Tejo Atlântico não possui atualmente os recursos (humanos e materiais) para a sua execução de parâmetros. Acresce, ainda, a necessidade de contratar os ensaios para reporte legal, dado que um dos três laboratórios, o Laboratório de Santa Cruz, não ser acreditado e não estarem, atualmente, criadas as condições necessárias, a nível de recursos, para que os outros dois laboratórios possam assumir os ensaios para reporte legal de todas as FA da Tejo Atlântico.

Monitorização dos meios recetores

A monitorização dos meios recetores tem como objetivo a recolha e disponibilização de informação relevante para a avaliação do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, a manutenção e reforço da parceria das FA com os vários Municípios e as Autoridades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, a par da criação de um histórico de dados importantes para avaliar a evolução do estado da qualidade da água dos meios recetores.

Nos trabalhos de monitorização ambiental dos meios recetores da Tejo Atlântico, é necessário proceder-se à recolha de amostras e determinação de uma bateria de parâmetros analíticos, dos quais se destacam: SST, Nitrato, Azoto amoniacal, Azoto *kjeldahl*, CBO5, CQO, Fosfatos, Fósforo total, Carbono Orgânico total, Clorofila a, Coliformes fecais (termotolerantes), Enterococos intestinais, *Escherichia Coli*, pH, Oxigénio dissolvido (% saturação), Oxigénio dissolvido, Temperatura, Azoto orgânico, entre outros.

Atendendo à complexidade e equipamentos necessários à realização das campanhas de amostragem, nomeadamente de embarcações, duração das campanhas de amostragem, número elevado de amostras e diversidade de ensaios analíticos, a Tejo Atlântico recorre a prestação de serviços externos para assegurar a sua execução.

Em 2025, foram realizados um total de 23 342 ensaios, distribuídos conforme indicado na Figura 31.

Estas campanhas desempenham um papel essencial na avaliação e monitorização da qualidade das massas de água e dos ecossistemas, contribuindo para a gestão sustentável dos recursos hídricos e para o cumprimento das obrigações legais e ambientais da Empresa.

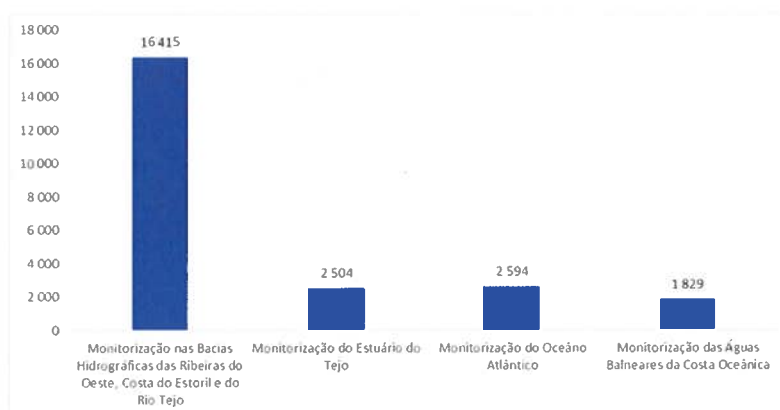


Figura 32- Monitorização dos meios recetores

Conceção e Construção de Infraestruturas

A concretização do Plano de Investimentos da Empresa, materializado em PAO2025, devidamente alinhado com os objetivos estratégicos da Tejo Atlântico foi alvo de um significativo esforço por parte das diversas unidades orgânicas interessadas e restantes *stake-holders* no sentido de:

- desenvolver os estudos e projetos de engenharia que melhor se adequem às necessidades em presença, mobilizando as melhores soluções técnicas e práticas, no quadro dos recursos disponíveis - equipas técnicas internas e externas, montantes de investimento, prazos;
- contribuir para a otimização dos processos de autorização de investimento a nível interno e externo, instruindo-os adequadamente, de forma sistemática e fiável e atempadamente, no quadro do planeamento em vigor;
- ser ágil, num contexto de elevada incerteza, em particular no que se refere às condições de mercado na contratação de obras públicas;
- assegurar a continuidade das atividades de assessoria a outras unidades orgânicas na gestão dos serviços complementares de engenharia (caracterização topográfica, geológico-geotécnica, geoambiental, licenciamentos);
- contribuir ativamente para a organização e gestão de processos transversais na AdTA, promovendo a definição de arquiteturas de gestão de processos mais eficientes e eficazes - elaboração de minutas de peças de procedimento para contratação de empreitadas com projeto de execução do Dono de Obra, avaliação estrutural e funcional de infraestruturas lineares, na perspetiva da reabilitação dos ativos;

e perseguindo os vetores principais de:

- melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes;
- melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes;
- inovação – relativos à utilização da metodologia *Building Information Modelling* (BIM) no desenvolvimento de projetos;
- aumento da cobertura de sistemas drenagem e incremento do desempenho global – relativos à conceção de novas infraestruturas;
- melhoria estrutural, funcional e operacional – relativos à reabilitação e remodelação de infraestruturas existentes.

O trabalho desenvolvido assumiu assim uma lógica de continuidade face ao ano precedente, consolidando o trabalho da equipa, o posicionamento na empresa como parceiro fundamental, em particular, no que toca ao desenvolvimento dos estudos e projetos no domínio da drenagem urbana e ApR, e também de consolidação da estratégia quanto à articulação com os *stake-holders*, em particular no âmbito dos complexos processos de autorização do investimento.

Para dotar a empresa dos recursos necessários para um plano de investimentos bastante mais ambicioso do que aqueles que foram possíveis de implementar nos últimos anos, houve lugar à revisão de processos, realocação de recursos internos e celebração de

contratos de assessoria para reforço das equipas técnicas com vista a incrementar os níveis de concretização do Plano de investimentos da empresa.

Este reforço da equipa constitui, durante o ano de 2025, um acelerador de processo já pré-existent, designadamente no que respeita à preparação de processo para contratação de empreitadas relativos a projetos já anteriormente desenvolvidos pela equipa interna, e ao apoio tendo em vista a contratação das respetivas empreitadas. A nova dinâmica criada teve uma tradução concreta no elevado nível de cumprimento do indicador do lançamento de concursos de empreitada previstos em PAO2025, com aumento significativo face ao ano precedente.

A operacionalização mais ampla do novo Regime Geral da Gestão dos Resíduos (RGGR) e da transformação recente do mercado da gestão dos resíduos em consequência, com exigências e condicionalismos crescentes, associados ao encaminhamento dos solos de escavação das obras exigiu, ao longo do ano de 2025, uma elevada especialização e estudo, novas tarefas e abordagens e pensamento estratégico.

As novas obrigações decorrentes da legislação e regulamentação existente relativa a esta matéria impactam muito fortemente os projetos e obras podendo determinar a necessidade de licenciamento de Operações de Remediação de Solos, com consequências no Planeamento de Investimentos, em ambas as dimensões custos e prazos, mas também revelando lacunas nos empreiteiros e fiscalização.

Durante o ano de 2025, procedeu-se à contratação de serviços específicos para fazer face a esta nova realidade, a saber a "Aquisição de Serviços Especializados de Assessoria em Avaliação da Contaminação e Licenciamento de Operações de Remediação de Solos – 2025/2028" e "Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Entrega de Solos em Destino Final – 2025/2028".

Não obstante os excelentes resultados alcançados no que toca ao lançamento de concursos de empreitada, importa referir que o ano de 2025 foi pautado por fortes constrangimentos no que toca à articulação institucional para efeitos da aprovação dos Projetos e autorizações de investimento. Os prazos reais associados à etapa de autorizações e licenciamentos foram frequentemente, face ao planeado, fortemente dilatados. Tal concorre para que os prazos entre a conclusão dos Projetos e o lançamento dos concursos de empreitada sejam também dilatados, o que pode concorrer para que, à data de colocação no mercado, a estimativa orçamental do Projeto e, consequentemente, o investimento autorizado, já se encontrem desajustados dos valores de mercado. Tal torna-se particularmente crítico na condição atual do mercado, com a existência de muito poucos *players* no sector das obras públicas de saneamento e da elevada concorrência com outros sectores.

No ano de 2025 merecem especial destaque as seguintes atividades:

- Preparação de concursos de empreitada relativos aos projetos concluídos:
 - Reabilitação Emissário de Sassoeiros Zona Alta;
 - Reabilitação do Muro de Gabiões de Pontes de Monfalim e Emissário de Folgados;
 - Reabilitação da câmara de carga do emissário submarino da Nazaré;
 - Reabilitação do Muro de Porto Salvo;
 - Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia;
 - Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Runa e Gonsundeira;

- o Adaptação da EE de Fanhões às afluências indevidas (Frielas);
 - o Fornecimento e montagem de grades mecânicas na EE Beirolas 18;
 - o Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes;
 - o Beneficiação do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais;
 - o Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara;
 - o ApR - Loures – Produção;
 - o Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas;
 - o Reabilitação Emissário Jamor;
 - o Reabilitação Emissários Mem Martins e Vale Mourão;
 - o Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9;
 - o Peral.
- Continuidade de projetos precedentes, em particular no domínio da reabilitação de infraestruturas e da infraestruturização tendo em conta a presença de afluências indevidas (Sistema da Costa do Estoril em destaque);
 - Desenvolvimento de novos projetos, designadamente:
 - o Reabilitação do emissário de descarga de São Martinho do Porto;
 - o Beneficiações/Ampliações Espaços Sociais (Balneários/Refeitórios/Escritório);
 - o Beneficiações Pavimentos e Acessos Exteriores;
 - o Construção da EE Tagarro 2 e da EE final FA Bufarda;
 - o Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções;
 - o Controlo de caudais pluviais no Subsistema da Guia;
 - o Reabilitação Emissário Lage;
 - o Fornecimento e montagem de equipamento de purificação de biogás e controlo de emissões gasosas nas FA de S. João da Talha e Beirolas.
 - Desenvolvimento de estudos e projetos estratégicos, com destaque para o projeto relativo ao novo laboratório central da Tejo Atlântico;
 - desenvolvimento de estudos e projetos com vista ao aumento da resiliência de infraestruturas críticas, perante fenómenos de falha, designadamente no que toca ao fornecimento de energia; destaca-se o estudo e projeto do sistema de proteção contra o choque hidráulico da conduta CE3 de Alcântara, infraestrutura particularmente crítica pela sua dimensão e condição de vulnerabilidade;
 - Desenvolvimento de estudos e projetos relativos a rubricas de investimento explicitadas no apêndice IV do anexo I do Contrato de Concessão em vigor, relativo aos investimentos do 1º quinquénio de atividade da Tejo Atlântico, e que se encontram ainda por concretizar, nomeadamente:
 - o Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Vale Paredes;
 - o Reabilitação de Quadros Elétricos;
 - o Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções.

Em 2025 foi executado um montante de investimento em empreitadas de cerca de 18,3 milhões de euros, destacando-se as empreitadas com maior faturação:

Quadro 32 - Principais Empreitadas de 2025¹⁴

Principais Empreitadas de 2025		mEur
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	3 991 963
TA-321	Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 663 337
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2 003 984
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	1 287 743
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	1 286 858
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	1 252 563
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	1 069 102
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	786 894
TA-250 B I	Beneficiação do Decantador 3 da ETAR da Guia	487 039
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	435 372
	Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da	
TA-222	Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e Beirolas	321 623
TA-323	Beneficiações de Edifícios de Construção Civil 2025	318 778
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	299 212
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	254 709
TA-177 A	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	249 163
TA-222 B	Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica na Fábrica de Água de São João da Talha	241 497
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	215 711
TA-246 A	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e	175 625
TA-253 A	Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	158 346
TA-289	Fornecimento e montagem de iluminação LED e colunas de iluminação nas Fábricas de Água de Chelas e Guia	144 077
TA-156 A	Execução do Sistema de Adução de ApR ao Estádio de Loures	139 315
TA-305 A	Beneficiações Pavimentos 2024	103 363

Em resultado do esforço desenvolvido pelas equipas e da reformulação do processo de investimentos, com um acompanhamento mais próximo do plano de execução das empreitadas, o ano de 2025 caracterizou-se ainda como o ano em que foi lançado o maior volume de concurso de empreitadas e serviços conexos (fiscalizações, estudos e projetos, e assessorias).

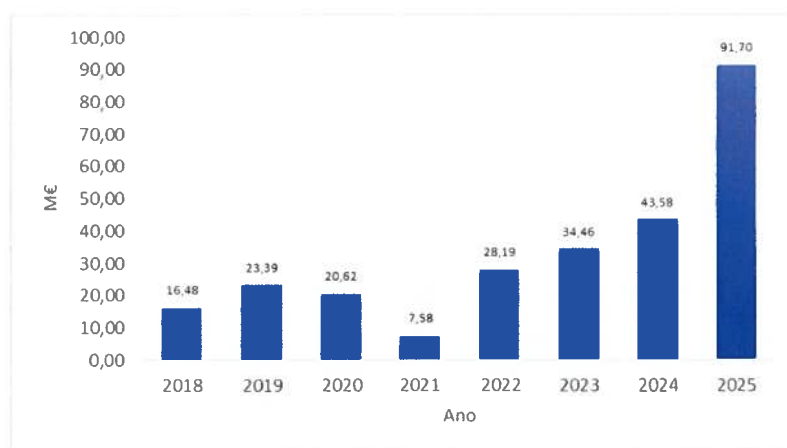


Figura 33- Volume de procedimentos de contratação de empreitadas e serviços conexos

¹⁴ O detalhe sobre as principais empreitadas consta no Anexo ao Relatório – Empreitadas em destaque no ano de 2025

Este volume de procedimentos de contratação apenas foi possível pelo esforço que a organização colocou na agilização do processo de investimentos, como demonstra o gráfico abaixo que contabiliza o número de dias de tramitação de concursos públicos de empreitada, desde a data da decisão de contratar até à assinatura do contrato

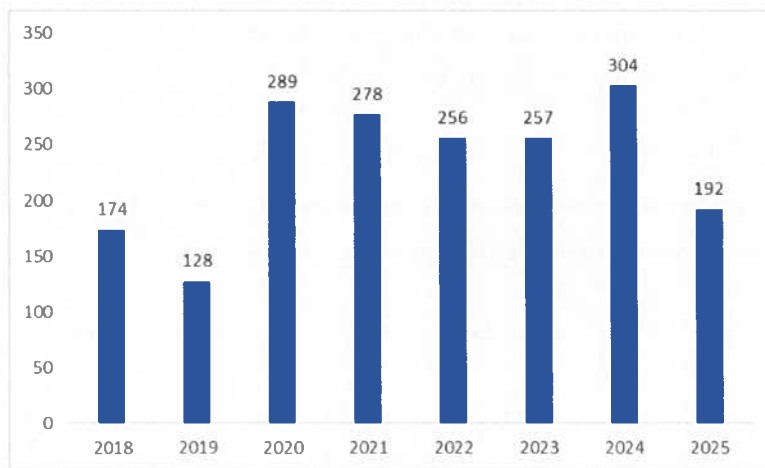


Figura 34- Volume de procedimentos de contratação de empreitadas e serviços conexos)

Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas

Em 2025, a atividade de manutenção continuou a enfrentar desafios relevantes na gestão de equipamentos e infraestruturas, como de resto acontece com diversos setores a nível nacional, em particular aqueles que gerem infraestruturas resultantes de um processo de investimento continuado e intensivo. O principal constrangimento, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, foi a crescente escassez de recursos humanos qualificados nesta área, com impacto direto na disponibilidade e na capacidade de resposta dos prestadores de serviços.

A elevada rotatividade das equipas afetas aos contratos de outsourcing contribuiu igualmente para a perda de conhecimento acumulado e para a redução da eficiência e da agilidade na resposta às intervenções necessárias.

Relativamente aos contratos que se podem considerar os mais relevantes em termos de desempenho da manutenção, assinalamos:

- Contrato de Manutenção Eletromecânica Sul: entrou em vigor em junho de 2022. O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul tem sido a base do desenvolvimento das várias vertentes da atividade da Manutenção na Tejo Atlântico. No entanto, considerando a escassez generalizada verificada no mercado de recursos humanos qualificados, técnicos ou quadros superiores, especialmente na componente de eletromecânica, o contrato não tem conseguido dar resposta a todas as necessidades da Tejo Atlântico sobretudo na manutenção preventiva;
- Contrato de Manutenção Eletromecânica Norte: entrou em vigor em julho de 2025, e previu um reforço de meios humanos face ao contrato anterior. No final de 2025 apresentava todos os elementos da equipa base permanente, no entanto, mostrou sinais de risco sistémico quanto à retenção e captação de novos profissionais;
- Contrato de Reparações de Construção Civil: entrou em vigor em junho de 2024, dando resposta a todas as tipologias de intervenção de construção civil, no âmbito da conservação e reparação. Caracterizou-se pela sua robustez e agilidade na resposta às variadas ocorrências.

Em contrapartida, registou-se uma evolução positiva na atividade logística e no processo de aquisição de componentes, permitindo mitigar parte das dificuldades anteriormente verificadas, nomeadamente ao nível dos atrasos na entrega de peças e materiais críticos para a operação. Esta evolução resultou da reestruturação efetuada em 2024 com a centralização de algumas atividades de aquisição de componentes numa unidade focada em objetivos transversais à Manutenção.

Reconhecendo o carácter estratégico do aprovisionamento na função da manutenção, a Tejo Atlântico deu continuidade ao trabalho de otimização dos procedimentos de contratação de bens destinados ao reabastecimento dos armazéns, com o objetivo de assegurar a disponibilização atempada dos stocks necessários às atividades operacionais, bem como o reforço do espaço físico de armazenamento. Foi igualmente reforçado o processo de codificação sistemática de bens e respetivo armazenamento, alargando o seu âmbito para responder à crescente complexidade decorrente da multiplicidade de contratos de aquisição sob gestão.

A aposta na manutenção preventiva, com vista à redução do risco de falhas nos diversos órgãos e equipamentos e à consequente diminuição do número de intervenções corretivas, materializou-se na atuação em três eixos estruturantes:

1. Materialização da área de apoio técnico à manutenção, com definição da respetiva macroestrutura, incluindo o desenvolvimento dos planos de manutenção e a monitorização da sua execução;
2. Lançamento e adjudicação de empreitada para o desenvolvimento de planos de manutenção preventiva na vertente de construção civil, aplicados ao edificado;
3. Lançamento e adjudicação de prestação de serviços para o desenvolvimento de planos de manutenção preventiva eletromecânicos, com base na metodologia RCM – *Reliability Centered Maintenance*.

No exercício de 2025, apenas 25,1% da mão de obra disponível foi afeta a intervenções de manutenção preventiva. Apesar de se registar uma ligeira melhoria face ao ano anterior, o indicador de manutenção preventiva na AdTA fixou-se em 64,8%, valor ainda considerado insatisfatório, evidenciando uma dependência excessiva de intervenções de natureza corretiva.

Para além dos recursos em regime de outsourcing, o desempenho da manutenção depende de forma crítica dos recursos internos, particularmente nas áreas cuja contratação externa apresenta maiores constrangimentos. Em 2025, concretizou-se a contratação de dois técnicos de manutenção mecânica, um técnico de manutenção elétrica e um técnico superior de manutenção de construção civil.

Não obstante estas admissões, mantiveram-se em curso processos de recrutamento para dois técnicos superiores e quatro técnicos de manutenção, com vista ao cumprimento do *headcount* aprovado de 54 trabalhadores. As atuais dificuldades de recrutamento são particularmente relevantes nesta área, fruto de um mercado de trabalho nacional e internacional ávido de perfis competentes na área de manutenção.

Gestão de Ativos

No ano de 2025 foi mantido o curso de consolidação da estrutura orgânica da Direção de Gestão de Ativos (DGA) desenhada para potenciar a criação de valor ao longo do ciclo de vida dos ativos, assegurando o equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

No decorrer do ano 2025, a DGA dedicou-se a um conjunto de processos e iniciativas que promoveram a eficiência e sustentabilidade na gestão dos ativos infraestruturais, em várias áreas-chave no sentido de assegurar a implementação de estratégias sustentáveis na gestão eficiente dos recursos, e impactando a atividade com uma resposta aos desafios atuais e futuros, focada na:

- Aceleração da adaptação às alterações climáticas;
- Promoção da eficiência energética, incorporando a mesma em todos os processos da Empresa;
- Produção de Energia com recursos endógenos e renováveis;
- Minimização das afluências indevidas e erradicação de descargas;
- Consolidação do efetivo conhecimento do funcionamento da rede de drenagem, através do sistema de medição de caudais;
- Elaboração de estudos e projetos e instrução dos procedimentos para contratação de empreitadas relativos às Instalações de Tratamento;
- Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos;
- Otimização dos processos de tratamento;
- Promoção da reutilização de água;
- Aumento da fiabilidade da informação cadastral (técnica e geográfica);
- Disponibilização, ágil e continuada, e fiabilidade dos dados e informação;
- Avaliação de aptidão funcional sistemática e avaliação de estado de condição;
- Planeamento estratégico do investimento a concretizar.

Planeamento e Monitorização de Investimentos

O ano de 2025 compreendeu um ano de consolidação e avaliação de processos que provinham do passado recente no âmbito do planeamento e da monitorização de investimentos, com os impactos muito positivos acima indicados.

Deste modo, com base na análise e processamento dos dados recolhidos do ano de 2024 e em concordância com as metodologias patentes do Plano Estratégico do Sistema de Gestão de Ativos, foram desencadeadas ações que visaram a integração dos princípios subjacentes ao plano no processo de tomada de decisão aos mais diferentes níveis da empresa.

Neste âmbito enquadram-se, a título de exemplo, processos de priorização de necessidades de intervenção ou de planeamento de avaliação de aptidão funcional.

No decurso do ano de 2025 foi assegurada a monitorização do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com o previsto no respetivo Plano Estratégico, que visa a análise de desempenho e atividade deste Sistema durante o ano, tendo por base os indicadores definidos associados aos processos que suportam as diversas fases do ciclo de vida dos ativos.

Para além da elaboração do relatório do ano transato importa ainda salientar que foi ainda disponibilizada uma ferramenta visual de acompanhamento para consulta interna, integrado na intranet da empresa, para monitorização de todos os indicadores abrangidos pelo Sistema de Gestão de Ativos de forma transversal a toda a empresa, contribuindo para o envolvimento de todas as áreas nesta temática.

Ainda em 2025 foi realizada, a auditoria ao Sistema de Responsabilidade Empresarial, na vertente de Gestão de Ativos para o respetivo referencial normativo ISO 55001:2014. O âmbito da certificação inclui três subsistemas – Alcântara, Guia e Santa Cruz, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo um total de 3 FA, 49 EE e 278 km de emissários e interceptores.

Ainda integrada na linha de ação do planeamento foram cumpridas algumas linhas paralelas de atuação relevantes das quais importará destacar: i) a elaboração do Plano Anual de Investimentos ou ii) a contribuição na revisão extraordinária do EVEF e do Contrato de Concessão.

Na ótica do processo de monitorização de investimentos foi mantido um acompanhamento com periodicidade mensal com todas as áreas diretamente relacionadas com a promoção, gestão e monitorização de processos de investimento, o qual se refletiu numa gestão próxima e individual de cada processo cuja eficácia se refletiu em níveis de investimento muito expressivos face ao histórico da empresa.

Cadastro/SIG

No que se refere às atividades da área de Cadastro e SIG foi mantida a linha de consolidação e aumento da fiabilidade da informação cadastral e do conhecimento infraestrutural das grandes naturezas de ativos sob responsabilidade da Tejo Atlântico.

Para alcançar este objetivo, destaca-se a continuidade do complemento do inventário de infraestruturas, seja com recursos internos como externos, tendo ainda sido promovido um procedimento de levantamento cadastral de tampas.

Ainda em 2025, foi desencadeada nesta área a vertente de gestão de património, tendo esta iniciado pela definição e âmbito, responsabilidades, processos internos e modo de relação para com os demais intervenientes. Importa realçar, como sendo uma das primeiras e mais relevantes ações nesta vertente, a recolha e listagem de informação patrimonial dispersa por várias fontes de informação internas com vista à sua catalogação, classificação e arquivo em local próprio.

Numa outra linha de ação, também iniciada em 2025, a área de Cadastro desencadeou um processo de identificação e classificação de pontos de fronteira do sistema que visa a caracterização para os demais efeitos dos pontos de recolha e descarga dos subsistemas que integram a concessão. Esta ação, que compreende um trabalho exaustivo de análise e sistematização de dados e documentos de diferentes origens, consubstanciará mais um contributo relevante para a melhoria do conhecimento e fiabilidade da informação cadastral disponível, contando já com o interesse de alguns utilizadores.

Ao nível do SIG, destaca-se a consolidação da ferramenta estratégica para a transformação digital da Tejo Atlântico, para resposta a pedidos internos e externos, assim como aos novos desafios tecnológicos ao nível do conhecimento e da análise da rede. Com efeito, em atividades associadas a processos como Avaliação da Qualidade de Serviço ou da revisão do Modelo Técnico da Atividade, mostrou-se uma ferramenta importante na agilização e obtenção de resultados, contribuindo fortemente para a eficiência de processos internos.

Por fim, na vertente de Licenciamentos e decorrente de uma ação de sensibilização mantida junto dos utilizadores, a área de Cadastro revelou um aumento muito expressivo de entrada de processos aos diversos níveis, como sendo pedidos de cadastro, de ligação ao sistema, de interferências, entre outros. Com efeito, este aumento evidencia a importância que os utilizadores e outras entidades cada vez mais conferem à necessidade de consulta à Tejo Atlântico nos processos que têm em curso, o que deverá suscitar a breve prazo uma reavaliação dos procedimentos internos de forma a assegurar resposta atempada às entidades externas.

Arquivo Digital Técnico

Em 2024, iniciou-se o contrato de prestação de serviços de digitalização para arquivo técnico digital da massa documental das antigas empresas SIMTEJO e Águas do Oeste.

Dando seguimento a este trabalho, e já no decurso de 2025, foi desencadeado um processo interno de delineação da "estrutura tipo" a adotar para o Arquivo Técnico Digital, a implementar individualmente por infraestrutura. Este processo, que contou com a colaboração de todas as áreas da empresa, culminou numa proposta entretanto aprovada tendo sido iniciado ainda no decurso de 2025 o carregamento da documentação já disponível.

Nos Licenciamentos, em 2025, além da resposta aos pedidos de ligações e pedidos de cadastro, continuaram a ser geridos os processos de interferências com as infraestruturas da Tejo Atlântico, assim como a resposta a pedidos de pareceres através da plataforma SIRJUE - Sistema de Informação de Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Inteligência de Dados e Ativos

A área de Inteligência de Dados e Ativos, criada em 2024, teve como principal contributo no ano de 2025 o desenvolvimento de uma proposta de modelo dimensional de dados. Para este efeito, e em articulação com as demais áreas da empresa, procedeu ao mapeamento de repositórios de dados e à identificação das necessidades que cada área tem para o cumprimento da sua atividade.

Como resultado, foi delineada e aprovada uma proposta que servirá a partir dessa data de referência para a conceção de qualquer ferramenta cujo funcionamento dependa de dados no sentido de identificar a sua localização e condição de acesso aos mesmos.

Em paralelo, área de Inteligência de Dados e Ativos manteve aquele que é um dos seus propósitos mais relevantes o qual assenta na preparação de informação, seja em formato tabular ou de *dashboard*, para consulta e/ou tomada de decisão das áreas da empresa para suporte à sua atividade. Neste âmbito, foram desencadeadas ações diversas destacando-se, a título de exemplo, a disponibilização de *dashboards* para consulta interna na intranet da empresa em formato *Power BI*.

Outra vertente expressiva de atuação desta área assenta na consolidação dos processos de recolha de dados para atualização dos Modelos Técnicos da empresa e da Avaliação da Qualidade de Serviço onde, através da automatização e fruto do modelo de dados já atrás mencionado, foi assegurada uma maior agilização com vista a uma maior eficiência.

Esta é uma área de investimento da empresa, que assume um papel discreto na organização, mas assumida pela Tejo Atlântico como basilar à gestão e disponibilização de informação numa organização que se caracteriza pela produção massiva de dados, dos quais necessitamos de extrair valor diariamente.

Gestão de Energia

Em alinhamento com as políticas europeias e nacionais, a Tejo Atlântico desenvolveu um plano estratégico que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030, em consonância com a orientação corporativa do Grupo AdP, consignado no seu Plano de Neutralidade (programa ZERO).

Manteve-se em prossecução durante o ano de 2025 o *Plano Energia+* que integra a estratégia da organização e a ambição de ser a Empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.

Ainda que em 2024 tenha sido atingida a marca histórica de mais de 25% da energia total da organização ser de origem renovável, verificou-se que em 2025 esta marca não foi atingida ou ultrapassada.

Com efeito, vários fatores que contribuíram para que tal ocorresse destacando-se os seguintes: i) o atraso do lançamento da empreitada de conceção-construção de unidades de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica da Tejo Atlântico - SOLAR III, e o ii) impacto das afluências indevidas na produção de energia com recurso do biogás nas Fábricas de Água equipadas com processos de cogeração.

Durante o ano de 2025 a atuação da área de Gestão de Energia, em articulação com a área de Estudos Estratégicos, incidiu ainda o contributo na preparação de procedimentos que visam o aumento da eficiência energética das infraestruturas, destacando-se:

- a intervenção na desodorização da FA de Alcântara;
- a remodelação das instalações processuais para otimização da produção de biogás;
- as benfeitorias do sistema de ventilação e desodorização das FA da Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frielas e São João da Talha.

Em complemento aos procedimentos acima descritos a área de Gestão de Energia promoveu ainda o procedimento de Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas, enquadrado na ação de eletrificação da Frota Automóvel do Grupo AdP.

Por fim, e para além da monitorização corrente dos consumos de energia das infraestruturas da empresa com especial destaque para as que estão integradas no SGCIE, importa ainda relevar o início de desenvolvimento da plataforma de gestão de energia que irá potenciar um aumento significativo na eficiência de processos associados à recolha e tratamento de dados que estão associados a esta gestão.

Monitorização e Controlo de Afluências Indevidas

A área de Monitorização e Controlo de Afluências Indevidas manteve o acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Tejo Atlântico, reforçando a concretização do objetivo de minimização das entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e a erradicação de descargas, quer na atuação da rede em alta como na articulação com as entidades gestoras das redes em baixa em ações de despiste de causas e avaliação conjunta de soluções.

Com a conclusão, no ano 2024, de um conjunto relevante de estudos de controlo de caudais indevidos, associados aos subsistemas de Runa, Maxial, Dois Portos, Cadafais e Torres Vedras, assegurou ainda o desenvolvimento e submissão às entidades competentes dos processos de licenciamento para intervenções identificadas na rede em alta ou na rede em baixa (aquando da existência de protocolos de colaboração com as entidades gestoras das redes em baixa para intervenções conjuntas).

No âmbito da gestão do Sistema de Medição de caudais dos sistemas de drenagem de emissários/intercetores, que inclui o acompanhamento de intervenções de manutenção bem como o tratamento de dados e respetivo envio mensal aos municípios para

efeitos de controlo e faturação, destaca-se a condução do estudo de atualização da Matriz de Repartição de Caudais para consideração no âmbito da faturação aos Utilizadores.

Estudos Estratégicos

A área de Estudos Estratégicos destacou-se particularmente pelo número de processos de investimento preparado para lançamento de procedimentos de investimento.

Com efeito, e tendo-lhe sido acometida no ano de 2024 a responsabilidade de realização de estudos e instrução dos procedimentos para contratação de empreitadas relativos às Instalações de Tratamento da Tejo Atlântico, a área em apreço apresentou um resultado expressivo no número de procedimentos lançados (13) complementado com um conjunto de outros processos que se encontravam no termo do ano ainda em fase de autorizações várias.

De entre os processos mais relevantes lançados no ano de 2025 destacam-se i) a Empreitada de Conceção-construção da Etapa de Hidrólise Térmica de Lamas da Fábrica de Água de Frielas, a ii) Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da FA da Ericeira e a iii) Empreitada Conceção-Construção de Beneficiação da FA de Santa Cruz.

Em paralelo a esta atividade assegurou ainda, numa parte relevante do tempo da equipa adstrita, o apoio técnico especializado às empreitadas e projetos em curso no âmbito das comissões de acompanhamento, garantido a uniformidade de critérios técnicos entre processos e a consideração de princípios de ciclo de vida nas análises conduzidas com vista à salvaguarda da adoção de soluções equilibradas e mais vantajosas para o parque operacional sob gestão.

A articulação desta área com as restantes unidades orgânicas da Empresa afigura-se essencial para o estudo e projeto de intervenções conducentes a intervenções infraestruturais, com especial ênfase para o esforço que tem sido dedicado à procura de soluções de aumento de eficiência dos subsistemas e à avaliação de potenciais soluções de reengenharia de sistemas.

Por fim, e não menos importante, a área de Estudos Estratégicos assegurou em 2025 dois processos muito importantes na vertente de avaliação futura:

- a) conclusão da primeira fase do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas (PAAC) que foi o culminar de um processo extenso e profundo de análise do território da concessão, do impacto nos subsistemas e da delimitação de medidas nos 10 que se afiguram mais críticos.
- b) a preparação e lançamento de um estudo de avaliação do impacto da nova DARU nas principais Fábricas de Água da Tejo Atlântico, numa vertente pró-ativa de antecipação e preparação das intervenções que se virão a afigurar necessárias para o cumprimento da nova diretiva.

Avaliação Funcional

Em 2025 consolidou-se o plano e a metodologia associada à avaliação de aptidão funcional das Grandes Naturezas de Ativos da Tejo Atlântico (Fábricas de Água, Estações Elevatórias e Conduitas, Coletores e Emissários), por via da implementação de um plano de inspeções de carácter multidisciplinar às infraestruturas para aferição do estado de condição das Infraestruturas da concessão, o que culmina num passo essencial de uma gestão de ativos suportada no trinómio custo/desempenho/risco.

Neste contexto, e no decurso de 2025, procedeu-se à realização sistemática de inspeções de Avaliação Funcional de 7 FA e de 31 EE, tendo sido dada continuidade à inspeção de infraestruturas lineares destacando-se o Intercetor Geral do Sistema da Costa do Estoril cujos trabalhos se mantêm em curso no ano de 2026.

As FA que foram objeto de Avaliação Funcional são: Malveira, Póvoa da Galega, Frielas, Beirolas, Guia (ETFL e ETFS), Reguengo Grande e Bufarda.

Em relação às estações elevatórias nas quais se realizou em 2025 a inspeção do estado de condição para Avaliação Funcional, figuram as infraestruturas do subsistema da Costa do Estoril (9), Ericeira (12), Nazaré (5), Malveira (3), Reguengo Grande (1) e Bufarda (1).

A área de Avaliação Funcional também colaborou em diversas comissões de acompanhamento de empreitada assim como deu suporte à preparação de processos de concurso da sua área e de outras.

Numa vertente mais interna tem-se vindo a consolidar processos e procedimentos de inter-relação para com outras áreas da empresa, mais concretamente no âmbito das necessidades de inspeção pontual de infraestruturas suscitados por outras áreas da empresa ou de contributos para o Sistema de Gestão de Ativos.

Segurança e Sustentabilidade Empresarial

Ao longo do ano de 2025, foram implementadas várias iniciativas e ações com o objetivo de assegurar o alinhamento com as necessidades e expectativas das partes interessadas.

No ano de 2025 deu-se continuidade à publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2024. No referido relatório transmitem-se os principais compromissos assumidos pela Tejo Atlântico no âmbito da nossa atividade, destacando os nossos progressos e desafios de uma forma transparente, alicerçada numa governança responsável e demonstrando o compromisso com a preservação do ambiente e o comprometimento com as nossas pessoas e as comunidades onde nos inserimos.

A Tejo Atlântico assegura a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), Gestão da Energia (NP EN ISO 5001), Gestão de Ativos (ISO 55001) e Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457). Este sistema demonstra o nosso compromisso com a melhoria contínua, tendo sido submetido a auditoria interna, realizada por uma entidade externa, e a auditoria externa, realizada por entidade certificadora neste âmbito.

Deu-se continuidade ao projeto de Reengenharia dos Processos da Tejo Atlântico, na perspetiva da melhoria contínua, e com o importante objetivo de mapear vários processos da cadeia de valor com o intuito de permitir identificar as potenciais oportunidades de melhoria conducentes a um aumento da eficiência da Empresa.

Alinhados com a necessidade urgente de aumento de resiliência dos sistemas de saneamento, promovendo as boas práticas de redução do risco, foi dado seguimento à implementação do "Plano de Contingência para eventos de precipitação extrema".

O trabalho no compromisso da segurança e da saúde dos trabalhadores continuou a ser uma prioridade em 2025. O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua: Plano de Controlo de Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos Trabalhos em Altura/Profundidade e Espaços Confinados; Plano de Controlo de Legionella e Plano de Controlo Riscos Psicossociais.

No âmbito deste Plano, no decorrer de 2025, reforçaram-se as atividades de controlo operacional nas diversas infraestruturas da Tejo Atlântico, (maior alocação presencial dos Técnicos de Segurança às instalações/ verificações periódica de equipamentos de trabalho/ equipamentos de proteção coletiva e individual anti queda/ verificação de equipamentos de combate a incêndios/verificação do estado de escadas portáteis/ realização de safety moments, etc.), para além dos habituais acompanhamentos de trabalhos (uma grande maioria, de risco elevado e sujeitos a autorização de trabalhos), e revisão e atualização das Matrizes de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos.

Em destaque:

- A continuidade do Plano Estratégico de Segurança, mantendo o propósito de melhorar continuamente a saúde e a segurança dos trabalhadores, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da União Europeia, definido O reforço do Plano Estratégico de Segurança, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da União Europeia, definido para o período 2021-2027;
- O reforço do Plano de Prevenção Riscos Profissionais;
- A utilização em pleno da Plataforma do Sistema de gestão, aplicação informática de organização das várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial, passando a registar-se aqui Planos de Ação de Simulacros e Matrizes de Avaliação de Riscos;
- A continuidade da formação “Chegar a Casa como Sai” | TA&EC e Treino Cognitivo “, para todos os trabalhadores;
- A atribuição da formação “Passaporte de Segurança” para todas as chefias;
- A colaboração e a participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, bem como a sua Consulta nos moldes definidos na legislação em vigor;
- A análise das Medidas de Autoproteção existentes, no sentido de melhorar e uniformizar a resposta a situações de emergência;
- A formação na área da Segurança e Saúde no Trabalho, num total de cerca de 4300 horas.

Paralelamente às diversas iniciativas/atividades já descritas no presente relatório e que se enquadra, no foro da Segurança e Sustentabilidade, salientem-se ainda:

- Cinco Bolsas de Estudo atribuídas a filhos de trabalhadores da Tejo Atlântico: o projeto de atribuição de Bolsas de Estudo é uma iniciativa de responsabilidade social da Águas de Portugal destinada aos descendentes que fazem parte do agregado familiar dos trabalhadores do Grupo. Para o ano letivo 2024/2025 foram atribuídas cinco bolsas de estudo, abrangendo ensino superior e ensino especial. Os fundos para dinamização desta iniciativa são recolhidos através do envio anual do Postal de Natal Solidário, pelos trabalhadores do Grupo;
- Novos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho: foram eleitos os novos Representantes dos Trabalhadores de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), que ocupam um papel crucial na colaboração para a identificação e mitigação de possíveis riscos, contribuindo para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e saudável;
- Frota da Tejo Atlântico distinguida com a classificação MOVE+: foi mantida a certificação MOVE+ da frota da Tejo Atlântico, com classe energética A, numa iniciativa da Agência para a Energia (ADENE) criada para promover a mobilidade eficiente através da otimização do consumo de combustível, redução das emissões de CO₂ e implementação de boas práticas na gestão de frotas;
- Parceria entre a Águas do Tejo Atlântico e Aarhus Vand reforça a inovação na gestão da água: no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Árvore e do Dia Mundial da Água, a Tejo Atlântico e a Aarhus Vand, empresa pública dinamarquesa que opera no ciclo da água, deram um passo significativo na cooperação internacional ao assinarem um protocolo de colaboração. Esta parceria visa fortalecer a sustentabilidade, eficiência energética, digitalização e economia circular na gestão do ciclo urbano da água. As atividades tiveram início no Dia Mundial da Árvore, com uma plantação simbólica na Fábrica de Água de Beirolas, reforçando o compromisso ambiental das duas empresas. No mesmo dia, decorreu um workshop com

especialistas dinamarqueses, onde se discutiram as melhores práticas e estratégias para tornar a gestão da água mais eficiente e inovadora;

- Divulgação dos Resultados da Avaliação de Riscos Psicossociais: no âmbito da Avaliação de Riscos Psicossociais, realizada na Tejo Atlântico no final do ano de 2024, foram apresentados os resultados a todos os trabalhadores. O referido estudo visou avaliar os fatores de bem-estar organizacional e a saúde dos trabalhadores, e ainda identificar áreas de melhoria contínua, contribuindo para o desenvolvimento de ações direcionadas para melhorar o ambiente de trabalho;
- Entrega dos "Cabazes de Nascimento": a Tejo Atlântico voltou a reunir, num momento especial e carregado de afetos, as famílias que acolheram recentemente novos membros nos seus agregados, com uma cerimónia simbólica de entrega dos "Cabazes de Nascimento", reforçando o compromisso com o bem-estar e apoio às famílias Tejo Atlântico, numa cultura que valoriza a vida, a proximidade e os momentos que marcam o percurso familiar;
- Hastear da Bandeira Azul em várias praias da área de concessão: galardoadas pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), são várias as praias que viram ser hasteadas, durante a época balnear, as Bandeiras Azuis, onde um dos critérios avaliados se centra na qualidade da água das praias;
- Hastear da Bandeira de Ouro em várias praias da área de concessão: a distinção de praia com "Qualidade de Ouro" tem como objetivo evidenciar a qualidade da água balnear das praias de portuguesas, com base na informação pública oficial disponível, sendo atribuída anualmente pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza;
- Participação no Exercício Simulacro FÉNIX 2025 na Fábrica de Água de Alcântara: a Tejo Atlântico participou no Exercício Simulacro FÉNIX 2025, organizado e promovido pelo Exército português, um treino que decorreu no dia 19 de novembro, data em que se assinalou o Dia Mundial do Saneamento (World Toilet Day). O simulacro ocorreu na Fábrica de Água de Alcântara, onde foram testados cenários distintos, representando riscos de contaminação biológica, química e radiológica, todos integrados num quadro de sismo em Lisboa.

Comunicação e Educação Ambiental

Comunicação interna

A Águas do Tejo Atlântico considera a comunicação interna uma área estratégica para o envolvimento dos seus trabalhadores e para a difusão de informação atual, relevante e alinhada com os objetivos da Empresa.

Em 2025, foram desenvolvidas e organizadas diversas iniciativas, em articulação com as diferentes unidades orgânicas, com o propósito de promover a cultura organizacional, reforçar a comunicação transversal e consolidar o sentimento de pertença e de compromisso das equipas.

A Empresa utiliza um conjunto diversificado de canais de comunicação, assegurando a proximidade a mais de 440 trabalhadores que exercem funções em múltiplas instalações distribuídas pela área de concessão.

Registou-se um reforço da comunicação interna, nomeadamente através da produção regular de conteúdos para a televisão interna, portal interno e newsletter, complementados por comunicações via e-mail, SMS e WPartilha, e ainda a realização de campanhas informativas, ações e eventos para os trabalhadores.



Figura 35– televisão interna

Entre as principais iniciativas destacam-se:

- **Encontro Anual de Quadros “Inspirados pelo Futuro”**, realizado no início do ano, enquanto momento de partilha dos resultados do exercício anterior, de reflexão estratégica e de alinhamento com os objetivos definidos para o novo ciclo anual.



Figura 36- Encontro Anual de Quadros - Inspirados pelo Futuro

- **Celebração do 8.º aniversário da Tejo Atlântico**, assinalado na Fábrica de Água do Casalinho, iniciativa que promoveu a confraternização e incluiu a pintura coletiva de dois murais alusivos à biodiversidade da Lagoa de Óbidos e à atividade piscatória tradicional da região, reforçando a ligação ao território.



Figura 37 - 8º aniversário da Tejo Atlântico

- **Dia das Fábricas de Água**, iniciativa interna que proporcionou a cerca de 100 trabalhadores, de diferentes áreas, a oportunidade de conhecerem de perto o trabalho desenvolvido pelas equipas de Operação e Manutenção, através de visitas às infraestruturas operacionais, com o objetivo de partilha de conhecimento interno.



Figura 38 - Dia das Fábricas

- **WPartilha**, sessões internas dedicadas à partilha de conhecimento e boas práticas disponíveis para todos os trabalhadores. Estas iniciativas contribuem à troca de experiências e a expressão de ideias num ambiente colaborativo.
- **Projetos e empreitadas**, ao longo do ano divulgamos em diversos canais internos, os principais projeto e obras em curso que depois de concluídas terão impacto positivo no serviço, na resiliência e na eficiência.



Figura 39 - Empreitada de reabilitação da Fábrica de Água de Arruda dos Vinhos

- No âmbito da iniciativa **Dezembro+**, foi dinamizado um conjunto de ações ao longo do mês, reforçando os laços de proximidade e o espírito de união entre trabalhadores.

A Direção de Comunicação e Desenvolvimento (DCD) promoveu e participou em diversas campanhas internas com outras unidades orgânica, das quais se destacam:

- "Pense Diferente", ação no Dia Mundial da Qualidade que desafiou os trabalhadores a repensar a forma como se trabalha, a inovar e a procurar soluções mais eficientes na atividade profissional diária.
- "Juntos pela Segurança Digital", ação em outubro no mês Europeu da Cibersegurança, com a disponibilização de informação sobre as ameaças digitais e os comportamentos responsáveis que se devem ter.
- "Segurança 365", ação no âmbito da Semana Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho com a disponibilização de *pocketbooks* de segurança, *quiz* e outras iniciativas para melhorar a segurança e prevenir riscos aos trabalhadores.

- Celebração do Dia Mundial da Água e do Dia Mundial do Ambiente, desafiando os trabalhadores da Tejo Atlântico a fazerem perguntas simples sobre a água e o ambiente aos seus filhos.

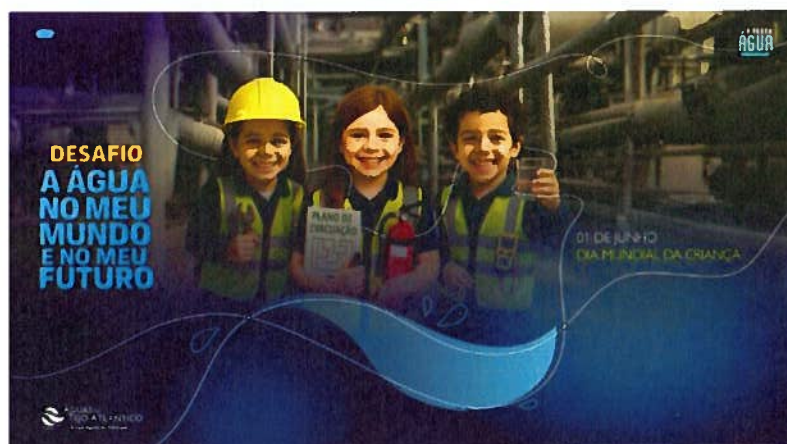


Figura 40 – Desafio “A Água no meu mundo e no meu futuro”

- Embaixadores da Juventude, um programa que pretende valorizar os jovens profissionais da empresa e dar-lhes voz como agentes de inovação, sustentabilidade e transformação no setor da água.
- “Bateria do carro carregada! Dê o lugar a outro”, uma ação que lembrou os trabalhadores a não permanecer estacionado nos lugares de estacionamento para carros elétricos.
- “Faça o seu papel: imprima só o necessário!”, uma ação interna para incentivar os trabalhadores a repensarem os seus hábitos de impressão e a optarem por alternativas mais sustentáveis.



Figura 41 - Incentivo aos trabalhadores para a poupança de papel

- *Safety Escape Room*, uma ação que assinalou o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, em que os trabalhadores tinham de aplicar os seus conhecimentos de segurança.

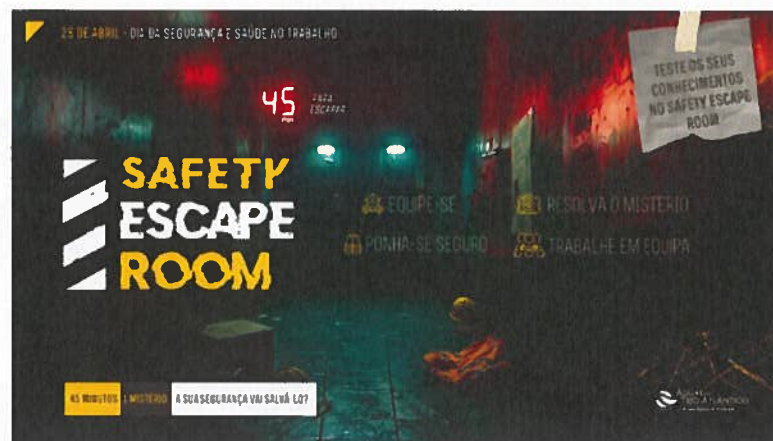


Figura 42 - Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho

- “O Valor das Mulheres nas Nossas Equipas”, no Dia Internacional da Mulher empresa celebrou o seu empenho profissional, tendo, para isso, recolhido depoimentos dos trabalhadores masculinos.

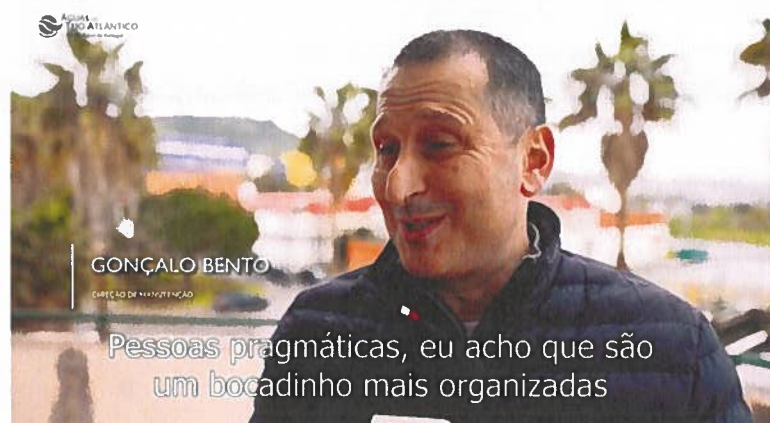


Figura 43 - Dia Mundial da Mulher

- “O que dizem as nossas crianças”, uma série onde os filhos dos trabalhadores da Tejo Atlântico falam sobre os trabalhos dos seus pais.



Figura 44 – Ação “O que dizem as nossas crianças”

Estas iniciativas evidenciam o compromisso da Empresa na promoção da sensibilização, segurança e bem-estar dos seus trabalhadores, reforçando simultaneamente a coesão interna e a cultura organizacional.

Comunicação externa

A comunicação externa constitui igualmente um eixo estratégico da atuação da Tejo Atlântico. O relacionamento com acionistas, parceiros, comunidade e demais stakeholders assume-se como pilar fundamental da estratégia da Empresa.

Este envolvimento contribui para o fortalecimento dos projetos estruturantes nas áreas da circularidade, descarbonização e gestão de ativos, numa atividade essencial, ainda que muitas vezes invisível, que impacta diretamente a qualidade das massas de água, a saúde pública e diversas atividades económicas associadas ao mar e aos recursos hídricos.

Em 2025, foram utilizados diversos meios de divulgação, incluindo o website institucional, redes sociais, newsletter externa, comunicados de imprensa, revista corporativa, bem como a divulgação de intervenções e lançamento obras, em articulação com aos parceiros municipais e juntas de freguesia.

Participação e organização de eventos e iniciativas externas, incluindo visitas institucionais às Fábricas de Água e assegurada presença ativa em conferências, congressos e prémios nacionais e internacionais

Entre as principais iniciativas externas realizadas ao longo do ano salientam-se:

- **Novo website institucional**, mais intuitivo e orientado para o utilizador, reforçando a proximidade e a interação com os diferentes *stakeholders*.

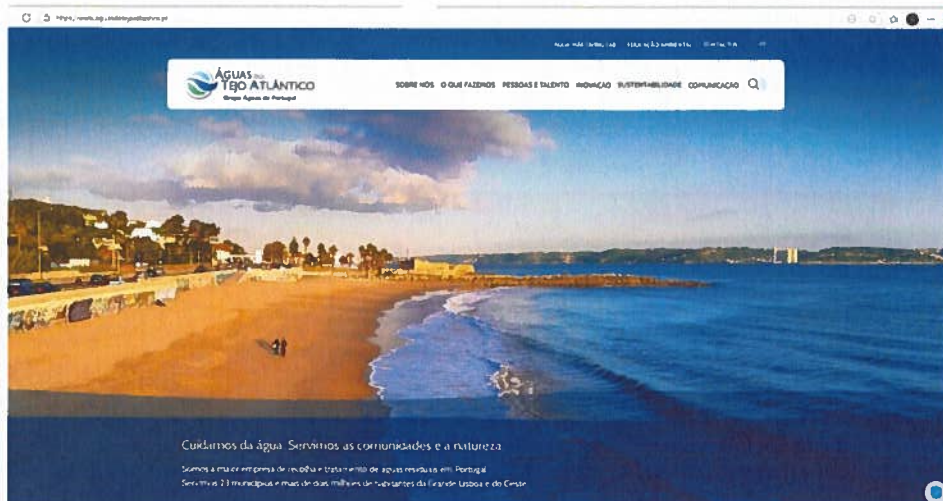


Figura 45 - Novo site da Tejo Atlântico

- Celebração do Dia Mundial da Água, com abertura das instalações à comunidade, permitindo dar a conhecer o contributo da Empresa para a gestão eficiente dos recursos hídricos.
- Comemoração do Dia Internacional pelos Rios, em parceria com o Município de Alenquer, com o objetivo de sensibilizar para a preservação e recuperação dos ecossistemas fluviais.



Figura 46 - Rio Tejo e Rio Alenquer

- Comemoração do Dia Mundial da Energia, celebramos o compromisso com a sustentabilidade, a inovação e a resiliência operacional, destacando que a Fábrica de Água da Guia manteve-se 100% operacional graças à energia renovável produzida localmente a partir do biogás.



Figura 47 - Dia Mundial da Energia

- Cerimónia de entrega dos Selos AgIR e do “Selo de Qualidade Indústria em Evolução”, realizada em Alenquer, distinguindo 16 empresas que se destacaram na gestão de efluentes industriais e na adoção de práticas circulares.



Figura 48 - Atribuição de selos AgIR Indústrias em evolução

Ainda no âmbito do Plano de ação **AgIR**, com vista à erradicação das descargas indevidas de águas industriais residuais dos sistemas de tratamento e valorização da Tejo Atlântico, promoveu-se em 2025 duas ações de formação que envolveram industriais e técnicos de diversos Municípios, realizadas em Rio Maior e Arruda dos Vinhos.

Apresentação pública da empreitada de Reabilitação da Fábrica de Água (ETAR) de Torres Vedras, um investimento de 5,5 milhões na modernização das nossas infraestruturas e na valorização do serviço prestado à comunidade num processo mais eficiente, que promove a circularidade e contribui para a proteção das massas de água da região.



Figura 49 - Apresentação pública da empreitada de reabilitação da Fábrica de Água de Torres Vedras

- Visita do Executivo Municipal à empreitada de Beneficiação da Fábrica de Água de Arruda dos Vinhos, oportunidade para ver o desenvolvimento desta empreitada adjudicada por cerca de 4,8M€.



Figura 50 - Visita do Executivo Municipal de Arruda dos Vinhos às obras de beneficiação da FA de Arruda dos Vinhos

- Comunicação de empreitadas e intervenções na via pública em articulação com os municípios e juntas de Freguesia, com destaque para a remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos, da reabilitação da Estação Elevatória da maceira, entre outras.
- O Caminho da Inovação 2025, subordinado ao tema "Desafiar o Óbvio", reuniu mais de 650 participantes, 17 oradores nacionais e internacionais e 27 expositores na Fábrica de Água de Alcântara. O evento voltou a afirmar-se como plataforma de partilha de conhecimento e de promoção da inovação colaborativa no setor da água.



Figura 51 - Caminho da Inovação 2025

- No **Dia Mundial do Saneamento**, data associada à génese da Tejo Atlântico, foi desenvolvida, em parceria com a *Mega Hits*, uma campanha de sensibilização difundida em rádio e redes sociais e entrevistas de rua reforçando a importância do saneamento para a saúde pública e qualidade de vida.

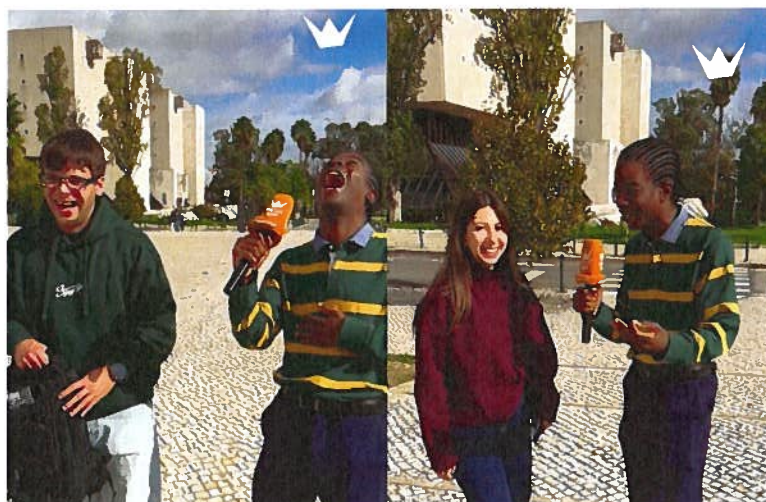


Figura 52 - Campanha Mega Hits - Dia Mundial do Saneamento

- Revista Tejo Atlântico consolidou o seu posicionamento como veículo de informação institucional, disponível em formato digital e com tiragem física limitada. Em 2025 foram publicadas três edições, subordinadas aos temas: Uso Eficiente da Água na Indústria, Água e Solos e Resiliência em Tempo de Chuva.



Figura 53 - Capas das revistas Tejo Atlântico publicadas em 2025

- No relacionamento com os **órgãos de comunicação social**, a Tejo Atlântico manteve uma política de informação factual e transparente sobre os seus projetos e resultados. A monitorização realizada por entidade especializada em *clipping* atribuiu, em 2025, uma avaliação média de 4,2 numa escala de 0 a 5.
- Parceria com o **Festival MURO**, que decorreu na Fábrica de Água de Alcântara, dedicado à arte urbana e subordinado ao tema “Água”, reunindo artistas nacionais e internacionais, entre os quais o português João Murta.

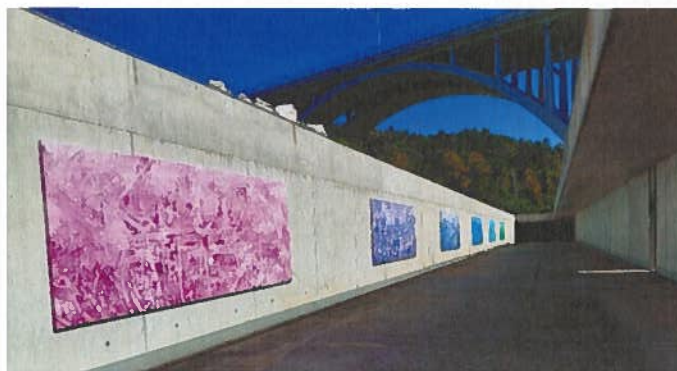


Figura 54 - MURO - festival de Arte Urbana - Peça de João Murta na Fábrica de Água de Alcântara

Visitas Institucionais

Ainda no âmbito das relações externas com *stakeholders*, a Tejo Atlântico continua a ser procurada por muitas entidades nacionais e internacionais para visitas e projetos partilhados.

Em 2025 recebemos mais de 500 visitantes de nove nacionalidades diferentes, com destaque para a Comissão Europeia para o Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva, Jessika Roswall.



Figura 55 - Visita Jessica Roswall, Comissária Europeia do Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular à Tejo Atlântico

Comunicação Digital

No domínio da comunicação digital, os canais da Águas do Tejo Atlântico registaram, em 2025, um crescimento consolidado e alinhado com o reforço do seu posicionamento institucional. A presença nas plataformas *LinkedIn*, *Facebook*, *YouTube* e *Instagram* evoluiu de 15.563 para 17.229 seguidores, traduzindo um crescimento global de 10,7%. Este desempenho reflete não apenas o aumento da comunidade digital, mas também o fortalecimento da reputação da Empresa enquanto referência no setor ambiental. A consistência da comunicação, orientada pelo propósito de promover sustentabilidade, inovação e economia circular, tem contribuído para consolidar a

imagem institucional junto dos diferentes *stakeholders* e para afirmar a Águas do Tejo Atlântico como agente ativo na transformação ambiental.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) manteve-se, em 2025, como um eixo estratégico da Águas do Tejo Atlântico, alinhado com o propósito da Empresa, os desafios do Grupo AdP e os compromissos nacionais e internacionais de sustentabilidade, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) e o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (REAS).

Através de visitas de estudo e técnicas, promoção de dias abertos, ações de formação, campanhas de sensibilização e projetos colaborativos, a Empresa reforçou a capacitação das comunidades que serve para o valor da água e para a adoção de comportamentos sustentáveis.

Visitas às Infraestruturas e ao Centro de Educação Ambiental

Em 2025, a Águas do Tejo Atlântico realizou 140 visitas às suas Fábricas de Água e ao Centro de Educação Ambiental (CEA), envolvendo mais de 3.000 visitantes.

Sempre com o objetivo de sensibilizar para a importância do tratamento e reutilização da água e de promover boas práticas ambientais e a circularidade dos recursos, enquanto demonstra o seu papel fundamental na gestão do ciclo urbano da água, as visitas gerais e técnicas abrangeram diversos públicos, com destaque para:

- Ensino básico, secundário e superior;
- Universidades seniores;
- Ensino especial;
- População em geral (incluindo "dias abertos").

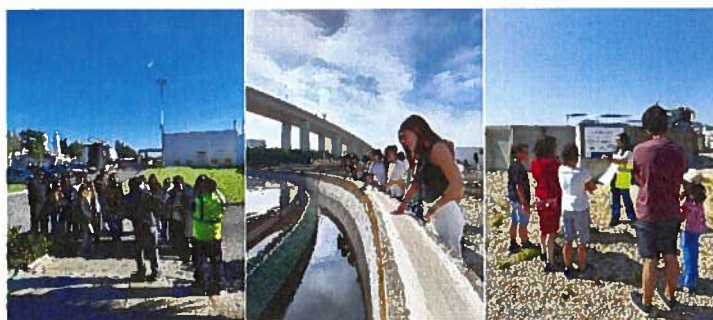


Figura 56 - Visitas às Fábricas de água



Figura 57 - Visitas ao Laboratório e ao CEA da Tejo Atlântico

Formação e Capacitação de Professores e Técnicos

No decorrer de 2025 foram realizadas dez ações de formação, envolvendo 194 participantes, destacando-se as seguintes:

- Ações de curta duração (ACD) acreditadas para docentes, integradas nos projetos Rios e Coastwatch, Cidadão 2030, entre outros;
- Curso Educação Ambiental para a Sustentabilidade (certificado pelo CCPFC - Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua);
- Formação especializada para monitores de educação ambiental.

Formações realizadas sempre em estreita parceria com os seus municípios e que envolveram parceiros diversos, com destaque para:

- ONGA diversas;
- EVOA – Companhia das Lezírias;
- Museu da Água da EPAL;
- Instituto Marquês de Valle Flôr;
- SMAS de Torres Vedras;
- Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE).

Iniciativas com grande procura, que reforçaram a capacitação de profissionais do ensino, na sua maioria professores, e de técnicos municipais, assim como de jovens estudantes da área do ambiente, ampliando o impacto da educação ambiental na comunidade.

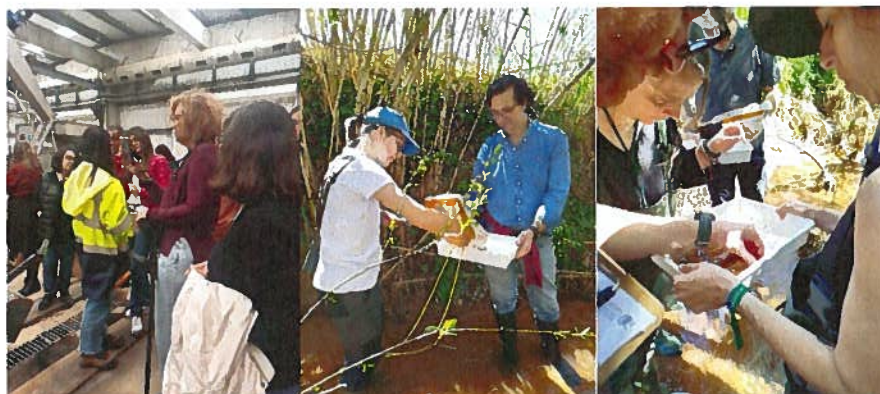


Figura 58 - Ações de Formação de Professores

Colaboração com Municípios

No âmbito do Plano de Educação Ambiental (PEA), a Águas do Tejo Atlântico deu continuidade ao programa REcircuLAR+, envolvendo mais de 6.700 crianças e jovens de 22 municípios.

Participação em mais de duas dezenas de eventos municipais, com destaque para:

- Semana da Criança e do Ambiente – Serviços Municipalizados de Alcobaça;
- Floresta Mágica – Município do Bombarral;
- Há Festa no Parque – Município de Mafra;
- Sintr’Ambiente – Município de Sintra;
- Dia da Criança – Município da Amadora;
- Dia do Ambiente – Município de Amadora (Junta de Freguesia da Falagueira);
- Um Dia no Campo – Município de Azambuja;
- Dias Europeu e Nacional do Mar - CEA de Torres Vedras e Municípios da Nazaré e Peniche;
- Alenquer Summit – Município de Alenquer;
- Dia dos Rios e Festival da Água – Município de Caldas da Rainha;
- Dia Nacional da Água – SIMAS de Oeiras;
- Espaço Sustentabilidade no FOLIO – Município de Óbidos;
- Caminhando com a Água – SMAS de Torres Vedras;
- Comemorações dos 51 anos do Parque Florestal de Monsanto – Município de Lisboa;
- Dia da Floresta Autóctone– Município de Lisboa;
- Wonderland Lisboa – Município de Lisboa;
- Apresentação do Plano de Educação e Sensibilização Ambiental de Cascais - Cascais Ambiente.

As atividades aí realizadas incluíram sessões de sensibilização, *webinars*, oficinas pedagógicas e jogos lúdico-pedagógicos centrados no valor da água, envolvendo maioritariamente a comunidade escolar.



Figura 59 - Comemoração de Dias Temáticos com os Municípios

Projetos de Educação Ambiental em Parceria

Ao nível das Parcerias Sustentáveis (ODS 17) a Empresa reforçou o seu objetivo dando continuidade à implementação de projetos de educação ambiental e de ciência cidadã, contribuindo para também para os ODS 4, 6, 12, 13, 14 e 15, com destaque para:

- Coastwatch – GEOTA;
- BioLagoa de Óbidos – Associação PATO;
- Projeto Rios – ASPEA;
- Peixes Nativos – MARE;
- O Mar começa aqui – Eco-Escolas – ABAAE;
- Kids Dive – Associação MarDive.



Figura 60 - Projetos de Educação Ambiental em Parceria

Projetos que demonstram a importância das parcerias para o sucesso das ações e o envolvimento das comunidades, na preservação dos ecossistemas aquáticos, da sua biodiversidade e consequentemente na construção de um futuro mais sustentável.

De destacar ainda as inúmeras ações realizadas em colaboração com os projetos educativos da:

- Escola Azul, promovido pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM);

- Eco-Escolas, promovido pela ABAAE (Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação);
- Clubes Ciência Viva na Escola - CCVnE, promovidos pela Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e Direção-Geral de Educação;
- Casa das Ciências, da Faculdade de Ciências, Universidade do Porto;
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nomeadamente do Estabelecimento Prisional das Caldas da Rainha.



Figura 61 - Educação Ambiental e Projetos Educativos

A Águas do Tejo Atlântico em 2025 participou ainda em seminários, congressos e mesas-redondas, divulgando o seu projeto educativo (PEA) e o papel do seu Centro de Educação Ambiental, enquanto equipamento de referência (EqEA), promovido pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente.

Ações de Sensibilização no Verão

Durante a época balnear, a Empresa reforçou a sua presença junto da população em geral com ações de sensibilização, com destaque para:

- Atividades no âmbito do programa Ciência Viva no Verão que incluíram visitas a infraestruturas, assim como atividades no âmbito dos projetos BioLagoa de Óbidos e Peixes Nativos;
- Ações de sensibilização nas praias, em parceria com a ABAAE e os Municípios de:
 - Alcobaça (praias de São Martinho do Porto e de Paredes de Vitória);
 - Lourinhã (praia da Areia Branca);
 - Nazaré (praia da Nazaré);
 - Óbidos (praia do Bom Sucesso);
 - Oeiras (Praias da Torres e de Santo Amaro);
 - Peniche (Praias do Baleal);
 - Torres Vedras (praias de Santa Cruz).

Também ao nível do Voluntariado Ambiental, destaque para a:

- Participação no Dia Internacional da Limpeza Costeira – com limpeza da Lagoa de Óbidos, envolvendo a Fundação INATEL, o Município de Caldas da Rainha e ONG locais, como a PATO, LindoMar, entre outras;
- Participação no 1.º Lixathon Mundial com limpeza de pinhais costeiros. Atividade no âmbito da Semana do Mar sem Plástico e do Dia Nacional do Mar (Rotary Portugal, ABAAE, Junta de Freguesia da Amoreira), integradas no projeto End Plastic Soup Portugal.



Figura 62 - Ações de Sensibilização no Verão

Desenvolvimento

A área de Desenvolvimento da Direção de Comunicação e Desenvolvimento empresarial manteve o seu percurso na afirmação das marcas registadas, destacando-se em 2025 a criação “Água-Mãe Living Lab”.

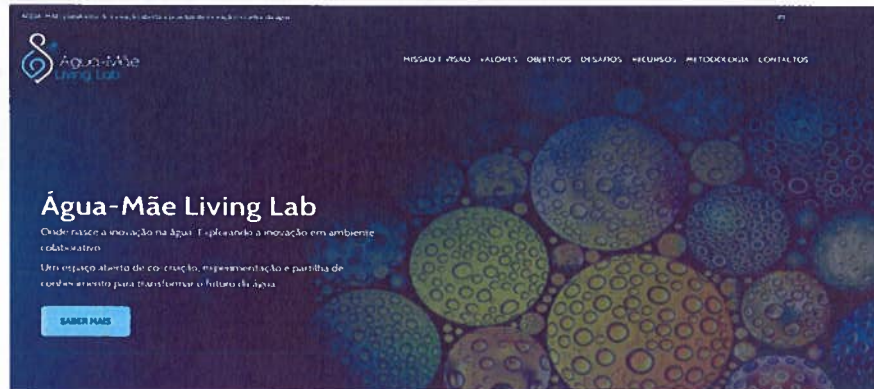


Figura 63 - Água-Mãe Living Lab

Ao nível de outros projetos e parcerias, em curso, a Tejo Atlântico deu continuidade ao trabalho de consolidação e registo das marcas e oportunidade de desenvolvimento de uma cultura de circularidade com base nos produtos desenvolvidos nas Fábricas de Águas:

- Cerveja Vira continua a marcar a agenda de referência na reutilização de água+ produzida nas Fábricas de Águas e que através deste projeto tem aberto fronteiras, decisores e sociedade para este recurso sustentável e adequado para várias utilizações

como a lavagem de ruas, rega de espaços verdes e na indústria. Ao longo do ano a Cerveja Vira esteve presente em vários eventos do setor da água e de outras atividades, onde se regista uma aceitação crescente desta solução.



Figura 64 – Cerveja Vira

- **Água+**, também no âmbito de utilização de água+®, água reciclada para usos não potáveis, continuam os excelentes resultados a nível ambiental das parcerias em projetos sustentáveis já consolidados, como a rega de espaços verdes, de campos de golfe, lavagem de ruas e indústria, destacando-se no exercício de 2025:
 - o Assinatura de **protocolo com a Câmara Municipal de Cascais para utilização de água+**, dando início à utilização de água tratada para lavagem de ruas, promovendo a valorização do recurso e a adaptação aos desafios de escassez hídrica, tendo sido produzido um filme disponível nos canais digitais da Tejo Atlântico.



Figura 65 - Lavagem de ruas em Cascais com água+

- o Formalização do **protocolo entre a Tejo Atlântico e a Câmara Municipal de Óbidos para utilização de água+**, reforçando o compromisso conjunto com a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a transição de uma economia linear para uma economia circular.



Figura 66 - Assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Óbidos para utilização de água+

- Assinatura de protocolo entre a **Águas do Tejo Atlântico** e o **Município de Torres Vedras** para utilização de **água+** produzida pela **Fábrica de Água de Torres Vedras** para usos urbanos, podendo ser utilizada na lavagem de ruas e na rega dos parques urbanos do Choupal, da Várzea e do complexo desportivo do Torrense.
- Desenvolvimento de uma cooperação, através da celebração de um **protocolo entre a Águas do Tejo Atlântico e o Município de Alenquer**, para o fornecimento e utilização de **água+**, no âmbito da estratégia municipal de adaptação dos instrumentos de planeamento estratégico face ao fenómeno das alterações climáticas.
- Assinatura de protocolo com o **Município da Lourinhã** tendo em vista a possibilidade e de utilização de **água+** produzida na **Fábrica de Água da Zambujeira e de Miragaia** para utilização em rega agrícola e lavagem de ruas.

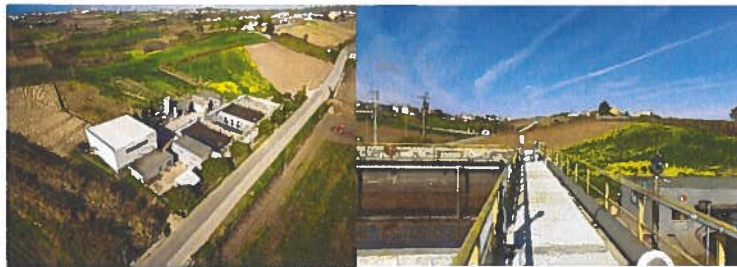


Figura 67 - Fábrica de Água da Zambujeira

- **Biolamas+**, no âmbito da estratégia de valorização de subprodutos resultantes do tratamento de águas usadas, foi desenvolvido um estudo de mercado com o objetivo de avaliar a receptividade à **marca biolamas+** junto do setor agrícola. A pesquisa qualitativa, realizada através de Entrevistas Individuais Aprofundadas, evidenciou uma predisposição favorável à adoção do produto, reconhecendo-lhe vantagens funcionais, financeiras e ambientais relevantes. Os participantes associam as biolamas à melhoria da qualidade dos solos, à redução da dependência de fertilizantes químicos e à promoção da economia circular, valorizando a existência de uma marca como fator de credibilização, diferenciação e mitigação de eventuais dúvidas quanto à eficácia. A designação **biolamas+** revelou-se adequada ao posicionamento pretendido, conjugando identificação clara do produto com a sugestão de benefícios acrescidos, reunindo assim condições para suportar uma estratégia de valorização comercial sustentada.

Ao nível do Plano de ação AgIR, com vista à erradicação das descargas indevidas de águas industriais residuais dos sistemas de tratamento e valorização da Tejo Atlântico promoveu-se em 2025 uma ação de formação que envolveram industriais e técnicos de diversos Municípios, realizada em Rio Maior e Arruda dos Vinhos, destaque ainda para a elaboração do regulamento de atribuição, a avaliação e a cerimónia de entrega dos prémios e dos Selos AgIR. Iniciado em 2023, em dois anos o projeto envolveu mais de uma centena de formandos de 69 entidades.



Figura 68 - Cerimónia de entrega de selos AgIR Indústrias em Evolução

Em 2025, a Tejo Atlântico marcou presença em diversos **fóruns, congressos e feiras, tanto a nível nacional como internacional, com o objetivo de partilhar conhecimento e experiência, bem como afirmar os produtos e marcas** acima referidos junto dos *stakeholders* do setor — nacionais e internacionais, municipais, institucionais e da academia. No total, participou em mais de 15 eventos, que contaram com a intervenção de mais de 40 palestrantes da Tejo Atlântico. Nas suas apresentações, foram abordados diversos temas, entre os quais o desenvolvimento empresarial, as marcas associadas a este projeto e a inovação, entre outros.



Figura 69 - Participação em congressos

Prémios e reconhecimentos de 2025

Prémios APEE — Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Dupla Distinção nos Prémios APEE, com o projeto “Educar para Suster – Mês da Sustentabilidade”, premiado na categoria Sensibilização e Literacia, e a iniciativa “+Equilíbrio | Um compromisso de Bem-estar”, que recebeu Menção Honrosa no eixo Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Estes reconhecimentos reforçam o compromisso da empresa com a sustentabilidade, a consciencialização ambiental e o bem-estar das pessoas, em linha com a estratégia Inspirados pelo Futuro (2023–2025).

Water Innovation Europe – Shortlist | Projeto “Alenquer: Building a Water Smart Society”

Nomeado na categoria Governança da Água. O projeto integra ações inovadoras de reutilização de água, recuperação de ecossistemas e soluções circulares, como a água+® e as biolamas+®, reforçando a resiliência hídrica e ambiental do território.

InovaPro 2025 – Grupo Águas de Portugal

Distinção dupla com os projetos Aquavise, vencedor em “Resiliência e Eficiência das Operações”, e BIOPOLinWater, premiado em “Economia Circular”. Reforça o compromisso da empresa com a inovação, a sustentabilidade e a eficiência operacional.

AdP Inovação Proativa 2025 – Projeto SmartDAI

Prémio atribuído ao projeto desenvolvido com a Águas do Norte, que utiliza inteligência artificial para otimizar a digestão anaeróbia, aumentando a produtividade e reduzindo custos e impactos ambientais.

Reconhecimentos que refletem o reconhecimento do trabalho da Empresa na promoção da sustentabilidade, inovação e compromisso com a economia circular, consolidando a Tejo Atlântico como uma referência no setor da água.

Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Ao nível do desenvolvimento empresarial deu-se continuidade aos diversos projetos de afirmação de novos conceitos e teste de soluções que se enquadram no âmbito da economia circular e descarbonização, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento, e no âmbito da Otimização e Digitalização de Processos, não só dos processos de tratamento, mas também de processos administrativos.

Projetos de I&D e Inovação

Em 2025, iniciou-se um novo projeto de inovação, tendo estado a decorrer oito, sendo cinco deles financiados.

Em 2025 continuou a decorrer o Projeto Desinfecção *Full-scale*, iniciado em 2024, que visa o estudo à escala real de desinfetantes alternativos ao hipoclorito de sódio para a desinfecção dos efluentes, nomeadamente o ácido peracético e ácido perbórmico, pretendendo-se avaliar a viabilidade de ambos os desinfetantes na Fábrica de Água da Maceira, do Município de Torres Vedras.

No que respeita ao projeto MAR2PROTECT (<https://mar2protect.eu>), que teve início no final de dezembro de 2022 têm sido realizados diversos ensaios a nível laboratorial.

O projeto Interreg SUDOE SOLLAGUA¹⁵ – Soluções Baseadas na Natureza e Living Labs para a reutilização de água em meio rural, que arrancou no início do ano de 2024, visa promover soluções baseadas na natureza (SBN) para a reutilização de água na região do sudoeste europeu (SUDOE). Durante o ano de 2025, deu-se início aos trabalhos de construção do piloto de demonstração, para reutilização na agricultura, no município da Lourinhã, especificamente na FA da Zambujeira.

O projeto Interreg SUDOE GestEAU¹⁶ – Gestão sustEntável e digitalizada da AgUa em áreas rurais do espaço SUDOE iniciou-se em janeiro de 2024 e tem como objetivo principal aumentar a resiliência dos recursos hídricos à mudança climática nas zonas rurais do SUDOE, utilizando recursos hídricos alternativos e melhorando a qualidade da água para o abastecimento. Na Tejo Atlântico existirá uma demonstração de reutilização direta para rega de jardins, sendo o caso de estudo no Município de Torres Vedras com água reciclada da FA de Torres Vedras em que será instalada uma unidade de ultrafiltração. Durante o ano de 2025, deu-se início aos trabalhos de construção do piloto de demonstração, para reutilização de água na rega do Parque Verde da Várzea.

Deu-se continuidade ao projeto "ReLife – A Energia Recirculável", financiado pelo Concurso Inovação Proativa do Grupo Águas de Portugal. Este projeto, coordenado pela Tejo Atlântico, tem como objetivo desenvolver um protótipo de módulo de armazenamento de energia, utilizando baterias usadas para otimizar a gestão da energia. O protótipo será demonstrado em duas instalações com produção de energia renovável de duas fontes diferentes: solar e cogeração. Em 2025 deu-se início à construção do protótipo e ao desenvolvimento do sistema inteligente.

¹⁵ <https://interreg-sudoe.eu/pt-pt/proyecto-interreg/sollagua>

¹⁶ <https://interreg-sudoe.eu/pt-pt/proyecto-interreg/gesteaur>

Em 2025, a Tejo Atlântico deu continuidade ao desenvolvimento do projeto de inovação de codigestão na FA da Guia, de forma a poder avaliar a viabilidade de implementar um projeto piloto de codigestão de lamas e gorduras na FA da Guia.

Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Submissão de 3 artigos ao Congresso Mundial da Água da International Water Association (IWA), a realizar em Glasgow em outubro de 2026;
- Submissão e apresentação de 4 artigos no Encontro Nacional de Entidades Gestoras, em novembro de 2025, em Aveiro:
 - Água-Mãe Living LAB
 - Projeto Sollagua – Soluções baseadas na natureza e Living Labs para reutilização da água em meio rural
 - Gestão sustentável e digitalizada da água em meio rural na região SUDOE: O Projeto GestEAUr
 - Estudo de Desinfecção de Águas Residuais
- Continuidade ao desenvolvimento de relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo o acompanhamento de estágios, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Dar continuidade ao desenvolvimento de relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo o acompanhamento de estágios, dissertações de mestrado e teses de doutoramento; e acompanhamento do programa NextGen, onde uma série de temas para realização de teses de mestrado são lançados junto das Universidades para que os alunos possam vir desenvolver esses temas com a Tejo Atlântico em ambiente empresarial;
- Elaboração e publicação da Política de gestão da propriedade intelectual da Águas do Tejo Atlântico;
- Elaboração da candidatura SIFIDE relativa ao ano de 2024.

Com base no trabalho prévio já realizado no âmbito do projeto *B-Water-Samrt*, onde se desenvolveu o *Lisbon Living Lab* liderado pela Câmara Municipal de Lisboa e com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil como coordenador científico, em parceria com a Tejo Atlântico e outras entidades, que em 2024 evoluir para o *Lisbon Water Smart Living Lab*, integrado no Atlas Europeu dos *WOLL* da parceria *Water4All*. Durante o ano 2025, deu-se o próximo passo de continuidade e evolução: a transição para o Água-Mãe Living Lab, que alarga o âmbito e impacto do laboratório vivo, guiado por princípios de inovação, transparência, cocriação, excelência e sustentabilidade ambiental e social., tendo sido o seu lançamento oficial em 25 de setembro, durante o evento O Caminho da Inovação e tendo como parceiros fundadores a Câmara Municipal de Lisboa, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Águas do Tejo Atlântico.

O Água-Mãe Living Lab é uma plataforma de inovação colaborativa no setor da água, orientada para a experimentação em contexto real, a sustentabilidade e a criação de valor.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2025 a Tejo Atlântico integrou 6 candidaturas, incluindo 2 ao programa LIFE e 2 ao programa de Inovação Proativa do Grupo AdP. Das candidaturas submetidas, no final do ano de 2025 ainda se aguardavam os resultados de três.

Digitalização

A utilização e transformação da Empresa com recurso ao Digital, continuou a ter a atividade reforçada durante o ano de 2025 em toda a Empresa. A Direção de Sistemas e Soluções Digitais tem agora uma atividade colaborativa em muitos dos processos internos da Empresa, aplicando simplificação digital às suas necessidades, e transformando os mesmos através de novas soluções digitais inovadoras e ágeis, medindo a eficiência do serviço e dessa entrega.

O modelo governativo esteve focado em assegurar os seguintes uma ligação estreita com o negócio, ao qual fornece soluções digitais inovadoras, de forma ágil e garantindo suporte à operação das mesmas e a garantia de resiliência e Cibersegurança sobre os sistemas de informação.

O Plano de Digitalização de 2025 foi executado com sucesso para praticamente todas as iniciativas previstas, já com uma equipa capacitada e recursos especializados, tendo sido possível levar a cabo uma série de ações de envolvimento com o negócio.

No decorrer de 2025, foi possível alcançar resultados no caminho da transformação digital da Empresa, dos quais se destaca:

- Conhecimento do estado das infraestruturas digitais
 - Realizados dois exercícios e duas auditorias de cibersegurança, sobre os sistemas de informação. Estes conduziram a medidas de melhoria e à confirmação do estado da resiliência dos sistemas envolvidos;
 - Realizado um teste de desastre total dos sistemas e da sua recuperação no centro de recuperação de desastres (Datacenter DR);
 - Planeamento de ações necessárias para o cumprimento da Diretiva Europeia NIS2 entretanto transposta para Portugal. Esta medida terá impacto significativo não só nos Sistemas de Informação, mas também nos sistemas Industriais de OT.
- Melhorias de Infraestrutura
 - Implementados e validados novos mecanismos de proteção perimetral da rede de sistemas digitais, tendo sido sujeitos a testes de cibersegurança;
 - Implementado um novo DataCenter principal, com recursos reforçados tanto a nível de processamento como de resiliência local;
 - O DataCenter de Recuperação de Desastre, foi reestruturado nos meios de salvaguarda e recuperação de sistemas e dados do DataCenter Principal, reduzindo os tempos de ativação e recuperação de eventuais perdas de informação;
 - Desenvolvido um Plano de Continuidade Digital e de um Plano de Recuperação de Incidentes Digitais;
 - Migração de todos os Utilizadores da Empresa uso pleno da infraestrutura do Office 265, nomeadamente o Email que se tornou independente da solução histórica do grupo.
- Helpdesk e Suporte dos Sistemas de Informação
 - Implementado o processo de suporte 24/7 com prevenção noturna;
 - Foi superado do SLA – Acordo de Nível de Serviço definido como objetivo para o ano alcançando 96,27%

- A perceção de qualidade do suporte, foi apurada através de 967 inquéritos, indicando como 97,3% BOA;
- O processo de Suporte foi estendido para outras 4 área de negócio, Recursos Humanos, Frota, Comunicação e Compras.
- Capacitação de Trabalhadores
 - Foi implementado um processo de Acolhimento Digital para todos os trabalhadores, garantindo o conhecimento dos mesmos sobre as normas e funcionamento dos sistemas digitais;
 - Foram realizadas 24 formações de Cibersegurança presenciais e deslocalizadas nas várias instalações da Empresa, garantindo a mensagem a todos os níveis da Organização;
 - A Equipa da DSD foi preparada para assumir as competências provenientes dos trabalhos para a obtenção da certificação na norma ISO 27001 que está em curso e prevista para 2026.
- Web
 - Desenvolvimento de uma nova página web publica para a Empresa. Entre vários fatores destaca-se a melhor e maior visibilidade sobre a atividade desenvolvida, e a captação maior atenção dos recursos humanos para a contratação;
 - Desenvolvimento de uma nova página web publica para o conceito de Living Lab, permitido uma maior divulgação da iniciativa e interligação com os seus potenciais utilizadores;
 - Arranque do desenvolvimento de uma nova Intranet como ponto central da informação e partilha de conhecimento dentro da Empresa.
- Digitalização de Processos
 - Digitalização do processo de avaliação dos trabalhadores referentes ao ano de 2024, melhorando a sua eficiência até que esteja disponível o sistema previsto pelo Grupo;
 - Disponibilização de portal de informação integrada para a gestão de: Indicadores Transversais, Gestão, requisição e entrega EPI's, e Gestão de Iniciativas;
 - Implementação de um sistema centralizado de gestão dos processos de contratação para aquisição, que permita o controlo da sua operacionalização e a difusão do conhecimento por toda a Organização. Encontra-se em piloto com 2 áreas da organização e deverá entrar em produção total no primeiro semestre de 2026 (Gestão da Contratação *DataLink*);
 - Análise para o desenvolvimento de novo sistema de Gestão de Energia, entretanto já em desenvolvimento com entrega prevista para 2026;
 - Análise para o desenvolvimento de novo sistema de Gestão de Investimentos, entretanto já em desenvolvimento com entrega prevista para 2026;
- Sala de Controlo da Tejo Atlântico
 - Planeamento e lançamento do concurso para a instalação de uma Sala de Controlo das operações transversais da Empresa, com acesso a todos os sistemas da Operação, e alarmística de todas as áreas e atividades críticas ao seu funcionamento. Previsão de ativação março 2026;

- Arquitetura de Dados da Empresa
 - o Desenhada a arquitetura da capacidade de recolha de dados, armazenamento e gestão dos dados brutos criados na Empresa pelos vários meios existentes;
 - o Arranque de um processo de criação de recursos para a transformação dos Dados em Informação segura a disponibilizar na Empresa;
 - o Preparado o processo para uma prova de conceito com ferramentas de middleware da informação.

- Robotização de ações manuais
 - o Implementação de automatização através de uma solução de robot, para dois trabalhos repetitivos de recolha da área financeira, e frota;

- Atualização de soluções Existentes
 - o Criação de plano e execução da atualização dos vários sistemas em produção, com o objetivo de garantir a resiliência e evolução dos mesmos;

- Plano de Segurança e Resiliência Digital
 - o Continuidade do desenvolvimento da capacidade e das competências do SOC - Centro de Operações e Segurança digital interno;
 - o Seguimento de um plano de comunicação e consciencialização, regular e específico para a literacia da segurança Digital de todos os utilizadores;
 - o Implementação de ferramentas de monitorização e gestão da continuidade dos ativos digitais;
 - o Criação de Políticas, Regulamentos e Procedimentos, clarificadores do bom funcionamento dos serviços digitais, com o objetivo de assegurar as melhores práticas e a certificação na ISO 27001;
 - o Continuação da preparação do plano de adaptação à normativa NIS2, entretanto publicada para Portugal, que veio trazer novos desafios no âmbito de cibersegurança para as empresas de serviço crítico.

Em conclusão, a Direção de Sistemas e Soluções Digitais com o seu modelo de governança, e as iniciativas implementadas permitiram avanços significativos na transformação digital da Empresa. A continuidade já planeada destas ações consolidará a modernização, segurança e eficiência operacional, alinhadas à estratégia geral da Empresa, com os desafios do setor e com os novos desafios de segurança da informação refletidos na NIS2.

RISCO E CONTROLO

A Tejo Atlântico e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.



AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de atividades

A Monitorização é executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, garantindo, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

A Tejo Atlântico, prosseguiu em 2025 a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação. Presentemente, encontra-se em fase conclusão a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI e de atualização o Manual de Controlo Interno, com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se

encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da Tejo Atlântico.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da Tejo Atlântico, reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- reduzir o risco de perda de investimentos e ativos;
- reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência;
- a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financelros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e Inovação

Figura 70 – Modelo de Gestão do Risco

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

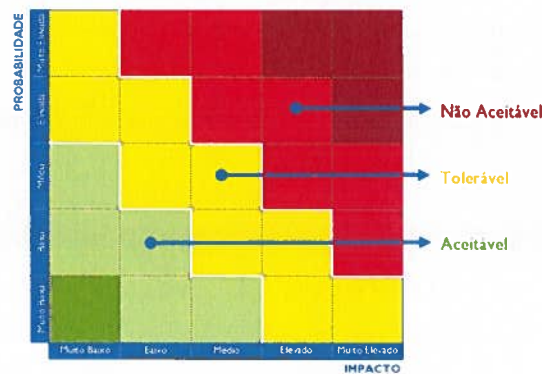


Figura 71 – Avaliação do Risco

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Tejo Atlântico, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP;
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco;
- A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators* (KRI) a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva;
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno.

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Tejo Atlântico se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- Risco muito elevado
 - Contexto Externo
- Risco alto
 - Manutenção e reabilitação das infraestruturas
- Risco médio
 - Atração e retenção de talento
 - Gestão do conhecimento
 - Gestão do ciclo comercial
 - Adequação das infraestruturas
 - Fiabilidade das infraestruturas
 - *Supply chain*
 - Água para reutilização
 - Novos negócios

DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Tejo Atlântico, no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A Sociedade considera o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras de acordo com o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao réditio e aos gastos da construção.

Os valores desta análise são apresentados em milhões, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

Quadro 27 – Indicadores financeiros

Principais Indicadores	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Volume de negócios ¹ (VN)	MEur	90,8	98,6	100,3	1,7	1,8%
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	183,5	184,9	185,4	0,6	0,3%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4947	0,5331	0,5408	0,0	1,5%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-2,8	-0,6	-2,3	-1,7	302,2%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	7,0	6,9	6,6	-0,3	-4,3%
Resultado líquido sem desvio	MEur	9,1	7,4	8,8	1,4	18,4%
OPEX (GO)	MEur	57,9	60,0	61,5	1,5	2,4%
Resultado operacional (RO)	MEur	13,0	21,4	19,4	-2,0	-9,3%
EBITDA ajustado ²	MEur	32,0	37,6	38,0	0,4	1,0%
Gastos financeiros	MEur	-4,8	-4,4	-3,8	0,6	-14,6%
Resultado financeiro	MEur	-3,6	-3,1	-3,2	-0,1	3,3%
Endividamento	MEur	173,4	158,2	142,1	-16,1	-10,2%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	111,0	103,3	105,0	1,7	1,6%
Net Debt to EBITDA ajustado ²	n.º	3,5	2,7	2,8	0,0	0,6%
Ativo Total	MEur	562,7	546,4	522,3	-24,1	-4,4%
Capital Próprio	MEur	119,5	119,7	119,8	0,0	0,0%
Passivo Total	MEur	443,2	426,7	402,5	-24,1	-5,7%
PMP	dias	30	25	28	2,7	10,9%
PMR	dias	66	50	49	-1,0	-2,0%

¹ Vendas e prestação de serviços.

² RO + amortizações + provisões + perdas por imparidades e reversões – subsídios ao investimento – desvio de recuperação de gastos.

Análise dos Resultados

O resultado líquido de 2025 no valor de 6,6 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) no ano (3,08%), acrescida do prémio de risco (3,00%), no valor de 7 milhões de euros, subtraída do ajustamento do DRG de 2024 de cerca de 0,46 mil euros (valor líquido).

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado para avaliação do cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido por este, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

Quadro 28 – Resultado Líquido

Resultado Líquido	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Rendimentos	MEur	114,0	124,2	130,2	6,0	4,8%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-2,6	-0,6	-1,8	-1,3	223,7%
Gastos	MEur	-101,9	-105,3	-111,6	-6,4	6,0%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-2,3	-11,5	-9,7	1,8	-15,6%
Remuneração acionista	MEur	7,2	6,9	7,0	0,2	2,3%
Ajustamento ao desvio de recuperação de gastos ^(*)	MEur	-0,2	0,0	-0,5	-0,5	11227,8%
Resultado Líquido	MEur	7,0	6,9	6,6	-0,3	-4,3%

(*) Reexpresso o valor de 2023 - Ajustamento DRG 2021 e 2022

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2025, o resultado líquido gerado pelas operações foi de 8,8 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 2,3 milhões de euros.

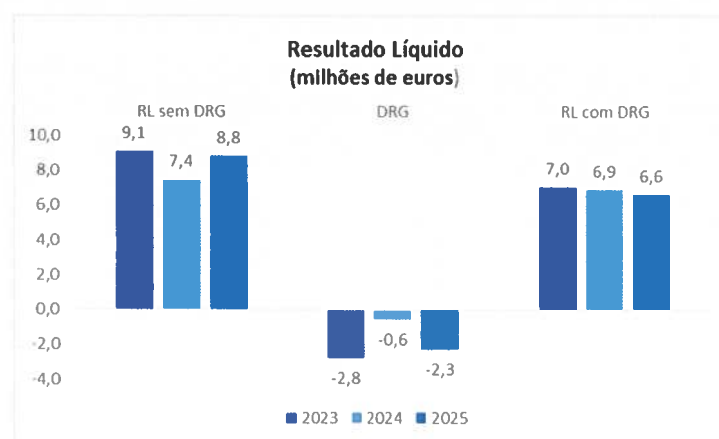


Figura 72 – Resultado Líquido

Os rendimentos totais em 2025 ascenderam a 127,9 milhões de euros, tendo aumentado 4% face ao período homólogo (4,2 milhões de euros).

Quadro 29 – Rendimentos

Rendimentos Totais	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Volume de negócios (VN)	MEur	90,8	98,6	100,3	1,7	2%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,8	4,8	5,1	0,2	4%
Rend. Construção Ativos Concessão	MEur	17,2	18,9	24,1	5,2	30%
Provisões e reversões do exercício	MEur	0,0	0,3	0,0	-0,3	0%
Outros Rendimentos e Ganhos Oper	MEur	0,0	0,3	0,1	-0,1	-263%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	1,1	1,4	0,6	-0,7	-65%
Rendimentos	MEur	114,0	124,2	130,2	6,0	5%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-2,8	-0,6	-2,3	-1,7	61%
Rendimentos Totais	MEur	111,2	123,6	127,9	4,3	4%

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos nomeadamente no âmbito das atividades complementares e assessorias. A Tejo Atlântico tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas. O Volume de Negócios representa 78% da formação do total de rendimentos.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao rédito e aos gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais, enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais, não havendo, por isso, impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. A variação positiva face a 2024 tem subjacente o facto de, em 2025, o investimento em infraestruturas ter sido superior ao período homólogo.

Quadro 30 – Gastos

Gastos Totais	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Gastos das Vendas	MEur	4,5	5,1	4,4	-0,7	-13,6%
Gastos Construção Ativos Concessão	MEur	17,2	18,9	24,1	5,2	27,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	39,6	38,9	40,5	1,6	4,2%
Gastos com Pessoal	MEur	13,8	16,1	16,6	0,5	3,3%
Provisões	MEur	0,3	0,0	0,0	0,0	
Perdas por imparidade e reversões	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	66,5%
Depreciações e amortizações	MEur	20,7	20,7	21,3	0,5	2,6%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,9	1,2	1,0	-0,2	-16,9%
Juros e Gastos Similares	MEur	4,8	4,4	3,8	-0,6	-14,6%
Gastos Totais	MEur	101,9	105,3	111,6	6,4	6,0%

Estrutura de Gastos

Na composição da estrutura de gastos da Tejo Atlântico são mais significativos os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 36% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 19% e os gastos com pessoal que ascendem a 15% dos gastos totais.

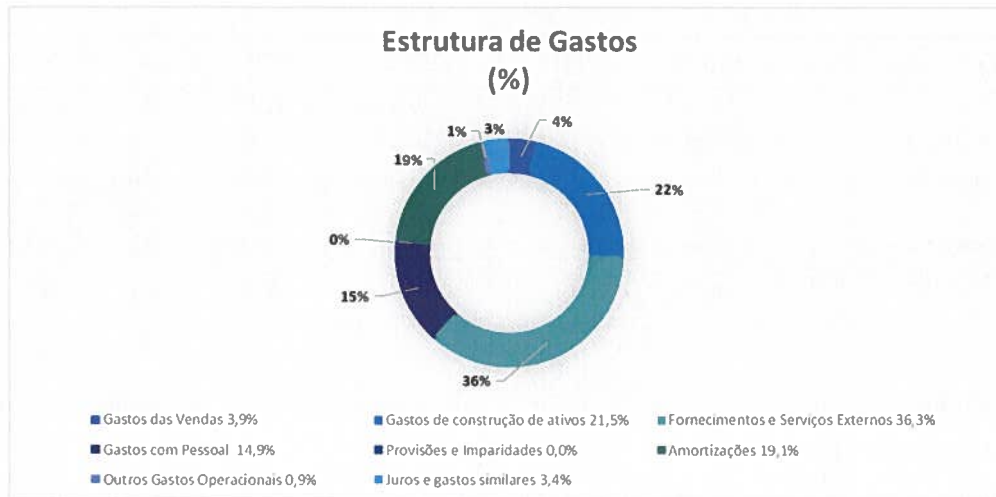


Figura 73 – Estrutura de Gastos

O Gasto das Vendas (CMVMC) refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 4,4 milhões de euros em 2025, o que representa uma diminuição de 15% face a 2024.

Pese embora tenha havido um aumento do volume de caudal tratado de 7,1% e da carga orgânica do efluente (CBO5) face a 2024, as boas práticas de gestão rigorosa da utilização dos reagentes determinaram uma redução de 4% das quantidades consumidas em 2025. Acresce o facto de se ter verificado também a redução de preços de alguns reagentes, tendo o consumo específico diminuído 11% face ao ano anterior.

Quadro 31 – Gastos das Vendas

Gastos das Vendas	Unidade	2023	2024	2025	Varição 25/24
Reagentes	MEur	4,5	5,1	4,4	-0,7 -15,4%
Total de Gastos das Vendas	MEur	4,5	5,1	4,4	-0,7 -15,4%

Os FSE ascenderam a 40,5 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, onde se incluem os gastos com a lamas de 7,7 milhões de euros a rubrica com maior peso (35%), seguida das rubricas de conservação e reparação (27%) e energia e fluídos, onde se inclui o gasto com eletricidade de 9,3 milhões de euros (25%). No acréscimo de 1,61 milhões de euros em relação ao período homólogo destaca-se um aumento em conservação e reparação (0,6 milhões de euros), em outros trabalhos especializados (0,4 milhões de euros), assistência informática (0,3 milhões de euros), eletricidade (0,2 milhões de euros) e tratamento de resíduos (0,2 milhões de euros). Em contrapartida regista-se um decréscimo de gastos em trabalho temporário (-0,3 milhões de euros) e em outras rendas e alugueres (-0,2 milhões de euros).

Os gastos com FSE estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração.

Quadro 32 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Energia e fluidos	MEur	10,5	9,8	10,0	0,2	2,1%
Conservação e Reparação	MEur	10,7	10,3	11,0	0,6	6,2%
Trabalhos Especializados	MEur	13,1	13,5	14,3	0,8	6,1%
Outros FSE	MEur	5,4	5,2	5,1	0,0	-0,5%
Subsídios à Exploração	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	-967,4%
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	39,6	38,9	40,5	1,61	4,2%

Os **Gastos com Pessoal** registam um valor de 16,64 milhões de euros, representando um incremento de 3,3% face ao período homólogo (0,54 milhões de euros).

Em 2025, continuaram a registar-se os efeitos da evolução do plano de admissões decorrente das aprovações dos PAO, tendo sido admitidos nesse âmbito 15 trabalhadores.

A empresa encerrou o ano com 441 trabalhadores, o que representa um aumento de 27 trabalhadores face a 2024.

Nos gastos de 2025, para além do valor respeitante aos encargos dos novos trabalhadores, estão também reconhecidas as valorizações salariais decorrentes do Acordo de médio prazo de melhoria de rendimentos e das progressões decorrentes do processo de avaliação de desempenho.

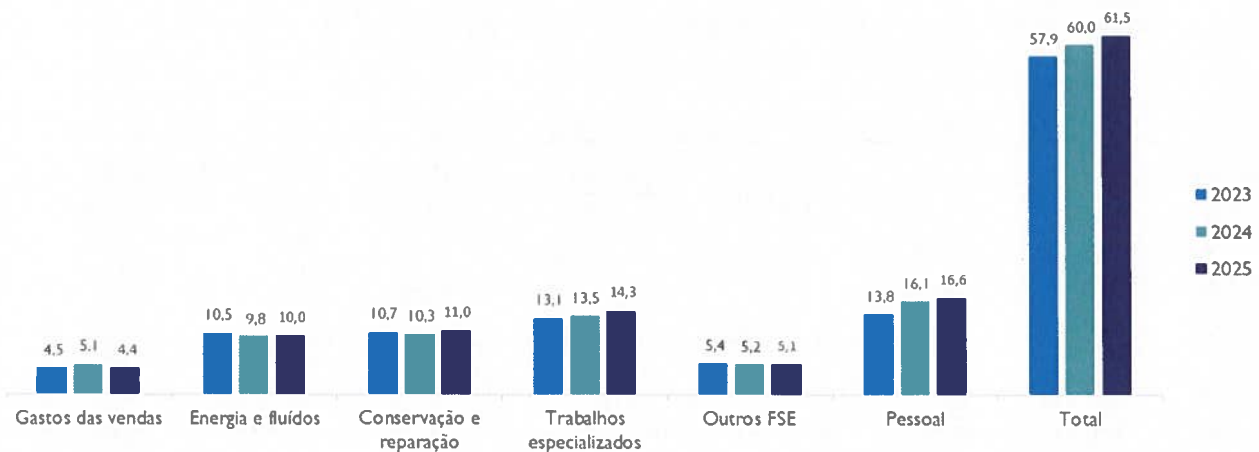
Os gastos com pessoal estão capitalizados em 1,04 milhões de euros pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e corrigidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração.

Quadro 33 – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,42	0,45	0,48	0,0	6,8%
Remunerações - Pessoal	MEur	13,11	14,58	15,57	1,0	6,8%
Prémios para pensões	MEur	0,00	0,59	-0,02	-0,6	-104,1%
Indemnizações	MEur	0,00	0,01	0,00	0,0	-92,0%
Seguros	MEur	0,18	0,16	0,16	0,0	1,7%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,78	0,92	0,87	0,0	-4,7%
Proteção e Segurança	MEur	0,12	0,07	0,10	0,0	32,4%
Fardamento	MEur	0,16	0,15	0,17	0,0	16,3%
Formação	MEur	0,19	0,20	0,27	0,1	37,1%
Outros Gastos	MEur	0,09	0,07	0,12	0,1	75,6%
Subsídios à Exploração	MEur	-0,06	-0,08	-0,04	0,0	-48,7%
Capitalizações	MEur	-1,15	-1,01	-1,04	0,0	3,1%
Total de Gastos com Pessoal	MEur	13,84	16,10	16,64	0,54	3,3%

O *cash-cost* por unidade média de efluente tratado em 2025 é de 0,26 euros por m³. Pese embora se tenha verificado na generalidade um aumento dos gastos (2%), o aumento do caudal tratado (7%) determinou uma diminuição do *cash-cost* de -4% face ao ano anterior.

Estrutura de custos cash
(milhões de EUR)



Cash-cost
(€/m³)

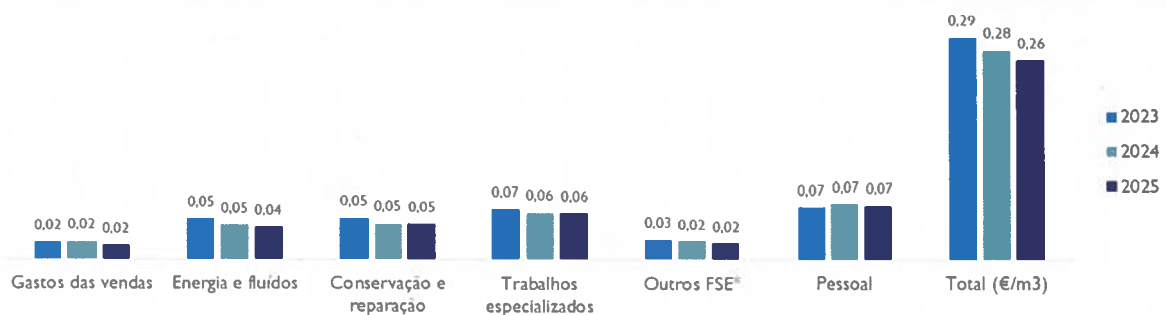


Figura 74 –Cash-cost

Quadro 34 – EBITDA

EBITDA	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Resultado Operacional	MEur	13,0	21,4	19,4	-2,0	-9%
Depreciações	MEur	-20,7	-20,7	-21,3	-0,5	3%
Provisões	MEur	-0,3	0,3	0,0	-0,3	-113%
Perdas por Imparidade	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	-66%
EBITDA	MEur	34,0	41,9	40,8	-1,1	-3%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-2,8	-0,6	-2,3	-1,7	302%
Subsídios ao investimento	MEur	4,8	4,8	5,1	0,2	4%
EBITDA Ajustado	MEur	32,0	37,6	38,0	0,4	1%

O EBITDA em 2025 ascendeu a 40,8 milhões de euros, 3% abaixo do de 2024. Atendendo a que para a atividade operacional da Empresa não concorrem diretamente o DRG e os subsídios ao investimento estes valores são retirados do cálculo por forma a apurar o indicador ajustado (EBITDA Ajustado).

O EBITDA Ajustado apresenta um ligeiro aumento de 1% face a 2024. O aumento do volume de negócios fruto da atualização tarifária, bem como o decréscimo no gasto com os reagentes compensa o aumento dos gastos em FSE e Pessoal.

Quadro 35 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Rendimentos Financeiros	MEur	1,1	1,4	0,6	-0,7	-54,8%
Gastos Financeiros	MEur	-4,8	-4,4	-3,8	0,6	-14,6%
Resultado Financeiro	MEur	-3,6	-3,1	-3,2	-0,1	3,3%

O Resultado Financeiro de -3,2 milhões de euros, regista um ligeiro agravamento de 0,1 milhões de euros em relação ao período homólogo. Esta variação deve-se sobretudo pela ausência, em 2025, de rendimentos de juros por apoio de tesouraria à holding (presentes em 2024), fator que acabou por anular a poupança conseguida na redução de gastos com o financiamento do BEI e comissões de grupo.

Análise Patrimonial

Quadro 36 – Posição Financeira

Posição Financeira	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Ativo Não Corrente	MEur	477,6	469,6	464,0	-5,6	-1%
Ativo Corrente	MEur	85,0	76,8	58,3	-18,5	-24%
Total do Ativo	MEur	562,7	546,4	522,3	-24,1	-4%
Capital Próprio	MEur	119,5	119,7	119,8	0,0	0%
Passivo Não Corrente	MEur	404,5	358,0	363,8	5,8	2%
Passivo Corrente	MEur	38,7	68,7	38,8	-29,9	-44%
Total do Passivo	MEur	443,2	426,7	402,5	-24,1	-6%
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	562,7	546,4	522,3	-24,1	-4%

O total do ativo no final do período de 2025 ascendia a 522,3 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 89% do total do ativo.

Quadro 37 – Posição Financeira – Ativo

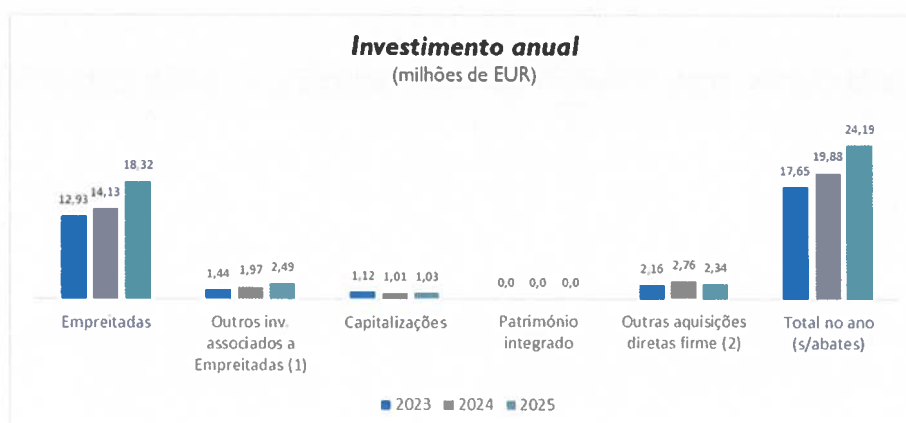
Ativo	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Ativos intangíveis	MEur	419,1	413,7	415,4	1,7	0%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,6	1,3	0,9	-0,4	-29%
Ativos sob direito de uso	MEur	0,1	0,9	1,4	0,5	62%
Outros ativos financeiros	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	0%
Impostos diferidos ativos	MEur	57,8	53,8	46,3	-7,4	-14%
Total do Ativo não corrente	MEur	477,6	469,6	464,0	-5,6	-1%
Clientes	MEur	16,3	11,1	12,3	1,2	11%
Outros ativos correntes	MEur	61,4	45,8	8,8	-37,0	-81%
Disponibilidades	MEur	7,3	19,9	37,1	17,2	87%
Total do Ativo corrente	MEur	85,0	76,8	58,3	-18,5	-24%
Total do Ativo	MEur	562,7	546,4	522,3	-24,1	-4%

O ativo intangível bruto, que representa o direito de utilização de infraestruturas da concessão, ascende a 989,9 milhões de euros no final de 2025, tendo registado no ano o incremento de 23,4 milhões de euros de investimento da mesma natureza face ao período homólogo.

Investimento

O Investimento (ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis) realizado em 2025 ascendeu a 24,2 milhões de euros, tendo registado um aumento face a 2024 de 4,3 milhões de euros.

Pese embora se verifique um aumento de 22% de execução de investimento face a 2024, o valor encontra-se ainda aquém do que era a ambição da empresa para o ano. Em 2025 subsistem dificuldades na contratação, motivadas pelo atraso no lançamento de concursos, ao qual o défice de recurso humanos não é um fator alheio, mas também e, no caso das empreitadas, pela diminuição acentuada da atratividade das obras no mercado, à escalada de preços e à consequente situação de concursos desertos, que obriga à necessidade de proceder a reajustes de preço base, a novos processos de autorizações de investimentos junto da Tutela e a segundos lançamentos de concursos. Acresce o impacto da aplicação do Regime Geral da Gestão dos Resíduos (RGGR) quer na realização dos projetos como na execução de algumas empreitadas.



(1) Terrenos, Fiscalizações, Assessorias, Estudos e Projetos, etc.

(2) Outros invest. não associados a empreitadas (ex: equipamento administrativo, etc.)

Figura 75 – Investimento Anual

Desvio de Recuperação de Gastos

O DRG registado em balanço evolui de forma favorável desde o início de atividade da Tejo Atlântico, em 2017. O mesmo é deduzido pelo registo de desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

Desvio de Recuperação de Gastos
(milhões de Eur)



Figura 76 – Desvio de Recuperação de Gastos

Tarifas, Dívida de Clientes e Prazo Médio de Recebimento

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela Tejo Atlântico, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Tejo Atlântico à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema gerido e explorado por esta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos Sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2025, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Quadro 38 – Tarifas

Tarifas	Unidade	Tarifa ¹ 2023	CTA 2023	Tarifa ¹ 2024	CTA 2024	Tarifa ¹ 2025	CTA 2025
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,4352	0,0341	0,4832	0,0369	0,5034	0,0374
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,5133	0,0341	0,5466	0,0369	0,5464	0,0374
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5843		0,6311		0,6400	
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2709		0,2926		0,2967	

¹ Tarifa implícita

A Tejo Atlântico pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,6400 €/m³.

A faturação a Clientes (municípios e outros), sem rendimentos da construção, ao longo do ano de 2025 ascendeu a 117,1 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 115,9 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do Sistema decompõe-se da seguinte forma:

Quadro 39 – Dívida de Clientes

Dívida de Clientes	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Faturação Corrente	14,4	10,2	10,9	0,8	8%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	0,8	0,5	0,6	0,1	11%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	0,6	0,3	0,6	0,3	106%
Juros Mora	0,4	0,1	0,0	-0,1	-100%
Clientes	16,2	11,1	12,1	1,1	10%
Saldos credores	0,0	0,0	0,0	0,0	
Dívida de Clientes	16,2	11,1	12,1	1,1	10%

Em termos de evolução da dívida, verificou-se um aumento de 10% (+1,1 milhões de euros), situação justificada pelo facto de no período homólogo mais clientes municipais terem antecipado pagamentos face à data contratualizada. A dívida vencida diminuiu 73% face ao ano anterior.

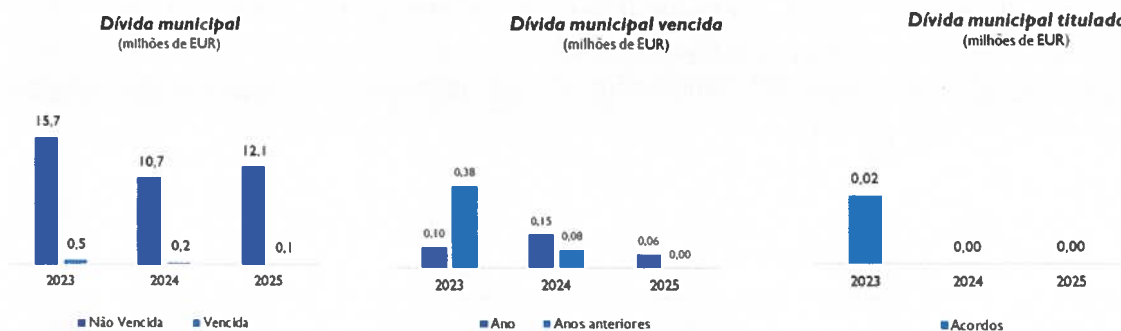


Figura 77 – Dívida de Clientes

Capital Próprio

O capital próprio teve um ligeiro aumento face ao período homólogo, resultado do incremento da reserva legal (+0,34 milhões de euros) que compensou a redução do resultado líquido (-0,29 milhões de euros).

A aplicação do resultado de 2024 foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 18 de março de 2025, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,34 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 6,52 milhões de euros.

O capital social é constituído por 113 527 680 ações (112 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A Tejo Atlântico detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava

sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira, não se verificou, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Tejo Atlântico foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação realizada e a aguardar decisão da área governativa das finanças.

Passivo e Prazo Médio de Pagamento

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 6% (-24,1 milhões de euros) por conta da redução do passivo corrente que diminuiu 29,9 milhões de euros e que compensou o aumento do passivo não corrente de 5,8 milhões de euros.

A variação mais significativa do passivo não corrente resulta do aumento de reconhecimento de empréstimos por conta da reclassificação efetuada em 2025 de dívida de curto prazo para dívida de médio longo prazo dos empréstimos denominados BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, reclassificação que, no período homólogo, havia sido feita em sentido contrário. Ou seja, não há aumento da dívida total, apenas reclassificações entre médio longo prazo (passivo não corrente) e curto prazo (passivo corrente).

O passivo corrente teve uma diminuição de 29,9 milhões de euros para o homólogo, dos quais 28,3 milhões de euros respeitam à diminuição da dívida justificada em grande parte pelo exposto acima.

Destaca-se também a diminuição de 0,3 milhões de euros em fornecedores e de 1,5 milhões de euros em imposto sobre o rendimento do exercício.

Quadro 40 – Posição Financeira - Passivo

Passivo	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Provisões	MEur	0,5	0,1	0,2	0,0	27%
Empréstimos	MEur	158,1	113,0	125,1	12,2	11%
Acréscimos de gastos do investimento contrat.	MEur	104,6	100,6	98,7	-1,9	-2%
Impostos diferidos passivos	MEur	13,9	16,4	13,8	-2,6	-16%
Subsídios ao investimento	MEur	111,9	111,1	106,6	-4,5	-4%
Desvio Tarifário Passivo	MEur	14,7	15,3	17,6	2,3	15%
Outros passivos não correntes	MEur	1,3	1,3	1,7	0,4	29%
Total do Passivo não corrente	MEur	404,5	358,0	363,8	5,8	2%
Empréstimos	MEur	15,7	45,5	17,3	-28,3	-62%
Passivos da Locação	MEur	0,0	0,3	0,4	0,0	11%
Fornecedores	MEur	9,5	8,1	7,8	-0,3	-3%
Estado	MEur	4,3	4,1	4,5	0,4	9%
Outros passivos correntes ¹	MEur	9,2	10,7	8,9	-1,8	-17%
Total do Passivo corrente	MEur	38,7	68,7	38,8	-29,9	-44%
Total do Passivo	MEur	443,2	426,7	402,5	-24,1	-6%

O prazo médio de pagamento (PMP) em 2025 foi de 28 dias, tendo aumentado 3 dias face a 2024.

Endividamento

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, transitado da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

Em 2025, o montante de 142,1 milhões de euros de endividamento é composto por 125,1 milhões de euros de médio e longo prazo e 16,9 milhões de euros de curto prazo. No ano, foram amortizados 16,2 milhões de euros conforme previsto no serviço da dívida.

Quadro 41 – Endividamento

Endividamento	Unidade	2023	2024	2025	Variação 25/24	
Endividamento	MEur	173,4	158,2	142,1	-16,1	-10%
Disponibilidades	MEur	62,3	19,9	37,1	17,2	86%
Endividamento Líquido	MEur	111,0	103,3	105,0	1,7	2%

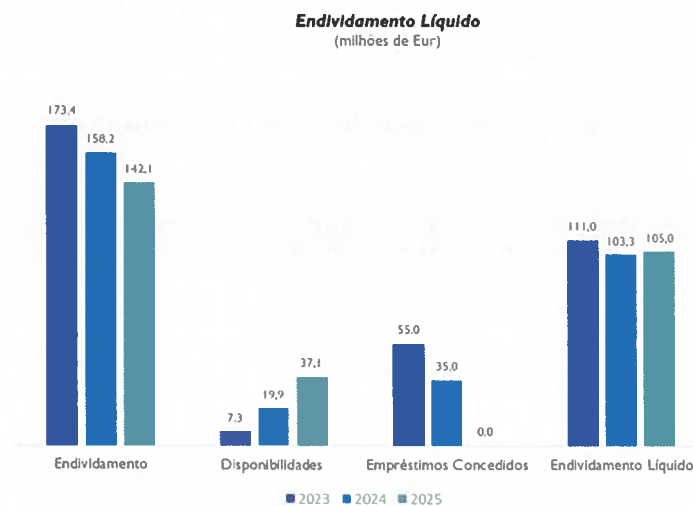


Figura 78 – Endividamento Líquido

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu a 13 de fevereiro de 2026 à aprovação da Entidade Reguladora (ERSAR), após prorrogação de prazo concedida para o efeito, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras, aguardando-se o respetivo projeto de decisão.

À data de aprovação do Relatório e Contas de 2025 não foi emitido pela Entidade Reguladora (ERSAR) o projeto de decisão sobre o DRG de 2025, no valor de 1 685 662 euros.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

(i) Ser entendimento da Administração que em resultado da aplicação da metodologia definida pela ERSAR, se verifica o cumprimento da métrica de eficiência definida para 2025 pelo que não haverá lugar a ajustamento; e

(ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos Sistemas de Saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “mais forte de sempre” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

A Tejo Atlântico contabilizou até à data de elaboração do presente relatório 139 infraestruturas afetadas por este conjunto de eventos, havendo à data parte delas ainda fora de serviço tendo presente a capacidade destrutiva que enfrentámos, sobretudo nos municípios a norte do nosso sistema.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem a alimentação elétrica por geradores e a mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pela Tejo Atlântico, apesar das condições excecionais verificadas.

A Empresa, apesar dos esforços já desenvolvidos, ainda se encontra a proceder à identificação exata e discriminação detalhada dos danos ocorridos, dado que várias instalações à presente data ainda permanecem inacessíveis, quer devido a inundações, quer devido à existência de estradas intransitáveis, o que impede a realização de vistorias seguras e completas.

Encontra-se em curso um plano de recuperação assente na seguinte metodologia:

- Identificação das infraestruturas afetadas pela intempérie e causas macro da afetação/inoperacionalidade;
- Desenvolvimento de inspeções às infraestruturas, com base numa matriz de risco, tendo em vista a elaboração de um relatório de diagnóstico contendo:
 - Análise expedita de ativos afetados
 - Estimativa de encargos de reabilitação
 - Identificação de frentes críticas de intervenção
- Contratação de Empreitada na área de especialidade de Construção Civil, de Prestação de Serviço na área de especialidade de eletricidade e de Aquisição de bens para a reposição de diversos equipamentos, por forma a repor a condição das infraestruturas;
- Em análise a eventual necessidade de reforço de meios humanos de forma temporária e específica para esta situação, privilegiando-se sempre a opção por recursos internos, quando disponíveis.

Numa fase subsequente, e porque sabemos que estes não serão eventos únicos, apenas desconhecendo a intensidade e a data em que ocorrerão os próximos eventos, importa adaptar as infraestruturas em termos de resiliência em linha com as aprendizagens desta sucessão de eventos e suportados pelo plano de adaptação às alterações climáticas.

PERSPETIVAS FUTURAS

A avaliação realizada ao ciclo estratégico que agora concluímos, suportado pelos resultados obtidos no ano de 2025, evidencia que a empresa realizou ao longo dos últimos 3 anos um caminho sustentável, estando preparada do ponto de vista de robustez, mas também de elasticidade, que permite construir os próximos passos sobre uma base sólida.

Do ponto de vista estratégico, vários subpilares alcançaram um grau de implementação significativo, alguns deles com taxa de implementação de 100%, justificando esforços do prisma da melhoria contínua no próximo período estratégico. Recomenda-se a manutenção das iniciativas que demonstraram impacto consolidado ao nível da eficiência operacional, que atingiu valores assinaláveis, da valorização das pessoas e do reforço da relação com *stakeholders*, assegurando que o trabalho já realizado gera benefícios cumulativos ao longo do tempo.

Importa igualmente preservar as dinâmicas de transformação que se encontram em fase avançada de implementação, garantindo estabilidade e consistência na conclusão destes processos já iniciados, salientando-se a gestão de capital humano, a melhoria do desempenho e reforço da área de manutenção e a continuação de uma aposta numa gestão de ativos holística.

Será também fundamental intensificar o investimento em competências analíticas e de gestão de projeto, acelerando a adoção de ferramentas digitais que permitam ganhos de eficiência e decisões mais informadas no processo de gestão e transformação organizacional.

A continuidade estratégica deverá, assim, assentar numa lógica de capitalização dos resultados já obtidos, evitando ruturas desnecessárias e reforçando iniciativas que comprovadamente contribuem para o desempenho institucional e para o posicionamento da organização no ecossistema onde atua.

Verifica-se existir um conjunto de ações por iniciar, que deverão ser reavaliadas do ponto de vista de mérito, e caso se mantenha o valor percecionado da execução dessas ações, é imperativo a alteração da metodologia de implementação por forma a promover avanços efetivos que não foram atingidos durante o presente quadro estratégico.

No contexto externo, a revisão do contrato de concessão afigura-se como elemento crítico na resposta aos inúmeros desafios da organização. Ainda neste contexto, a adaptação aos requisitos da nova DARU preencherá a agenda da Tejo Atlântico nos próximos anos, por forma a mantermos o desempenho e *compliance* com a regulação ambiental que nos caracteriza.

Por fim, recomenda-se o aprofundamento de modelos colaborativos com *stakeholders* internos e externos, promovendo maior alinhamento estratégico, antecipação de riscos e identificação de oportunidades emergentes. Este conjunto de ajustes permitirá reforçar a velocidade, eficácia e impacto da implementação, dotando a organização de uma maior capacidade de adaptação num contexto em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico encerra a atividade do ano 2025 e conseqüentemente o seu mandato, com um sentimento de dever cumprido, com um agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento da missão da Empresa e dos seus objetivos de bem servir, destacando:

Os trabalhadores, cujos empenho, dedicação e profissionalismo constituem a base do sucesso alcançado, num cenário de exigência com o objetivo de fazer melhor, ser mais eficiente e sustentável;

Ao Secretário da Sociedade enquanto elemento estrutural da Tejo Atlântico, não só pela coerência procedimental, legal e institucional, como também pelo seu papel de coesão da organização;

À equipa de Administração que mostrou um notável sentido de equipa e responsabilidade, decidindo em cada momento em prol da organização;

Ao Revisor Oficial de Contas e ao Conselho Fiscal que, mantendo a exigência, rigor e coerência expectável de órgãos de fiscalização, demonstraram em todos os momentos uma cooperação institucional e pessoal verdadeiramente assinaláveis;

Os Membros da Mesa da Assembleia Geral pela forma como acompanharam a atividade da Empresa;

Os diversos parceiros e stakeholders que contribuíram para o bom desempenho da Águas do Tejo Atlântico em 2024;

Os prestadores de serviços, consultores, fornecedores, projetistas, empreiteiros e as outras organizações que trabalharam com a Águas do Tejo Atlântico e, de uma forma geral, a todos aqueles que contribuíram para a Empresa alcançar os seus objetivos.

Aos Municípios e respetivos dirigentes e técnicos que, de forma proactiva, trabalharam em parceria com a Águas do Tejo Atlântico ao longo do ano;

As Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Águas do Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;

A Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelas orientações e confiança manifestados;

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., pela importante colaboração prestada;

À Senhora Ministra do Ambiente e da Energia e ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente pelo interesse e apoio sempre manifestados;

A todos os que diariamente exigem mais de nós e nos pressionam, de forma construtiva, a melhorar os nossos processos, a nossa eficiência e eficácia, contribuindo para uma Empresa melhor.

Com uma atividade de importância vital para a saúde e o bem-estar das populações, o ambiente e a sustentabilidade da região servida, a Águas do Tejo Atlântico continuará a cumprir a sua missão com responsabilidade e ambição para alcançar os novos desafios sociais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 6 574 040.31 euros (seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, e quarenta euros e trinta e um cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 33 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- **328 702,02 euros** (trezentos e vinte e oito mil, setecentos e dois euros e dois cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- **6 245 338,29 euros** (seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito euros, e vinte e nove cêntimos), para distribuição de Dividendos.

O Conselho de Administração
NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÔCO
Digitally signed by NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÔCO
Date: 2026.03.05 12:44:59 Z

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Digitally signed by SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Date: 2026.03.05 13:16:27 Z

Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

Assinado por: **Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto**
Num. de Identificação: 11536459
Data: 2026.03.05 17:06:46+00'00'

Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques**
Num. de Identificação: 06968217
Data: 2026.03.05 16:26:13+00'00'

Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Ana Margarida Afonso de Matos**
Num. de Identificação: 14706656
Data: 2026.03.05 12:57:43+00'00'

Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Ricardo Alexandre da Silva Bastos**
Num. de Identificação: 10659856
Data: 2026.03.05 12:51:15+00'00'

Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

ANEXO I - RELATO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) Evidencia da Execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2025-2027 foi objeto de Despacho de aprovação pelo SETF de 17 de outubro de 2024 (Despacho n.º 625/2024-SETF) e Despacho do MAEN de 24 de outubro de 2024 (Despacho N.º 66/MAEN/2024).

Foi adicionalmente concedida autorização para aquisição/locação das viaturas propostas no PAO pelo Despacho de aprovação pelo SETF de 27 de dezembro de 2024 (Despacho n.º 1037/2024-SETF) e Despacho do MAEN de 10 de janeiro de 2025 (Despacho N.º 2/MAEN/2025).

Da análise aos indicadores que evidenciam a execução do PAO 2025, verifica-se o cumprimento da orientação legal, não tendo sido excedidos os valores orçamentados e aprovados no PAO 2025. No que respeita ao Resultado Líquido, o desvio resulta da flutuação da Taxa das Obrigações do Tesouro do período, variável macroeconómica não controlável pela Empresa.

Indicadores	2025 Orç. (€)	2025 Exec. (€)	2025 Exec./2025 Orç. Δ Absol. (€)	%	Observações / medidas
Resultado Líquido	7 322 902	6 574 040	-748 862	-10,2%	
EBITDA ⁽¹⁾	39 709 026	40 752 857	1 043 831	2,6%	
EBITDA ajustado ⁽²⁾	27 258 233	37 969 752	10 711 519	39,3%	
Resultado Operacional ⁽³⁾ (EBIT)	14 055 694	19 436 742	5 381 047	38,3%	
Volume de Negócios	100 075 659	100 296 192	220 533	0,2%	
Gastos Operacionais ⁽⁴⁾	71 956 118	61 482 086	-10 474 032	-14,6%	
Gastos Operacionais/Volume de N.	71,9%	61,3%	-0,11	-14,7%	
Endividamento ⁽⁵⁾	163 185 294	142 076 865	-21 108 429	-12,9%	
Dívida Financeira Líquida ⁽⁶⁾ /EBITDA Ajustado	6,0	2,8	-3,2	-53,8%	
Disponibilidades ⁽⁷⁾	5 000,0	37 115 549	37 110 549	742211,0%	

¹⁾EBITDA - O cálculo do EBITDA constante no parecer da UTAM inclui os Subsídios ao Investimento. Por uma questão de comparabilidade com o real o valor foi expurgado do cálculo

²⁾EBITDA ajustado = EBITDA - Desvio de recuperação de gastos-Subsídios ao Investimento

³⁾ Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

⁴⁾ CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal (sem ajustamentos)

⁵⁾ Passivo remunerado (não inclui acréscimos de juros).

⁶⁾ Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades e Empréstimos Concedidos (não inclui acréscimos de juros)

⁷⁾ Caixa conforme Balanço (para o cálculo da dívida Financeira Líquida são expurgados os juros aos saldos evidenciados em Balanço)

b) Objetivos e Metas de Gestão

A informação sobre objetivos e metas de gestão consta no ponto 10 a).

c) Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Aplicável às empresas publicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (ERP), pelo que não é aplicável à Tejo Atlântico.

d) Autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025

Autorização Concedida	Despacho autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027		- Aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 71,96 milhões de euros, em 2025
	Despacho n.º 625/2024-SETF	- Contratação de 3 trabalhadores (um Técnico Superior B e dois Técnicos Superior C);
	Despacho N.º 66/MAEN/2024	- Recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, não podendo a empresa ultrapassar os 473 trabalhadores em 31 de dezembro de 2025
Aquisição/Locação em regime de aluguer operacional de viaturas (AOV)	Despacho n.º 1037/2024-SETF	-Substituição de viaturas da frota automóvel existentes em 2025, tendo em conta os contratos de viaturas operacionais existentes que se extinguem quer por prazo, quer por quilometragem máxima contratada, atento o Programa de Neutralidade Energética
	Despacho n. 2/MAEN/2025	A locação, em regime de AOV, de 10 viaturas operacionais (5 híbridas, 5 elétricas) e a aquisição de 1 viatura pesada (cujas características não são passíveis de contratação em regime de AOV)

2) Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec. (€)	2025 Orç. (€)	2024 Exec. (€)	2025 (Exec.) / 2024 (Exec.)		2025 (exec.)/ 2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	4 371 202	5 940 774	5 061 113	-689 911	-13,6%	-1 569 571	-26,4%
(2) FSE	40 474 890	46 950 060	38 860 967	1 613 923	4,2%	-6 475 170	-13,8%
(3) Gastos com o pessoal	16 635 994	19 065 285	16 097 500	538 494	3,3%	-2 429 291	-12,7%
(4) Impacto nos Gastos decorrentes de imposições legais	588 807	916 878	827 141	-238 334	-28,8%	-328 071	-35,8%
Acordo de rendimentos 2025	588 807	916 878	827 141	-238 334	-28,8%	-328 071	-35,8%
(5) Outros ajustamentos autorizados ⁽¹⁾	256 100	1 374 039	1 451 091	-1 194 991	-82,4%	-1 117 939	-81,4%
Efeitos de fatores extraordinários com impacto operacional	256 100	1 374 039	1 451 091	-1 194 991	-82,4%	-1 117 939	-81,4%
(6) Gastos Operacionais Ajustados (1)+(2)-(3)-(4)-(5)	60 637 180	69 665 201	57 741 349	2 895 831	5,0%	-9 028 021	-13,0%
(7) Volume de Negócios (VN)	100 296 192	100 075 659	98 555 528	1 740 663	1,8%	220 533	0,2%
Vendas	149 712	217 632	100 878	48 834	48,4%	-67 920	-31,2%
Prestações de Serviços	100 146 480	99 858 027	98 454 651	1 691 829	1,7%	288 453	0,3%
(8) Impactos no VN de correntes de imposições legais	0	0	0	0		0	
(9) Volume de Negócios Ajustados (7)+(8)	100 296 192	100 075 659	98 555 528	1 740 663	1,8%	220 533	0,2%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	60,46%	69,61%	58,59%	1,87		-9,15	

⁽¹⁾ Os outros ajustamentos autorizados respeitam a situações de exceções e comparabilidade autorizadas em sede de aprovação de PAO 2025

No exercício de 2025, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é aferido por comparação com Plano de Atividades e Orçamento de 2025 (PAO 2025) aprovado pelas Tutelas competentes conforme Despacho n.º 625/2024-SETF e Despacho N.º 66/MAEN/202 (identificados em I.d), os quais se encontram em anexo (Anexo IV ao Relatório).

O rácio, após serem excluídos os impactos decorrentes de imposições legais, situações de exceção e comparabilidade aprovados pelos Despachos supramencionado, diminuiu 9,15 p.p. mostrando-se em cumprimento da orientação legal.

Informação Adicional	2025 Exec. (€)	2025 Orç. (€)	2024 Exec. (€)	2025 (Exec.) / 2024 (Exec.)		2025 (exec.) / 2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	16 635 994	19 065 285	16 097 500	538 494	3,3%	-2 429 291	-12,7%
i (-) Gastos Relativos aos Órgãos Sociais	502 721	375 524	467 476	35 245	7,5%	127 197	33,9%
ii (-) Efeito Cumprimento Imposições legais	0	0	0	0		0	
iii (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico (Despacho de 29/12/2023-MF)	588 807	916 878	727 153	-138 347	-19,0%	-328 071	-35,8%
iv (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0	0	0	0		0	
v (+) Efeito do Absentismo	463 211	204 293	347 139	116 071	33,4%	258 918	126,7%
vi (+) Efeito de indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	0	0	0	0		0	
(2) Gastos com o pessoal sem os impactos i a vi	16 007 677	17 977 175	15 250 010	757 667	5,0%	-1 969 498	-11,0%
(3) Gastos com Deslocações e Alojamento	126 664	176 376	67 580	59 084	87,4%	-49 712	-28,2%
(4) Gastos com Ajudas de custo	15 313	10 000	11 112	4 201	37,8%	5 313	53,1%
(5) Gastos associados à frota automóvel	1 346 262	1 424 916	1 125 254	221 008	19,6%	-78 654	-5,5%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	9 702	40 159	6 335	3 366	53,1%	-30 457	-75,8%
(7) Total de Gastos (3) a (6)	1 497 941	1 651 451	1 210 281	287 660	23,8%	-153 510	-9,3%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	154	161	150	4	2,7%	-7	-4,3%
(9) N.º de Viaturas (não operacional)	0	0	0	0		0	

3) Recursos Humanos e Massa Salarial

Nos termos do previsto nos artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresenta-se informação sobre a evolução do número de recursos humanos e o respetivo impacto nos gastos com pessoal, bem como da evolução da massa salarial.

A 31 de dezembro de 2025 a Tejo Atlântico contava com 441 trabalhadores (excluindo OS), mais 27 que em 2024.

A taxa de atualização da massa salarial em 2025, do Grupo AdP, foi de 4,7% em conformidade com o despacho supramencionado, sendo a da Empresa de 6,2%.

Face ao exposto e nos termos do n.º 5 do Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, verifica-se o cumprimento da orientação legal.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024		Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025	
	(1)	(2)	Trabalhadores ausentes por mobilidade /cedência/ licença	Autorizações de recrutamentos concedidos em anos anteriores	Contratações para substituição de saídas (em 2025 e anos anteriores)	Entradas ao abrigo do normativo, legal, despacho, etc	Novas Contratações (*)	(7)=(1)-(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
N.º Orgãos Sociais (OS)	10							10,00	
N.º Cargos de Direção (CD)	8	1			1			8,00	
N.º Trabalhadores	406	17	3	12	29	0	3	433,00	
Total (OS+CD+Trabalhadores)	424	18	3	12	30	0	3	451,00	
Impacto nos Gastos com pessoal		251 811,21 €	- €	193 943,03 €	495 216,08 €	- €	83 406,78 €	520 754,68	

* 3 contratações concretizadas ao abrigo das aprovações do PAO 2025 (Despacho n.º 625/2024-SETF e Despacho N.º 66/MAEN/2024)

	2025 Exec	2025 Orç.	2024 Exec	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Orgãos Sociais (OS)	10	10	10	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	8	8	8	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	433	455	406	27	6,7%
Total	451	473	424	27	6,4%
N.º Trabalhadores /N.º CD	54	57	51	3	6,7%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	36 887	35 017	37 966	-1 079	-2,8%
Massa salarial Global	16 635 994 €	19 065 285 €	16 097 500 €	538 494 €	3,3%
Massa salarial comparável empresa ^(a)	16 879 399 €	19 065 285 €	15 897 236 €	982 162 €	6,2%
Massa salarial comparável Grupo					4,7%

^(a) Aferição do despacho n.º 1103-B/2025 do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças. Estão incluídos os ajustes por comparabilidade resultantes de processo de substituição de colaboradores.

4) Plano de Investimentos

No que aos investimentos diz respeito, apresenta-se no quadro infra a execução do investimento em 2025 face ao previsto no PAO.

Plano de Investimentos	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas	
			Executado 2025	Auto-financiamento (receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR			Outros
Empreitadas	30 589	18 323	16 101			2 222			-12 265		
Estudos e projetos	3 858	613	613						-3 245		
Terrenos	552	42	42						-511		
Fiscalizações	1 069	941	941						-127		
Assessorias	2 388	893	893						-1 495		
Outros Investimentos ⁽¹⁾	14 344	3 375	3 375						-10 969		
Valor total dos investimentos	52 800	24 187	21 964	0	0	2 222	0	0,0	-28 613		

⁽¹⁾ Investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de Investigação & Desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais.

O desvio negativo de -28,6 milhões de euros na execução dos investimentos (-54%) deve-se a uma série de fatores internos e externos, nomeadamente e, no que respeita aos outros investimentos, ao atraso no lançamento de concursos, ao qual o défice de recurso humanos não é um fator alheio. Acresce, no caso do investimento em empreitadas, atrasos na elaboração de soluções técnicas de projeto de empreitadas, o moroso processo de autorização para a realização de investimentos junto das entidades competentes, o elevado número de procedimentos que ficam desertos e a aplicação do Regime Geral da Gestão dos Resíduos (RGGR) que impactou quer na realização dos projetos como na execução de algumas empreitadas.

Durante o ano de 2025 não foi realizado investimento não previsto no PAO 2025.

No acompanhamento das empreitadas com maior valor previsto de execução no PAO 2025 destaca-se:

Codificação	Investimento	PAO2025 (mEur)	Real2025 (mEur)	Desvio (mEur)	Observações
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2 353,5	2 004,0	-349,5	Devido a constrangimentos vários, necessidade de caracterização dos solos, desenvolvimento do projeto, alterações de mercado e consequente dilação dos prazos de fornecimento de equipamentos cruciais para o bom andamento dos trabalhos, bem como fatores meteorológicos, em particular a elevada precipitação verificada no início deste ano, condicionaram o ritmo de desenvolvimento dos trabalhos, conduzindo ao não cumprimento do cronograma físico da empreitada e consequentemente a dilação de prazos previstos contratualmente.
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro - restantes intervenções	2 246,4	1 069,1	-1 177,3	O atraso verificado no cronograma da empreitada decorre da situação de instabilidade financeira do empreiteiro, atualmente em Processo Especial de recuperação (PER), resultando em restrições de tesouraria que afetam o normal desenvolvimento da obra.
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	2 058,8	0,0	-2 058,8	O contrato foi assinado a 08/04/2025, contudo, tendo sido celebrado por um valor superior a 5M€ carece de visto do Tribunal de Contas, que foi obtido a 10/09/2025. Tratando-se de uma empreitada de conceção/construção, encontra-se em fase de elaboração do projeto de execução.
TA-247 A	Emissário do Jamor	1 692,3	0,0	-1 692,3	Procedimento lançado a 10/01/2023, tendo havido lugar à adjudicação em junho de 2024. Não obstante, foi revogada a decisão de contratar. Face à natureza dos trabalhos de reabilitação e à presença de solos contaminados, foi feito o desdobramento em duas empreitadas - TA-247 A e TA-247 A1. Empreitada TA-247 A1 Reabilitação Emissário Jamor - Fase I foi lançada no dia 25/11/2025.
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	1 617,3	1 287,7	-329,6	A empreitada teve uma execução mais célere do que o previsto, tendo parte do valor estimado para 2025 sido executado ainda em 2024.
	Total (I)	9 968,3	4 360,8	-5 607,5	

Em face do exposto verifica-se o cumprimento da obrigação legal não tendo sido excedido o volume de investimento aprovado no PAO 2025.

5) Contratualização de serviço público

A Tejo Atlântico não tem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado.

6) Gestão do Risco Financeiro

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da Tejo Atlântico.

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	3 715 047,46	4 397 566	4 763 532	5 104 106	5 705 685
Taxa média de financiamento (%)	2,47%	2,65%	2,64%	2,62%	2,76%

6.1 Fatores de Risco

As atividades da Tejo Atlântico estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, risco de liquidez e de capital, e risco de crédito. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

6.2 Risco de mercado

6.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Tejo Atlântico advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Tejo Atlântico ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Tejo Atlântico ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Tejo Atlântico, que evidencia o facto de a Tejo Atlântico apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa (nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras)	2 699 840	n.a.	n.a.

6.2.2 Risco do preço da energia e combustíveis

Os gastos anuais da Tejo Atlântico em energia e combustíveis representam aproximadamente 24% (23% em 2024) do total de fornecimentos e serviços externos, ou seja, cerca de 9,6 milhões de euros (9 milhões de euros em 2024) para um total de 40,5 milhões de euros (38,9 milhões de euros em 2024). A AdP- SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

6.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Tejo Atlântico pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP (“contratos grupados”). A Tejo Atlântico, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Tejo Atlântico por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos BEI	16 937 132	84 745 574	41 046 198

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2025	-	98 076 902
2026	-	-
2027	5 378 440	-
2028	-	-
2029	83 855 726	-
2030	53 494 737	-
	142 728 903	98 076 902

À exceção da linha BEI designada por “BEI V”, os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 772 798 mil euros, 142 729 mil euros na Tejo Atlântico. Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2025 no montante de 459 592 mil euros, dos quais 89 234 mil euros na Tejo Atlântico), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre setembro de 2026 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 338 561 mil euros, dos quais 63 069 mil euros na Empresa. O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha “BEI V”), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por

contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2025 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320 612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 66 960 mil euros.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da Tejo Atlântico em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da Tejo Atlântico, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Tejo Atlântico é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Notas do Anexo à Demonstração de Resultados	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	18	125 139 733	112 982 316
Empréstimos correntes	18	16 937 132	45 200 415
Disponibilidades	13	(37 085 424)	(19 858 515)
Outros ativos financeiros	83	-	(35 000 000)
Dívida líquida		104 991 441	103 324 217
Subsídios ao investimento e outros	17	106 609 516	111 148 705
Total do capital próprio	14	119 761 861	119 711 992
Capital e subsídios		226 371 377	230 860 697
Dívida líquida/total do capital		0,46	0,45

O modelo de financiamento da Tejo Atlântico assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais: i) o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio; e ii) subsídios ao investimento não reembolsáveis.

A 31 de dezembro de 2024, atendendo a que para os empréstimos denominados BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontrava formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente. Em 16 de maio de 2025 foi formalizada a extensão do aval do Estado Português aos empréstimos do BEI denominados por BEI II – tranches A e B, permitindo diferir o pagamento da última prestação de capital, prevista para setembro de 2025, em 11 prestações semestrais de capital, pelo que o capital em dívida foi reclassificado de corrente para não corrente (cf. nota 18 das Demonstrações Financeiras).

6.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Tejo Atlântico. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da Tejo Atlântico avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2025 (cf. nota 10.3 das Demonstrações Financeiras).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Tejo Atlântico continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a situação era a seguinte:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios	Outros	Total		
	Risco	Baixo		Médio	Baixo
Exposição bruta	12 144 276	156 551	12 300 827	-	12 300 827
Imparidade	-	(366)	(366)	-	(366)
Exposição líquida	12 144 276	156 185	12 300 460	-	12 300 460

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios	Outros	Total		
	Risco	Baixo		Médio	Baixo
Exposição bruta	10 938 864	151 096	11 089 960	-	11 089 960
Imparidade	-	(274)	(274)	-	(274)
Exposição líquida	10 938 864	150 822	11 089 686	-	11 089 686

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2025	Negócio "Alta"				Empresas do Grupo			
	Outros							
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	95 289	-	-	95 289	-	-	-	-
Vencida até 180 dias	60 896	-	-	60 896	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	366	(366)	100%	-	-	-	-	-
	156 551	(366)	0%	156 185	-	-	-	-

31.12.2024	Negócio "Alta"				Empresas do Grupo			
	Outros							
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	115 760	-	-	115 760	-	-	-	-
Vencida até 180 dias	34 971	-	-	34 971	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	366	(274)	75%	91	-	-	-	-
	151 096	(274)	0%	150 822	-	-	-	-

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Tejo Atlântico ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira, expurgados os valores referentes a acréscimos de rendimentos com juros (cf. nota 13.2 das Demonstrações Financeiras).

Ativos financeiros bancários	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem	6 081 108	2 853 254
Depósitos a prazo	31 000 000	17 000 000
Investimentos Financeiros	24 056	24 056
	37 105 163	19 877 309

Rating	31.12.2025	31.12.2024
A-	1 011	7 405
A	37 072 664	19 837 344
BBB	2 291	-
BBB+	5 142	8 505
N/A	24 056	24 056
	37 105 163	19 877 309

Nota: Cotação de rating com referência a 31.12.2025 obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2026.

O motivo pelo qual o valor depósitos a prazo em 2025 é superior ao de 2024 é explicado pelo facto de à data de 31 de dezembro de 2025 não haver qualquer valor disponibilizado à AdP-SGPS ao abrigo do contrato de apoio de tesouraria, que a 31 de dezembro de 2024 era de 35 milhões de euros (cf. nota 8.3 das Demonstrações Financeiras).

A 31 de dezembro de 2025 o valor depositado na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. era de 37 060 301 euros, e em 31 de dezembro de 2024 era de 19 829 726 euros.

6.5 Risco de exploração

6.5.1 Risco de Catástrofe

A Tejo Atlântico está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos, a Sociedade tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

6.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Tejo Atlântico. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, na medida em que estabelece as recomendações que definem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

7) Limite de Crescimento do Endividamento

A Empresa cumpre integralmente o disposto na legislação, apresentando uma redução de 5,93% no seu endividamento, apurada nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025.

	2025	2024
	Valores (€)	
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	113 527 680	113 527 680
Financiamento remunerado ⁽¹⁾	142 076 865	158 182 732
Novos investimentos com expressão material em 2025	0	0
Varição do endividamento	-5,93%	

⁽¹⁾ O Financiamento remunerado não inclui o valor do custo amortizado e da especialização dos juros a liquidar

8) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (*artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 13.º da LOE 2025 e artigo 97.º do DLEO 2025*).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos Sistemas Multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos Sistemas de Abastecimento de Água e de Tratamento das Águas Residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 e 2025 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

Em conformidade com o Art.º 28.º do RJSPE, o Art.º 13.º da LOE 2025 e o Art.º 97.º do DLEO 2024, apresentam-se de seguida as disponibilidades e aplicações financeiras registadas no final de cada trimestre, discriminadas entre o IGCP, E.P.E. e a Banca Comercial.

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
BPI	2 266,87	2 162,58	4 545,14	2 467,32
CGD	5 406,97	5 296,08	5 186,01	5 070,53
Novo Banco	4 613,91	4 200,19	3 657,85	2 291,20
Bankinter	4 824,73	4 824,73	4 824,73	4 824,73
BBV	706,74	1 803,44	904,94	1 011,25
BCP	5 158,90	5 141,57	5 141,57	5 141,57
Total	22 978,12	23 428,59	24 260,24	20 806,60
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros entregues	0,00	0,00	0,00	0,00
Data entrega dos Juros	0,00	0,00	0,00	0,00

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	2 365 990,53	4 815 146,86	3 317 602,55	6 060 301,05
Aplicações Financeiras	51 000 000,00	27 000 000,00	37 000 000,00	31 000 000,00
Total	53 365 990,53	31 815 146,86	40 317 602,55	37 060 301,05

Em face do exposto verifica-se o cumprimento da obrigação legal.

9) Prazo Médio de Pagamento (PMP) e “arrears”

- a) O PMP apurado em 2025, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual, foi de 28 dias, verificando-se o cumprimento da orientação legal.

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	28	25	3	10,9%

- b) Os atrasos nos pagamentos, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencida (> 90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO					Unid:euros
	Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)					
	2025				2024	
	90-180 dias	180-365 dias	> 365 dias	Total	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	702,62	1 629,04	2 435,77	4 767,43		115 418,81
2 - Aq. de Capital	3 107,84	0,00	0,00	3 107,84		3 314,67
3 - Total dívida vencida > 90 dias (1+2)	3 810,46	1 629,04	2 435,77	7 875,27		118 733,48
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4º DL 127/2012)						
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória						
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor						
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados						
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	3 810,46	1 629,04	2 435,77	7 875,27		118 733,48

Pagamentos em atraso nos termos do n.º1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo	Unid:Euros
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	118 733,48	
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	7 875,27	
3 - r Pagamentos em atraso (2-1)	-110 858,21	
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 ²	0,00	
5 - Saldo (3+4)	-110 858,21	

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011;

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas

Os valores apresentados em dívida há mais de 90 dias correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais se aguarda da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a redução legal do PMP a que está acometida sendo estas situações casos pontuais que não consubstanciam atrasos de pagamento, e que estão a ser acompanhadas pela Direção Administrativa Financeira, juntamente dos serviços requisitantes e dos fornecedores, no sentido de serem resolvidas.

10) Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de Gestão

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3 da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Indicadores dos Objetivos de Gestão (IOG)	Fórmula de Cálculo	Ponderação	Modo de avaliação 2025		
			Não Atingido (1)	Atingido (2)	Superado (3)
Objetivos Desempenho					
Autonomia Energética (AE)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	25,00%	AE < 24%	24% ≤ AE ≤ 27,5%	AE > 27,5%
Produção de ApR (P ApR)	Volume de ApR produzido e utilizado para usos próprios ou externos no ano n/Volume de ApR produzido e utilizado para usos próprios ou externos em 2022	25,00%	ApR = 10% V (ApR 2022)	ApR > 15% V (ApR 2022)	ApR > 20% V (ApR 2022)
Implementação do Plano AgIR	N.º de Industrias Prioritárias Integradas (IPI) no plano AgIR, a beneficiarem de apoio técnico no domínio do pré tratamento de efluentes industriais	25,00%	IPI < 8	IPI ≥ 8 < 10	IPI ≥ 10
Objetivos Sectoriais					
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	AQAR	20,00%	AQAR < 90,0%	90,0% ≤ AQAR ≤ 95,0%	AQAR > 95%
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	10,00%	N.º Ações executadas face ao previsto < 80,0%	80,0% ≥ N.º Ações executadas face ao previsto < 90,0%	N.º Ações executadas face ao previsto ≥ 90,0%
Resultado Operacional					
Eficiência de Gestão	PRC = (GV+FSE+GP)/VN Variação face ao PAO proposto	20,00%	var > +0,10 p.p.	-0,10 p.p. ≤ var ≤ +0,10 p.p.	var < -0,10 p.p.
Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	10,00%	Nr dias > Nr dias PAO	Nr dias = Nr dias PAO	Nr dias < Nr dias PAO
Objetivos Estratégicos					
Água para Reutilização (ApR)	Implementação iniciativas ApR	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto em PAO
Plano de Neutralidade Energética (NE)	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto em PAO
Plano de Lamas (PL)	Implementação do Plano de Lamas	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 20% de produção de lamas prevista no PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% de produção de lamas prevista no PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% de produção de lamas prevista no PAO

Tendo por base o critério corporativo de aplicação dos indicadores dos objetivos de gestão para o ano de 2025, aprovados em Comissão Executiva da AdP SGPS de 02 de março de 2025, não serão alvo de avaliação os Objetivos Estratégicos: Plano de Lamas, Plano de Neutralidade Energética e Água para Reutilização.

Nos termos da deliberação mencionada e face à argumentação da empresa, que infra se transcreve, não serão também objeto de avaliação os Objetivos de Desempenho: Autonomia Energética e Produção de Água para Reutilização.

- **Autonomia Energética (AE)**

O indicador de Autonomia Energética (AE)/Autossuficiência reflete o balanço entre a energia produzida internamente, maioritariamente a partir de biogás gerado na digestão anaeróbia, e a energia consumida, condicionada pelas necessidades operacionais e hidráulicas de transporte e tratamento da Tejo Atlântico.

Em 2024, a Tejo Atlântico apresentou um resultado anual de autonomia energética de 25,1%, valor que diminuiu em 2025 para 23,5%, situação que importa analisar.

1 – Volume de atividade

Em 2025, o volume de atividade da empresa atingiu um valor record de 233 Mm³, ou seja, 6,8% superior ao do ano anterior e 17,6% superior ao ano de 2023. Nesse sentido, e não obstante a empresa ter apresentado uma maior eficiência na utilização do recurso energia elétrica, é normal um acréscimo do consumo de energia decorrente do aumento de atividade.

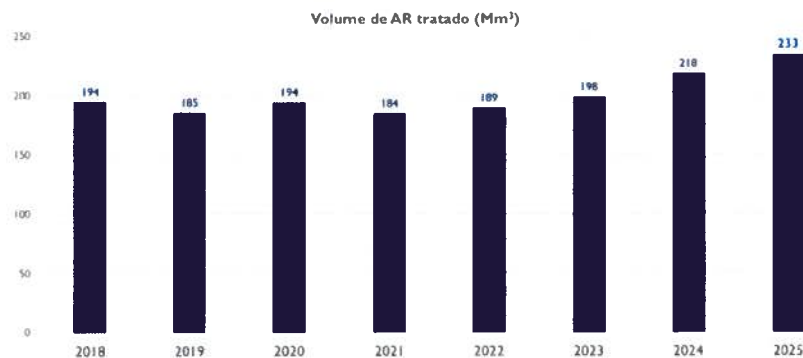


Figura I – Volume de atividade da Tejo Atlântico desde 2018

2 – Evolução do Indicador Autossuficiência (2024 vs 2025)

Em 2025, a autossuficiência elétrica (AE) apresentou reduções relevantes em meses críticos quando comparada com 2024, apesar do desempenho análogo, ou mesmo superior, ao do ano anterior no período intermédio do ano. Destaca-se:

- Março de 2025: AE de 10,2%, significativamente abaixo de março de 2024, em que atingiu um valor de 20,5% (redução de 50% face ao valor de 2024);
- No 4.º trimestre de 2025: AE de 19,1%, em novembro, e 18,8%, em dezembro, significativamente inferiores aos períodos homólogos de 2024 em que AE atingiu valores de 24,0% e 22,8%, respetivamente;
- Entre maio e setembro de 2025: registaram-se valores comparáveis ou superiores aos de 2024 (por exemplo, em setembro de 2025 atingiu-se um valor de AE de 31,8% quando comparado com AE de 28,2% em setembro de 2024), evidenciando que, sob condições afluentes comparáveis com os do ano anterior, o sistema atingiu níveis comparáveis e até superiores.

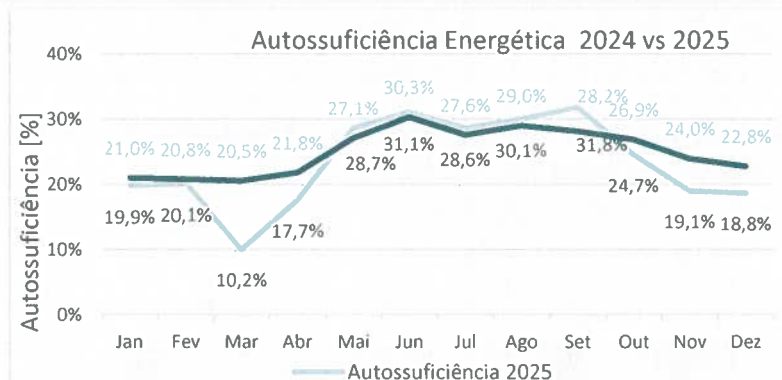


Figura 2 – Autossuficiência Energética nos anos 2024 e 2025

3 – Consumo e Produção de Energia

Constatadas as diferenças mais significativas nos valores de AE de 2025 face ao ano anterior, importa perceber os dois fatores que determinam a AE: a produção e o consumo de energia elétrica.

A análise do consumo indica que 2025 manteve um perfil semelhante ao de 2024, com exceção dos acréscimos de consumo verificados nos meses de março, novembro e dezembro. Apesar do aumento mais expressivo em novembro e dezembro, o valor global de consumo de energia no ano 2025 foi de 89,89 Gwh que compara com 88,89 Gwh (aumento de 1,1%) não obstante o sistema tratar um volume superior no ano de 2025, podendo concluir-se que o desvio do indicador AE resulta sobretudo de variações na produção de energia, em períodos específicos.

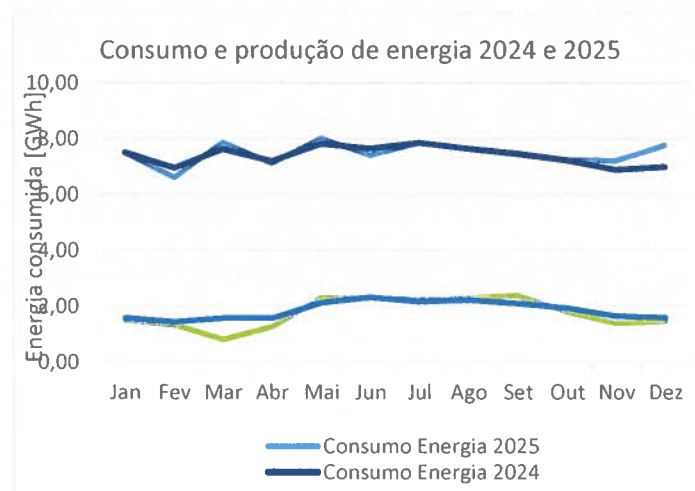


Figura 3 – Consumo e produção de energia elétrica nos anos 2024 e 2025

4 – Análise de causas e impacto na produção de biogás/energia e na autossuficiência

Os resultados de precipitação evidenciam um ano de 2025 hidrológicamente atípico, 1120 mm de precipitação, face a 610 mm em 2024, correspondendo a um aumento de aproximadamente +84% (fonte IPMA – Estação Lisboa/Relógio).

Aliás, o relatório do IPMA (Boletim Climatológico do Ano de 2025) atesta que o ano 2025 foi o mais chuvoso desde que a Tejo Atlântico iniciou atividade e o terceiro mais chuvoso desde 2000, coincidente com o volume de atividade para valores máximos desde o início de laboração da empresa. Da análise de desvios mensais face aos valores médios de 1991-2020, destacam-se os meses de janeiro, março e novembro, conforme gráfico infra constante no relatório supramencionado.

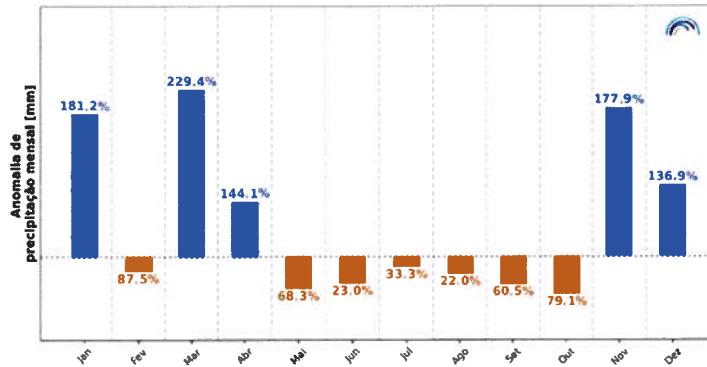


Figura 4 – Desvio, em relação ao valor médio 1991-2020, do total de precipitação anual em 2025 (adaptado do relatório do estado do clima 2025, APA)

Tendo presente que a produção de energia a partir do biogás tem como fonte energética a matéria orgânica que aflui às ETAR com etapa de digestão anaeróbia (DA), procedeu-se a uma análise da afluência da matéria orgânica (em quantidade total) e a sua relação com o caudal afluente.

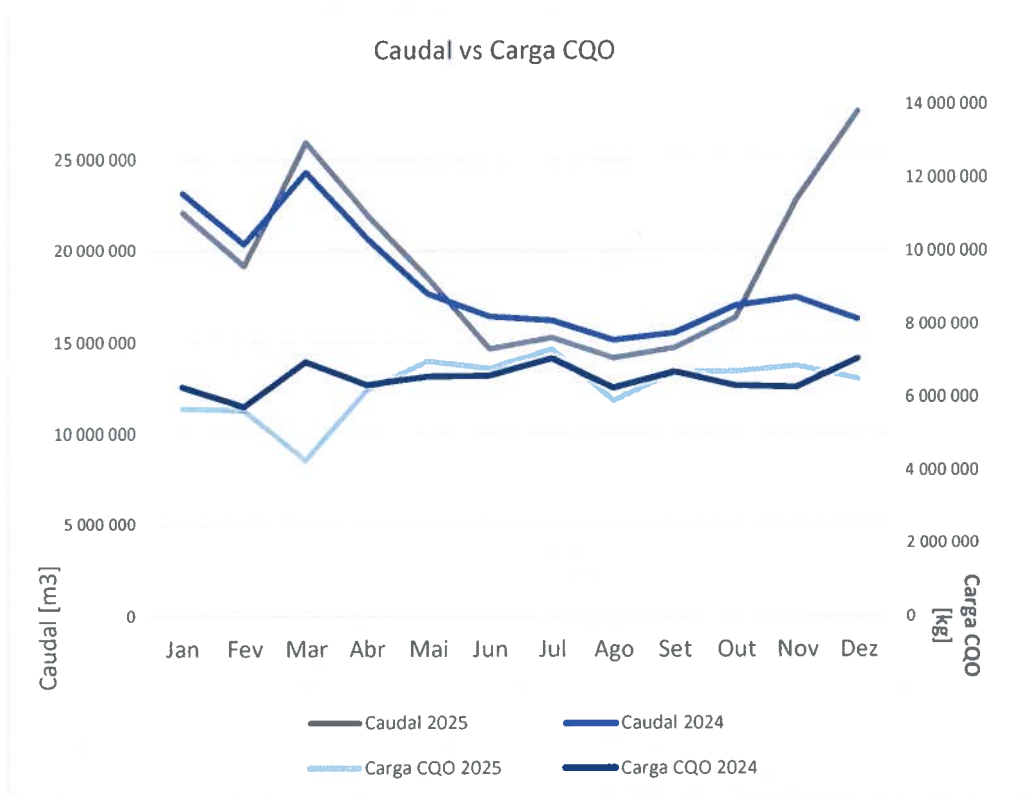


Figura 5 – Carga orgânica afluente às ETAR com DA e caudais afluente às mesmas ETAR nos anos 2024 e 2025

Integrado os valores de precipitação, caudal e carga afluente CQO constata-se que:

- Em março de 2025 registou-se um pico de caudal associado a precipitação elevada, sem incremento proporcional da carga afluente em CQO, face ao padrão esperado e ao período homólogo de 2024, evidenciando a forte diluição do afluente (redução de CQO por unidade de volume) e, consequentemente, limitação da carga orgânica útil para a digestão anaeróbia. Importa ainda referir que o impacto não depende apenas do total mensal de precipitação, mas também do regime e intensidade dos eventos (episódios concentrados), que potenciam aflúências pluviais/infiltrações e contribuem para a redução de concentração. Acresce que as ETAR são dimensionadas para um caudal de projeto e, quando se atinge ou excede esse limite hidráulico, a capacidade de admissão de caudal adicional fica condicionada, verificando-se sobretudo o aumento da fração hídrica (afluência pluvial/infiltração) e a, consequente, diluição do afluente, com incrementos marginais no volume efetivamente tratável, mas com redução da carga orgânica específica;
- Em momentos de pluviosidade intensa, verifica-se igualmente um menor tempo de residência das lamas nos digestores anaeróbios, quando as etapas de espessamento de lamas se tornam menos eficientes, o que conduz frequentemente a uma diminuição da temperatura dos digestores anaeróbios e, consequentemente, a uma perda de rendimento do processo biológico, logo diminuição de produção de biogás;
- Salienta-se também que, fruto da sua volumetria e do processo biológico da digestão anaeróbia, a inercia destas etapas de tratamento é elevada, o que resulta em períodos algo longos de recuperação de performance quando eventos de degradação dessa performance acontecem.;
- No 4.º trimestre/2025, observa-se novamente aumento excecional de caudal (novembro/dezembro) resultante da precipitação elevada, sem aumento proporcional da carga de CQO (carga orgânica), resultando numa diminuição de CQO por m³ (afluente mais diluído) e, consequentemente, uma redução significativa da performance das unidades de produção de biogás.

5-- Eficiência Energética

O ano 2025, do ponto de vista de consumo de energia específica, ou seja, a energia necessária para tratar 1 m³ de água residual atingiu o valor mais baixo desde que a empresa iniciou atividade, demonstrando o esforço na otimização de processos em curso, pelo que o incumprimento da meta estabelecida para a autonomia energética decorre exclusivamente de fatores exógenos e incontrolláveis pela empresa.

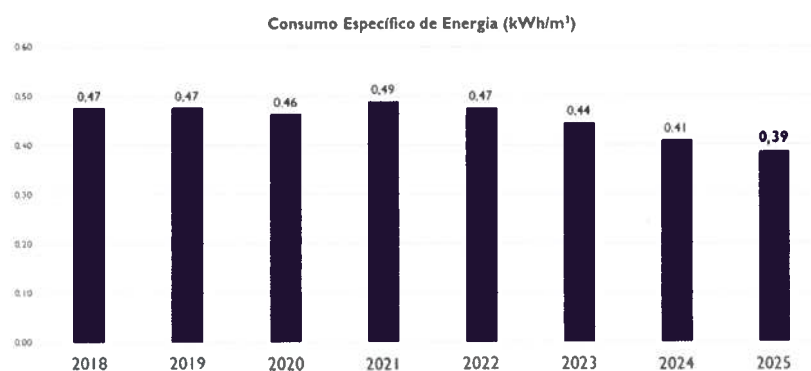


Figura 6 – Consumo específico de energia elétrica desde 2018

Conclusão

A produção de biogás e energia elétrica está diretamente associada à disponibilidade de matéria orgânica biodegradável que aflui às ETAR equipadas com digestão anaeróbia (representada, em termos práticos, pela carga de CQO).

Quando ocorrem eventos de precipitação elevada, é frequente verificar-se aumento de caudal e, em consequência, diluição da carga orgânica, reduzindo a carga orgânica efetiva alimentada aos digestores. Esta condição traduz-se numa diminuição da produção de biogás, consequentemente, numa redução da energia produzida. Adicionalmente, o aumento dos caudais tende a aumentar as necessidades energéticas no transporte e tratamento, contribuindo para o aumento do consumo elétrico das instalações.

O desvio observado face à meta de autossuficiência definida para 2025, valor esse atingido em 2024, decorre de fatores exógenos e incontrolláveis decorrentes da precipitação excecionalmente superior em 2025, como referido anteriormente o ano mais chuvoso desde o início de laboração da Tejo Atlântico, com aumento de caudal, diluição do afluente e limitação da carga orgânica em períodos críticos (março e 4.º trimestre). Estas condições reduziram o potencial de produção de biogás/energia e explicam a redução do indicador.

Pelo exposto, entende-se que a Tejo Atlântico, com a matéria-prima e os ativos disponíveis não poderia ter atingido no ano de 2025 uma autonomia energética igual ao superior à de 2024, tendo presente as condicionantes exógenas existentes.

- **Produção de ApR (P. APR)**

A Tejo Atlântico produz Água para Reutilização (ApR) para usos internos e para fornecer a terceiros considerado como usos externos. Nos usos internos estão incluídos a rega de espaços verdes, lavagens de equipamentos e recintos, água de diluição de reagentes, preparação de reagentes, sistemas de desodorização, entre outros.

Os usos externos incluem a rega de espaços verdes públicos, lavagens de ruas, climatização de espaços comerciais, rega de campos de Golf.

O objetivo de gestão relacionado com a APR tem definido como métrica o aumento de produção de ApR, com referência ao volume de ApR produzida em 2022, superior a 10%, 15% e 20%, respetivamente, em 2023, em 2024 e em 2025, para que seja superado.

Importa reforçar que o objetivo de gestão está definido por referência aos valores de produção de ApR de 2022.

Em 2025, assinala-se a performance da empresa relativamente à produção de ApR para efeitos de utilização por terceiros que continua a sua trajetória crescente, verificando o acréscimo de 26,2%, face ao ano anterior. Por sua vez, o volume de ApR para consumo interno continua a diminuir, resultante de medidas de eficiência adotadas desde 2023.

Estes dados aparentemente contraditórios, resultantes do não cumprimento de um objetivo de gestão face a um desempenho positivo na promoção da venda de ApR e na eficiência de utilização deste recurso, carece de uma análise detalhada.

Em seguida, apresentamos a análise detalhada da produção de ApR.

I-Análise de consumo

Em 2025, foram produzidos 3 109 005 m³ de ApR (2 994 725 m³ em 2024) de ApR pela Tejo Atlântico. Do total produzido, 73,5% (78% em 2024) foi utilizado em usos internos, e 26,5% (22% em 2024) foi fornecida para usos externos.

Nesta análise importa salientar que alguns consumos internos são proporcionais ao caudal tratado, que em 2025 aumentou de 6,9% face a 2024 e de 23,3% face ao ano de 2022 (ano de referência) para o cálculo do indicador.

Em 2022, considerado como ano de referência dos Objetivos de Gestão, tinham sido produzidos 2 882 580 m³, 87% utilizados em usos internos e 13% fornecido para usos externos.

No Quadro I estão descritos os volumes de ApR produzidos em usos internos e fornecidos a terceiros.

Ano	P ApR Total (m ³)	V ApR interna (m ³)	V ApR fornecida (m ³)	V ApR Interna (%)	V ApR fornecida (%)
2022	2 883 947	2 522 488	361 459	87%	13%
2023	3 187 733	2 655 083	532 650	83%	17%
2024	2 994 725	2 343 954	650 771	78%	22%
2025	3 109 005	2 286 656	822 350	74%	26%

Quadro I – Volumes de ApR interno e fornecidos

Nos anos de 2023, 2024 e 2025 houve uma evolução muito positiva na repartição de uso de ApR produzida, como se pode constatar no quadro I. Verificou-se, por um lado, uma redução de consumo interno de ApR que corresponde a uma redução de 9,3%, face ao ano de 2022, não obstante o volume de atividade ter aumentado 23,3% face ao mesmo ano e, por outro lado, um aumento de ApR fornecida de 460 891 m³, que corresponde a um aumento muito significativo de 127,5%, igualmente em relação ao ano de 2022.

Acresce aos factos acima reportados que 2025 foi um ano anormalmente chuvoso. De acordo com o IPMA, o ano mais chuvoso desde que a Tejo Atlântico iniciou laboração, situação (exógena) que justifica a diminuição do potencial de reutilização para fins externos, resultante da menor necessidade de água para irrigação de espaços verdes, o uso mais relevante de entre os vários atualmente contratados.

Dado que o indicador de Produção de ApR (P ApR), que monitoriza o volume total face ao ano de referência, em 2025 foi quantificado num aumento de 7,9 %, não tendo sido atingido o objetivo de gestão.

Na imagem infra, analisamos a evolução da produção de ApR, podendo constatar a evolução do consumo interno, consumo externo e, na linha a verde, a percentagem de ApR para usos externos.

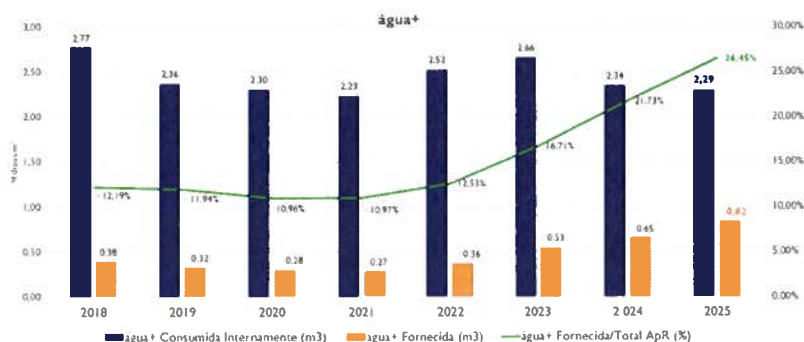


Figura 7- Evolução da produção de ApR na Tejo Atlântico

Importa ainda atender e analisar o esforço da empresa na poupança deste recurso, que apesar de ser interno, apresenta custos de produção, pelo que o seu uso deve ser racional e otimizado. Evidencia-se, de seguida, os consumos de água para fins internos em função do volume de atividade:

- Em 2022 foram consumidos 0,013 m³/m³ de AR tratada;
- Em 2024 foram consumidos 0,011 m³/m³ de AR tratada;
- Em 2025 foram consumidos 0,0098 m³/ de AR tratada.

Acresce às métricas acima indicadas, as quais demonstram uma eficiência no uso do recurso água reutilizada, a taxa de autonomia de uso da água na Tejo Atlântico que é, desde 2023, superior a 90%, objetivo definido no contexto do plano estratégico de utilização de água reutilizada do Grupo AdP e que já ultrapassámos.

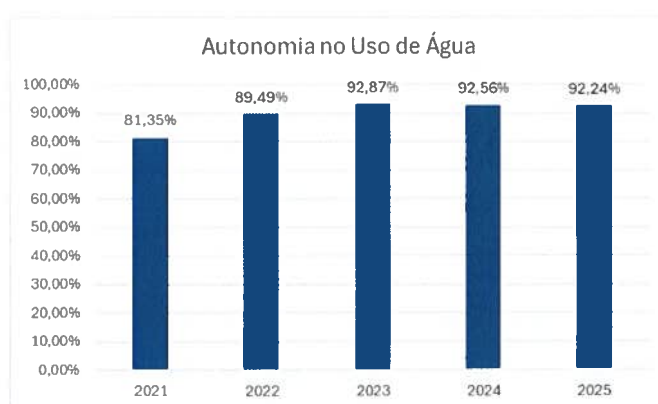


Figura 8- Evolução do indicador autonomia no uso de água

Em síntese, a Tejo Atlântico ao cumprir dois objetivos de forma individual, por um lado, a otimização do consumo de água e, por outro, um aumento superior ao dobro dos valores de ApR para usos externos em 2022, ainda assim não atinge o valor de aumento de 15% de acréscimo do volume de ApR produzido em termos globais.

Face ao exposto, o apuramento do grau de cumprimento dos objetivos propostos foi efetuado com a distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado 2025	Atingimento	Grau de Desempenho	Ponderação
Objetivos Desempenho				
Autonomia Energética (AE)	N/A			
Produção de ApR (P.ApR)	N/A			
Implementação do Plano AgIR	10	Superado	3	29,41%
Objetivos Sectoriais				
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	92,75%	Atingido	2	23,53%
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	68,1%	Não Atingido	1	11,76%
Resultado Operacional				
Eficiência de Gestão	-9,15 p.p.	Superado	3	23,53%
Respeito pelos prazos de pagamento	-2	Superado	3	11,76%
Objetivos Estratégicos				
Água para Reutilização (ApR)	N/A			
Plano de Neutralidade Energética (NE)	N/A			
Plano de Lamas (PL)	N/A			

Na avaliação global é atingindo o valor de 2,5, considerando-se o grau de concretização dos objetivos superado.

Relativamente à justificação de desvios e medidas de correção nos objetivos não atingidos, há a considerar o seguinte:

- **Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)**

- I. Enquadramento

A principal dificuldade na atividade da manutenção continua a ser a crescente escassez de recursos humanos com capacitação nesta área, impactando tanto a disponibilidade como a capacidade de resposta dos prestadores de serviço.

A elevada rotatividade dos elementos que compõem os contratos de outsourcing contribui para a degradação do conhecimento e agilidade na resposta às intervenções necessárias.

Em 2025, a taxa de aproveitamento de mão de obra situou-se nos 74,3%, sendo que desta, apenas 25,1% foi aplicada em intervenções de manutenção preventiva.

Apesar de uma ligeira subida face ao ano anterior, o indicador associado à manutenção preventiva na Tejo Atlântico revela um nível insatisfatório, evidenciando uma dependência excessiva de intervenções corretivas.

Perante este cenário, em 2025 foi conduzida uma reflexão estratégica que culminou na redefinição do modelo de manutenção, com o objetivo de assegurar uma transição efetiva para uma abordagem preventiva, orientada para a fiabilidade dos ativos, otimização de custos e sustentabilidade operacional.

A nova estratégia incidiu prioritariamente em duas grandes tipologias de ativos: construção civil e equipamentos eletromecânicos, instalações elétricas, automação e instrumentação.

2. Construção Civil

2.1 Situação inicial

Até 2024, a manutenção dos edifícios era essencialmente curativa, sendo as intervenções desencadeadas após o surgimento de patologias, frequentemente em fases avançadas de degradação.

2.2 Estratégia implementada

Em 2025 iniciou-se a implementação de planos estruturados de manutenção preventiva, integrados no software de gestão da manutenção e suportados por uma metodologia progressiva e orientada para a melhoria contínua.

- A abordagem assentou na utilização de uma instalação piloto, permitindo:
- testar e validar procedimentos em contexto real;
- ajustar periodicidades e dimensionamento de recursos;
- identificar fragilidades e incorporar melhorias antes da expansão do modelo;
- uniformizar critérios e boas práticas para aplicação nas restantes infraestruturas.

2.3 Investimento e execução

Foi celebrado um contrato no valor de 920.000€, com duração de um ano, que permitirá:

- a inspeção de mais de 300 órgãos de construção civil;
- a criação de planos de manutenção preventiva para uma amostra representativa dos edifícios;

Prevê-se que, após avaliação dos resultados, estimados como positivos, a manutenção preventiva nesta especialidade passe a ser assegurada de forma regular através de contratos de natureza semelhante.

3. Equipamentos Eletromecânicos, Instalações Elétricas, Automação e Instrumentação

3.1 Situação inicial

A manutenção preventiva baseava-se em planos existentes parcialmente digitalizados, coexistindo com intervenções não registadas e práticas operacionais heterogéneas entre regiões. Em particular, na Zona Norte, as ordens de trabalho eram geradas apenas aquando da execução das intervenções, comprometendo a fiabilidade da análise de desempenho.

3.2 Estratégia de uniformização

Foi definida como prioridade estratégica a estruturação homogénea da manutenção preventiva em toda a organização, incluindo:

- elaboração de planos de manutenção para ativos sem cobertura preventiva;
- digitalização integral dos planos;
- ativação automática de ordens de trabalho conforme critérios técnicos, incluindo recomendações do fabricante, criticidade e condição operacional.

A metodologia adotada baseia-se na Manutenção Centrada na Fiabilidade (RCM), que permite definir estratégias de manutenção em função da função dos ativos, modos de falha e análise custo-benefício.

3.3 Instrumentos de implementação

A estratégia será operacionalizada através de:

- Prestação de serviços especializada, envolvendo quatro técnicos durante três anos (561.132 €), responsáveis pela elaboração e carregamento dos planos no sistema de gestão, sob coordenação da DMA;
- Zona Norte, com dois técnicos provenientes do contrato de outsourcing existente, aplicando a mesma metodologia;
- coordenação centralizada por equipa interna da Tejo Atlântico, assegurando a uniformização de critérios.

3.4 Reforço operacional para execução preventiva

Atualmente, as equipas internas encontram-se fortemente dedicadas à manutenção corretiva, não conseguindo assegurar a execução integral das ordens de trabalho preventivas existentes, situação que se agravará com o aumento inicial de planos ativos.

Para mitigar esta fase de transição e acelerar a mudança de paradigma, será lançado um procedimento para contratação extraordinária de serviços exclusivamente dedicados à manutenção preventiva, envolvendo cerca de 15 técnicos por um período de dois anos. A publicação do procedimento está prevista para fevereiro de 2026.

Impacto esperado

A implementação desta estratégia permitirá:

- i) reduzir progressivamente a dependência da manutenção corretiva;
- ii) aumentar a fiabilidade e disponibilidade dos ativos;
- iii) otimizar o desempenho operacional e os custos associados ao ciclo de vida das infraestruturas;

- iv) reforçar a uniformização de processos e a qualidade da informação de gestão;
- v) alinhar a gestão da manutenção com objetivos de sustentabilidade e durabilidade dos ativos.

- **Qualidade das Águas Residuais (AQAR)**

O indicador Qualidade das Águas Residuais, refere-se ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nos Títulos Únicos Ambientais (TUA), no que se refere à descarga para o meio recetor.

No ano de 2025, registou-se um resultado de 92,75%, inferior ao apurado em 2024 (97,49%). Este decréscimo, embora circunscrito, justifica uma análise detalhada e fundamentada, tendo em consideração os fatores operacionais e exógenos que condicionaram o desempenho do indicador.

I – Apuramento do indicador

O apuramento do indicador é realizado atendendo ao disposto no Guia Técnico n.º 27 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), versão de 30 de janeiro de 2025, no que se refere ao indicador AR21ab – Cumprimento dos requisitos de descarga (%).

Este indicador integra o conjunto de indicadores que a ERSAR utiliza para a avaliação da qualidade de serviço e destina-se a avaliar o nível de sustentabilidade da entidade gestora em termos da eficiência na prevenção da poluição, no que respeita ao cumprimento dos requisitos de descarga das instalações de tratamento. É definido como a percentagem da população equivalente servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento dos requisitos de descarga.

O universo de análise abrange a totalidade das instalações geridas pela Tejo Atlântico, sendo a avaliação realizada de acordo com a metodologia prevista em cada Título Único Ambiental e com o enquadramento legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho.

2 – Análise do resultado obtido

Em 2025, registaram-se incumprimentos dos requisitos legais em 16 instalações, o que representa um acréscimo de duas instalações face ao ano anterior, podendo estes incumprimentos ser agrupados nas seguintes categorias de causas:



Figura 9 – Causas de incumprimento (N.º de instalações)

Quando analisamos o peso relativo de cada uma das causas identificadas, no resultado obtido, em termos de população servida com tratamento não satisfatório (obtida pela diferença entre a população servida e a população servida com tratamento satisfatório), verifica-se a preponderância das afluências indevidas industriais nos incumprimentos observados, conforme evidenciado na Figura 10.



Figura 10 – Peso relativo das causas de incumprimento, em termos de população equivalente com tratamento não satisfatório

A análise desagregada por instalação evidencia que a Fábrica de Água (FA) de São João da Talha contribui de forma particularmente significativa para o valor global do indicador, em virtude da elevada população equivalente associada e do agravamento das condições de afluência registadas ao longo do ano.

A Figura 11 resume o peso relativo de cada instalação com incumprimentos legais, em termos de população servida com tratamento não satisfatório, face ao de incumprimentos.

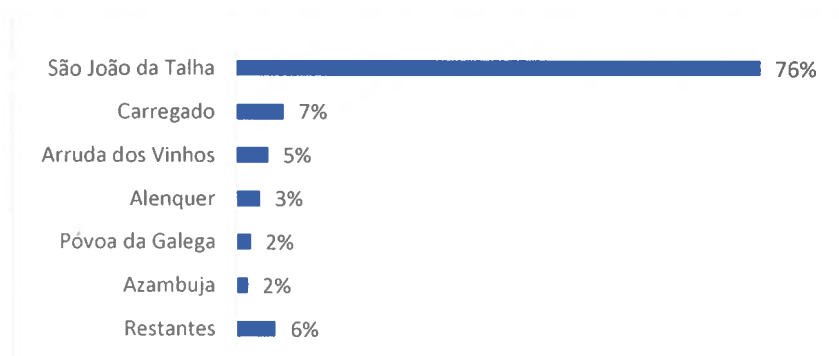


Figura 11 – Peso relativo de cada instalação, em termos de população equivalente com tratamento não satisfatório

O Quadro 2 sintetiza os principais dados referentes às instalações que registaram incumprimentos nos anos 2024 e 2025.

Instalação	% Cumprimento (%) 2024	População servida (e.p.) 2024	Pop. servida com trat. satisf.(e.p.) 2024	% Cumprimento (%) 2025	População servida (e.p.) 2025	Pop. servida com trat. satisf.(e.p.) 2025
A-dos-Arcos	33%	106	35	-	-	-
A-dos-Negros	80%	488	390	-	-	-
Alcobertas	-	-	-	89%	328	292
Alcoentre	-	-	-	75%	4 872	3 654
Alenquer	-	-	-	25%	9 212	2 303
Arruda dos Vinhos	40%	12 557	5 023	40%	15 456	6 182
Atouguia da Baleia	-	-	-	80%	13 108	10 486
Aveiras	-	-	-	67%	3 744	2 496
Azambuja	-	-	-	67%	10 112	6 741
Carregado	60%	18 562	11 137	25%	18 479	4 620
Encarnação	25%	2 503	626	25%	1 738	435
Figueiros	80%	1 111	889	60%	932	559
Maceira	97%	5 863	5 668	-	-	-
Margem Norte	18%	2 480	448	28%	3 193	887
Miragaia	97%	6 681	6 458	80%	5 981	4 785
Pontes de Monfalim	25%	727	182	25%	904	226
Póvoa da Galega	25%	4 046	1 012	25%	5 631	1 408
São João da Talha	75%	168 423	126 317	25%	201 561	50 390
São Sebastião R	98%	142	139	-	-	-
Sobral Monte Agraço	75%	1 838	1 379	75%	1 085	814

Quadro 2 – Percentagem de cumprimento e população servida – anos de 2024 e 2025

Importa referir que o apuramento da população equivalente servida, para efeitos deste indicador, é efetuado com base no volume mensal tratado e na concentração média da matéria orgânica afluyente, expressa através do parâmetro carência bioquímica de oxigénio (CBO5), metodologia que amplia o impacto de variações significativas na carga afluyente no resultado do indicador.

3 – Análise de causas

A análise dos dados referentes à FA São João da Talha permite identificar os seguintes fatores relevantes:

- Aumento do volume tratado em 2025, face a 2024, de 13%;
- Aumento da carga orgânica afluyente em 2025, face a 2024, de 22%.

Estes aumentos traduziram-se num incremento da população equivalente servida, em cerca de 33 000 e.p., passando de 168 423 e.p. em 2024 para 201 562 e.p. em 2025. Reforça-se que este crescimento não corresponde a um aumento efetivo da população servida, mas, sim, a um aumento da carga orgânica do afluyente à instalação, proveniente de afluências industriais indevidas, e que comprometeram o cumprimento do TUA. Esta situação penaliza o cálculo do indicador por duas vias:

- As afluências industriais indevidas provocam incumprimento dos parâmetros de descarga da instalação dada a agressividade e concentrações de matéria orgânica presentes na água residual industrial;
- As afluências industriais indevidas apresentando elevadas cargas orgânicas conduzem a um resultado do cálculo da população servida superior à realidade tendo presente as elevadas cargas orgânicas.

Historicamente, a FA de São João da Talha apresenta um registo conhecido de afluências de águas residuais de origem não urbana, as quais introduzem cargas orgânicas e características qualitativas não compatíveis com os pressupostos de dimensionamento e operação do sistema de tratamento, nem compatíveis com o Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento- de Águas Residuais

dos Sistema Multimunicipal do Oeste (aplicável à Tejo Atlântico). Estas aflúncias têm condicionado o desempenho do processo de tratamento, apesar dos investimentos significativos realizados pela AdTA, concretizados através de duas empreitadas, nomeadamente: Fase I - Empreitada de conceção-construção da beneficiação da FA de São João da Talha e Fase II - Empreitada de conceção construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da FA de São João da Talha, num valor global de cerca de 4,7 milhões de euros.

Em 2024, o impacto destas aflúncias refletiu-se de forma mais limitada, com incumprimentos associados exclusivamente ao parâmetro CBO5, tendo a instalação obtido uma avaliação de conformidade de 75%.

Em 2025, o agravamento das cargas afluentes conduziu a um impacto mais expressivo no processo de tratamento originando incumprimentos em três dos quatro parâmetros sujeitos a avaliação (CBO5, CQO e SST), com a consequente redução da avaliação de conformidade para 25%.

Importa ainda referir que, caso a avaliação da FA São João da Talha em 2025 tivesse sido idêntica à de 2024 (75%), o indicador global em análise teria evoluído de 92,7% para 96,4%, resultado mais alinhado com o do ano anterior, podendo concluir-se que o não cumprimento do objetivo (>95%) resulta exclusivamente do incumprimento do TUA desta instalação, em resultado das aflúncias industriais indevidas.

Deve ainda ser referido que a Tejo Atlântico tem em curso um conjunto de intervenções/ remodelações que contribuirão para a melhoria do desempenho e do indicador em análise, nomeadamente nas FA de Arruda dos Vinhos, Encarnação, Póvoa da Galega e Pontes de Monfalim. Adicionalmente, encontram-se em tramitação os processos conducentes ao lançamento de concursos para empreitadas de remodelação das seguintes instalações: Carregado, Alenquer, sobral de Monte Agraço e Azambuja.

4 – Medidas de mitigação implementadas e ações em curso

Não obstante as condicionantes identificadas, a Tejo Atlântico, no que é possível na sua esfera de atuação, tem vindo a adotar de forma contínua, um conjunto de medidas corretivas e preventivas na FA de São João da Talha, com vista à mitigação dos impactos verificados e à salvaguarda do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, designadamente:

Implementação do Plano de Ação AgIR, financiado pelo Fundo Ambiental, com particular incidência no Município de Loures nas indústrias que drenam para a rede municipal que é servida pela ETAR de São João da Talha

Instalação de medidores em linha, para apoio na identificação da origem das aflúncias de origem não urbana, num valor estimado de aquisição de cerca de 100 000€;

Adoção de medidas de operação da instalação que minimizem o impacto destas aflúncias industriais.

Estas medidas enquadram-se numa estratégia de melhoria contínua do desempenho ambiental das instalações, em consonância com as orientações dos reguladores e com os princípios da gestão sustentável do serviço.

Conclusão

A análise efetuada permite concluir que a diminuição do valor do indicador, em 2025, resulta essencialmente de condicionantes de natureza exógena, associadas a afluências de águas residuais de origem não urbana, em especial as industriais, que se encontram fora do controlo direto da Tejo Atlântico e que impactaram de forma particularmente significativa a instalação de São João da Talha.

Importa sublinhar que a Tejo Atlântico tem vindo a cumprir de forma consistente as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, tendo realizado investimentos relevantes, adotado medidas operacionais adequadas e promovido ações corretivas e preventivas sempre que identificadas situações de risco para o cumprimento dos requisitos de descarga.

Neste contexto, entende-se que o resultado apurado em 2025, embora inferior ao registado no ano anterior, bem como ao objetivo definido, não traduz uma deterioração estrutural do desempenho ambiental da entidade, mas antes o reflexo de circunstâncias excecionais e não controláveis pela Tejo Atlântico.

A recuperação dos níveis de conformidade e a manutenção de um desempenho ambiental consistente dependerão, contudo, da continuidade das medidas técnicas e operacionais já implementadas pela Tejo Atlântico, mas também da efetiva colaboração da entidade gestora em baixa, nomeadamente no controlo e na adequada gestão das afluências em baixa, condição essencial para a salvaguarda do cumprimento dos requisitos de descarga e para a sustentabilidade global do Sistema Multimunicipal.

Em face do exposto verifica-se o cumprimento da obrigação legal com a identificação dos objetivos de gestão submetidos aprovação, a apresentação do respetivo grau de cumprimento e identificação dos desvios e medidas corretivas adotadas.

b) Artigos 32.º e 33.º do EGP

No que se refere a:

- (i) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- (ii) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

(iii) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Nos termos da deliberação unânime por escrito da Comissão de Vencimentos, datada de 18 de outubro de 2023, foi definido o pagamento de gastos com chamadas por uso de telefone móvel de serviço, incluindo transmissão de pacotes de dados e internet, até ao montante máximo mensal fixado nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de €80,00 (oitenta euros) nos termos do n.º 3 do artigo 32.º, do Estatuto do Gestor Público, e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.

Conforme evidenciado no quadro infra verificasse o cumprimento da orientação legal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nuno Rafael da Conceição Broco	80,00	355,18	
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	383,18	
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	80,00	337,92	
		<u>1 076,28</u>	

(iv) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público.

Nos termos da deliberação unânime por escrito da Comissão de Vencimentos, datada de 18 de outubro de 2023, foi definido o pagamento das despesas mensais de combustível e portagens afetas à utilização de viatura de serviço fixadas nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação devidas de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 33.º, do Estatuto do Gestor Público, e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.

Conforme evidenciado no quadro infra verificasse o cumprimento da orientação legal.

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Nuno Rafael da Conceição Broco	533,60	4 992,80	2 108,03	7 100,83	
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	480,24	3 271,86	1 305,09	4 576,95	
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	426,88	2 713,81	900,81	3 614,62	
				<u>15 292,40</u>	

c) Despesas não documentadas ou confidenciais

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

II) Contratação Pública

a) O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

b) A Sociedade rege-se pelo Manual de Contratação Pública e “Boas práticas em contratação pública” e pelo Manual das compras, em que o primeiro visa a uniformização dos procedimentos de contratação pública no Regime Geral ao nível das empresas do Grupo AdP e a garantia da observância de requisitos legais e de recomendações corporativas relativas a procedimentos de contratação pública, em face das alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como municiar um guião que oriente os seus utilizadores na interpretação e na aplicação do referido diploma e, o segundo, a sistematização das regras a cumprir no processo de compras.

O Manual de Contratação e o Manual de Compras são dois dos instrumentos da política de integridade, ambos aprovados em reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2021. A 10 de agosto de 2022 procedeu-se à revisão do Manual de Contratação do Regime Geral, promovendo as alterações e/ou correções que se mostravam necessárias em face da sua aplicação no tempo decorrido desde a respetiva aprovação.

c) No ano de 2025 foram celebrados os seguintes contratos com valor superior a 5 000 000 euros.

- **Empreitada de Conceção- Construção da Beneficiação da ETAR de Torres Vedras**

Contrato de empreitada n.º 039/AdTA/2025 celebrado a 10/04/2025 pelo valor de 5 584 151,46 Euros (sem IVA).

O contrato foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), tendo obtido o visto a 09/10/2025.

- **Contrato de Aquisição de Serviços para Valorização de Lamas das Fábricas de Água de Alcântara, Frielas, Bucelas, Alverca, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Pontes de Monfalim – Lote I**

Contrato de prestação de serviços n.º 131/AdTA/2025 celebrado a 13/10/2025 pelo valor de 17 940 000,00 Euros (sem IVA).

Nos termos do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), foi submetido e registado na plataforma do Tribunal de Contas, a 03/12/2025 o requerimento de fiscalização prévia, estando processo em curso à data de 31/12/2025.

- **Contrato de Aquisição de Serviços para Valorização de Lamas das Fábricas de Água da Região Norte – Parcela I – Lote III**

Contrato de empreitada n.º 147/AdTA/2025 celebrado a 13/11/2025 pelo valor de 5 270 175,00 Euros (sem IVA).

Em cumprimento do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), encontra-se a 31/12/2025 em processo interno de preparação da instrução de visto.

- **Empreitada de Execução de Coletores da Margem Esquerda do Caneiro de Alcântara – Travessa da Horta Navia**

Contrato de empreitada n.º 165/AdTA/2025 celebrado a 17/12/2025 pelo valor de 6 799 009,89 Euros (sem IVA).

Em cumprimento do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), encontra-se a 31/12/2025 em processo interno de preparação da instrução de visto.

Mais se informa que a 02/07/2025 foi obtido o visto do Tribunal de Contas relativo ao Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção dos Centros Operacionais Afetos Ao Departamento de Equipamentos Norte, contrato n.º 041/AdTA/2023, celebrado em 14/06/2024 pelo valor de 14 441 722,68 Euros (sem IVA).

12) Informação Complementar

a) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;

- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

- b) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pela(s) acionista(s) na Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de Contas do Exercício de 2025.

- c) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas

Não aplicável, atendendo a que não foram emitidas reservas na Certificação Legal das Contas de 2025.

- d) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

- e) Medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD).

A Tejo Atlântico não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais. Sem prejuízo do que antecede, e no âmbito do Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, a sociedade no ano de 2025 deu-se continuidade à publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2024.

No referido relatório transmitem-se os principais compromissos assumidos pela Tejo Atlântico no âmbito da nossa atividade, destacando os nossos progressos e desafios de uma forma transparente, alicerçada numa governança responsável e demonstrando o compromisso com a preservação do ambiente e o comprometimento com as nossas pessoas e as comunidades onde nos inserimos.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório
		S/N/N.A.	Gestão
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	S	162
	Resultados	S	158
	Nível de endividamento	S	169
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	159
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	160
3	Recursos humanos e Massa Salarial		
	Indicação da evolução dos RH	S	162
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	162
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	162
4	Plano de Investimentos	S	162
5	Contratualização de Serviço Público	N.A.	
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	164
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	169
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	171
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	171
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	170
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	172
	Pagamentos em atraso	S	172
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão ^(a)		
	Objetivo de Desempenho - Autonomia Energética	N/A	
	Objetivo de Desempenho - Produção de ApR	N/A	
	Objetivo de Desempenho - Implementação do Plano AgIR	S	173
	Objetivo Sectorial - Qualidade Águas Residuais	S	173
	Objetivo Sectorial - Cumprimento Plano Manutenção Preventiva	S	173
	Objetivo de Resultado de Gestão - Eficiência de Gestão	S	173
	Objetivo de Resultado de Gestão - Respeito pelos Prazos de Pagamento	S	173
	Objetivo Estratégico - Água para Reutilização	N/A	
	Objetivo Estratégico - Plano de Neutralidade Energética	N/A	
	Objetivo Estratégico - Plano de Lamas	N/A	
	Não utilização de cartão de crédito	S	188
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	188
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	189
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	189
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	189
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	189
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	190
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	190
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	191
	Diligências tomadas sobre ras ecomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	192
	Recomendação ...	N.A.	
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	
	Reserva ...	N.A.	
	Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	N.A.	
	Recomendação 1	N.A.	
	Recomendação 2...	N.A.	
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD)	N.A.	
13	Sistematização Informação	S	193

ANEXO II AO RELATÓRIO – LISTA DE ACIONISTAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2025:

	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
TOTAL	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €

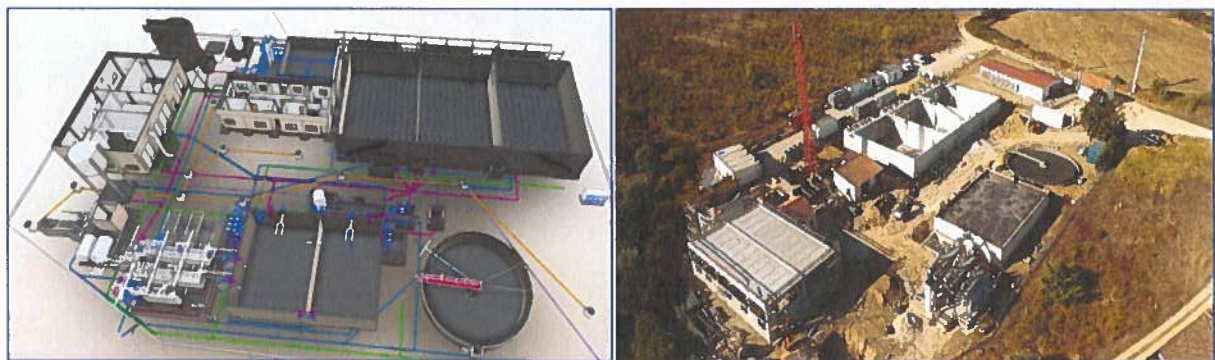
ANEXO III AO RELATÓRIO – EMPREITADAS EM DESTAQUE NO ANO DE 2025

Empreitada de Conceção-Construção para Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos

- Empreiteiro: GR4PT, S.A.
- Valor de Adjudicação: 4.823.280,00 €
- Prazo de Execução: 720 dias
- Data de Consignação: 10 de julho de 2023

A empreitada compreende uma remodelação profunda da ETAR de Arruda dos Vinhos, ficando a instalação dimensionada para uma população de 20 mil habitantes e um caudal de 3.100 m³/dia. As intervenções compreendem: (1) Linha Líquida: Pré-Tratamento dos efluentes (tamisação, desarenação e desengorduramento; equalização e homogeneização; flotação por ar dissolvido para o afluente da EE de Cardosas); Tratamento Secundário (tratamento biológico por lamas ativadas; remoção de azoto e fósforo); (2) Linha Sólida: espessamento de lamas; armazenamento de lamas mistas; desidratação mecânica; silo de armazenamento de lamas desidratadas; (3) Produção de Água de Serviço: filtração; desinfecção; (4) Linha de Desodorização: ventilação e extração de gases; tratamento de gases.

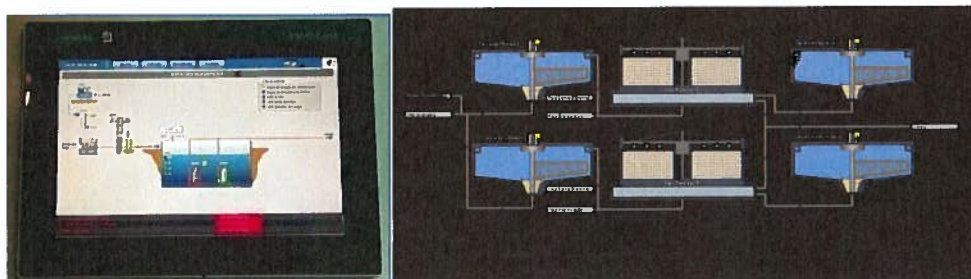
O Projeto é realizado utilizando a metodologia BIM (Building Information Modelling), na quele que é o primeiro trabalho da empresa integralmente desenvolvido desta forma.



Empreitada do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – I.ª Fase

- Empreiteiro: Consórcio Actemium / Sotécnica
- Valor de Adjudicação: 4.461.255,17 €
- Prazo de Execução: 730 dias
- Data de Consignação: 27 de junho de 2023

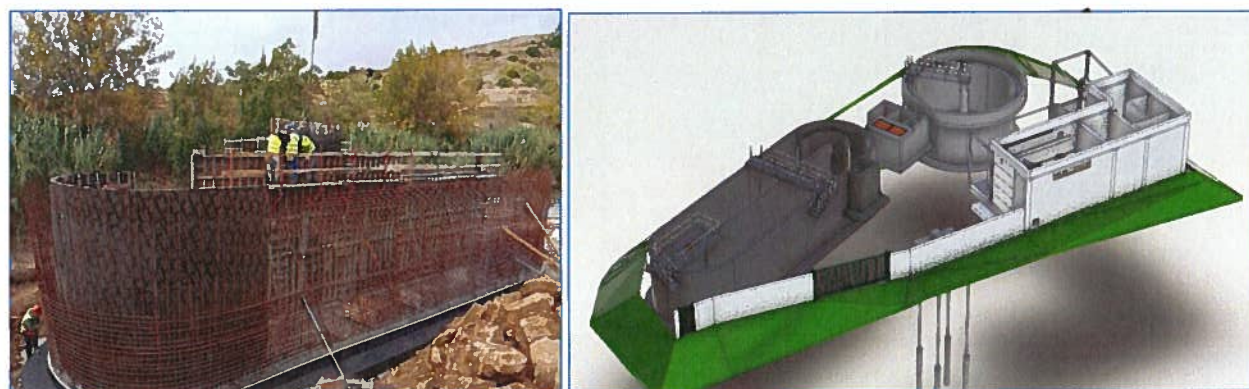
A empreitada tem por objeto a implementação da primeira fase do sistema de telegestão que abrange o fornecimento, montagem e colocação em serviço de todos os componentes da obra, nomeadamente, entre outros, softwares e aplicações informáticas, equipamentos e materiais, e serviços de programação, configuração e parametrização.



Empreitada de Conceção-Construção da Fábrica de Água do Carvalho

- Empreiteiro: Acciona Água, S. A.
- Valor de Adjudicação: 1.798.508,37 €
- Prazo de Execução: 665 dias
- Data de Consignação: 21 de outubro 2024

A empreitada tem por objetivo a execução de uma fábrica de água nova para tratar efluentes domésticos e das pequenas indústrias existentes que atualmente estão a descarregar diretamente para o meio recetor ou recolhidos através de fossas sépticas individuais, permitindo o seu tratamento adequado e contribuindo para a requalificação ambiental do meio recetor.



Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Encarnação

- Empreiteiro: Consórcio Oliveiras / OMS
- Valor de Adjudicação: 2.795.713,20 €

- Prazo de Execução: 848 dias
- Data de Consignação: 27 de fevereiro 2024

A empreitada compreende uma remodelação profunda da ETAR da Encarnação, ficando a instalação dimensionada para uma população de 3 mil habitantes e um caudal de 570 m³/dia. As intervenções compreendem: (1) Linha Líquida: regularização de caudal, tamisagem, desarenamento/desengorduramento, elevação inicial e medição de caudal, tratamento biológico em sistema de lamas ativadas (Sequencing Batch Reactor - SBR), medição de caudal de efluente tratado e produção de água de serviço; (2) Linha Sólida: elevação de lamas biológicas em excesso, espessamento gravítico das lamas, desidratação mecânica das lamas e armazenamento de lamas em silo; (3) Linha de Gasosa: aspiração, ventilação, extração de gases e desodorização.

O Projeto é realizado utilizando a metodologia BIM (Building Information Modelling), sendo o segundo trabalho da empresa desenvolvido desta forma.



Empreitada de Reabilitação dos Emissários Submarino de Descarga – Fase I. Proteção do Emissário de Descarga da Foz do Arelho – Zona Terrestre

- Empreiteiro: Construções Pragosa, S.A.
- Valor de Adjudicação: 417.829,77 €
- Prazo de Execução: 240 dias
- Data de Consignação: 19 de fevereiro 2025

A empreitada consiste na execução de uma estrutura de proteção constituída por cilindros geossintéticos cheios de areia, designados por geocilindros, num comprimento de cerca de 200m do emissário de descarga terrestre na Foz do Arelho.



Empreitada de Execução dos Intercetores e Sistemas Elevatórios Fase III do Subsistema da Foz do Lizandro - Restantes Intervensões

- Empreiteiro: Camacho - Engenharia, S.A.
- Valor de Adjudicação: 4.680.000,00 €
- Prazo de Execução: 900 dias
- Data de Consignação: 1 de julho 2024

A empreitada compreende o completamento do Subsistema da Foz do Lizandro, que inclui as seguintes infraestruturas: Emissário da Carapinheira, com 2,6 km em DN250, Intercetor de Mafra - Carvoeira Montante, com 2,1 km em DN250, Emissário de Almada, com 0,7 km em DN250, Emissário de Gonçalves, com 2,6 km em DN400, Intercetor de Mafra - Carvoeira Jusante, com 3,6 km em DN500, Estação Elevatória de Montesouros, para 82 l/s a 22 mCA e Condução Elevatória de Montesouros, com 2.1 km em DN 315.



Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atougua da Baleia, Zambujeira, Frielas e Beirolas

- Empreiteiro: JMR 2, Lda.

- Valor de Adjudicação: 1.270.000,00 €
- Prazo de Execução: 365 dias
- Data de Consignação: 03 de junho 2025

A empreitada compreende a reabilitação de edifícios com estrutura metálica e substituição das respetivas coberturas nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e Beirolas.



Alcântara - Ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II - Bacia de Anti-Poluição. Infraestrutura integrada na "Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas", promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do PGDL

- Empreiteiro: Consórcio Mota-Engil / Spie Batignolles
- Valor do Protocolo: 9.100.000,00 €

Proseguiu a execução desta empreitada, promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), inclui, através de protocolo com a AdTA, com a construção da bacia anti-poluição de Monsanto, a qual permitirá o armazenamento dos caudais poluentes, provenientes do Caneiro de Alcântara, associados às primeiras chuvadas (first flush), durante eventos de pluviosidade, para posterior encaminhamento e tratamento adequado na ETAR de Alcântara.



ANEXO IV AO RELATÓRIO – DESPACHOS APROVAÇÃO PAO 2025



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Visto. Concordo.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

**JOSÉ
MANUEL
DE MATOS
PASSOS**

Assinado de
forma digital por
JOSÉ MANUEL DE
MATOS PASSOS
Dados: 2024.10.15
17:57:54 +01'00'

Despacho n.º 625/2024-SETF

Atento o exposto no presente Relatório de Análise da UTAM, aprova-se a proposta de PAO 2025-2027 da Águas do Tejo Atlântico, S.A., incluindo o Plano de Investimentos, limitado às autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa:

- i. o aumento dos Gastos Operacionais, limitando o seu valor total a 71,96 milhões de euros, em 2025;
- ii. a contratação de 3 trabalhadores (um Técnico Superior B e dois Técnicos Superior C);
- iii. o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, não podendo a empresa ultrapassar os 473 trabalhadores em 31 de dezembro de 2025; e
- iv. a substituição de viaturas da frota automóvel existentes em 2025, tendo em conta os contratos de viaturas operacionais existentes que se extinguem quer por prazo, quer por quilometragem máxima contratada, atento o Programa de Neutralidade Energética.

Remeta-se para a UTAM e dê-se conhecimento à Senhora MAEn, à AdP, SGPS, S.A., à Parpública e à DGTF.

**João
Silva
Lopes**

Assinado de
forma digital
por João Silva
Lopes
Dados:
2024.10.17
10:35:13
+01'00'

RELATÓRIO DE ANÁLISE N.º 250/2024, de 15 de outubro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da
Águas do Tejo Atlântico, S.A. ("AdTA")
(SISSE, 2024-09-20)

DESPACHO N.º 66/MAI/N/2024

Considerando o Plano de Atividades e Orçamento da Águas do Tejo Atlântico, S.A., bem como a concordância do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, vertida no Despacho n.º 625/2024 S.I.T.F., de 17.10.2024, ao parecer emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial constante no Relatório de Análise 250/2024, de 15 de outubro, aprovo o Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da Águas do Tejo Atlântico, S.A. nos precisos termos exarados no referido Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Ministra do Ambiente e Energia

Assinado de forma digital
por Maria da Graça
Carvalho
Data: 2024.10.24
18:31:50 -01'02'

Maria da Graça
Carvalho

Maria da Graça Carvalho

Rua de "O Seculo", n. 51
1200-433 Lisboa, PORTUGAL
gabinete.maen@maen.gov.pt
+351 213 231 500
portugal.gov.pt

Águas do Tejo Atlântico

Relatório dos Administradores Não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2025.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

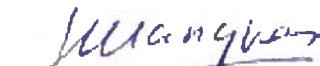
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Lisboa, aos 05 de março de 2026

Os Administradores Não Executivos



Vogal Não Executivo, Adriana Reais Pinto



Vogal Não Executivo, Fernando Marques



Vogal Não Executivo, Margarida Matos



Vogal Não Executivo, Ricardo Bastos

Águas do Tejo Atlântico

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

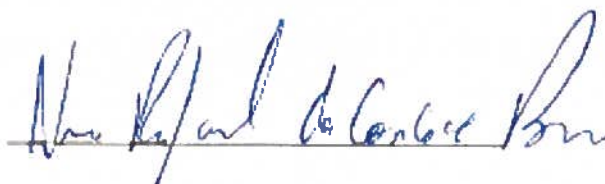
Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

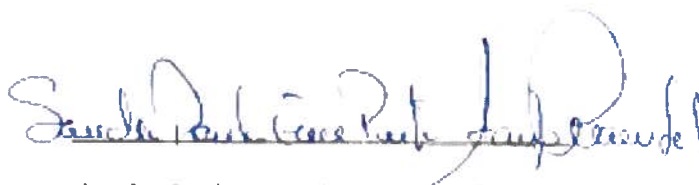
Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Lisboa, 05 de março de 2026



Nuno Rafael da Conceição Broco

(Presidente Executivo)



Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel

(Vogal Executivo)

As Contas

Demonstrações financeiras do exercício de 2025

Demonstração dos resultados por naturezas

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Rédito de contratos com clientes	21.2	100 296 192	98 555 528
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	5.3 e 21.2	24 051 670	18 879 195
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos	9.3 e 21.2	(1 685 662)	(564 657)
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos- ano anterior	9.3	(585 558)	-
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	22	(24 051 670)	(18 879 195)
Gasto das vendas	12.2 e 22	(4 371 202)	(5 061 113)
Fornecimentos e serviços externos	23	(40 474 890)	(38 860 967)
Gastos com pessoal	24	(16 635 994)	(16 097 500)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(21 277 238)	(20 744 330)
Provisões e reversões do exercício	26	(38 786)	288 036
Perdas por imparidade e reversões do exercício	10.3	(92)	(274)
Subsídios ao investimento	17.2	5 054 326	4 843 493
Outros gastos e perdas operacionais	27	(992 578)	(1 195 062)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	148 224	258 477
Resultados operacionais		19 436 742	21 421 631
Gastos financeiros	29	(3 786 467)	(4 433 174)
Rendimentos financeiros	30	617 294	1 364 292
Resultados financeiros		(3 169 173)	(3 068 881)
Resultados antes de impostos		16 267 569	18 352 750
Imposto do exercício	31.2	(4 852 778)	(4 966 314)
Imposto diferido	31.2	(4 881 652)	(6 512 776)
Imposto Diferido sem desvio tarifário	31.2	40 901	(6 111)
Resultado líquido do exercício		6 574 040	6 867 549
Resultado por ação (básico e diluído)	14.3	0,06	0,06
Resultado integral por ação (básico e diluído)	14.3	0,06	0,06

O Conselho de Administração

NUNO RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÓCO

Digitally signed by NUNO RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÓCO
Date: 2026.03.05 18:28:21 Z

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

SANDRA PAULA ENES PINTO
ARAÚJO CHAMBEL

Digitally signed by SANDRA PAULA ENES
PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Date: 2026.03.05 17:22:58 Z

Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executiva)
Assinado por: **Adriana Magalhães Ribeiro Reis**
Pinto

Num. de Identificação: 11536459

Data: 2026.03.05 17:37:28+00'00'

Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Fernando Manuel Gonçalves dos
Santos Marques**

Num. de Identificação: 06968217

Data: 2026.03.05 17:47:23+00'00'

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Ana Margarida Afonso de Matos**

Num. de Identificação: 14706656

Data: 2026.03.05 19:42:40+00'00'

Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Ricardo Alexandre da Silva Bastos**

Num. de Identificação: 10659856

Data: 2026.03.05 20:22:54+00'00'

A Contabilista Certificada

Maria Leonor de Oliveira Pinto

Assinado por: **Maria Leonor de Oliveira Pinto**

Num. de Identificação: 10578918

Data: 2026.03.05 17:54:11+00'00'

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5.3	415 365 729	413 693 610
Ativos fixos tangíveis	6.3	889 838	1 253 815
Ativos sob direito de uso	7.3	1 401 462	863 761
Outros ativos financeiros	8.2	24 056	24 056
Impostos diferidos ativos	31.2	46 341 532	53 757 439
Total dos ativos não correntes		464 022 616	469 592 681
Ativos correntes			
Inventários	12.2	3 483 107	3 156 392
Clientes	10.3	12 300 460	11 089 686
Outros ativos correntes	11.2	5 213 369	7 629 952
Outros ativos financeiros	8.3	152 842	35 023 636
Caixa e seus equivalentes	13.2	37 115 549	19 889 096
Total dos ativos correntes		58 265 328	76 788 762
Total do ativo		522 287 944	546 381 443
Capital próprio			
Capital social	14.2	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	14.2	(2 521 433)	(2 521 433)
Reservas Legais	14.4	2 181 574	1 838 196
Resultado líquido do exercício	14.4	6 574 040	6 867 549
Total do capital próprio		119 761 861	119 711 992
Passivos não correntes			
Provisões	15.3	672 215	686 678
Acréscimos de gastos de investimento contratual	16.2	98 690 923	100 636 543
Subsídios ao investimento	17.2	106 609 516	111 148 705
Empréstimos	18.2	125 139 733	112 982 316
Passivos da locação	7.4	796 569	291 523
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	453 952	509 246
Impostos diferidos passivos	31.2	13 836 088	16 411 245
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	9.3	17 563 455	15 292 235
Total dos passivos não correntes		363 762 452	357 958 492
Passivos correntes			
Empréstimos	18.2	17 267 682	45 542 236
Passivos da locação	7.4	380 298	341 803
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	20 653 770	20 902 045
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	461 881	1 924 874
Total dos passivos correntes		38 763 631	68 710 958
Total do passivo		402 526 083	426 669 450
Total do passivo e do capital próprio		522 287 944	546 381 443

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		106 036 693	109 604 602
Pagamentos a fornecedores		(54 049 897)	(54 428 151)
Pagamentos ao pessoal		(17 776 022)	(17 901 205)
Pagamento/Recebimento do IRC		(6 158 840)	(2 738 172)
Outros Pagamentos/Recebimentos		3 460 535	3 639 722
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		31 512 469	38 176 796
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de subsídios de investimento	17.2	2 222 419	33 954
Recebimentos de juros e rendimentos similares		475 424	971 662
Apoio de Tesouraria à AdP-SGPS	8.3	35 000 000	20 000 000
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		(106 239)	(1 207 859)
Pagamentos de ativos intangíveis		(25 716 994)	(19 651 342)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		11 874 610	146 415
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de capital de passivos de locação	7	(330 531)	(88 970)
Pagamentos de dividendos	14.4 e 33	(5 895 684)	(5 987 621)
Pagamentos de empréstimos obtidos	18	(16 202 655)	(15 278 012)
Pagamentos de juros e gastos similares		(3 731 300)	(4 419 879)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(26 160 170)	(25 774 481)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		17 226 909	12 548 730
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13.2	19 858 515	7 309 785
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13.2	37 085 424	19 858 515
		17 226 909	12 548 730

O Conselho de Administração

NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO
BRÔCO

Digitally signed by NUNO RAFAEL DA
CONCEIÇÃO BRÔCO
Date: 2026.03.05 18:31:53 Z

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO
CHAMBEL

Digitally signed by SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO
CHAMBEL
Date: 2026.03.05 18:14:26 Z

Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

Assinado por: **Adriana Magalhães Ribeiro Reais**

Pinto Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

Num. de Identificação: 11536459
Data: 2026.03.05 19:59:14+00'00'

Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Fernando Manuel Gonçaves dos Santos Marques**

Num. de Identificação: 06968217
Data: 2026.03.05 19:07:38+00'00'

Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Ana Margarida Afonso de Matos**

Num. de Identificação: 14706656
Data: 2026.03.05 19:45:04+00'00'

Assinado por: **Ricardo Alexandre da Silva Bastos**

Num. de Identificação: 10659856
Data: 2026.03.05 20:28:25+00'00'

A Contabilista Certificada

Maria Leonor de Oliveira Pinto

Assinado por: **Maria Leonor de Oliveira Pinto**

Num. de Identificação: 10578918
Data: 2026.03.05 18:04:02+00'00'

Demonstração do rendimento integral

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	6 574 040	6 867 549
Rendimento integral	6 574 040	6 867 549

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2023	1 13 527 680	(2 521 433)	1 487 596	7 012 016	1 19 505 858
Aplicação do resultado líquido do exercício 2023			350 601	(350 601)	-
Dividendos atribuídos				(6 661 415)	(6 661 415)
Resultado líquido do exercício 2024				6 867 549	6 867 549
Saldo a 31 de dezembro de 2024	1 13 527 680	(2 521 433)	1 838 196	6 867 549	1 19 711 992
Aplicação do resultado líquido do exercício 2024			343 377	(343 377)	-
Dividendos atribuídos				(6 524 172)	(6 524 172)
Resultado líquido do exercício 2025				6 574 040	6 574 040
Saldo a 31 de dezembro de 2025	1 13 527 680	(2 521 433)	2 181 574	6 574 040	1 19 761 861

O Conselho de Administração

NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÓCO

Digitally signed by NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÓCO
Date: 2026.03.05 18:30:05 Z

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL

Digitally signed by SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Date: 2026.03.05 17:27:43 Z

Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executiva)

Assinado por: **Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto**

Num. de Identificação: 11536459

Data: 2026.03.05 17:39:29+00'00'

Adriana Magalhães Ribeiro Reis Pinto (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques**

Num. de Identificação: 06968217

Data: 2026.03.05 17:49:10+00'00'

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Ana Margarida Afonso de Matos**

Num. de Identificação: 14706656

Data: 2026.03.05 19:44:09+00'00'

Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executiva)

Assinado por: **Ricardo Alexandre da Silva Bastos**

Num. de Identificação: 10659856

Data: 2026.03.05 20:26:39+00'00'

Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executiva)

A Contabilista Certificada

Maria Leonor de Oliveira Pinto

Assinado por: **Maria Leonor de Oliveira Pinto**

Num. de Identificação: 10578918

Data: 2026.03.05 17:57:10+00'00'

Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

I.1. Identificação da Empresa

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada Sociedade, Empresa ou AdTA), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e pela exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, na Avenida de Ceuta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da Sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

A Sociedade tem como objeto a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,3 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

I.2. Atividade económica

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao

tratamento e à rejeição dos efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade

A AdTA tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando abranger-se cerca de 2,6 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da Sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A Sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A Sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas Sociedades extintas;
- Na sequência da alteração operada ao Decreto-Lei n.º 92/2013 por intermédio do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a atividade de produção e disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento de efluentes passou a ser considerada como uma atividade principal, ou seja, integrada no objeto da concessão, integrando, assim, o núcleo das atividades integradas nas missões de serviço público que impendem sobre a Sociedade.

1.2.1 Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características:

- I. As infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela Sociedade concessionária;
- II. O financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios europeus a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos;
- III. Os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os respetivos estatutos, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da Sociedade reside no escrutínio que a entidade reguladora efetua sobre a proposta de tarifa ou rendimentos tarifários a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas da Empresa, mediante um cenário de eficiência definido previamente.

Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pelo artigo 428.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021, o poder de aprovação das tarifas ou rendimentos tarifários nos sistemas multimunicipais relativos aos serviços de águas, como é o caso do sistema cometido à exploração e à gestão da AdTA, é da titularidade do concedente, sem prejuízo da prévia emissão de parecer pela ERSAR sobre a proposta tarifária da concessionária que deve ser formulada nos termos das recomendações tarifárias a aprovar pela entidade reguladora.

Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a AdTA, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro período tarifário, que constitui um período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do DRG (desvio de recuperação de gastos) que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdTA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e à ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano, no que respeita à qualidade da água para consumo humano.

Atividade	Prazo	Período	Remuneração acionista (taxa)	Incidência
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

1.3. O exercício de 2025 da Águas do Tejo Atlântico

Durante o ano de 2025, a Empresa prosseguiu o que havia estabelecido, de acordo com a estratégia “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos que incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica. Nessa linha, no ano de 2025 concluiu-se grande parte dos processos e projetos de curto prazo (inferiores a 2 anos, tendo presente que o primeiro ano de implementação da estratégia foi o ano 2024) e simultaneamente continuou-se a implementar os processos e projetos de longo prazo no sentido de garantir uma continuidade no esforço para os anos futuros.

As implementações progressivas de um conjunto de ações previstas na estratégia permitem identificar tendências de melhoria em vários pilares estratégicos, sendo resumidos pelos indicadores de monitorização (resultados a dezembro de 2025) que podem ser consultados no [link: https://www.tejoatlantico.pt/media/un3piyvr/indicadores-estrat%C3%A9gia-aguas-do-tejo-atlantico.pdf](https://www.tejoatlantico.pt/media/un3piyvr/indicadores-estrat%C3%A9gia-aguas-do-tejo-atlantico.pdf)

Em complemento aos indicadores acima constatados, salientam-se alguns dos factos marcantes da atividade da Empresa ao longo de 2025:

- Ao nível da atividade, atingiu-se um volume de água residual tratada de 233,28 Mm³, que superou o ano anterior, tendo sido inclusive o período com maior volume de água residual tratado desde o início de atividade da Empresa, resultado de um ano de intensa pluviosidade. Ainda que na dimensão das atividades complementares, o ano de 2025, e num ano de intensa pluviosidade, foram ultrapassados os valores históricos de fornecimento de ApR para usos externos desde o início da atividade da Empresa;
- Ao nível dos investimentos, e para fazer face a uma subexecução do planeamento realizado ao longo dos últimos anos, foi implementada uma mudança organizacional e de monitorização dos investimentos no passado ano, com resultados bem evidentes no ano de 2025, tendo o volume de investimento em fase de concurso ou já contratado superado largamente o volume de investimento ao longo de todo o ano de 2024;
- Adjudicação de concurso para empreitada de Conceção construção de instalações fotovoltaicas (17 instalações), essencial ao atingimento dos objetivos de neutralidade energética;
- Continuação da implementação do sistema de telegestão - fase I da AdTA;
- Preparação de diversos procedimentos de contratação de reabilitação de grandes infraestruturas;
- Ao nível da manutenção e gestão de ativos, foi reorganizada a Direção de Manutenção ao nível da gestão dos processos transversais, modificação que irá acelerar a capacidade da Empresa nos procedimentos de contratação e consequentemente na execução do seu plano de manutenção;
- Ainda ao nível da manutenção, foi adjudicado um procedimento de contratação com vista à manutenção corretiva do edificado do sistema e outro procedimento específico de manutenção preventiva de construção civil para infraestruturas, que prevê a elaboração de planos de manutenção preventiva específica para o edificado. Foram criadas condições físicas para um melhor armazenamento e acondicionamento do armazém de materiais de manutenção, essenciais num contexto em que as cadeias logísticas se tornam mais complexas e morosas;
- Adjudicação e início dos trabalhos de inspeção do Intercetor da Costa do Estoril, o maior ativo desta natureza a nível nacional;
- Continuação de um vasto plano de inspeções de avaliação funcional das infraestruturas do sistema, em linha com os objetivos impostos pela ERSAR;
- Desenvolvimento de projetos abrangidos por parcerias estabelecidas com os municípios utilizadores do sistema sob gestão que visam, aquando da implementação das intervenções, a melhoria do controlo e da afluência de caudais indevidos ao sistema da AdTA com as inerentes melhorias que daí advirão para a exploração do sistema por parte da Empresa;
- Na vertente das interfaces dos ativos sob gestão da AdTA com outros ativos e intervenções na potencialmente conflituantes, foi reforçado o processo de licenciamentos, que tem sido crucial na relação entre a AdTA e as demais entidades que interagem com o sistema em alta sob exploração no âmbito de pedidos de cadastro, de ligação, de interferência e/ou licenciamento;
- Ao nível operacional, procedeu-se à reorganização de centros operacionais e turnos de técnicos operativos com vista ao aumento de sinergias entre diversos polos;

- Continuidade do programa NextGen com a ambição de promover uma renovação de quadros da Águas do Tejo Atlântico, que inclui diversos programas como teses de mestrado, estágios, embaixadores da Juventude, entre outros;
- Ao nível da circularidade, manutenção do fornecimento de ApR para rega do Campo de golf do West Cliff, e do Parque das Nações Norte a partir da FA de Beirolas, à Câmara Municipal de Lisboa. Após a aprovação de minuta de contrato, foi adjudicada a empreitada da condução de adução de ApR para o novo estádio de Loures e outros espaços verdes no Infantado, bem como o desenvolvimento do estudo da condução de adução e reservatório para o Parque Verde Ribeirinho de Loures. Foram também desenvolvidos um conjunto de outros projetos e iniciativas, já com a assinatura de Protocolos de Entendimento com 5 municípios da área de concessão da Águas do Tejo Atlântico (Alenquer, Lourinhã, Cascais, Torres Vedras e Óbidos), identificando utilizações e clientes, que necessitam de uma água compatível com ApR, para se efetuar os estudos de viabilidade técnica, e económico-financeira para a definição dos projetos de construção de redes de adução, de produção nas FA do volume de ApR contratualizado, e da tarifa de fornecimento. A AdTA está ainda a acompanhar a possibilidade de reutilização de água em indústrias de produção de hidrogénio, da sua área de concessão. Estes projetos irão permitir um aumento consistente do volume de ApR fornecido para o exterior da Empresa;
- Ao nível da transformação digital, conceberam-se, desenvolveram-se e implementaram-se diversas ferramentas digitais que permitem um aumento da eficiência e resiliência dos processos empresariais. Ainda nesta dimensão, a Empresa tem realizado um esforço considerável na organização, gestão e disponibilização da informação resultante da imensidão de dados operacionais que gera, estando em desenvolvimento um datawarehouse para consumo interno e externo, trazendo mais coerência e eficácia à disponibilização de informação;
- Ao nível da neutralidade carbónica e energética, prosseguiu-se a otimização de processos com vista à produção de energia com recursos próprios equivalente a 23% do total de energia consumida no ano de 2025. Ainda neste pilar, em 2025 foram integradas no ativo da Empresa 10 unidades de microprodução de energia elétrica a partir de tecnologia fotovoltaica.

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas e apresentadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdTA foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI")

2.2.1 Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma, a AdTA presta dois tipos de serviços: i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o ii) de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o Contrato de Concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Sociedade é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), como concessionárias, classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

Atendendo à especificidade do contrato de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à Sociedade é o do intangível. Deste modo, a AdTA, como concessionária, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na AdTA são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a tratar até ao final da concessão previstos no EVEF anexo ao Contrato de Concessão.

Atividade	Prazo	Investimento total do contrato concessão	Taxa média de amortização 31.12.2025	Taxa média de amortização 31.12.2024
Saneamento	30 anos	1 103 332 840 Euros	4,70%	4,48%

2.2.4 Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão.

No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem

a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos de investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas no ativo intangível aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5 Desvio de recuperação de gastos (Défice/Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos (DRG): (i) a diferença existente, à data da extinção das Sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas, até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação pela entidade reguladora do setor.

Os DRG gerados na vigência da concessão, e os existentes à data da cisão, pelo n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 16/2021, devem ser integralmente recuperados ou reintegrados nas tarifas ou rendimentos tarifários até ao termo do prazo da concessão.

Os DRG podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no Contrato de Concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., resulta do valor registado na Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., na vertente de saneamento de águas residuais anteriormente desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que aquela Sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A AdTA regista ainda nas suas contas os DRG que se verificarem anualmente até ao termo do prazo da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6 Rédito da construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por esta ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção

são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico são continuamente avaliados, representando, à data de cada relato, a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

O impacto das alterações de estimativas é reconhecido de forma prospetiva, enquanto que o impacto das alterações nas políticas contabilísticas é reconhecido de forma retrospectiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2. – estimativa do Desvio de Recuperação de Gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31 – estimativa de impostos e impostos diferidos

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação e apresentação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentada nos comparativos, exceto quando referido em contrário.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2026 e que a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implantação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume I I)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- **Ainda não endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, o Grupo encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

3.4 Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões sendo expectativa do IASB publicar a nova norma durante o ano 2026. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Políticas de gestão do risco

4.1 Fatores de risco

As atividades da AdTA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, risco de liquidez e de capital, e risco de crédito. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa (nota 29)	2 699 840	n.a.	n.a.

4.2.2 Risco do preço da energia e combustíveis

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis representam aproximadamente 24% (23% em 2024) do total de fornecimentos e serviços externos, ou seja, cerca de 9,6 milhões de euros (9 milhões de euros em 2024) para um total de 40,5 milhões de euros (38,9 milhões de euros em 2024). A AdP- SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP (“contratos grupados”). A AdTA, através do Grupo, efetua a gestão

do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos BEI (excluindo custo amortizado e juros e comissões a liquidar)	16 937 132	84 745 574	41 046 198

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2025	-	98 076 902
2026	-	-
2027	5 378 440	-
2028	-	-
2029	83 855 726	-
2030	53 494 737	-
	142 728 903	98 076 902

À exceção da linha BEI designada por "BEI V", os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 772 798 mil euros, 142 729 mil euros na Águas do Tejo Atlântico, excluindo custo amortizado e juros e comissões a liquidar (nota 18.2). Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2025 no montante de 459 592 mil euros, dos quais 89 234 mil euros na Águas do Tejo Atlântico), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre setembro de 2026 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 338 561 mil euros, dos quais 63 069 mil euros na Empresa. O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha "BEI V"), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas

tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2025 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320 612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 66 960 mil euros.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	18	125 139 733	112 982 316
Empréstimos correntes (excluindo custo amortizado e juros e comissões a liquidar)	18	16 937 132	45 200 415
Disponibilidades (excluindo juros a receber)	13	(37 085 424)	(19 858 515)
Outros ativos financeiros	8.3	-	(35 000 000)
Dívida líquida		104 991 441	103 324 217
Subsídios ao investimento e outros	17	106 609 516	111 148 705
Total do capital próprio	14	119 761 861	119 711 992
Capital e subsídios		226 371 377	230 860 697
Dívida líquida/total do capital		0,46	0,45

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais: i) o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio; e ii) subsídios ao investimento não reembolsáveis.

A 31 de dezembro de 2024, atendo a que para os empréstimos denominados BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontrava formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente. Em 16 de maio de 2025 foi formalizada a extensão do aval do Estado Português aos empréstimos do BEI denominados por BEI II – tranches A e B, permitindo diferir o pagamento da última prestação de capital, prevista para setembro de 2025, em 11 prestações semestrais de capital, pelo que o capital em dívida foi reclassificado de corrente para não corrente (nota 18).

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2025 (nota 10.3).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a situação era a seguinte:

Segmento de negócio -2025	Negócio "Alta"		Total	Empresas do Grupo	TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios	Outros		Baixo	
Risco	Baixo	Médio			
Exposição bruta	12 144 276	156 551	12 300 827	-	12 300 827
Imparidade	-	(366)	(366)	-	(366)
Exposição líquida	12 144 276	156 185	12 300 460	-	12 300 460

Segmento de negócio- 2024	Negócio "Alta"		Total	Empresas do Grupo	TOTAL
Tipologia de clientes	Municípios	Outros		Baixo	
Risco	Baixo	Médio			
Exposição bruta	10 938 864	151 096	11 089 960	-	11 089 960
Imparidade	-	(274)	(274)	-	(274)
Exposição líquida	10 938 864	150 822	11 089 686	-	11 089 686

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2025	Negócio "Alta"				Empresas do Grupo			
	Outros							
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	95 289	-	-	95 289	-	-	-	-
Vencida até 180 dias	60 896	-	-	60 896	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	366	(366)	100%	-	-	-	-	-
	156 551	(366)	0%	156 185	-	-	-	-

31.12.2024	Negócio "Alta"				Empresas do Grupo			
	Outros							
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	115 760	-	-	115 760	-	-	-	-
Vencida até 180 dias	34 971	-	-	34 971	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	366	(274)	75%	91	-	-	-	-
	151 096	(274)	0%	150 822	-	-	-	-

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira, expurgados os valores referentes a acréscimos de rendimentos com juros (nota 13.2).

Ativos financeiros bancários	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem (nota 13)	6 081 108	2 853 254
Depósitos a prazo (nota 13)	31 000 000	17 000 000
Investimentos Financeiros (nota 8)	24 056	24 056
	37 105 163	19 877 309

Rating	31.12.2025	31.12.2024
A-	1 011	7 405
A	37 072 664	19 837 344
BBB	2 291	-
BBB+	5 142	8 505
N/A	24 056	24 056
	37 105 163	19 877 309

Nota: Cotação de *rating* de 31.12.2025 obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2026.

O motivo pelo qual o valor depósitos a prazo em 2025 é superior ao de 2024 é explicado pelo facto de à data de 31 de dezembro de 2025 não haver qualquer valor disponibilizado à AdP-SGPS ao abrigo do contrato de apoio de tesouraria, que a 31 de dezembro de 2024 era de 35 milhões de euros (nota 8.3).

A 31 de dezembro de 2025 o valor depositado na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. era de 37 060 301 euros, e em 31 de dezembro de 2024 era de 19 829 726 euros.

4.5 Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos, a Sociedade tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdTA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, na medida em que estabelece as recomendações que definem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. Ativos intangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas ("DUI")

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.1.

Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas.

Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento, enquanto ativos intangíveis, são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida (que não se aplica à AdTA), o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade é reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação da vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de concessão. No fim da concessão, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%.

Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a AdTA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no Contrato de Concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data de emissão das demonstrações financeiras a Sociedade não tinha situações que implicassem o reconhecimento de imparidades.

5.3 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Despesas de desenvolvimento	237 061	247 332
Propriedade industrial e outros direitos	19 815	20 752
Outros ativos intangíveis	2 233 204	2 338 911
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	366 612 203	380 694 943
Ativos em Curso	46 263 446	30 391 672
	415 365 729	413 693 610

A AdTA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

Não existem restrições aos ativos intangíveis da Sociedade.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Valor Bruto	31.12.2024	Aumentos	Transferências	31.12.2025
Despesas de desenvolvimento	2 343 814	-	-	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	927 894 851	717 929	7 442 469	936 055 250
Ativos Intangíveis em Curso	30 391 672	23 333 741	(7 461 966)	46 263 446
	965 871 806	24 051 670	(19 497)	989 903 979
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Transferências	31.12.2025
Despesas de desenvolvimento	(2 096 482)	(10 271)	-	(2 106 753)
Propr. industrial e outros direitos	(22 312)	(938)	-	(23 250)
AI-Outros Imob Inc	(2 859 494)	(105 707)	-	(2 965 201)
DUI	(547 199 908)	(17 218 381)	(5 024 758)	(569 443 046)
	(552 178 196)	(17 335 297)	(5 024 758)	(574 538 251)
Valor líquido	413 693 610	6 716 372	(5 044 254)	415 365 729

Valor Bruto	31.12.2023	Aumentos	Transferências	31.12.2024
Despesas de desenvolvimento	2 343 814	-	-	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	915 748 721	1 473 169	10 672 961	927 894 851
Ativos Intangíveis em Curso	23 662 229	17 406 026	(10 676 584)	30 391 672
	946 996 233	18 879 195	(3 623)	965 871 806
Amortizações acumuladas	31.12.2023	Aumentos	Transferências	31.12.2024
Despesas de desenvolvimento	(2 086 229)	(10 252)	-	(2 096 482)
Propr. industrial e outros direitos	(21 377)	(935)	-	(22 312)
AI-Outros Imob Inc	(2 754 130)	(105 364)	-	(2 859 494)
DUI	(522 992 799)	(16 983 494)	(7 223 615)	(547 199 908)
	(527 854 535)	(17 100 045)	(7 223 615)	(552 178 196)
Valor líquido	419 141 698	1 779 150	(7 227 238)	413 693 610

Para os Investimentos realizados em 2025, no montante global de 24 051 670 euros, contribuíram principalmente as seguintes empreitadas (nota: foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associadas às empreitadas):

Principais empreitadas	2025
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	3 991 963
Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 663 337
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2 003 984
Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	1 287 743
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	1 286 858
Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	1 252 563
Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	1 040 786
Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_FaseI_2023	461 322
Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_FaseI_2023	325 571
Construção da ETAR do Carvalhal	299 212
Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	254 709
Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	249 163
Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica na Fábrica de Água de São João da Talha	241 497
Empreitada de Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	215 711
Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Dois Portos	175 625
Empreitada de Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	158 346
Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED e colunas de iluminação nas Fábricas da Água de Chelas e da Guia	144 077
ApR - Loures - Adução	139 315
Beneficiações Pavimentos 2024	103 363
Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas - Fase III	90 503
Empreitada de beneficiação das linhas de produção de ApR de Chelas, Frielas, Guia, Vila Franca de Xira, Alverca e Casalinho	74 892
Remodelação Emissário de Famões	62 096
Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	57 578
Restantes empreitadas	40 483
	16 620 698

Do valor de aumento de investimento em 2025, 1 040 612 euros (1 009 127 euros em 2024) respeitam a capitalização de gastos com o pessoal das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 24).

Salienta-se durante o ano de 2025 a passagem a firme das seguintes empreitadas:

Principais empreitadas	2025
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	1 210 391
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	1 031 034
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica-Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	914 035
Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e sul - Lote 2	494 517
ETAR Encarnação	487 596
Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	461 223
Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	380 617
Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro - restantes intervenções	332 489
Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e sul - Lote I	299 166
Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas	250 334
Reabilitação das Câmaras de visita do Emissário das Marianas	191 682
Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	187 142
Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	177 507
Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	120 775
Fornecimento e Montagem de Sobrepressores para o Arejamento das Fábricas de Água da Nazaré e Atouguia da Baleia	111 290
Reabilitação e Automatização da Desodorização nas Fábricas de Água de Alcântara e Guia	106 742
Outras	705 425
	7 461 966

Na coluna de transferências para além da passagem de investimento em curso para firme de ativos intangíveis, ocorreu ainda a transferência para ativos fixos tangíveis do valor de 19 497 euros (nota 6.3).

A título informativo, em 2025 ocorreu a receção provisória assinada das seguintes empreitadas:

Empreitadas	2025
Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 124 900
Reabilitação das Câmaras de visita do Emissário das Marianas	253 150
Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelho (troço terrestre)	437 074
Empreitada de Construção e Remodelação de Emissários e Obras Associadas - Emissário de Descarga da Fábrica da Água de São Martinho do Porto (Alcobaça) - Lote II	255 142
Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	491 125
Benfeitorias Gerais da ETAR de Póvoa da Galega	158 346
	3 719 737

Do valor de ativos intangíveis em curso de 46 263 446 euros, destacam-se os seguintes projetos em curso:

Projetos em curso	31.12.2025
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-polição	7 872 531
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 388 480
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	3 944 984
Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	3 111 507
Projetos Manutenção Ots	2 797 958
Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 776 334
Beneficiações Gerais de Construção Civil 2025/2026	2 672 818
Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_FaseI_2023	2 539 239
Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	2 034 886
Projetos Contratos Transversais	851 494
Estudo de Controlo de Caudais Pluviais	663 600
Reabilitação e Automatização da Desodorização na Fábrica de Água de Alcântara	593 449
Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase II	507 506
Assessoria técnica à concretização do Plano de Investimentos da AdTA 2024-2027	505 110
Estudos de Erradicação de Descargas	492 057
Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	461 119
Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas	456 196
ETAR do subsistema do Carvalhal	420 332
Assessoria Técnica de Apoio Especializado de Engenharia	404 951
Empreitada de Execução da Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica nas Fábricas de Água da Charneca, Atouguia da Baleia, Zambujeira, Frielas e Beirolas	381 928
Empreitada de Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	356 453
Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	343 942
ApR - Loures - Adução	326 398
Beneficiações Preventivas de Edifícios de Construção Civil 2025	322 771
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	322 516
Sto. Estevão das Galés	281 734
Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas - Fase III	271 966
Reabilitação de Edifícios com Estrutura Metálica na Fábrica de Água de São João da Talha	249 483
Secagem Térmica	238 100
Plano Estratégico de Reutilização de Água da Cidade de Lisboa	228 288
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	227 529
Benef Sist Saneam Costa do Estoril Fs I	226 513
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	206 540
Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	194 827
Reabilitação de Emissários e Intercetores na área de Concessão	185 336
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	181 240
Aq Sist Desidrat Mec Lamas FA Alcântara	171 736
Reabilitação do Muro de Gabiões de Pontes de Monfalim e Emissário de Folgados	171 035
SJT adaptação SU	168 004
Remodelação dos descarregadores D19s e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	150 743
Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	149 179
Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED e colunas de iluminação nas Fábricas da Água de Chelas e da Gua	148 144
Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	143 015
Estudo Técnico/Económico de Desativação de Infraestruturas na Área de Concessão (1ªfase)	137 646
Controlo de caudais pluviais no Intercetor Caneças/Ramada/Odivelas	132 051
Estudo de otimização e remodelação processual de FA	130 711

Plano Neutralidade	123 635
Construção do Sistema de Rejeição Pedra de Ouro/Male Paredes	109 565
Beneficiações Pavimentos 2024	107 098
Reabilitação de Quadros Elétricos - Zona Sul	95 778
Estudo de Comportamento Hidráulico da Zona Baixa de Carcavelos em Tempo Húmido	93 828
Fornecimento e montagem de equipamento de purificação de biogás e controlo de emissões gasosas nas ETAR de Vila Franca de Xira, São João da Talha, Beirolos, Chelas e Guia	92 519
Beneficiação do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	90 083
Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR	83 383
Beneficiações Pavimentos e Acessos Exteriores	75 604
Estudo do golpe de ariete e respetiva proteção em sistemas elevatórios da Águas do Tejo Atlântico	72 220
Plano Estratégico de Reutilização da Águas do Tejo Atlântico	70 881
Plano de Gestão de Lamas	63 751
Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	61 496
Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	60 021
Adaptação da EE de Fanhões às afluências indevidas (Frielas)	56 255
Equipamento para receção de limpa fossas - Alverca	52 928
Beneficiorias na ETAR da Ericeira, execução da EE Pedra do Ouro II e EE de Santa Cruz III	44 509
Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções	43 487
Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolos	41 134
Beneficiações e Adaptações no Subsistema da Azambuja	39 339
Reabilitação Emissário de Sassoeiros Zona Alta	37 958
Remodelação ETAR Miragaia	35 041
Construção das Restantes Infraestruturas Previstas no Descritivo do Anexo I do Contrato de Concessão	33 983
Planos Estratégicos de Reutilização de Água nos Concelhos de Amadora, Loures e Odivelas	30 413
Caneiro de Alcântara fase II-Obra D	29 105
Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restantes intervenções	29 105
Reabilitação dos sistemas de ventilação e desodorização das Fábricas de Água de Vila Franca de Xira, Alverca e Charneca	26 460
Fornecimento e montagem de sobrepessores do arejamento da ETAR de Chelas	25 602
Emissário de Ligação das Infraestruturas do CAS de Runa	24 145
Emissário Barcarena - controlo de caudais unitários	23 454
Remodelação de Intercetores/Conduções e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	21 208
Empreitada de beneficiação da linha de produção de ApR nas Fábricas de Água da Zona Norte	21 203
Beneficiações/Ampliações Espaços Sociais (Balneários/Refeitórios/Escritório) (HSST)	19 928
Reabilitação da câmara de carga do emissário submarino da Nazaré	18 255
Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	17 546
Reabilitações ETAR Carregado	17 468
Beneficiações de Segurança - Fase 2	17 118
Remodelação ETAR Aldeia Gavinha II Fase	13 809
Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE e reabilitação da agitação do digestor A da ETAR de Beirolos	11 845
Reabilitação do Muro de Porto Salvo	11 567
	45 485 108

No respeitante às amortizações, na coluna referente a transferências de amortizações acumuladas, o valor de 5 024 758 euros (7 223 615 euros em 2024), respeita à transferência de acréscimo de gastos de investimento contratual, tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso para firme (Nota 16.2), para amortizações acumuladas.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor incluído na demonstração da posição financeira.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Sociedade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos fixos tangíveis	889 838	1 253 815
	889 838	1 253 815

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

Valor Bruto	31.12.2024	Aumentos	Abates	Transferências	31.12.2025
Ativos fixos tangíveis	2 204 859	135 034	-	19 497	2 359 390
	2 204 859	135 034	-	19 497	2 359 390
Depreciações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Abates	Transferências	31.12.2025
Ativos fixos tangíveis	(951 044)	(518 508)	-	-	(1 469 552)
	(951 044)	(518 508)	-	-	(1 469 552)
Valor líquido	1 253 815	(383 473)	-	19 497	889 838

Valor Bruto	31.12.2023	Aumentos	Abates	Transferências	31.12.2024
Ativos fixos tangíveis	1 260 265	999 642	(58 672)	3 623	2 204 859
	1 260 265	999 642	(58 672)	3 623	2 204 859
Depreciações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (nota 25)	Abates	Transferências	31.12.2024
Ativos fixos tangíveis	(686 462)	(316 898)	52 316	-	(951 044)
	(686 462)	(316 898)	52 316	-	(951 044)
Valor líquido	573 803	682 744	(6 355)	3 623	1 253 815

O aumento em 2025 em ativos fixos tangíveis de 135 034 euros (994 642 euros em 2024) respeita na sua maioria à aquisição de equipamento administrativo.

7. Locações

7.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdTA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira.

Na data de início da locação, a AdTA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdTA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação do ativo sob o direito de uso.

A AdTA apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, a Sociedade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Sociedade contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdTA (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e, como tal, contabiliza tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a AdTA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("*Right-of-use asset*")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação*Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Sociedade mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdTA enquanto locatária

A Sociedade utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5 000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Sociedade é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

7.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o respetivo movimento ocorrido nos respetivos exercícios económicos foi o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos sob o direito de uso	1 401 462	863 761
	1 401 462	863 761

Valor Bruto	31.12.2024	Aumentos	Abates	31.12.2025
Edifícios e outras Construções	-	629 230	-	629 230
Equipamento de transporte	171 643	252 766	-	424 409
Intangíveis Licenças	802 608	-	-	802 608
	974 251	881 996	-	1 856 247
Depreciações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Abates	31.12.2025
Edifícios e outras Construções	-	(31 703)	-	(31 703)
Equipamento de transporte	(87 768)	(45 056)	-	(132 825)
Intangíveis Licenças	(22 722)	(267 536)	-	(290 258)
	(110 491)	(344 295)	-	(454 786)
Valor líquido	863 761	537 701	-	1 401 462

Valor Bruto	31.12.2023	Aumentos	Abates	31.12.2024
Equipamento de transporte	178 751	17 036	(24 144)	171 643
Intangíveis Licenças	-	802 608	-	802 608
	178 751	819 644	(24 144)	974 251
Depreciações acumuladas	31.12.2023	Aumentos (nota 25)	Abates	31.12.2024
Equipamento de transporte	(69 977)	(41 935)	24 144	(87 768)
Intangíveis Licenças	-	(22 722)	-	(22 722)
	(69 977)	(64 658)	24 144	(110 491)
Valor líquido	108 774	754 987	-	863 761

O aumento na rubrica de equipamento de transporte traduz novos contratos de AOV (aluguer operacional de viaturas), já o aumento na rubrica edifícios e outras construções, resulta do contrato de arrendamento de armazém afeto à gestão da Direção de Manutenção, destinado a armazenamento de equipamentos e consumíveis de conservação e manutenção de bens e infraestruturas sob a gestão da AdTA, celebrado em julho de 2025.

Em 2024, o valor de abate de equipamento de transporte resulta do termino de contratos de AOV (aluguer operacional de viaturas).

A Sociedade reconhece contabilisticamente, desde 2019, os contratos de AOV no âmbito da norma IFRS 16 – Locações. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

A impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, por constrangimentos vários, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5 000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do contrato tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

7.4 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação apresenta-se do seguinte modo:

	31.12.2025	31.12.2024
Passivos por locação		
<i>Edifícios e outras Construções</i>	545 637	-
<i>Equipamento de transporte</i>	250 932	15 995
<i>Intangíveis Licenças</i>	-	275 529
Não correntes	796 569	291 523
Passivos por locação		
<i>Edifícios e outras Construções</i>	56 115	-
<i>Equipamento de transporte</i>	48 654	75 717
<i>Intangíveis Licenças</i>	275 529	266 085
Correntes	380 298	341 803
Total de passivos por locação	1 176 867	633 326

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	380 298	341 803
De 1 a 5 anos	556 730	291 523
Mais de 5 anos	239 839	-
	1 176 867	633 326

Juros	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	40 565	27 657
De 1 a 5 anos	70 012	155 150
Mais de 5 anos	11 605	-
	122 181	182 807

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	339 733	314 146
De 1 a 5 anos	486 719	136 374
Mais de 5 anos	228 234	-
	1 054 686	450 519

7.5 Pagamentos da locação

Os pagamentos de locação foram os seguintes:

Total de pagamentos da locação	31.12.2025	31.12.2024
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	330 531	88 970
Contabilizadas como despesa em resultados	604 941	810 656
	935 471	899 626

A variação dos valores de 2025 face aos de 2024 decorre essencialmente, do facto de 2024 o contrato de utilização de licenças Microsoft, que vigorou quase todo o ano, ter por prazo contratual período inferior a 1 ano, não obedecendo, deste modo, aos critérios da IFRS 16, impossibilitando a classificação como imobilizado, ativo sob direito de uso e implicando o reconhecimento das rendas como gastos em FSE's.

8. Outros ativos financeiros

8.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.1.

8.2 Outros ativos financeiros não correntes - detalhe

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de compensação do trabalho	24 056	24 056
	24 056	24 056

8.3 Outros ativos financeiros correntes - detalhe

	31.12.2025	31.12.2024
Apoio de Tesouraria à AdP-SGPS	-	35 000 000
Acréscimo de juros de Apoio de Tesouraria	-	23 636
Depósitos caução por parte de fornecedores	152 842	-
	152 842	35 023 636

A 19 de dezembro de 2025, a Águas do Tejo Atlântico celebrou com a AdP-SGPS novo contrato de apoio de tesouraria, pelo prazo de doze meses, com o limite de 60 milhões de euros, com indexação da taxa de juro às aplicações de curto prazo do IGCP (CEDIC), para um capital de 60 milhões de euros, com referência à taxa a 3 meses, com revisões a 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12, de cada ano e, caso o IGCP deixe de oferecer este tipo de aplicações, para o cálculo dos juros remuneratórios, será utilizado o menor dos spreads das linhas do Grupo, atualmente de 0,7%. As condições do atual contrato, são iguais às do contrato que vigorou praticamente todo o ano de 2025, que o qual havia sido celebrado a 11 de setembro de 2024, com aditamento a 5 de dezembro de 2024 por alteração da taxa de remuneração.

À data de 31 de dezembro de 2025 o contrato de apoio de tesouraria prestado à AdP-SGPS não se encontrava utilizado.

É ainda de referir que se encontra registado em outros ativos financeiros, o valor de 152 842 euros respeitante a depósitos de fornecedores a título de cauções prestadas à AdTA. O IGCP criou uma nova funcionalidade no Internet Banking de "Gestão de Cauções", tendo em vista uma gestão mais eficiente destas contas e dos valores nelas depositados, pelo que a Empresa procedeu ao devido tratamento dos valores que havia recebido desta natureza.

9. Desvio de Recuperação de Gastos (Défice/Superavit tarifário)

9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação de gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

9.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da Sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela ERSAR ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2025	31.12.2024
Remuneração acionista	7 030 776	6 867 549
Remuneração acionista +1%	8 187 153	8 020 499
Remuneração acionista -1%	5 874 398	5 714 599

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro, contudo a Empresa apenas o submeteu a 13 de fevereiro de 2026, por pedido de prorrogação do prazo que foi aceite pela ERSAR.

À data de aprovação do Relatório e Contas de 2025 não foi emitido pela Entidade Reguladora (ERSAR) o projeto de decisão sobre o DRG de 2025, no valor de 1 685 662 euros.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditório não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

No que concerne ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2024, em que não foi aceite pela ERSAR o valor de 585 558 euros, do total de gastos da Empresa referentes ao exercício de 2024, conforme Decisão final sobre o desvio de recuperação de gastos do ano de 2024, ofício O-002483/2025, de 3 de julho de 2025, a Empresa procedeu ao reconhecimento nas contas de 2025 desse mesmo montante (nota 9.3).

Relativamente ao DRG de 2022, a AdTA recebeu a 27 de julho de 2023 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG, ofício O-004574/2023, em que foi considerado por esta entidade o montante de 515.987 euros, como gastos não aceites. Contudo, apenas o valor de 210.230 euros, foi reconhecido nas contas como correção ao DRG de 2022, tendo o remanescente, 305 757 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, tendo em janeiro de 2024 a ERSAR apresentado a sua contestação. Em 31 de dezembro de 2024, não foi considerado mais nenhum ajustamento ao DRG de 2022, para além do anteriormente referido e reconhecido no exercício de 2023, por ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no que respeita ao DRG de 2021, sobre o qual a AdTA recebeu a 9 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final, ofício O-003955/2022, em que foi considerado por esta entidade o montante de 1 638 606 euros, como gastos não aceites, apenas o valor de 460.419 euros, foi reconhecido nas contas de 2022 como correção ao DRG de 2021, tendo o remanescente, 1 178 187 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Em 7 de dezembro de 2023 a decisão de tribunal julgou improcedente a ação da Águas do Tejo Atlântico (1 178 mil euros de custos não aceites, representando 872 mil euros líquido de impostos diferidos), tendo esta decisão sido reclamada judicialmente em janeiro de 2024.

Além do valor não impugnado pela AdTA (460.419 euros), não foi considerado nenhum ajustamento ao DRG de 2021, por ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Ainda a este respeito, é entendimento da Administração que a decisão proferida no dia 7 de dezembro de 2023 não terá impacto adverso relativamente às restantes impugnações judiciais em curso.

Pelos motivos acima expostos a Empresa não procedeu no exercício de 2025 a qualquer ajustamento de desvio de recuperação de gastos (DGR) referente a exercícios anteriores, para além do referente a 2024, conforme já mencionado.

9.3 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	17 563 455	15 292 235
	17 563 455	15 292 235

O valor apurado de DRG, líquido e bruto, nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido (sem DRG)	8 804 359	7 438 318
Remuneração acionista	7 030 776	6 867 549
DRG - líquido	1 773 584	570 769
Ajustamento da taxa de imposto	(458 767)	(147 276)
	1 314 817	423 493
Imposto (taxa 22%/25%)	370 846	141 164
DRG - bruto	1 685 662	564 657

Os movimentos no desvio tarifário foram os seguintes:

	31.12.2025
DRG Bruto	
DRG 31.12.2024	(15 292 235)
Acerto DRG de 2024	(585 558)
DRG de 2025	(1 685 662)
DRG Bruto 31.12.2025 (passivo / superavit tarifário)	(17 563 455)

10. Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdTA, apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- I. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdTA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdTA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de resultados ou ao custo. A AdTA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidos ou revertidas perdas por imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdTA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Sociedade no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdTA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdTA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a Sociedade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente, a Sociedade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a Sociedade alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido na demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

Face à tipologia de clientes da AdTA, para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecida na concessão ser considerada como um gasto aceite no Desvio de Recuperação de Gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio.

10.3 Detalhe e movimento

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe de Clientes era o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Clientes - corrente		
S. M. Água Saneamento Sintra	1 261 457	1 192 520
Camara Municipal Rio Maior	76 397	73 205
Município Bombarral	46 943	45 155
SIMAS de Oeiras e Amadora	1 336 564	1 282 280
Município de Óbidos	113 578	54 594
SMAS Vila Franca de Xira	467 109	451 579
Município de Loures	1 736 047	848 675
SMAS de Torres Vedras	628 469	602 765
Município de Sobral de Monte Agraço	45 333	62 335
Município da Lourinhã	102 140	98 330
Município do Cadaval	48 012	45 803
Município de Azambuja	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	147 163	284 725
S.M. das Caldas da Rainha	88 802	65 667
Águas da Azambuja, SA	119 839	119 571
AdC - Águas de Cascais, SA	1 737 002	1 652 588
Águas de Alenquer, SA	278 919	403 132
Município de Lisboa	3 027 882	2 890 177
Município de Arruda dos Vinhos	157 321	51 226
Município de Odivelas	515 797	501 018
S. M. da Nazaré	142 043	68 622
SMAS de Peniche	64 134	60 478
SMAS de Mafra	3 325	(928)
	12 144 276	10 937 351
Clientes municipais - total	12 144 276	10 937 351
Outros	156 185	150 071
Clientes Cobrança Duvidosa	366	366
Saldos de natureza contrária - Passivos	-	928
Imparidade	(366)	(274)
Sub-total corrente	12 300 460	11 088 441
Devedores p/ acréscimos de rendimentos - Juros de mora	-	1 245
Total corrente	12 300 460	11 089 686

O Prazo Médio de Recebimentos (PMR) atingindo em 2025 foi de 49 dias, ligeiramente melhor do que o do ano anterior que foi de 50 dias.

Clientes municipais por data de vencimento

Os valores vencidos respeitantes aos Municípios de Lisboa e de Arruda dos Vinhos, foram totalmente liquidados durante janeiro de 2026.

Clientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	total vencido	não vencido	total 2025
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	-	1 261 457	1 261 457
Camara Municipal Rio Maior	-	-	-	-	76 397	76 397
Município Bombarral	-	-	-	-	46 943	46 943
SIMAS de Oeiras e Amadora	-	-	-	-	1 336 564	1 336 564
Município de Óbidos	-	-	63	63	113 514	113 578
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	-	467 109	467 109
Município de Loures	-	-	-	-	1 736 047	1 736 047
SMAS de Torres Vedras	-	-	-	-	628 469	628 469
Município de Sobral de Monte Agraço	-	-	322	322	45 010	45 333
Município da Lourinhã	-	-	-	-	102 140	102 140
Município do Cadaval	-	-	-	-	48 012	48 012
Município de Azambuja	-	-	-	-	-	-
S.M.C. Municipal de Alcobaça	-	-	-	-	147 163	147 163
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	-	88 802	88 802
Águas da Azambuja, SA	-	-	-	-	119 839	119 839
AdC - Águas de Cascais, SA	-	-	-	-	1 737 002	1 737 002
Águas de Alenquer, SA	-	-	-	-	278 919	278 919
Município de Lisboa	-	-	11 899	11 899	3 015 983	3 027 882
Município de Arruda dos Vinhos	-	-	52 123	52 123	105 197	157 321
Município de Odivelas	-	-	-	-	515 797	515 797
S. M. da Nazaré	-	-	-	-	142 043	142 043
SMAS de Peniche	-	-	-	-	64 134	64 134
SMAS de Mafra	-	-	-	-	3 325	3 325
	-	-	64 408	64 408	12 079 868	12 144 276

Relativamente ao ano anterior, é de referir que a Empresa procedeu à anulação da dívida respeitante ao Município de Azambuja, respeitante a valores faturados de juros de mora pela ex-Águas do Oeste, no valor de 83 836 euros (nota 27).

Clientes municipais por natureza dos saldos (Corrente)

Clientes municipais	serviço	TRH	CTA	juros de mora	31.12.2025	31.12.2024
S. M. Água Saneamento Sintra	1 105 480	78 994	76 983	-	1 261 457	1 192 520
Camara Municipal Rio Maior	72 649	3 748	-	-	76 397	73 205
Município Bombarral	44 865	2 078	-	-	46 943	45 155
SIMAS de Oeiras e Amadora	1 189 469	67 568	79 527	-	1 336 564	1 282 280
Município de Óbidos	107 721	5 857	-	-	113 578	54 594
SMAS Vila Franca de Xira	417 638	22 607	26 864	-	467 109	451 579
Município de Loures	1 563 786	71 672	100 590	-	1 736 047	848 675
SMAS de Torres Vedras	595 084	33 385	-	-	628 469	602 765
Município de Sobral de Monte Agraço	41 860	2 812	-	661	45 333	62 335
Município da Lourinhã	97 359	4 782	-	-	102 140	98 330
Município do Cadaval	45 320	2 692	-	-	48 012	45 803
Município de Azambuja	-	-	-	-	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	140 629	6 534	-	-	147 163	284 725
S.M. das Caldas da Rainha	88 802	-	-	-	88 802	65 667
Águas da Azambuja, SA	117 969	1 870	-	-	119 839	119 571
AdC - Águas de Cascais, SA	1 523 356	107 323	106 324	-	1 737 002	1 652 588
Águas de Alenquer, SA	266 911	12 008	-	-	278 919	403 132
Município de Lisboa	2 709 273	145 102	173 507	-	3 027 882	2 890 177
Município de Arruda dos Vinhos	151 661	4 637	1 010	13	157 321	51 226
Município de Odivelas	464 216	21 721	29 860	-	515 797	501 018
S. M. da Nazaré	136 188	5 855	-	-	142 043	68 622
SMAS de Peniche	59 668	4 466	-	-	64 134	60 478
SMAS de Mafra	-	3 325	-	-	3 325	(928)
	10 939 904	609 033	594 665	674	12 144 276	10 937 351

A 31 de dezembro de 2025, a AdTA não tinha celebrado qualquer acordo transacional ou interposto qualquer processo de injunção, com clientes municipais.

Perdas por imparidade de clientes

No exercício de 2025 foi reconhecida perda por imparidade relativamente a clientes o valor de 92 euros, que respeita a apenas um cliente, e cujo valor da imparidade representa a totalidade da dívida, considerada como de cobrança duvidosa.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial	(274)	-
Aumento	(92)	(274)
Reversões	-	-
Saldo final	(366)	(274)

II. Outros Ativos Correntes

II.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar a divulgação na nota 10.1 – Clientes

II.2 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamentos a fornecedores	399 062	611 971
FEDER- Subsídios ao investimento a receber	2 392 506	4 099 788
Outros devedores	832 629	760 499
Acréscimos de rendimentos	127 934	256 214
Gastos a reconhecer	623 031	680 883
Estado e Outros entes Públicos	1 082 067	1 464 456
	5 457 229	7 873 811
Imparidade	(243 859)	(243 859)
Total	5 213 369	7 629 952

Do valor de “Adiantamento a fornecedores” destaca-se o montante de 396 810 euros (607 302 euros em 2024) por conta de adiantamentos de imobilizado em curso referente à empreitada de execução de intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro.

O valor de 2 392 506 euros (4 099 788 euros em 2024) respeita ao valor a receber aprovado pelo FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa CENTRO 2030, referente à candidatura da Empreitada de conceção-construção para remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos, cuja taxa de financiamento é 85%. No exercício de 2025 foi recebido o montante de 1 707 282 euros.

Em “Outros devedores” é de salientar o montante de 402.510 euros, já registado nas contas de 2018, referente a prestação de caução ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2BELSB) (nota 15.3). O valor em causa respeita a faturação que a Ambilogos considera devida no âmbito de realização de empreitada adjudicada pela ex-Empresa SIMTEJO. Este valor foi reconhecido em ativos intangíveis em curso por contrapartida de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência em 2018.

Do valor de “Acréscimo de rendimentos”, destaca-se o valor a receber de subsídios à exploração relacionados com projetos de Investigação e Desenvolvimento, 123 847 euros (75 765 euros em 2024), os quais são deduzidos às rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” e de “Gastos com o Pessoal” (notas 23 e 24, respetivamente). Em 2024, encontrava-se reconhecido nesta rubrica o valor 169 390 euros respeitante a indemnizações decorrente da participação de sinistros no âmbito do seguro multirrisco, que se veio a receber em 2025.

Em “Gastos a reconhecer” os valores são referentes, a prémios de seguro no montante de 324 865 euros (352 204 euros em 2024), e o remanescente respeita essencialmente a diferimento de gastos relacionados com assistência informática.

Estado e outros entes públicos

	31.12.2025	31.12.2024
IVA a receber	573 670	819 353
IVA reembolsos pedidos	508 397	642 574
Outros	-	2 529
Estado e outros entes públicos ativos	1 082 067	1 464 456

O valor de IVA a receber respeita ao período de dezembro de 2025, tendo sido efetuado o respetivo pedido de reembolso em janeiro de 2026.

Em IVA reembolsos pedidos, o valor de 573 670 euros respeita ao período de outubro a novembro de 2025, e cujo recebimento referente ao mês de outubro já teve lugar em janeiro de 2026.

A Sociedade tem apresentado com regularidade pedidos de reembolso de IVA, por normalmente apurar IVA a receber, uma vez que a taxa do IVA a que tem direito à dedução (aquisições de bens e serviços) é superior à taxa do IVA a que liquida (por via de prestação de serviços e vendas). Em 2025 foram apresentados pedidos de reembolso no montante global de 3 592 557 euros, e foi recebido o montante de 3 726 733 euros, deste montante 1 461 927 euros respeitam a pedidos de reembolso de IVA do exercício de 2024.

Imparidade para outros ativos

O valor da imparidade diz respeito à totalidade da dívida da Trevoeste, referente ao período da extinta Empresa Águas do Oeste por prestação de serviços de assessoria técnica e faturação de juros de mora.

12. Inventários**12.1 Políticas contabilísticas**

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Sociedade, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

12.2 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias	3 148 442	2 834 144
Matérias-primas e subsidiárias	334 665	322 248
	3 483 107	3 156 392

As peças de manutenção por consumir estão classificadas na rubrica "Inventários - Mercadorias" e o consumo é feito via fornecimentos e serviços externos (FSE's).

O movimento ocorrido nos exercícios de 2025 e 2024 e o apuramento do gasto com matérias-primas e subsidiárias consumidas foi o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Existência iniciais	322 248	484 137
Compras	4 383 619	4 899 225
CMVMC - Matérias subsidiárias (nota 22)	(4 371 202)	(5 061 113)
Existências finais	334 665	322 248

13. Caixa e seus equivalentes

13.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

13.2 Detalhe

O detalhe de caixa e seus equivalentes a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 era o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	4 316	5 261
Depósitos à ordem	6 081 108	2 853 254
Depósitos a prazo	31 000 000	17 000 000
Juros a receber de depósitos a prazo	30 125	30 581
	37 115 549	19 889 096

Em depósitos a prazo, para os exercícios de 2025 e 2024, figuram os valores dos depósitos constituídos no IGCP (CEDIC). Os valores de juros a receber de depósitos a prazo, são correspondentes ao horizonte temporal do respetivo exercício económico, de 30 125 euros em 2025 e de 30 581 euros em 2024, sendo que estes, face à sua natureza, não são considerados um elemento de "caixa e seus equivalentes no fim do exercício" na Demonstração de Fluxos de Caixa.

A 31 de dezembro de 2025 a AdTA tinha constituídos os seguintes depósitos a prazo, CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de curto prazo:

Montante	Data de Início	Data Fim	Taxa de remuneração	Nº Dias
3 000 000	14/11/2025	02/01/2026	1,500%	49
4 000 000	17/11/2025	02/01/2026	1,500%	46
9 000 000	24/11/2025	02/01/2026	1,500%	39
2 000 000	27/11/2025	09/01/2026	1,500%	43
5 000 000	30/12/2025	30/01/2026	1,500%	31
8 000 000	31/12/2025	30/01/2026	1,500%	30
31 000 000				

O facto de o valor depósitos a prazo em 2025 ser superior ao de 2024 é justificado por não existir por parte da AdP-SGPS utilização do contrato de apoio de tesouraria, que em 2024 estava utilizado em 35 milhões de euros (nota 8.3).

14. Capital próprio

14.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias, de categoria A e B (nota 1.1), são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados/colocados à disposição, deduzidos da respetiva retenção na fonte, quando aplicável (nota 33).

14.2 Capital Social

	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2024
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Amadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 735	346 735	346 735	346 735
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaval	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	20 866 618	20 866 618
Loures	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da Sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excecionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia Geral de 23 de junho de 2020, a acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., considerando a caducidade das deliberações tomadas na assembleia geral de 16 de março de 2018 relativas à alienação do lote de 2 521 433 ações próprias da Sociedade, deliberou dar início ao procedimento para a alienação das mesmas nos termos e em conformidade como disposto no artigo 320.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nos artigos 1.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro, mandatando o Conselho de Administração da AdTA para proceder à contratação de uma entidade avaliadora independente para determinação do valor das ações.

A AdTA em finais de 2020 contratou para o efeito a *Ernst & Young, S.A.*, tendo sido o estudo concluído e apresentado em início de fevereiro de 2021, e subsequente submissão à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

(UTAM) do pedido de aprovação da venda das ações, de acordo com a avaliação proposta no Estudo, para posterior formalização da consulta aos acionistas sobre intenção de compra.

A 11 de fevereiro de 2021 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, reforçou o transmitido no passado, declarando formalmente junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas.

À presente data, a AdTA encontra-se a aguardar a decisão da área governativa das Finanças.

14.3 Resultado líquido por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido	6 574 040	6 867 549
Número médio de ações	1 13 527 680	1 13 527 680
Resultado por ação básico e diluído	0,06	0,06

O número médio de ações inclui o número de ações próprias da Sociedade (2 521 433).

14.4 Movimentos no ano

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2023	1 13 527 680	(2 521 433)	1 487 596	7 012 016	1 19 505 858
Aplicação do resultado líquido do exercício 2023			350 601	(350 601)	-
Dividendos atribuídos				(6 661 415)	(6 661 415)
Resultado líquido do exercício 2024				6 867 549	6 867 549
Saldo a 31 de dezembro de 2024	1 13 527 680	(2 521 433)	1 838 196	6 867 549	1 19 711 992
Aplicação do resultado líquido do exercício 2024			343 377	(343 377)	-
Dividendos atribuídos				(6 524 172)	(6 524 172)
Resultado líquido do exercício 2025				6 574 040	6 574 040
Saldo a 31 de dezembro de 2025	1 13 527 680	(2 521 433)	2 181 574	6 574 040	1 19 761 861

	31.12.2024	Constituição de reservas	Dividendos	Resultado líquido	31.12.2025
Resultado líquido do exercício	6 867 549	(343 377)	(6 524 172)	6 574 040	6 574 040
	6 867 549	(343 377)	(6 524 172)	6 574 040	6 574 040

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Reservas Legais, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

A aplicação de resultados de 2024 foi aprovada conforme ata n.º 18 da Assembleia Geral de 18 de março de 2025.

No decorrer do ano de 2025, do valor de dividendos, referente ao exercício de 2024, de 6 524 172 euros, foi pago o montante de 5 895 684 euros, respeitando o diferencial a retenções na fonte de IRC (nota 33).

15. Provisões ativos e passivos contingentes

15.1 Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, com base na melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2 Estimativas e julgamentos

A AdTA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3 Detalhe e movimento

Provisões

A 31 de dezembro de 2025, a AdTA tinha constituídas as seguintes provisões:

	31.12.2025	31.12.2024
Provisões para processos judiciais	181 579	142 793
Responsabilidades com pensões	490 636	543 885
	672 215	686 678

O valor de 181 579 euros, respeita a processos de contencioso a decorrer em tribunal, nomeadamente aos processos:

- i) 2088/20.9BEPRT, referente à ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda, no valor de 25 207 euros;
- ii) 2362/22.0T8CSC, referente a ação emergente de contrato de trabalho em que o ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a Manwpower (ETT) como contrato de trabalho sem termo e ilícito o seu despedimento, pedindo que a AdTA seja, subsidiariamente, condenada nesses efeitos, no valor de 33 503 euros;
- iii) 051/22.0BESNT, referente a ação intentada por Atecnic - Atividades técnicas Industriais, Lda, para retirar parte sobressaída do solo de todas as caixas de visita do prédio, no valor de 40 000 euros;
- iv) 1440/11.5BELSB, referente a ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) Simtejo, que por sua vez deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, em que o Tribunal proferiu sentença para que Câmara Municipal de Lisboa e Simtejo (AdTA) fossem condenadas solidariamente ao pagamento da indemnização de 88.165 euros, mas a que autor recorreu por considerar o valor da indemnização reduzido;
- v) 7448/24.3T8SNT, referente a ação intentada por Nuno Domingos no valor de 38 786 euros, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste Juízo do Trabalho de Sintra.

O valor de 490 636 euros, diz respeito à responsabilidade da Empresa, no âmbito de processo judicial e de acordo com sentença do Tribunal, com o pagamento de pensões vitalícias à viúva de trabalhador falecido na sequência de acidente de trabalho na ETAR da Guia em finais de 2020 (nota 24.1).

O movimento ocorrido no exercício de 2025 foi o seguinte:

	31.12.2024	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	31.12.2025
Provisões para processos judiciais	142 793	38 786	-	-	181 579
Responsabilidades com pensões	543 885	-	(43 176)	(10 073)	490 636
	686 678	38 786	(43 176)	(10 073)	672 215

No que respeita às provisões para processos judiciais:

- a) O aumento diz respeito ao processo acima elencado na alínea v).

Quanto à provisão para responsabilidades com pensões:

- a) A diminuição de 43 176 euros compreende os valores pagos de pensões durante o ano de 2025;
 b) Em ajustamentos, o valor de 10 073 euros respeita à atualização financeira dos valores das pensões a pagar no futuro.

Processos judiciais em curso

A Sociedade faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e nessa sequência constitui provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada, houve lugar à constituição de provisões anteriormente referidas, não tendo sido identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2025 os processos judiciais em curso eram os seguintes:

- Processo 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) SIMTEJO, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora. Proferida sentença para pagamento ao autor de 88.165,00 euros. Aguarda decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul.

- Processo 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, SA, Evolution, Engenharia, S.A., e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1), para pagamento 665.679,21 euros, com pedido reconvenional de 1 966 696,97 euros. Aguarda designação data julgamento.

- Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela *Euro Insurances Limited* no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Rio Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17.609,00 euros. Aguarda realização de audiência de julgamento.

- Processo 2088/2.9BEPRT

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda., no valor de 14.957,23 euros. TCAS determinou reapreciação 1.ª Instância. Em fase de fixação da indemnização a suportar pela AdTA.

- Processo 243/19.3BELSB

Impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela Empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a Empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de 15.195,00 euros. O valor do processo é de 35.336,00 euros e está em fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º1099/19.IBEPRT. Foi emitido despacho a conceder um prazo às Partes para chegarem a acordo, conforme solicitado pelas Partes.

- Processo 538/13.OBELRA

Impugnação judicial dos atos de liquidação oficiosa, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, efetuados na sequência da PROAVE e que se reportam ao período compreendido entre 2005 e 2010, tendo sido invocada a caducidade do direito à liquidação relativamente às contribuições pagas anteriormente a janeiro de 2009 (referente à Águas do Oeste, S.A.), o valor do processo é de 92.049,02 euros. Foi emitido parecer do Ministério Público (23/04/2019), a considerar que tendo em conta a data de notificação das liquidações invocada pela impugnante e não contrariada pela Segurança Social (13/1/2013) terá caducado o direito à liquidação relativa a prémios pagos anteriormente a janeiro de 2009, devendo a ação ser procedente em matéria de caducidade. Em 23/02/2021, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a impugnação, determinando a anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referentes aos períodos de 2005, 2006 e 2007 e absolvendo o Instituto da Segurança Social, IP, quanto ao demais. Foi ainda decidido que são ambas as partes responsáveis pelo pagamento das custas na proporção do decaimento, atendendo aos valores das remunerações dos anos a que respeitam as contribuições, que se fixou em 70% para o Instituto da Segurança Social, IP e 30% para a Impugnante. Foi interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, com vista à anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referente ao período de 2008, com fundamento de caducidade do direito à liquidação, bem como foi requerida a reforma quanto a custas judiciais da sentença em conformidade com a proporção do decaimento. As obrigações contributivas referentes ao período de 2008 perfazem o montante de 20.727,31 euros. Continua-se a aguardar decisão.

- Processo 2362/22.0T8CSC

Ação emergente de contrato de trabalho em que ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a Manpower (ETT) como contrato de trabalho sem termo e ilícito o seu despedimento, pedindo que a AdTA seja, subsidiariamente, condenada nesses efeitos (pedido de indemnização de antiguidade entre outros); subsidiariamente, pede indemnização por antecipação do prazo de caducidade. Ação a decorrer no Juiz 2 de Trabalho de Cascais - Comarca de Lisboa Oeste, no valor de 33.503 euros. Findos os articulados e proferido Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que, dando razão à AdTA, revogou a decisão de Intervenção Principal Provocada da empresa. Julgamento agendado para 3 de março de 2026.

- Processo 1073/13.IBELSB

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3) para restituição de terreno e indemnização de 28.102,00 euros. Em 2022 foi proferida sentença que absolveu a Águas do Tejo Atlântico, contudo, foi colocado recurso sobre o qual se aguarda decisão.

- Processo 264/19.6BELSB

Ação intentada por Luís dos Santos Pereira, contra a EPAL, que deduziu incidente de intervenção acessória da Águas do Tejo Atlântico (Unidade Orgânica 3, para pagamento de indemnização de 5.017,90 euros e juros de mora. Concluída a fase de

articulados. Julgamento realizado a 14 de janeiro de 2026, do qual a Águas do Tejo Atlântico foi ilibada de toda e qualquer responsabilidade, encontrando-se para a Empresa este processo encerrado.

- Processo 841/231BELSB

Reclamação de revisão extraordinária de preços pela DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A., apresentada no TAC Lisboa, pelo valor de 405.621,89 euros. Aguarda audiência prévia.

- Processo 296/23.0T8CSC

Ação emergente de contrato de trabalho, no valor de 4 042,92 euros, em que o ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a AdTA na sequência de um contrato de Utilização de Trabalho celebrado com a Grandalvo (também Ré a título subsidiário) ao abrigo do qual exerceu funções para a AdTA até 28.02.2022 e como ilícita a cessação do contrato/despedimento com o pagamento de todas as retribuições vencidas e vincendas até decisão final; subsidiariamente, peticiona também uma indemnização de antiguidade. Proferida decisão de suspensão da instância após finda a fase dos articulados.

- Processo de Inquérito n.º 7939/23.3T9LSB

Denúncia apresentada na DIAP de Lisboa - 6ª Secção, pela Águas do Tejo Atlântico, contra a ex-trabalhadora Maria Manuela Caeiro Almeida por factos que poderão consubstanciar a prática de um crime de falsificação de documentos (no âmbito de uma empreitada na qual era Gestora de Contrato). Aguarda-se despacho de arquivamento ou de acusação por parte do Ministério Público (fase final do inquérito).

- Processo de Injunção 28648/24.0YIPRT

Ação apresentada por VADECA - Facility Services, S.A., no Juízo Local Cível de Matosinhos - Juiz 4 - Tribunal Judicial da Comarca do Porto, para pagamento de serviços prestados no âmbito de contrato de prestação de serviços de limpeza, no valor de 14 816 euros.

- Processo 2731/17.7BELSB

Ação intentada por Liberty Seguros, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA (Unidade Orgânica 2 -), para pagamento de indemnização de 2.690,39 euros e juros de mora. Proferida sentença a 1 de janeiro de 2025 com absolvição da Águas do Tejo Atlântico.

- Processo 7448/24.3T8SNT

Ação intentada por Nuno Domingos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste Juízo do Trabalho de Sintra, Juiz 2. Aguarda-se admissão do recurso da sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa.

- Processo 1930/24.0T8CSC

Ação intentada por Eugénia Dantas no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo do Trabalho de Cascais - Juiz 2.

- Processo 1051/22.0BESNT

Ação intentada por Atecnic - Atividades técnicas Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, para retirar parte sobressaída do solo de todas as caixas de visita do prédio com sanção pecuniária compulsória de 50 euros/dia., no valor estimado de 40 000 euros.

- Processo 2757/24.4T8LSB

Processo de acidente de trabalho no Juízo do Trabalho de Lisboa - Loures - J2, em fase conciliatória. Ministério Público requer que a Empresa suporte a respetiva indemnização em conjunto com a seguradora na proporção dos vencimentos alegadamente não declarados. Finda a fase de articulados - aguarda-se pelo despacho saneador/julgamento.

- Processo 82/25.2BESNT

Ação intentada por Rui Miguel Lourenço Teixeira, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, referente a pedido de cancelamento de registo de servidão, indemnização e sanção pecuniária compulsória, no valor de 40 euros/dia.

- Processo 12/25.1T8MFR

Ação intentada por António Teodoro Ruivo, cabeça-de-casal da herança de Maria Celeste Duarte Ruivo, referente a pedido de indemnização por ocupação de terreno para construção de acesso a EE, no valor de 34 750 euros.

- Processo 2061/25.0T8CSC

Ação intentada contra Marta Pacífico Sousa - Pedido de reembolso no valor de 552,02 euros.

- Processo 11095/25.4T8LSB

Ação intentada por Paulo Alexandre Oliveira Gromicho - Juízo do Trabalho de Lisboa - Juiz 7, no valor de 86 400,80 euros.

- Processo 396/25.1T8STR

Ação intentada por João Pedro Correia Serrenho e Sandra Isabel Martins da Silva Frutuoso, no valor de 136 839,84 euros.

- Processo 11281/25.7T8LSB

Ação intentada por Inês Colaço Santos Carvalho no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Juízo do Trabalho de Lisboa - Juiz 1, no valor de 139 839,84 euros.

- Processo 465/25.8T8CLD

Ação intentada por Rui Alexandre Vasco Galego no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo do Trabalho das Caldas da Rainha, no valor de 35 791,51 euros.

- Processo 15489/24.4T8SNT

Ação intentada por António Joaquim Martins Abreu, no valor 32 121 euros.

- Processo 1941/21.7BELSB

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por WAVE. Consulting Unipessoal, Lda.. Proferida sentença absolvição AdTA.

- Processo 712/25.6BEVIS

Ação intentada por Acquafloc, Lda., para anulação de decisão de adjudicação de contrato - TAF Viseu.

Dos processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões, com exceção dos processos: i) 2088/2.9BEPRT-Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy; ii) 2362/22.0T8CSC- Ação emergente de contrato de trabalho em que o ex-trabalhador temporário solicita o

reconhecimento da sua relação laboral com a Manpower (ETT); iii) 05 I/22.0BESNT, referente a ação intentada por Atecnic - Atividades técnicas Industriais, Lda; iv) 1440/11.5BELSB, referente a ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) Simtejo; e v) 7448/24.3T8SNT, ação intentada por Nuno Domingos, conforme nota 15.3.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Beneficiários		31.12.2025	31.12.2024
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24 821	24 821
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	65 025	65 025
Tribunais	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	3 598 915	3 598 915
		3 688 761	3 688 761

16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

16.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

16.2 Detalhe e movimento

Conforme expresso na nota 2.2.4, a AdTA, com base no disposto no Contrato de Concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente.

	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimos de gastos de investimento contratual	98 690 923	100 636 543
	98 690 923	100 636 543

Movimento do período:

	31.12.2025
Saldo inicial	100 636 543
Dotação do exercício (nota 25)	3 079 137
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (nota 5.3)	(5 024 758)
Saldo final	98 690 923

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso, para firme, foi transferido da rubrica "Acréscimos de gastos de investimento contratual" o montante de 5 024 758 euros (7 223 615 euros em 2024), o qual representa as amortizações acumuladas do investimento efetivamente executado no ano de 2025 (nota 5.3).

17. Subsídios ao investimento

17.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdTA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização/depreciação dos ativos subjacentes.

17.2 Detalhe e movimento

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento era o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de Coesão	101 284 383	106 081 284
FEDER	3 916 172	4 156 522
POSEUR	1 323 840	812 713
Fundo Ambiental - Viaturas Elétricas	15 102	24 898
Fundo Ambiental - Outras	37 200	38 961
Outros subsídios	32 819	34 328
	106 609 516	111 148 705

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2025 e 2024 foram conforme os constantes nos seguintes quadros:

	31.12.2024	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2025
Fundo de Coesão	106 081 284	(4 796 902)	-	-	101 284 383
FEDER	4 156 522	(185 477)	-	(54 872)	3 916 172
POSEUR	812 713	(58 881)	515 136	54 872	1 323 840
Fundo Ambiental - Viaturas Elétricas	24 898	(9 796)	-	-	15 102
Fundo Ambiental - Outras	38 961	(1 761)	-	-	37 200
Outros subsídios	34 328	(1 509)	-	-	32 819
	111 148 705	(5 054 326)	515 136	-	106 609 516

	31.12.2023	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2024
Fundo de Coesão	110 916 950	(4 780 793)	-	(54 872)	106 081 284
FEDER	18 066	(16 205)	4 099 788	54 872	4 156 522
POSEUR	847 105	(32 613)	-	(1 779)	812 713
Fundo Ambiental - Viaturas Elétricas	24 694	(9 796)	10 000	-	24 898
Fundo Ambiental - Outras	41 133	(2 172)	-	-	38 961
Outros subsídios	36 242	(1 914)	-	-	34 328
	111 884 190	(4 843 493)	4 109 788	(1 779)	111 148 705

No exercício de 2025, o valor recebido foi de 2 222 419 euros, 1 707 282 euros do FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, referente à candidatura da Empreitada de conceção-construção para remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos, cuja taxa de financiando é 85%, e 515 136 euros respeitante ao POSEUR.

Na coluna aumentos, referente ao POSEUR, do montante de 515 136 euros, 491 370 euros respeitam à aprovação da reprogramação da candidatura, referente à empreitada de execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV, e 23 767 euros dizem respeito à candidatura de Beirolas.

A Sociedade reconhece o direito ao subsídio, tendo por base o valor das candidaturas aprovadas, de acordo com o valor de investimento subsidiado.

18. Empréstimos

18.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores" e "Outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdTA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de encargos financeiros com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa aos encargos financeiros com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Sociedade liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos bancários BEI	125 791 772	113 588 199
Custo Amortizado	(652 038)	(605 882)
Não correntes	125 139 733	112 982 316
Empréstimos bancários BEI	16 937 132	45 343 359
Custo Amortizado	-	(142 944)
Juros e comissões a liquidar	330 550	341 821
Correntes	17 267 682	45 542 236
Total de empréstimos	142 407 416	158 524 552

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das Empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de Empresas;
- Alterações no património das Empresas;
- Alteração/ cessação da atividade das Empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das Empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

Movimento nos empréstimos obtidos

	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	112 982 316	45 542 236	158 524 552
Reembolso de capital	-	(16 202 655)	(16 202 655)
Reclassificação de não corrente para corrente	(16 937 132)	16 937 132	-
Reclassificação de corrente para não corrente	29 140 705	(29 140 705)	-
Varição no custo amortizado	(46 156)	142 944	96 788
Varição na especialização de juros e comissões	-	(11 270)	(11 270)
Saldo Final	125 139 733	17 267 682	142 407 416

Conforme referido na nota 4.3, gestão do risco de liquidez, em 31 de dezembro de 2024, por ainda não estar formalizada a extensão do aval do Estado Português aos empréstimos do BEI denominados por BEI II – tranches A e B, o capital em dívida foi classificado como corrente, no montante de 29 140 705 euros (valor do empréstimo passível de ser diferido).

Empréstimos por maturidade (exclui custo amortizado e comissões e juros a liquidar)

	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	16 937 132	45 343 359
De 1 a 2 anos	19 821 903	13 559 873
De 2 a 3 anos	21 118 893	14 856 863
De 3 a 4 anos	21 629 149	15 367 119
De 4 a 5 anos	22 175 628	15 913 598
Superior a 5 anos	41 046 198	53 890 747
	142 728 903	158 931 558

O valor em dívida dos empréstimos BEI, sem ter em consideração o valor dos juros e o do custo amortizado, era o seguinte a 31 de dezembro de 2025:

Data inicial empréstimo	Data final do empréstimo	Contrato / Linha	Tranche	Nº	Valor Negociado	Valor em dívida	Taxa	Tipo de Taxa	Data de revisão da taxa
19/06/2006	15/09/2030	BEI II	A	7	11 000 000	5 307 082	2,358%	fixa	15/09/2030
13/12/2006	16/12/2030	BEI III	A	50	21 333 333	8 611 371	2,374%	fixa	16/12/2030
21/11/2007	16/12/2030	BEI III	A	52	13 333 333	5 382 107	2,374%	fixa	16/12/2030
08/07/2008	16/12/2030	BEI III	A	9	15 000 000	6 054 870	0,035%	fixa	16/12/2030
08/08/2008	16/12/2030	BEI III	A	54	5 333 333	2 152 843	0,035%	fixa	16/12/2030
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	A	16	3 500 000	1 688 617	2,358%	fixa	15/09/2030
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	B	17	7 500 000	3 618 465	2,358%	fixa	15/09/2030
16/12/2008	16/12/2030	BEI III	A	56	5 333 333	2 152 843	0,035%	fixa	16/12/2030
16/07/2009	16/09/2032	BEI III	B	18	10 000 000	5 378 440	1,984%	fixa	16/09/2027
08/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	24	6 400 000	3 087 757	2,358%	fixa	15/09/2030
11/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	22	32 000 000	15 438 784	2,358%	fixa	15/09/2030
16/12/2009	16/06/2034	BEI III	C	27	35 000 000	21 902 615	0,108%	fixa	16/06/2029
10/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	32	45 000 000	28 160 505	2,208%	fixa	16/06/2029
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	58	10 666 667	6 675 083	2,208%	fixa	16/06/2029
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	33	15 000 000	9 386 835	0,000%	fixa	16/06/2029
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	60	5 333 333	3 337 541	2,208%	fixa	16/06/2029
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	45	23 000 000	14 393 147	2,208%	fixa	16/06/2029
					264 733 333	142 728 903			

Empréstimos por tipo de taxa e maturidade

A AdTA apenas tem empréstimos à taxa fixa.

Taxa de juro fixa	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 anos	16 937 132	45 343 359
De 1 a 2 anos	19 821 903	13 559 873
De 2 a 3 anos	21 118 893	14 856 863
Superior a 3 anos	84 850 975	85 171 463
	142 728 903	158 931 558

Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos BEI. Em consequência dos montantes e maturidades envolvidas nestes empréstimos (25 anos) e ao facto da escassez de comparativos sustentados de mercado que permitam avaliar a que taxas de financiamento alternativas ao BEI o Grupo AdP se poderia financiar, os referidos empréstimos encontram-se valorizados ao custo amortizado.

19. Fornecedores e outros passivos**19.1 Políticas contabilísticas**

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdTA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como passivos não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 Detalhe**Fornecedores e outros passivos não correntes**

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos não correntes, era o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Integração de infraestruturas municipais		
<i>Município de Torres Vedras</i>	453 952	509 246
	453 952	509 246

A diminuição do valor em dívida em 2025, face ao registado em 2024, decorre por um lado da amortização da dívida, e por outro da atualização do valor da dívida, decorrente das estimativas da inflação.

Decomposição da dívida:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Dívida nominal		367 308	413 221
Atualização económica - IHPIC (FSE's)		138 606	145 128
Atualização financeira (juros)	29 e 30	14 631	16 056
Total dívida corrente e não corrente		520 545	574 405

O valor de 520 545 euros decompõe-se em 453 952 euros como dívida não corrente e 66 593 euros como dívida corrente.

Fornecedores e outros passivos correntes

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos correntes, era o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores correntes	7 778 310	8 052 169
Outros passivos correntes	8 391 415	8 728 801
Estado e outros entes públicos	4 484 045	4 121 075
	20 653 770	20 902 045

i) Fornecedores correntes

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de investimentos	1 098 892	2 711 915
Fornecedores de investimentos-Cauções/Retenções	1 146 981	1 056 111
Fornecedores de investimentos - Litígios	1 210 512	1 210 512
Fornecedores de investimentos - faturas em receção e conferência	230 135	56 629
Integração de infraestruturas municipais		
Município de Torres Vedras	66 593	65 159
Fornecedores gerais	3 980 500	2 690 468
Fornecedores - empresas do Grupo	44 696	42 103
Fornecedores gerais faturas em receção e conferência	-	219 272
	7 778 310	8 052 169

A rubrica "Fornecedores de Investimento-Cauções/Retenções" respeita a cauções e retenções por garantia de obra e a rubrica "Fornecedores de investimentos – Litígios" respeita a valores por pagar de situações em litígio, ou que os fornecedores estão em processo de insolvência. No quadro seguinte apresenta-se a composição do saldo de "Fornecedores de investimentos – Litígios":

	31.12.2025	31.12.2024
Somague / Edifer	474 343	474 343
Ambilogos, Lda	412 510	412 510
Sacyr Somague, S.A.	73 612	73 612
Edifer Construcões Pires Coelho	73 612	73 612
Malonga Construções SA	67 721	67 721
Ecotecnica	63 096	63 096
Leirislena - Soc. Construções, S.A.	24 223	24 223
Constragraço - Construções Civis Lda	6 086	6 086
Assis & Gabriel, Lda.	4 993	4 993
Pinto & Bentes S.A.	3 091	3 091
Qvc Consulting	2 322	2 322
Oikos Construções, S.A.	2 057	2 057
Poliobra - Const Civis Lda	2 057	2 057
Tecmais-Eng e Ambiente, S.A.	788	788
	1 210 512	1 210 512

O Prazo Médio de Pagamentos de 2025 foi de 28 dias, e em 2024 foi de 25 dias.

ii) Outros passivos correntes

	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimos com férias e subsídio de férias	2 203 533	2 007 466
Outros Acréscimos de gastos c/ Pessoal	3 740	-
Outros acréscimos e diferimentos	2 522 160	3 064 845
Rendimentos a reconhecer - Fundo Ambiental	1 238 745	1 352 957
Componente tarifária acrescida	2 244 179	2 204 190
Cauções a fornecedores e outras	152 842	59 249
Outros credores	26 215	40 095
	8 391 415	8 728 801

A rubrica "**Acréscimos com férias e subsídio de férias**" representa a obrigação da Sociedade para com os trabalhadores referente a remunerações com subsídio de férias e férias (Incluindo encargos) do ano de 2025, os quais serão pagos a partir de 1 de janeiro de 2026.

A Sociedade registou ainda nesta rúbrica a estimativa de gastos inerente ao impacto do aumento médio salarial de 4,6% no Grupo AdP em 2026, na componente de férias e subsídio de férias a liquidar em 2026 por trabalho prestado em 2025, no valor de 96 934 euros, na medida em que as férias e subsídio de férias são pagos ao valor da remuneração mensal do momento em que são pagos e não ao valor da remuneração mensal do momento em que o trabalho foi prestado.

A rubrica "**Outros acréscimos e diferimentos**" inclui a aplicação da periodização económica dos gastos suportados com, (i) eletricidade no montante de 1 071 949 euros (2024: 890 169 euros), (ii) tratamento de lamas no montante de 124 293 euros (2024: 918 197 euros), (iii) trabalhos especializados no montante de 245 098 euros (2024: 214 269 euros), (iv) gastos de conservação e reparação de 631 600 euros (2024: 433 244 euros), (v) seguros de 151 337 euros (2024: 162 156 euros), e de (vi) gastos diversos no montante de 586 984 euros (2024: 446 450 euros).

Quanto à rubrica "**Rendimentos a reconhecer**", o valor de 1 238 745 euros, respeita na totalidade ao valor ainda por reconhecer como rendimento do total recebido do Fundo Ambiental no âmbito da candidatura AgIR-Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste, Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021. Esta candidatura financia as despesas elegíveis em 100%, recebendo a Sociedade por ano determinada verba para fazer face às despesas a incorrer nesse ano, a título de adiantamento. O valor recebido em 2025 foi de 1 milhão de euros (1,2 milhões de euros em 2024).

A rubrica "**Componente tarifária acrescida**" corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-SIMTEJO e ex-SANEST), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituído por isso um rendimento da Sociedade. O valor correspondente ao último trimestre de 2025, foi faturado em janeiro de 2026 e pago no decorrer de fevereiro de 2026.

iii) Estado e outros entes públicos

	31.12.2025	31.12.2024
Retenções - IRS	57 192	114 235
Retenções - Segurança social	321 061	304 801
Outras tributações - TRH	4 105 791	3 702 039
Estado e outros entes públicos passivos	4 484 045	4 121 075

Os valores de retenções de IRS, Segurança Social e de outros impostos registados a dezembro de 2025, foram liquidados em janeiro de 2026.

O valor registado em "Outras tributações-TRH" será pago em março/abril de 2026, aquando da emissão da faturação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2025
Ativos intangíveis	-	-	-	415 365 729	415 365 729
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	889 838	889 838
Ativos sob direito de uso	-	-	-	1 401 462	1 401 462
Outros ativos financeiros não correntes	24 056	-	24 056	-	24 056
Impostos diferidos ativos	-	-	-	46 341 532	46 341 532
Inventários	-	-	-	3 483 107	3 483 107
Clientes	12 300 460	-	12 300 460	-	12 300 460
Outros ativos correntes	4 131 302	-	4 131 302	1 082 067	5 213 369
Outros ativos financeiros correntes	152 842	-	152 842	-	152 842
Caixa e seus equivalentes	37 115 549	-	37 115 549	-	37 115 549
Total do ativo	53 724 209	-	53 724 209	468 563 735	522 287 944
Provisões	-	-	-	672 215	672 215
Acréscimos gastos investimento contratual	-	-	-	98 690 923	98 690 923
Subsídios ao investimento	-	-	-	106 609 516	106 609 516
Empréstimos não correntes	-	125 139 733	125 139 733	-	125 139 733
Passivos por locação não correntes	-	-	-	796 569	796 569
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	453 952	453 952	-	453 952
Impostos diferidos passivos	-	-	-	13 836 088	13 836 088
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	-	-	-	17 563 455	17 563 455
Empréstimos correntes	-	17 267 682	17 267 682	-	17 267 682
Passivos por locação correntes	-	-	-	380 298	380 298
Fornecedores e outros passivos correntes	-	16 169 725	16 169 725	4 484 045	20 653 770
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	461 881	461 881
Total do passivo	-	159 031 093	159 031 093	243 494 990	402 526 083

21. Rédito de contratos com clientes

21.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito compreende assim, o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela ERSAR.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações

de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdTA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada – Serviços em "alta" - Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) rendimentos tarifários; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

Desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário)

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.5.

21.2 Detalhe

	31.12.2025	31.12.2024
Vendas	149 712	100 878
Prestações de Serviços	100 146 480	98 454 651
	100 296 192	98 555 528

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	24 051 670	18 879 195
	24 051 670	18 879 195

	31.12.2025	31.12.2024
Desvio de Recuperação de Gastos do ano (superavit tarifário)	(1 685 662)	(564 657)
Acerto Desvio de Recuperação de Gastos de 2024	(585 558)	-
	(1 685 662)	(564 657)

Tal como referido na nota 2.2.6 a AdTA não tem margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo, o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante e correspondem ao investimento realizado no ano (nota 5).

Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza

	31.12.2025	31.12.2024
Alcobaça	1 592 030	1 569 785
Amadora	6 967 093	6 861 469
Arruda dos Vinhos	572 078	564 523
Bombarral	507 903	500 863
Cadaval	513 059	505 439
Lisboa	30 418 453	30 025 779
Loures	8 817 456	8 701 927
Lourinhã	1 102 175	1 087 317
Nazaré	770 878	760 154
Óbidos	609 741	601 213
Odivelas	5 234 996	5 164 428
Oeiras	6 444 579	6 300 104
Peniche	675 485	665 677
Rio Maior	822 441	810 635
Sintra	12 462 578	12 156 888
Sobral de Monte Agraço	237 193	233 384
Torres Vedras	3 368 400	3 322 104
Vila Franca de Xira	4 709 726	4 651 440
Caldas da Rainha (transporte)	802 800	788 973
Total de vendas a partes relacionadas	86 629 064	85 272 101
Alenquer	1 510 817	1 490 613
Azambuja	667 750	658 622
Maфра	2 219 119	2 193 162
Cascais	8 586 658	8 372 541
Outros clientes não municipais	533 072	467 613
IKEA - água residual tratada	33 300	32 859
Lisboa - água residual tratada	104 499	66 349
Priority Goal, Campo de golfe - água residual tratada	11 912	1 670
Total de vendas a outros clientes	13 667 128	13 283 428
	100 296 192	98 555 528

A faturação da AdTA decorreu nos moldes previstos da cláusula 16.^a do Contrato de Concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2025 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-003780/2024, de 12 de setembro de 2024, e sequente aprovação de S. Exa. a Ministra do Ambiente e Energia, ao abrigo do Despacho n.º 51/MAEN/2024, de 8 de outubro de 2024.

A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários, que face a 2024 aumentou em 1,66%.

No exercício de 2025, a Águas do Tejo Atlântico deu continuidade ao fornecimento de ApR no âmbito dos contratos celebrados com os clientes *Priority Goal*, Campo de golfe, para rega de campos de golfe na zona de Óbidos, com água residual tratada proveniente da Fábrica de Água do Casalinho, com o Município de Lisboa, com água residual tratada proveniente da Fábrica de Água de Beirolas, e com o IKEA, com água residual tratada proveniente da Fábrica de Água de Frielas.

22. Gasto das vendas

	31.12.2025	31.12.2024
Matérias subsidiárias (nota 12.2)	4 371 202	5 061 113
	4 371 202	5 061 113

	31.12.2025	31.12.2024
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	24 051 670	18 879 195
	24 051 670	18 879 195

23. Fornecimentos e serviços externos

23.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

Trabalhos para a própria Empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

23.2 Detalhe

	31.12.2025	31.12.2024
Assistência técnica	38 962	(63 824)
Análises/ Monitorização	261 952	327 509
Tratamento de resíduos	1 345 031	1 140 961
Tratamento de efluentes	205 120	190 950
Tratamento de lamas	7 720 452	7 766 750
Fee's gestão serviços	2 407 109	2 365 333
Assessoria Jurídica	133 546	247 135
Assistência Informática	825 519	528 164
Trabalhos Especializados-Outros	1 359 622	934 145
Publicidade e propaganda	294 867	271 842
Segurança	354 280	281 912
Vigilância	460 833	442 824
Honorários	-	63 270
Conservação e reparação	10 986 832	10 342 360
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	240 716	234 029
Rendas e alugueres	1 136 070	1 090 657
Eletricidade	9 306 617	9 071 466
Combustíveis	380 061	397 939
Fornecimento de água	357 083	362 842
Comunicação	141 083	112 356
Seguros	535 594	638 935
Limpeza higiene e conforto	515 673	452 314
Desinfecção às instalações	27 412	32 965
Material Laboratório	266 947	192 202
Trabalho temporário	285 181	618 327
Jardinagem	462 310	358 246
Outros fornecimentos e serviços	463 725	455 011
Total de FSE's brutos	40 512 597	38 856 620
Subsídios à exploração - respeitantes a FSE's	(37 707)	4 347
Total de FSE's líquidos de subsídios à exploração	40 474 890	38 860 967

Conforme referido na nota 23.1, os subsídios à exploração são deduzidos aos gastos de acordo com a sua natureza. No exercício de 2025, os subsídios à exploração que respeitam a gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos, foram de 1 109 320 euros (982 690 euros em 2024), em que 1 071 613 euros (987 037 euros em 2024) foram deduzidos diretamente nas contas onde foi contabilizado o respetivo gasto, no caso relacionados com o projeto AgIR em que o financiamento é de 100% (nota 17.2), 37 707 euros por respeitarem a diversas rubricas de gastos e candidaturas, no âmbito da modernização de processos e de estudos de investigação e desenvolvimento, foram contabilizados em rúbrica específica para o efeito.

Estes subsídios resultam assim de candidaturas a financiamento no âmbito da modernização de processos e de estudos de investigação e desenvolvimento, conforme já referido, que do mesmo modo têm também permitido a obtenção de benefícios fiscais no âmbito do SIFIDE, e da candidatura ao Fundo Ambiental referente ao Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021).

Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas pela Sociedade, segundo as comparticipações contratualizadas, no âmbito de gastos ilegíveis suportados com "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com pessoal".

A Sociedade reconhece o subsídio à medida que realiza a despesa na proporção do financiamento previsto nas candidaturas.

Aproximadamente 70% do total de Fornecimentos e Serviços Externos que totalizam 28 milhões de euros, respeitam a:

- Conservação e reparação – 10,99 milhões de euros;
- Gastos com eletricidade – 9,30 milhões de euros;
- Tratamento de lamas - 7,72 milhões de euros;

Tratam-se, portanto, de gastos necessários a garantir a operacionalidade da Empresa com eficiência, qualidade e segurança.

Comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos (brutos) foram superiores em 1 656 mil euros.

De seguida identificam-se algumas das rubricas de fornecimentos e serviços externos com variações mais significativas, face a 2024:

- Assistência Técnica – A variação negativa de 102 786 euros é justificada pela reclassificação efetuada em 2024 para imobilizado em curso de serviços contratados à AdP diretamente relacionados com investimento, que no fecho de 2023 os valores haviam sido especializados como gasto por desconhecimento a que projetos em concreto diziam respeito, só identificado com a receção das faturas em 2024.
- Tratamento de resíduos, tratamento de efluentes e fornecimento de água – Maiores gastos de 204 070 euros. A variação é explicada essencialmente por maiores gastos com serviços para a recolha, transporte e deposição em destino final de mistura de gorduras e óleos, da separação óleo/água, produzidas nas FA e com serviços de recolha, transporte e envio a destino final de resíduos das Fábricas de Água e Estações Elevatórias de águas residuais. É ainda de referir o significativo aumento do preço unitário, que era até 2025 de 153€/ton e o concurso público celebrado em 2025 conduziu à celebração de um contrato com o valor de 288€/ton. Com efeito, a irregularidade e imprevisibilidade deste mercado conduziu à variação acima indicada sem que o quantitativo de subprodutos a valorizar tenha alterações significativas.
- Tratamento de lamas – Verifica-se uma variação positiva de 46 298 euros, sendo explicada por menores gastos com serviços de recolha, transporte e envio a destino final de lamas, apesar de se ter verificado um aumento de preço dos contratos que entraram em vigor no 2º semestre de 2025. Em sinal contrário, incorreram-se com gastos em 2025, que não ocorreram em 2024, nomeadamente com a aquisição de serviços para Limpeza do Tanque de Lamas Espessadas na Fábrica da Água de Alcântara e do Tanque de Lamas Primárias na Fábrica de Água da Guia, no valor de 64 400 euros, assim como com remoção de lamas das lagoas anaeróbias da FA de Vila Nova de S. Pedro, no valor de 98 750 euros. No ano anterior, verificaram-se este tipo de gastos com remoção de lamas das lagoas anaeróbias, na FA de Alcobertas, da FA de Aveiras e da FA de Marmeleira, no valor de 92 994 euros, e incorreu-se com gastos no valor de 55 683 euros respeitantes à FA de Torres Vedras.
- Fee's de Gestão - Gastos superiores em 41 776 euros. Os fee's são apurados pela aplicação de 2,4% ao volume de negócios, decorrendo a variação negativa de um maior volume de negócios em 2025, face a 2024;
- Assessoria Jurídica - Gastos inferiores aos do ano anterior, em 113 589 euros. A variação positiva decorre de menos gastos com serviços de patrocínio judiciário de âmbito penal na sequência do acidente mortal ocorrido na FA da Guia, em novembro de 2020, no valor de 73 815 euros, e com a aquisição de serviços de apoio jurídico à formação e execução de contratos públicos, no valor de 53 514 euros.

- Assistência Informática – Variação negativa de 297 355 euros.

Importa salientar que a Águas do Tejo Atlântico iniciou já no ano passado um processo de investimento na sua transformação digital, aspeto essencial, do ponto de vista, continuidade do serviço, resiliência das suas operações, mas também da sua eficiência enquanto empresa.

Acresce que em 2024 entrou em vigor a nova Diretiva NIS2 que acarreta responsabilidades acrescidas para todos os estados-membros e respetivas empresas, sendo que o setor da água é considerado setor crítico e, como tal, está obrigado a um conjunto de requisitos digitais inexistentes previamente.

Destacam-se em 2025 os seguintes gastos:

- Aquisição de serviços para mitigação da execução em 2024 de ações urgentes na Área Soluções Digitais e Sistemas, no valor de 51 429 euros. Face à ausência de recursos internos e à premência de execução de várias ações urgentes por parte de recursos especializados em sistemas de informação, revelou-se necessária esta aquisição para dar resposta sobre a rede informática e as ferramentas de utilizador. Foi assim desenvolvido um plano de mitigação do procedimento de recursos DSD para conferir à Direção um nível aceitável de capacitação para resposta às necessidades da Tejo Atlântico e participar ativamente no cumprimento da sua missão, nos objetivos estratégicos e materializar a sua visão, numa ótica de melhoria;

- Aquisição de serviços de consultadoria de processos operacionais, no valor de 49 500 euros;

- Aquisição de upgrade de firewalls e serviços conexos, no valor de 33 333 euros. As *firewalls* possuem um conjunto de funcionalidades e ferramentas que dependem de subscrição e suporte para atualização constante, de modo a garantirem a sua eficiência e eficácia no funcionamento da rede IP da Tejo Atlântico e no combate a incidentes de cibersegurança.

Paralelamente, a sua criticidade para o funcionamento diário da rede cria uma necessidade de suporte e substituição de hardware, para o caso de avarias, ou para resolução de erros, ou mesmo mau funcionamento que podem originar a indisponibilidade da rede e informação da Tejo Atlântico.

- Aquisição de serviços para desenvolvimento do módulo de gestão de investimentos, no valor de 44 189 euros;

- Aquisição de serviços de desenvolvimento da página Web, no valor de 39 895 euros;

- Aquisição e implementação de plataforma de gestão dos processos de contratação pública, no valor 53 975 euros;

- Serviços de assistência técnica e manutenção preventiva, corretiva evolutiva à aplicação informática NAVIA, no valor de 43 125 euros;

- Aquisição de serviços de consultoria e apoio especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação no valor de 41 295 euros.

Por outro lado, no ano anterior incorreu-se com gastos relacionados com a plataforma especializada para gestão de arquivo digital técnico, no valor de 76 667 euros, que não ocorreram em 2025.

- Trabalhos Especializados - outros – Gastos superiores aos do ano anterior em 425 477 euros, sendo de destacar os gastos tidos com:

- Serviços de engenharia de manutenção nas componentes de construção civil e segurança, no valor de 73 700 euros;

- Serviços relativa a uma bolsa de trabalhos para controlo de caudais, no valor de 58 003 euros;

- Serviços de digitalização para arquivo técnico digital no valor de 49 029 euros;

- Serviços de assessoria técnica de topografia (Coletores), no valor de 19 984 euros;

- Serviços de atualização e complemento do inventário de infraestruturas e suporte ao carregamento do cadastro técnico, no valor de 48 054 euros;

- Serviços de técnico responsável pela exploração de instalações elétricas (TREIE), no valor de 24 675 euros

- Reclassificação para gastos de estudo projeto referente a integração paisagística da Fábrica de Água de Chelas, no valor de 153 500 euros.

Contrariamente, não se verificaram gastos em 2025 com consultoria para estudo de desenvolvimento estratégico para a Direção de Laboratório, no valor de 45 500 euros.

- Segurança – Variação negativa de 72 368 euros, em que se destacam os seguintes gastos:
 - Aquisição, instalação e certificação de equipamentos de proteção antiqueda, no valor de 70 424 euros;
 - Serviços de reparação, manutenção e assistência técnica a sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndios, portas corta-fogo, central de desenfumagem, central de deteção CO e iluminação de emergência das Instalações da AdTA, no valor de 17 538 euros;
 - Serviços de Coordenação de Segurança em Obra (CSO), Coordenação de Segurança em Projeto e Coordenação Ambiental em Obra (CAO), no valor de 16 800 euros;
 - Aquisição de equipamentos e serviços associados, inspeção, certificação e manutenção de equipamentos para trabalhos em altura e profundidade no valor de 43 379 euros.Em sentido contrário, verificam-se menos gastos com a aquisição de equipamentos e serviços associados a trabalhos em altura e profundidade, no valor de 93 171 euros.
- Vigilância – Variação negativa de 18 009 euros, justificada por um lado, pelo aumento de preços praticados em 2025 face aos de 2024 (atualização de preços prevista em contrato), e por outro, pela extensão a mais instalações, fruto de eventos de insegurança detetados nas infraestruturas sob gestão da AdTA, que levou a que a Empresa tivesse de acautelar a segurança de pessoas e bens.
- Honorários – Variação positiva de 63 270 euros, por não se registarem em 2025 gastos desta natureza.
- Conservação e reparação variação negativa de 644 472 euros, destacando-se:
 - Conservação e reparação de edifícios e outras construções – Variação negativa de 621 964 euros, que na grande maioria resulta maiores gastos com de serviços de limpeza de infraestruturas operacionais e de drenagem;
 - Conservação e reparação de equipamento básico - Variação negativa de 173 070 euros;
 - Conservação e reparação de equipamento de transporte - Variação negativa de 36 358 euros, que decorre de gastos com acondicionamento de viaturas, uma vez que a Empresa procedeu à devolução de viaturas à locadora, em virtude da impossibilidade de extensão de contratos (pelo número de anos e de quilómetros percorridos). Verificam-se também mais gastos com ativação dos danos próprios do seguro automóvel, e com serviços não contratados.
 - Conservação e reparação outras - Variação positiva de 148 968 euros, por menos gastos com serviços de manutenção do sistema de medição de caudais de faturação das FA da Zona Sul, no valor de 126 767 euros, e com serviços de trasfega de media para os biofiltros do tratamento biológico da Fábrica da Água de Alcântara da Tejo Atlântico, no valor de 35 000 euros. Em sinal contrário, verificam-se gastos com aquisição de mangas Longopac e adaptador para os tamisadores das FA da Guia e

de Chelas, no valor de 14 759 euros, e com serviços de inspeção de sinalização dos emissários Submarinos do CO da Guia, no valor de 10 660 euros.

- Eletricidade - A variação negativa de 235 151 euros, decorre do facto de em 2025 se verificar um maior consumo de eletricidade adquirida (+2 090 484kWh), em termos de preço médio o valor de 2025 face a 2024 é ligeiramente inferior, 134 €/kWh vs. 0,135 €/kWh.
- Rendas e Alugueres - Da variação negativa de 45 413 euros, é de destacar:
 - A variação negativa com o aluguer de viaturas no valor de 132 372 euros, devido a maiores gastos com a locação/aluguer pontual de viaturas de curta e média duração, e com extensão de contratos de AOV que no passado estavam contabilizados ao abrigo da IFRS16;
 - A variação positiva de 241 366 euros em outras rendas e alugueres, justificada por menores gastos com o aluguer de contentores para balneários, no valor de 21 052 euros, e pelo facto de em 2025, ao contrário do sucedido em 2024, a subscrição de licenças de software Microsoft ter sido contabilizada ao abrigo da IFRS16 (imobilizado), e não como FSE, no valor de 197 062 euros.
- Combustíveis - Gastos inferiores aos do ano transato, em 17 878 euros. A empresa incorreu com menos gastos com a aquisição de gasóleo específico para consumo nos grupos geradores, no valor de 15 693 euros, e com gasóleo para utilização das viaturas, no valor de 17 144 euros, mas, contrariamente, incorreu com mais gastos com gasolina de 14 959 euros.
- Seguros - A variação positiva de 103 387 euros, sendo explicada essencialmente por um prémio de seguro multirrisco mais baixo face ao da apólice que esteve em vigor em 2024.
- Material de Laboratório - Variação negativa face ao ano anterior no valor 74 745 euros, justificada por maiores gastos com a aquisição de reagentes e testes em cuvette para análise de águas, no valor de 47 982 euros, e com a aquisição de reagentes e meios de cultura para análises de águas, no valor de 56 197 euros. Contrariamente, verificam-se menos gastos em 2025 com a aquisição de material plástico, vidros e filtros para análise de águas, no valor de 27 803 euros.
- Trabalho Temporário - A variação positiva de 333 146 euros. A diminuição de gastos decorre da regularização do trabalho temporário mediante a contratação em junho de 2024 de 21 trabalhadores, ao abrigo da aprovação do PAO23 que aprovou a contratação de 33 trabalhadores, conforme Despacho n.º 623/2023-SET de 30 de dezembro de 2023. Nesta rúbrica estão incluídos os gastos decorrentes de necessidades adicionais temporárias de trabalhadores devido a suprimir situações de baixas prolongadas, por aumento de atividade na época balnear ou necessidades temporárias no âmbito da implementação de projetos estratégicos da Empresa.
- Jardinagem - Variação negativa de 104 064 euros. A variação é explicada pelo facto de no início do ano de 2024 não ter ocorrido este tipo de serviço em algumas das infraestruturas da AdTA.

24. Gastos com pessoal

24.1 Detalhe

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações	13 121 241	12 289 627
Encargos sociais sobre remunerações	2 929 565	2 740 475
Encargos com pensões	(23 889)	585 558
Outros gastos com pessoal	1 690 726	1 570 972
	17 717 642	17 186 632
Gastos com pessoal capitalizados	(1 040 612)	(1 009 127)
	16 677 030	16 177 505
Subsídios à exploração - respeitantes a gastos com o pessoal	(41 036)	(80 005)
Total de gastos com o pessoal líquidos de subsídios à exploração	16 635 994	16 097 500

A variação de gastos com o pessoal decorre de uma sucessão de fatores para além do aumento do número de trabalhadores, tal como seguidamente se pode constar.

Decorrente dos acordos assinados com os sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) das empresas do Grupo Águas de Portugal e do Acordo de Empresa da EPAL, procedeu-se com efeito a 1 de janeiro de 2025 à revisão da Tabela Salarial das empresas do Grupo AdP e seguinte valorização de salários e rúbricas salariais:

- Aumento generalizado de 3,0% com mínimo de 65,00 euros da posição G3 tabela de remunerações do Grupo AdP;
- O vencimento base de entrada no Grupo AdP passa para os 970,00 €, 100,00 € ou 11,49% acima da remuneração mínima mensal garantida (salário mínimo);
- Início da carreira de Técnico/a na posição L5 (1 071,00 euros);
- Início da carreira de Técnico/a Superior na posição J7 (1 473,00 euros);

A Empresa procedeu ainda à atualização em 4,6% do valor provisionado/especializado em 2025 respeitante ao subsídio de férias e ordenado em período de férias a pagar em 2026, referente ao trabalho prestado em 2025.

Tal situação decorre do aumento salarial médio esperado para 2026, referente ao Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

Apresenta-se quadro com o resumo de aumentos salariais ocorridos no ano de 2025:

	Gastos de 2025
ACT - Progressões 2025	180 574
Atualização salarial 4,7% - Acordo Rendimentos 2025	588 807
Atualização salarial 4,6% - Acordo Rendimentos 2026	96 936
	866 316

Em 2024, a Águas do Tejo Atlântico, decorrente do acidente mortal ocorrido na Fábrica de Água da Guia, em novembro de 2020, e de acordo com sentença proferida pelo Tribunal do Trabalho de Sintra, registou na rubrica de gastos com o pessoal, quer o gasto com a pensão de 2024, quer o referente à constituição de provisão para pagamento das pensões futuras (pensão anual e vitalícia) no total de 585 558 euros (nota 15.3).

Ainda, no respeitante a gastos com pessoal, é de referir que nestes estão compreendidos gastos relacionados com:

- Trabalho suplementar e respetivos encargos sociais;
- Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Exames médicos, em que para além do que vem sendo habitual no âmbito da medicina no trabalho, a AdTA contratou empresa específica para a realização de exames de aptidão no âmbito de recrutamento de novos trabalhadores. A realização de exames para admissão na Empresa, tanto na vertente de exames médicos, como na de exames de aptidão física para a função que o trabalhador vai exercer, desempenha um papel fundamental na medida em que permite verificar o estado de saúde do candidato, bem como a sua aptidão física para a função. O objetivo principal deste tipo de exames é avaliar a saúde dos candidatos de modo a garantir que estão aptos para desempenhar as funções para as quais serão contratados, bem como identificar quaisquer condições médicas pré-existentes que possam afetar o seu desempenho no trabalho ou representar riscos para a sua saúde e segurança.
- Limpeza de fardamento;
- Formação;
- Seguros de Saúde;
- Seguros de Vida;
- Recrutamento de pessoal. Por forma a superar as dificuldades verificadas na contratação Técnicos Especializados, a AdTA, para a além da divulgação dos recrutamentos nos habituais meios de comunicação e plataformas para o efeito, contratou, em 2025, uma empresa especializada em recrutamento e seleção com o objetivo de aumentar a celeridade e eficácia do processo de recrutamento.

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetadas aos projetos de investimento, ou seja, das áreas de engenharia, gestão de ativos e manutenção, na componente de construção civil (nota 5), no valor total de 1 040 612 euros, em linha com o efetuado em exercícios anteriores.

Da adoção da política contabilística 23.1, são deduzidos aos gastos com o pessoal os subsídios à exploração reconhecidos no exercício, que em 2025 representou 83 636, dos quais 42 600 euros respeitam ao AgIR (nota 19.2) e 41 036 euros a projetos de Investigação e Desenvolvimento.

Número de Trabalhadores

Número médio de trabalhadores durante o período	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais (CA)	10	10
Trabalhadores efetivos e outros	428	409
	438	419

Número de trabalhadores a 31 de dezembro	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais (CA)	10	10
Trabalhadores efetivos e outros	441	414
	451	424

A AdTA encerrou o ano com 441 trabalhadores, tendo o número médio durante o exercício de 2025 sido de 428. No decurso de 2025 entraram 45 trabalhadores e saíram 18.

As 45 entradas ocorridas em 2024 respeitam a:

- 29 para suprir saídas ocorridas em 2025 e em anos anteriores, que resultaram de cessação da relação laboral não determinada pela Águas do Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador;
- 1 por regresso de trabalhador que se encontrava com contrato suspenso;
- 5 ao abrigo do previsto e autorizado no PAO de 2023. O PAO de 2023 foi aprovado a 30 de dezembro de 2023, tendo sido autorizada a contratação de 33 trabalhadores, conforme Despacho n.º 623/2023-SET, que dada a sua data de aprovação só veio tornar possível efetivar parte das contratações em 2024.
- 7 ao abrigo da aprovação do PAO de 2024. O PAO de 2024 foi aprovado a 30 de julho de 2024, tendo sido autorizada a contratação de 11 trabalhadores, conforme Despacho n.º 301/2024-SETF, contudo apenas foi possível, no ano de 2024, proceder à contratação de 6 trabalhadores.
- 3 ao abrigo da aprovação do PAO de 2025. O PAO de 2025 foi aprovado a 3 de dezembro de 2024, tendo sido autorizada a contratação de 3 trabalhadores, conforme Despacho n.º 625/2024-SETF, de 17 de outubro de 2024.

Por várias vicissitudes, não conseguiu a AdTA, apesar dos esforços envolvidos e da contratação de empresas de recrutamento, efetivar todas as contratações de trabalhadores que tinha planeado, nem colmatar todas as situações de saídas continuando neste momento o esforço para consolidar a sua equipa em total alinhamento com o PAO de 2025 aprovado. Contudo, o mercado de trabalho altamente competitivo e dinâmico conjugado com as condições estabelecidas para a contratação no Grupo AdP têm dificultado esta concretização.

No final 2025, para além das contratações que visam colmatar as saídas ocorridas, ainda se encontravam por contratar 5 de trabalhadores, ao abrigo das contratações aprovadas pelo PAO de 2023.

Assim, em 2026, a Águas do Tejo Atlântico espera vir a proceder às contratações remanescentes para as quais obteve autorização com a aprovação do PAO 2023, no total de 5 trabalhadores, às contratações por substituição de saídas ocorridas cuja cessação da relação laboral não tenha sido determinada pela entidade empregadora, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras, assim como à contratação de 11 trabalhadores solicitados no PAO de 2026.

O número total de trabalhadores aprovados no PAO de 2025 é de 463 trabalhadores, estando previsto no PAO de 2026 o número de 474 trabalhadores para o ano de 2026.

25. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

	31.12.2025	31.12.2024
Amortizações de outros ativos intangíveis (nota 5.3)	1 16 916	1 16 552
Amortizações de ativos intangíveis – DUI (nota 5.3)	17 218 381	16 983 494
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 6.3)	518 508	316 898
Depreciações de ativos sob direito de uso - edif. e outras construções (nota 7.3)	31 703	-
Depreciações de ativos sob direito de uso - equip. transporte (nota 7.3)	45 056	41 935
Depreciações de ativos sob direito de uso - licenças (nota 7.3)	267 536	22 722
Acréscimos de gastos de investimento contratual (nota 16.2)	3 079 137	3 262 729
	21 277 238	20 744 330

26. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2025	31.12.2024
Provisões para processos judiciais (nota 15.3)	38 786	117 586
	38 786	117 586
Reversões de provisões para processos judiciais (nota 15.3)	-	405 622
	-	405 622
	(38 786)	288 036

27. Outros gastos e perdas operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos e taxas	768 720	750 422
Dívidas incobráveis	85 852	296 763
Donativos	31 937	46 937
Quotizações	23 495	21 796
Indeminizações	3 475	4 042
Garantias operacionais	62 250	54 352
Teletrabalho -Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro	8 974	4 304
Outros gastos operacionais	7 874	16 445
	992 578	1 195 062

Em Dívidas incobráveis, o valor de 85 852 euros (nota 10.3), respeita à anulação da dívida referente a juros de mora faturados pela ex-Águas do Oeste ao Município de Azambuja, por se considerar que à data de 31 de dezembro de 2025 se encontrar a mesma prescrita.

Em 2024, havia sido anulado o valor de 296 763 euros de dívida respeitante a juros de mora faturados ao município de Lisboa por parte da empresa ex-Simtejo por se concluir – analisados o acordo de pagamentos celebrado entre a ex-Simtejo e o Município de Lisboa, por contrato em 25/02/2015, e o contrato de cessão de créditos, cedendo esses créditos ao Banco Santander Totta, S.A., por contrato celebrado em 26/02/2015 – que os juros em causa, vencidos à data da cessão de créditos, haviam sido transmitidos para o Banco Santander Totta, S.A. (com a inerente inexistência de dívida por parte do Município de Lisboa à AdTA), seja por via do disposto no n.º I do artigo 582.º do Código Civil (que determina que o pagamento de juros, constituindo uma obrigação acessória, mas não sendo intrínseco à pessoa do Cedente, acompanhará, na ausência de convenção em contrário, o crédito transmitido), seja em virtude da Cláusula 1.ª do Contrato de Cessão de Créditos que, remetendo expressamente para o seu Anexo I (réplica do Anexo I do Acordo de Pagamento), contém juros calculados desde 01/01/2015, i.e., os respeitantes ao valor considerados em dívida, no valor de 296.763 euros (e não somente desde 26/02/2015 – data da celebração do Contrato de Cessão de Créditos).

O valor de 8 974 euros (4 304 euros em 2024), na rubrica “teletrabalho” decorre da Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro sobre novas exigências legais para o regime de teletrabalho.

Impostos e taxas

	31.12.2025	31.12.2024
Taxas ERSAR	708 625	685 348
Taxas portuárias DOCAPESCA	29 834	28 140
Imposto de selo	2 799	7 223
Segurança Social de Trabalhadores Independentes	11 774	7 949
Outros	15 688	21 762
	768 720	750 422

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da Sociedade.

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos suplementares	313	10 336
Ganhos em ativos fixos tangíveis	1 445	177 102
Dif. de Pagamento	304	500
Benefícios e penalidades contratuais	2 863	18 189
Inovação Pró-ativa	138 006	51 831
Outros rendimentos e ganhos operacionais	5 292	520
	148 224	258 477

A rubrica "Ganhos em ativos fixos tangíveis" diz respeito a rendimentos relacionados com indemnizações decorrente de processos de sinistros em infraestruturas ou equipamentos da Empresa, que foram participados no âmbito do seguro de responsabilidade civil.

O valor de 138 006 euros diz respeito aos valores recebidos através da AdP-SGPS no âmbito do Programa Inovação Pro-ativa, em que 32 660 euros respeitam ao projeto AdP-Proj.SmartDAI, 60 172 euros dizem respeito ao projeto AQUAVISE e 45 174 euros ao projeto BIOPOLINWATER. Em 2024 foram recebidos no âmbito do mesmo programa 51 831 euros.

29. Gastos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados BEI	2 699 840	3 285 459
Juros suportados Locações	37 084	14 660
Juros de mora	5 889	4 892
Outros juros	28 447	16 056
Comissões Grupo	1 015 207	1 112 107
	3 786 467	4 433 174

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem na sua maioria do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 18.

Os juros suportados com o BEI estão de acordo com o capital em dívida e o plano de pagamentos previsto, de amortização de capital e de juros. A redução face ao ano anterior é justificada, por um lado, pela redução do capital em dívida, e por outro, em virtude da revisão das taxas de juro das linhas de financiamento BEI III-C, com efeito a junho de 2025, e BEI II A e B, com efeito a setembro de

2025, que em termos médios resultou numa taxa média inferior às anteriormente em vigor, tendo em dezembro ocorrido também revisão de taxa, em baixa, relativamente à linha BEI III-A.

O valor registado em outros juros diz respeito à atualização da dívida referente a integração de infraestruturas (nota 19.2 e nota 30).

30. Rendimentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Juros obtidos - IGCP	481 311	719 422
Juros obtidos - Empresas do grupo	128 166	616 923
Juros de mora	5 746	5 396
Juros de acordos de pagamento	2 072	-
Outros juros	-	22 552
	617 294	1 364 292

A diminuição de rendimentos financeiros, face a 2024, é explicada por:

- Menores juros de aplicações no IGCP decorrente de uma diminuição da taxa de juro associada às aplicações CEDIC;
- Menores juros decorrentes do apoio de tesouraria à AdP-SGPS (nota 8.3), na medida em que os montantes financiados foram inferiores aos do ano transato associado a uma menor taxa de remuneração;
- Em outros juros a variação decorre dos movimentos ocorridos no ano anterior referente a atualização da dívida referente a integração de infraestruturas e pensões.

31. Imposto sobre o rendimento

31.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdTA encontra-se sujeita à tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetiva matéria coletável e taxas de imposto aplicáveis.

A Sociedade é tributada à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdTA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de

incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdTA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores na demonstração da posição financeira. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma data e com a mesma autoridade fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data das demonstrações financeiras e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

31.2 Detalhe e movimento

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto corrente	(5 047 452)	(5 343 098)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	194 673	376 784
Total do imposto do exercício	(4 852 778)	(4 966 314)
Imposto diferido	(4 881 652)	(6 512 776)
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	40 901	(6 111)
Total do imposto diferido	(4 840 750)	(6 518 887)
Total global	(9 693 529)	(11 485 201)

O valor de 194 673 euros registado em 2025, resulta por um lado do i) excesso de estimativa para imposto no valor de 226 809 euros, decorrente de novo apuramento do IRC de 2024 aquando da submissão do Modelo 22, devido quer ao benefício fiscal do SIFIDE, quer a uma Taxa de Derrama mais baixa, face à estimada, e de ii) insuficiência para impostos no valor de 32 136 euros, pelo facto de se ter procedido à substituição do Modelo 22 de 2023, na medida em que o valor do benefício fiscal do SIFIDE para esse ano que veio a ser aprovado ter sido inferior ao inicialmente declarado.

Imposto sobre o rendimento do exercício

Foi apurado no exercício económico de 2025 a estimativa de imposto a pagar de 461 881 euros, conforme quadro infra:

	31.12.2025	
Resultados antes de impostos		16 267 569
Ajustamentos fiscais		3 491 596
Matéria Coletável		19 759 165
Taxa imposto normal	20,00%	(3 951 833)
Derrama municipal	1,32%	(260 179,62)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 1 500 000 a 7 500 000	3,00%	(180 000)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 7 500 000 a 35 000 000	5,00%	(612 958)
Tributação autónoma		(42 481)
Imposto sobre o rendimento do exercício		(5 047 452)
Retenções na fonte		158 392
Pagamentos por conta		3 708 720
Pag. adicional por conta		718 458
Imposto a (pagar)/receber		(461 881)

	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de imposto a pagar	461 881	1 924 874
	(461 881)	(1 924 874)

A Sociedade fechou o exercício de 2025 com estimativa de imposto a pagar, não havendo dívidas em mora para com as entidades fiscais.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2025 e 2024 é a que se apresenta no quadro infra:

		31.12.2025	31.12.2024
Resultados antes de impostos		16 267 569	18 352 750
Diferenças temporárias/Ajustamentos fiscais		3 491 596	1 775 039
Matéria Coletável (Lucro Tributável)		19 759 165	20 127 789
Taxa imposto normal	20,00%	3 951 833	4 226 836
Derrama municipal	1,33%	260 180	265 308
Derrama estadual	4,01%	792 958	811 389
	25,33%	5 004 971	5 303 533
Tributação autónoma		42 481	39 565
Imposto do exercício (1)		5 047 452	5 343 098
Impostos diferidos (2)		4 840 750	6 518 887
Total de Impostos (3) = (1)+(2)		9 888 202	11 861 985
Taxa efetiva de Imposto sobre o rendimento do exercício = (3)/RAI		61%	65%

As diferenças temporárias de 2025, ajustamentos fiscais, respeitam em 2 271 220 euros ao desvio de recuperação de gastos do exercício (564 657 euros em 2024), e o remanescente, respeita na maioria à diferença resultante do critério adotado contabilisticamente de depreciação e de reconhecimento de subsídios ao investimento face aos critérios fiscais.

Impostos diferidos

	Taxa % 2025/2024	31.12.2024	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2025
Investimento contratual (nota 16.2)		100 636 543	-	3 079 137	(5 024 758)	98 690 923
Diferença amortizações		96 415 712	-	-	(4 561 444)	91 854 268
IFRIC 12 - subsídio futuro (transição)		2 141 381	-	-	(97 336)	2 044 046
Provisões não aceites (nota 15.3)		543 885	-	13 816	(67 066)	490 636
		199 737 522	-	3 092 954	(9 750 603)	193 079 873
Imposto diferido ativo	22%/25%	49 934 380	(5 992 126)	680 450	(2 145 133)	42 477 572
Desvio de recuperação de gastos (nota 9.3)		15 292 235	-	2 271 220	-	17 563 455
Imposto diferido ativo - DRG	22%/25%	3 823 059	(458 767)	499 669	-	3 863 960
Total imposto diferido ativo	22%/25%	53 757 439	(6 450 893)	1 180 118	(2 145 133)	46 341 532

	Taxa % 2025/2024	31.12.2024	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2025
IFRIC 12 - investimento futuro (transição)		49 334 432	-	-	(2 242 474)	47 091 958
Diferença subsídios		16 310 548	-	184 607	(695 802)	15 799 353
		65 644 980	-	184 607	(2 938 277)	62 891 310
Imposto diferido passivo	22%/25%	16 411 245	(1 969 349)	40 613	(646 421)	13 836 088

Efeito em resultados	31.12.2025	31.12.2024
Efeito variação de taxa	(4 481 543)	(1 687 119)
Efeitos do período	(359 207)	(4 831 769)
	(4 840 750)	(6 518 887)

Conforme indicado na nota 31.1 a Sociedade regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Para o ano de 2025, a taxa de imposto considerada no apuramento dos impostos diferidos é de 22%.

Esta taxa corresponderia à taxa utilizada no cálculo do imposto da Empresa para o ano de 2025, ou seja, taxa nominal de imposto (20,00%), acrescida da Derrama Municipal (1,32%) e do efeito das demais correções previstas na legislação fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento (IRC), nomeadamente a Derrama Estadual (4,01%), contudo, dado se tratar de apuramento de impostos diferidos, foi utilizada a taxa de IRC de 17,00%, dado que os impostos diferidos devem ser valorizados tendo por base a taxa de tributação esperada no momento da reversão da diferença temporária.

Tendo a Lei nº 64/2025, de 7 de novembro definido a redução da taxa nominal de IRC de forma gradual nos seguintes termos: 2026 – 19%; 2027 – 18%; e 2028 e anos seguintes – 17%, e que atendendo a que a maioria das diferenças temporárias serão reversíveis em 2028 e anos seguintes, em 2025 a Empresa utilizou no apuramento do imposto diferido a taxa de 17%.

Desta alteração de taxa resultou o reconhecimento de um gasto no montante de 4 481 543 euros, pela redução em 3% da taxa de tributação esperada aplicada às diferenças temporárias existentes em 31 de dezembro de 2024.

32. Saldos e transações com entidades relacionadas

32.1 Saldos e transações com partes relacionadas

A Sociedade realiza transações com entidades relacionadas, pelo que, nas operações efetuadas entre a Sociedade e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratadas, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

2025	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
Ativo				
Apoio de Tesouraria (nota 8.3)	-	-	-	-
Clientes	-	10 012 856	-	-
Outros saldos a receber	-	-	-	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	-	-
Águas do Alto Minho, S.A.	-	-	-	-
Passivo				
Municípios	-	533 454	-	-
Outros saldos a pagar	-	533 454	2 288 500	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 244 179	-
EPAL	-	-	31 945	-
Rendimentos				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	86 733 563	-	-
Outros rendimentos	891	-	14 560	-
Simarsul	-	-	891	-
Águas de Santo André	-	-	446	-
Simdouro	-	-	743	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	594	-
Águas do Algarve	-	-	743	-
Águas do Centro Litoral	-	-	1 337	-
EPAL	-	-	2 736	-
Águas Pub. Alentejo	-	-	149	-
Águas de Aveiro	-	-	743	-
Águas do Norte	-	-	2 525	-
AdP - Valor	-	-	-	-
Águas do Alto Minho	-	-	-	-
AdP - Internacional	-	-	3 656	-
Rendimentos financeiros (nota 30)	128 166	-	-	-
AdP SGPS	128 166	-	-	-
Gastos				
Gastos – Remunerações	-	-	-	300 735
Fees de gestão (nota 23.2)	2 407 109	-	-	-
Outros gastos	558 426	45 852	286 783	49 584
AdP - Valor, S.A.	-	-	49 469	-
AdP - Energias	-	-	706	-
Simarsul	-	-	743	-
AdP - Internacional	-	-	-	-
Águas de Santo André	-	-	-	-
VT	-	-	-	-
EPAL, S.A.	-	-	230 520	-
Simdouro	-	-	2 228	-
AdDP	-	-	149	-
Águas Pub. Alentejo	-	-	149	-
Águas do Algarve	-	-	1 040	-
Águas de Aveiro	-	-	-	-
Águas do Norte	-	-	446	-
Águas do Alto Minho	-	-	1 337	-
Águas do Centro Litoral	-	-	-	-
Gastos financeiros (nota 29)	1 015 207	-	-	-

2024	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
Ativo				
Apoio de Tesouraria (nota 8.3)	35 000 000	-	-	-
Clientes	-	8 770 863	-	-
Outros saldos a receber	-	-	3 265	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 374	-
Águas do Alto Minho, S.A.	-	-	891	-
Passivo				
Municípios	-	588 753	-	-
Outros saldos a pagar	-	588 753	2 231 945	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 204 190	-
EPAL	-	-	27 755	-
Rendimentos				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	85 272 101	-	-
Outros rendimentos	891	-	15 703	-
Simarsul	-	-	2 945	-
Águas de Santo André	-	-	297	-
Simdouro	-	-	743	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	149	-
Águas do Algarve	-	-	594	-
Águas do Centro Litoral	-	-	1 040	-
EPAL	-	-	4 652	-
Águas Pub. Alentejo	-	-	594	-
Águas de Aveiro	-	-	1 040	-
Águas do Norte	-	-	2 525	-
AdP - Valor	-	-	149	-
Águas do Alto Minho	-	-	891	-
AdP - Internacional	-	-	87	-
Rendimentos financeiros (nota 30)	616 923	-	-	-
AdP SGPS	616 923	-	-	-
Gastos				
Gastos – Remunerações	-	-	-	279 686
Fees de gestão (nota 23.2)	2 365 333	-	-	-
Outros gastos	672 883	227 979	283 690	62 455
AdP - Valor, S.A.	-	-	59 478	-
AdP - Energias	-	-	215	-
Simarsul	-	-	594	-
AdP - Internacional	-	-	0	-
Águas de Santo André	-	-	149	-
VT	-	-	0	-
EPAL, S.A.	-	-	219 691	-
Simdouro	-	-	891	-
AdDP	-	-	297	-
Águas Pub. Alentejo	-	-	446	-
Águas do Algarve	-	-	1 188	-
Águas de Aveiro	-	-	0	-
Águas do Norte	-	-	149	-
Águas do Alto Minho	-	-	297	-
Águas do Centro Litoral	-	-	297	-
Gastos financeiros (nota 29)	1 112 107	-	-	-

33. Remuneração acionista

No exercício de 2025 a AdTA procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2024.

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2024	Dividendos do exercício de 2025	Distribuição Dividendos durante o Exercício de 2025	Situação em 31 de dezembro de 2025
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	3 306 627	3 165 307	3 381 735	3 165 307
Comunidade Intermunicipal do Oeste	168	161	172	161
Alcobaça	51 713	49 503	52 887	49 503
Alenquer	22 068	21 125	22 569	21 125
Amadora	371 151	355 289	379 581	355 289
Arruda dos Vinhos	3 192	3 055	3 264	3 055
Azambuja	19 926	19 074	20 379	19 074
Bombarral	6 206	5 941	6 347	5 941
Cadaval	7 083	6 780	7 244	6 780
Caldas da Rainha	35 299	33 791	36 101	33 791
Lisboa	1 199 156	1 147 906	1 226 394	1 147 906
Loures	476 103	455 755	486 917	455 755
Lourinhã	17 365	16 623	17 759	16 623
Nazaré	15 730	15 058	16 088	15 058
Óbidos	7 542	7 220	7 713	7 220
Odivelas	144 901	138 708	148 192	138 708
Oeiras	226 250	216 581	231 389	216 581
Peniche	22 183	21 235	22 687	21 235
Rio Maior	10 561	10 109	10 801	10 109
Sintra	226 250	216 581	231 389	216 581
Sobral de Monte Agraço	3 301	3 160	3 376	3 160
Torres Vedras	40 895	39 148	41 824	39 148
Vila Franca de Xira	165 601	158 523	169 363	158 523
Própria empresa	144 901	138 708	-	138 708
Total	6 524 172	6 245 338	6 524 172	6 245 338

O montante da "Situação em 31 de dezembro de 2024" e da "Distribuição de dividendos durante o exercício de 2025" corresponde ao montante bruto dos dividendos atribuídos, conforme apresentado na "Demonstração das variações do capital próprio" de 2025. O montante pago destes dividendos, depois de efetuadas as retenções na fonte em 2025, foi de 5 895 684 euros, conforme apresentado na "Demonstração dos fluxos de caixa" (nota 14.4).

O montante dos "Dividendos do exercício de 2025" e da "Situação em 31 de dezembro de 2025" corresponde ao montante dos resultados líquidos obtidos pela Empresa em 2025, deduzidos da aplicação de 5% para a reserva legal (este montante não considera as retenções na fonte a pagar em 2026).

Ocorreu um aumento na taxa das OT a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2024	2,96%	3,00%	5,96%
2025	3,08%	3,00%	6,08%

Este aumento afetou de forma positiva o resultado líquido da Sociedade em 2025 face a 2024.

A remuneração acionista de 2025 por acionista é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	2025
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	3 498 366
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	178
Alcobaça	899 856	54 711
Alenquer	384 003	23 347
Amadora	6 458 431	392 673
Arruda dos Vinhos	55 542	3 377
Azambuja	346 735	21 081
Bombarral	107 998	6 566
Cadaval	123 253	7 494
Caldas da Rainha	614 244	37 346
Lisboa	20 866 618	1 268 690
Loures	8 284 708	503 710
Lourinhã	302 165	18 372
Nazaré	273 724	16 642
Óbidos	131 237	7 979
Odivelas	2 521 433	153 303
Oeiras	3 936 998	239 369
Peniche	386 004	23 469
Rio Maior	183 768	11 173
Sintra	3 936 998	239 369
Sobral de Monte Agraço	57 438	3 492
Torres Vedras	711 623	43 267
Vila Franca de Xira	2 881 638	175 204
Própria empresa	2 521 433	153 303
Total	113 527 680	6 902 483
Reserva Legal	2 181 574	128 293
Remuneração Acionista		7 030 776

Resultado Líquido de 2025				
	Valor base		Dias	RA
CS realizado a 1 janeiro 25	113 527 680	OT + 3	365	6 902 483
Reserva Legal a 1 janeiro 25	1 838 196	OT + 3	365	111 762
Pagamento de dividendos de 2025	(6 661 415)			-
Reforço da reserva legal	343 377	OT + 3	289	16 530
Remuneração de 2025				7 030 776
Ajustamento da ERSAR ao Resultado Líquido de 2024				(456 735)
Resultado Líquido - Remuneração de 2025 com ajustamento ERSAR				6 574 040

O Resultado Líquido de 2025 de 6 574 040 euros, corresponde à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT do período acrescida do prémio de risco (3,08%+3%), no valor de 7 030 776 euros, subtraída do ajustamento ao DRG de 2024 de 456 735 euros (valor líquido).

34. Investimento contratual

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 990 milhões de euros já se encontram realizados.

Investimento reversível	Euros
Investimento do contrato de concessão	1 103 332 840
Investimento total	1 103 332 840
Investimento já realizado (nota 5.3)	943 640 533
Investimento em curso (nota 5.3)	46 263 446
Investimento contratual (regulado) a realizar	113 428 861

35. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdTA à data de 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	R.O.C.	Auditoria	Outros Serviços	Total
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	15 127	-	-	15 127
	15 157	-	-	15 127

36. Informações exigidas por diplomas legais

Alínea d) do n.º5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Conforme referido na nota 14 a Sociedade é detentora de ações próprias.

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Sociedade ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. Informação sobre matérias ambientais

Em 31 de dezembro de 2025 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Sociedade que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a AdTA. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

38. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva deveria ter submetido à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2026, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras, contudo tal apenas foi efetuado a 13 de fevereiro de 2026, por pedido de prorrogação do prazo que foi aceite pela ERSAR.

À data de aprovação do Relatório e Contas de 2025 não foi emitido pela Entidade Reguladora (ERSAR) o projeto de decisão sobre o DRG de 2025, no valor de 1 685 662 euros.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “mais forte de sempre” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

A Tejo Atlântico contabilizou até à data de elaboração do presente relatório 139 infraestruturas afetadas por este conjunto de eventos, havendo à data parte delas ainda fora de serviço tendo presente a capacidade destrutiva que enfrentada, sobretudo nos municípios a norte do sistema.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pela Tejo Atlântico, apesar das condições excecionais verificadas.

A Empresa, apesar dos esforços já desenvolvidos, ainda se encontra a proceder à identificação exata e discriminação detalhada dos danos ocorridos, dado que várias instalações à presente data ainda permanecem inacessíveis, quer devido a inundações, quer devido à existência de estradas intransitáveis, o que impede a realização de vistorias seguras e completas.

Encontra-se em curso um plano de recuperação assente na seguinte metodologia:

- Identificação das infraestruturas afetadas pela intempérie e causas macro da afetação/inoperacionalidade;
- Desenvolvimento de inspeções às infraestruturas, com base numa matriz de risco, tendo em vista a elaboração de um relatório de diagnóstico contendo:

- Análise expedita de ativos afetados;
 - Estimativa de encargos de reabilitação;
 - Identificação de frentes críticas de intervenção.
- Contratação de empreitada na área de especialidade de construção civil, de prestação de serviço na área de especialidade de eletricidade e de aquisição de bens para a reposição de diversos equipamentos, por forma a repor a condição das infraestruturas;

Lisboa, 5 de março de 2026

O Conselho de Administração
NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÔCO
Digitally signed by NUNO RAFAEL DA CONCEIÇÃO BRÔCO
Date: 2026.03.05 18:34:15 Z

Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Digitally signed by SANDRA PAULA ENES PINTO ARAÚJO CHAMBEL
Date: 2026.03.05 17:30:46 Z

Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

Assinado por: **Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto**
Num. de Identificação: 11536459
Data: 2026.03.05 17:41:02+00'00'

Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques**
Num. de Identificação: 06968217
Data: 2026.03.05 17:45:34+00'00'

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Ana Margarida Afonso de Matos**
Num. de Identificação: 14706656
Data: 2026.03.05 19:46:16+00'00'

Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

Assinado por: **Ricardo Alexandre da Silva Bastos**
Num. de Identificação: 10659856
Data: 2026.03.05 20:20:20+00'00'

Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Maria Leonor de Oliveira Pinto**
Num. de Identificação: 10578918
Data: 2026.03.05 17:59:09+00'00'

Maria Leonor de Oliveira Pinto

Águas do Tejo Atlântico

Certificação Legal das Contas

Águas do Tejo Atlântico

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2025 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 522.287.944 Euros e um total de capital próprio de 119.761.861 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.574.040 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (“DRG”) corresponde à correção (positiva no caso de défice e negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente de acordo com a ERSAR (“Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos”), nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Superávit tarifário de recuperação de gastos” da demonstração dos resultados e do rendimento integral, apresenta um superavit de 1.685.662 Euros. O referido montante foi estimado pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovado pela ERSAR.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500* entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Conforme divulgado na mesma nota do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que o DRG do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 corresponde à melhor estimativa na presente data e que o montante referido será aprovado pela ERSAR.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

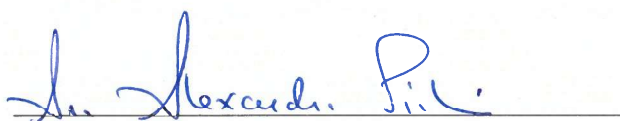
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025
DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas, da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (**AdTA**), relativo ao ano de 2025.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da **AdTA** e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva, com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal, emitiram em 19 de setembro de 2024 e 20 de setembro de 2024, respetivamente, os seus pareceres sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025 (PAO 2025), aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2024, o qual foi aprovado pela Tutela, segundo o Despacho nº 625/2024-SETF de 17 de outubro de 2024, entre outros (Despacho nº66/MAEN 2024; Despacho nº1037/2024-SETF; Despacho nº2/MAEN 2024).
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, deu cumprimento à alínea i) do nº1 do artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), faltando nesta data a emissão do quarto trimestre de 2025.

6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais vigentes em 2025, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas de 2025, no “Anexo 1 – Relato sobre o Cumprimento das Orientações do Acionista e Disposições Legais” e no “Quadro resumo do cumprimento das orientações legais”. De uma forma geral, da análise aos indicadores apresentados que evidenciam a execução do PAO 2025, verifica-se o cumprimento das orientações legais e do acionista maioritário, não tendo sido excedidos os valores orçamentados e aprovados no PAO 2025. Porém, no que respeita ao Resultado Líquido (inferior ao apresentado no PAO 2025), o desvio resulta da flutuação da “Taxa das Obrigações do Tesouro” do período, variável macroeconómica não controlável pela **AdTA**. Ainda relativamente a esta matéria destacamos os seguintes factos:

- No período de 2025, o rácio referente ao peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (60,46%), foi aferido por comparação com o PAO 2025 (69,61%) aprovado pelas Tutelas competentes. O rácio, após serem excluídos os impactos decorrentes de imposições legais, situações de exceção e comparabilidade aprovados pelos Despachos referidos no parágrafo 4 acima, diminuiu 9,15 p.p., mostrando-se em cumprimento com a orientação legal.
- Pese embora em comparação com o executado em 2024, a taxa de atualização da massa salarial em 2025 se tenha situado nos 6,2%, constata-se que existe cumprimento legal, pois nos termos do n.º 5 do Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, esta taxa tem de ser aferida ao nível do Grupo AdP, a qual se situou nos 4,7%, estando em cumprimento com o limiar do indicador apresentado no n.º 1 do Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025. Refira-se ainda que a execução dos gastos com pessoal em 2025, ficou abaixo do montante previsto e aprovado no PAO 2025.
- Constatou-se que o investimento estimado no PAO 2025 (52,8 milhões de euros), foi executado somente em 54% (não excedeu, portanto, o PAO 2025), devido a fatores internos e externos, nomeadamente, atraso no lançamento de concursos, défice de recursos humanos, atrasos na elaboração de soluções técnicas de projeto de empreitadas e o moroso processo de autorização para a realização de investimentos junto das entidades competentes.

- Em relação ao “Endividamento”, a **AdTA** cumpriu integralmente com o disposto na legislação (n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025), pois apresenta uma redução de 5,93%.
- O Prazo Médio de Pagamentos apurado em 2025, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual, foi de 28 dias, verificando-se o cumprimento da orientação legal (pese embora tenha ocorrido um aumento de 3 dias face a 2024). Adicionalmente, os pagamentos em atraso no final de 2025, superiores a 90 dias, em comparação com o período homólogo, são manifestamente inferiores, razão pela qual, existe cumprimento legal conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Desta forma o Conselho Fiscal não terá de reportar qualquer incumprimento sobre esta matéria (no prazo de 10 dias a contar da emissão da Certificação Legal das Contas do ano de 2025), junto do membro do Governo responsável pela área das finanças, ao órgão de administração da **AdTA**, à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), respetivamente.
- O grau de (auto) avaliação em 2025 do cumprimento dos objetivos da gestão ascendeu a 2,5 (2024: 2,6). Refira-se que foram excluídos desta avaliação, o “Plano de Lamas”, “Plano de Neutralidade Energética”, “Água para Reutilização”, “Autonomia Energética” e “Produção de Água para Reutilização”, sendo que os motivos para exclusão estão fundamentos no Relatório e Contas. Sobre a conformidade da avaliação efetuada pela **AdTA**, ainda não obtivemos informações sobre a apreciação efetuada pelo acionista maioritário.

7. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 05 de março de 2026, nos termos da legislação em vigor, sem “Reservas”, e com uma “Ênfase”, relacionada com a ausência, na data da aprovação das demonstrações financeiras por parte Administração da **AdTA**, da aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2025 (superavit de 1.685.662 Euros), por parte da Entidade Reguladora (ERSAR). Pese embora este facto, e conforme notas 9 e 33 das notas anexas às demonstrações financeiras, é entendimento da Administração da **AdTA** que *“o eventual ajustamento final ao DRG, após contraditórios, não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado, além de que, é convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data”*.

8. Relativamente ao DRG (superavit), dos anos, 2022 e 2021, o Conselho Fiscal informa que, nesta data, subsistem duvidas quanto ao desfecho de cerca de 1,48 milhões de Euros (desconsiderando o efeito fiscal dos impostos diferidos) de gastos não aceites pela ERSAR, segregados da seguinte forma (Nota: em 2025 foram ajustados os montantes em divergência referente ao DRG de 2024):

- “DRG de 2022”: A **AdTA** recebeu a 27 de julho de 2023 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG, ofício 0-004574/2023, em que foi considerado por esta entidade o montante de 515.987 Euros, como gastos não aceites. Contudo, apenas o montante de 210.230 Euros, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras como correção ao DRG de 2022, tendo o remanescente, 305.757 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Nesta data o processo judicial encontrando-se ainda em curso.
- “DRG de 2021”: A **AdTA** recebeu em 9 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final, ofício 0-003955/2022, em que foi considerado por esta entidade o montante de 1.638.606 Euros, como gastos não aceites, sendo que, apenas o montante de 460.419 Euros, foi reconhecido nas contas de 2022 como correção ao DRG de 2021, tendo o remanescente 1.178.187 Euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Em 7 de dezembro de 2023 a decisão de tribunal julgou improcedente a ação da **AdTA**. Nesta data o processo judicial encontrando-se ainda em curso.

Relativamente a estes dois processos judiciais em curso, a Administração da **AdTA** optou por não efetuar qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras findas em 31/12/2025, por ser entendimento que o eventual ajustamento final ao DRG não terá impacto de forma materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

9. No ano de 2025 foram celebrados quatro contratos com valor superior a 5 000 000 Euros, os quais, ao abrigo, nomeadamente, das regras para a contratação pública, deveriam obter visto prévio do Tribunal de Contas. Até à data de aprovação das demonstrações financeiras de 2025, por parte da Administração da **AdTA**, um dos contratos, no montante de 5.584.151 Euros (sem IVA), obteve autorização (visto) prévia do Tribunal de Contas (em 09/10/2025), sendo que, para os restantes três contratos nos montantes (sem IVA) de, 17.940.000 Euros, 5.270.175 Euros e 6.799.010 Euros, respetivamente, encontram-se em curso, a obtenção dos vistos prévios do Tribunal de Contas. Adicionalmente, em 02/07/2025 foi obtido o visto do Tribunal de Contas, relativo ao “Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção dos Centros Operacionais Afetos Ao Departamento de Equipamentos”, celebrado em 14/06/2024, pelo montante de 14.441.723 Euros (sem IVA).
10. De forma destacada, no contexto global do “comboio de tempestades” ocorridas nos primeiros dois meses de 2026, a depressão “Kristin” teve como consequência a destruição de infraestruturas, instalações e equipamentos de drenagem de águas residuais. A **AdTA** identificou até à data da aprovação das demonstrações financeiras de 2025, cerca de 139 infraestruturas afetadas por este conjunto de eventos, havendo à data parte delas ainda fora de serviço tendo presente a capacidade destrutiva que enfrentada, sobretudo nos municípios a norte do sistema. Tal como referido na nota 38 das notas anexas à demonstração dos resultados, (“Eventos subsequentes” à data do balanço) apesar dos esforços já desenvolvidos, a **AdTA** ainda se encontra a *“proceder à identificação exata e discriminação detalhada dos danos ocorridos, dado que várias instalações à presente data ainda permanecem inacessíveis, quer devido a inundações, quer devido à existência de estradas intransitáveis, o que impede a realização de vistorias seguras e completas.”*
11. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da **AdTA**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 522.287.944 Euros e um total de capital próprio de 119.761.861 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.574.040 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre as políticas contabilísticas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da **AdTA** no fim do exercício de 2025, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

12. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços Administrativos e Financeiros da **AdTA**.

PARECER

Tendo em consideração as matérias referidas nos parágrafos anteriores (de 1 a 12), o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **AdTA** delibere sobre:

- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo às Contas do Exercício de 2025.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados, formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 06 de março de 2026

Assinado por: **Armando José de Sousa Resende**
Num. de Identificação: 07680078
Data: 2026.03.06 22:52:55+00'00'

Assinado por: **Catarina Alexandra Carvalho Fins**
Num. de Identificação: 11888452
Data: 2026.03.06 20:40:35+00'00'

Assinado por: **Vanda Cristina Dias Marques Valadares**
Num. de Identificação: 11062022
Data: 2026.03.06 20:03:06+00'00'

Armando José de Sousa Resende
(Presidente)

Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)

Vanda Cristina Dias Marques
Valadares
(Vogal)